



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E REGIONALIDADES**

“ONDE TERMINA A JUSTIÇA SOCIAL E COMEÇA A SUBVERSÃO?”

**IGREJA CATÓLICA PROGRESSISTA E MOVIMENTOS SOCIAIS NO
CAMPO SOB A VIGILÂNCIA DO SNI NA PARAÍBA (1975-1985)**

OLGA LARISSA VEIGA FERREIRA

ORIENTADOR: PROF. DR. PAULO GIOVANI ANTONINO NUNES

**JOÃO PESSOA - PB
2020**

Olga Larissa Veiga Ferreira

“ONDE TERMINA A JUSTIÇA SOCIAL E COMEÇA A SUBVERSÃO?”

**IGREJA CATÓLICA PROGRESSISTA E MOVIMENTOS SOCIAIS NO
CAMPO SOB A VIGILÂNCIA DO SNI NA PARAÍBA (1975-1985)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento as exigências para obtenção do título de Mestre em História.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Área de concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA – PB

2020

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPB – Biblioteca
Central Seção de Catalogação e Classificação

F383o Ferreira, Olga Larissa Vieira.

“Onde termina a justiça social e começa a subversão?” Igreja católica progressista e movimentos sociais no campo sob a vigilância do SNI na Paraíba (1975-1985) / Olga Larissa Vieira Ferreira. – João Pessoa, 2020.

264 f. : il.

Orientação: Paulo Giovani Antonino Nunes.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

UFPB/BC

CDU: 321.64(813.3)(043)

ONDE TERMINA A JUSTIÇA SOCIAL E COMEÇA A SUBVERSÃO?"

**IGREJA CATÓLICA PROGRESSISTA E MOVIMENTOS SOCIAIS NO
CAMPO SOB A VIGILÂNCIA DO SNI NA PARAÍBA (1975-1985)**

Dissertação de Mestrado avaliada em: 11/12/2020 conceito Aprovada



Professor Dr. Paulo Giovanni Antonino Nunes

Programa de Pós Graduação em História – UFPB

Orientador.



Professora Dra. Ana Beatriz Barros Silva Programa

de Pós Graduação em História – UFPB Avaliadora

Interna.



Professor Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos – UFPB

Avaliador Externo.

Ao amor de todas minhas vidas, minha Mainha, Maria de Jesus. Também a Dom José Maria Pires e Pedro Casaldáliga (*in memoriam*) que descansaram depois de anos de luta. Também para todas (os) as (os) camponesas e camponeses, que lutaram e ousaram resistir ao avanço do capitalismo no campo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço e agradecerei todos os dias da minha vida, à minha amada mãe, minha maior apoiadora nessa caminhada da vida e dos desafios de se tornar professora e pesquisadora, ela que nunca duvidou da minha força e do meu potencial, de acordo com ela, eu sou a sua professorinha. Maria de Jesus, enquanto houver energia em mim, ela estará sempre emanando teu amor, sou grata, a tudo que me ensinou e cultivou e cultivas em mim.

Agradeço imensamente a todas e todos educadores que passaram e passam no meu caminho, sou imensamente feliz por ter me esbarrado nas estradas da vida com vocês, em especial meu querido e amável Orientador e professor Paulo Giovani, com sua paciência e calma, se mostrou o melhor orientador que meu psicológico poderia ter, pois com sua paciência me ajudou e me fez chegar até aqui. Também a Regina Célia, por fazer conhecer Thompson, e me apaixonar mais ainda pelo marxismo, por me orientar quando mais precisei ao estar perdida de como escrever, coisa que ainda sigo com dificuldades, mas é a vida. Vocês são incríveis demais, um dia chego a um pedaço de vocês.

Agradeço ao corpo docente de História da UFPB vocês foram essenciais para a minha formação enquanto sujeito coletivo. Sem vocês muita coisa não teria acontecido, gratidão Jonas, Solange, Ângelo, Damião, Monique, Paulo Maia, Beatriz, Tiago, Serioja, Ariane, Cláudia Cury, Telma e todos os demais, grata demais. Também a todos as pessoas trabalhadoras da UFPB em suas amplas funções. Grata Geraldo e Zé por sempre estarem apostos para nos ajudar em questões burocráticas da graduação e da pós graduação. Gratidão imensa aos leitores que se disponibilizaram em me ajudar nesse processo, novamente a Professora Ana Beatriz e ao professor Rodrigo Freire.

Agradeço também, aos meus queridos companheiros de curso, que por diversas vezes rimos, e nos fizemos felizes juntos, agradeço a cada um por fazerem parte da minha caminhada enquanto, agora professora de História, gratidão imensa a Maria Tereza, Carol Rocha, Norma Rangel, Guisepe Lyra, e Luiz Neto. E a todos as outras

pessoas que cruzaram meu caminho, seja na mesa do bar, na Praça da Alegria, ou nos anos de sala de aula da graduação, grata pela troca e aprendizagem coletiva.

Aos amigos e companheiros de militância agradeço imensamente pela carga intelectual compartilhada, pelas viagens em militância, aos encontros de formação política, e acima de tudo, por compartilhar comigo a paixão pela luta da transformação da sociedade brasileira, onde não haverá desigualdade social, seguimos sonhando, gratidão Levante Popular da Juventude e Consulta Popular pelos anos de militância que também ajudaram a construir minha concepção de mundo que se expressa subjetivamente em algumas partes dessa dissertação.

Também agradeço aos colegas da Pós, que partilharam esses anos de troca de vivência intelectual comigo, onde juntos crescemos intelectualmente. Agradeço também aos amores que passaram pela vida e de modo indireto me ajudaram a concluir esse trabalho, e aos colegas de role e de vida.

Por fim, gratidão a CAPES que possibilitou dois anos de auxílio para eu poder concluir essa pesquisa.

RESUMO

Este trabalho aborda a atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI), e sua vigilância aos movimentos sociais no campo e Igreja Católica liderada pelo Arcebispo Dom José Maria Pires, no Estado da Paraíba nos anos da transição “lenta gradual e segura” de 1974-1985. No que concerne à fundamentação teórica, utilizamos a concepção da Nova História Política em um diálogo com História Social ou como assinala Barros (2012) uma abordagem social do político. Também usamos das concepções de Antonio Gramsci, especificamente as noções de intelectual orgânico, aparelhos privados de hegemonia e teoria do estado ampliado. Juntamente com as abordagens consoantes à questão de Classe enquanto processo e formação do historiador inglês Thompson (1987), para analisar a formação das ações desenvolvidas pelos trabalhadores no meio rural Paraibano, juntamente com as ações político-sociais da Igreja Católica no Estado da Paraíba e, conseqüentemente, a vigilância sofrida pelo SNI. As fontes primárias são os documentos produzidos pelo SNI - Agência Recife, juntamente com os depoimentos concedidos à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, além de produções bibliográficas acerca do período. Essa pesquisa se coloca na área de concentração História e Cultura Histórica, vinculado à linha de pesquisa História e Regionalidades.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Igreja Católica; Movimento Camponês; Paraíba; SNI.

ABSTRACT

This research addresses the work of the National Information Service (SNI) and its surveillance of the social movements in the countryside and the Catholic Church led by Archbishop Dom José Maria Pires, in the state of Paraíba during the “slow, gradual and safe” transitional years of 1974-1985. Regarding the theoretical foundation, we utilized the concept of New Political History in dialogue with Social History or, as Barros (2012) pointed out, a social approach of the political. We also use the concepts of Antonio Gramsci, specifically the notions of organic intellect, private devices of hegemony and the theory of amplified state. Together with the approaches related to the question of Class as a process and formation of English historian Thompson (1987), to analyze the formation of the actions developed by workers in rural Paraíba, together with the social-political actions of the Catholic Church in the state of Paraíba and, consequently, the vigilance endured by the SNI. The primary sources are the documents produced by the SNI - Agência Recife, together with the depositions conceded to the State Commission for the Truth and Memory Preservation of the state of Paraíba, in addition to the bibliographic productions about the period. This work is set in the area of concentration of History and Historical Culture, related to the line of research of History and Regionalities.

Keywords: Military Dictatorship; Catholic Church; Countryman's Movement; Paraíba; SNI.

LISTA DE ABREVIATURAS

- ABIN – Agência Brasileira de inteligência .
- AC – Agência Central.
- ACE- Assentamento Cronológico de entrada.
- ADESG – Diplomados da Escola Superior de Guerra.
- ASI's - Assessorias de Segurança e Informações.
- ASI/DRT/PB - Delegacia Regional do Trabalho.
- AESI - Assessoria Especial de Segurança e Informações.
- AI-5 – Ato Institucional .
- ANL - Aliança Nacional Libertadora .
- Arena – Aliança Renovadora Nacional.
- BnD - Serviço Federal de Inteligência.
- BfV - Serviço de Proteção da Constituição.
- CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos.
- CENIMAR – Centro de Informações da Marinha.
- CEBs – Comunidade Eclesiais de Base.
- CEP - Centro de Estudos e Pessoal do Exército.
- CIA – Central Intelligence Agency.
- CIE – Centro de Informações do Exército.
- CISA – Centro de Informações da Aeronáutica.
- CIEX - Centro de Informações do Exterior.
- CODI – Centro de Operações de Defesa interna.

COAGRAL- Cooperativa de Agricultores de Alagamar.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação Histórica.

CPT- Comissão Pastoral da Terra

CRS/JP/CHESF - Companhia Hidroelétrica de São Francisco.

CSN – Conselho de Segurança Nacional.

CSSN - Conselho Superior de Defesa Nacional.

DGSE- Direção Geral do Serviço Exterior.

DIC - Delegacia de Investigação e Captura.

DOI – Destacamento de Operações de Informações.

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social.

DSI – Divisão de Segurança e Informação.

DSI's – Divisão de Segurança Interna.

DSN – Doutrina de Segurança Nacional.

DST - Direção de Vigilância do Território.

Esni – Escola Nacional de Informação.

ESN – Estado de Segurança Nacional.

ESG – Escola Superior de Guerra.

FBI - Federal Bureau of Investigation.

FETAG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura.

Funterra- Fundo de Previdência da Terra.

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais.

LDB - Levantamento de Dados Biográficos.

MDB- Movimento Democrático Brasileiro.

OBAN – Operação Bandeirantes.

PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PNI - Plano Nacional de Informações.

PROALCOOL – Programa Nacional do Álcool.

PT – Partido dos Trabalhadores.

RCMec - 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado.

RSAS - Salvaguarda de Assuntos Sigilosos.

SFICI - Serviço Nacional de informações e contra informações.

SSI - Serviço de Segurança e Informações.

SISNI – Sistema Nacional de Informações.

SUSIEM - Sistema Setoriais de Informações dos Ministérios Militares e Subsistema de Informações Estratégicas Militares.

SNI – Serviço Nacional de Informações.

UFPB – Universidade Federal da Paraíba.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Lista de Emissoras ligadas ao Clero no Nordeste.	82
Figura 2 Fragmento de documento referente a atuação do Padre Melo e sua colaboração com o regime militar.....	111
Figura 3 Vigilância ao III encontro das Comunidades Eclesiais de Base em 1978.	116
Figura 4 Trecho de vigilância a Carta escrita por Dom José Maria Pires.	120
Figura 5 Lista de órgãos em que o documento em questão deveria ser difundido... 12424	
Figura 6 Trecho de conversa entre agente do SNI disfarçado e Dom José Maria Pires.	126
Figura 7 Vigilância a ação do Clero da Paraíba e Dom José Maria Pires.	1300
Figura 8 Recorte de matéria sobre atuação de Dom José Maria Pires.	13434
Figura 9 Agentes do SNI, adjetivando os membros da Igreja na CELAM enquanto marxistas.....	13737
Figura 10 Interpretação dos Agentes do SNI sobre a postura dos religiosos.	13939
Figura 11 Informações sobre Wanderley Caixe.	14444
Figura 12 Relatório sobre Atividades de Wanderley Caixe.	14545
Figura 13 Tirinha satírica sobre a situação na Grande Alagamar e participação dos religiosos.....	14848
Figura 14 Informações sobre A grande Alagamar.....	15253
Figura 15 Imagem da Casa Grande da Fazenda Alagamar	154
Figura 16 Situação da fazenda pós morte do proprietário e vigilância aos religiosos..	156
Figura 17 Tirinha ilustrando situação enfrentada pelos agricultores da Alagamar.	159
Figura 18 Visita do Presidente Ernesto Geisel e movimentação dos agricultores.	161
Figura 19 Trecho de jornal sobre Dom José Maria Pires e questão agrária.	162
Figura 20 Continuação do fragmento de jornal.	163
Figura 21 Continuação do fragmento de jornal.	163
Figura 22 Continuação do fragmento de jornal.	164
Figura 23 Dom Helder Câmara em ação de expulsão do gado da terra dos camponeses de Alagamar.....	165
Figura 24 Agentes do SNI em vigilância as atividades na Grande Alagamar.....	166
Figura 25 Movimentação camponesa em Alagamar. Movimentação camponesa em Alagamar.	167
Figura 26 Momento de tensão policial em Alagamar.	168
Figura 27 Recorte de jornal com imagens da tensão em Alagamar.	169
Figura 28 Matéria referente ao cercamento de área dos camponeses pelos proprietários desapropriados.	170
Figura 29 Continuação da matéria do impasse na área desapropriada em Alagamar. .	171
Figura 30 Vigilância do SNI a ação comunitária da sociedade civil a Alagamar.	172
Figura 31 Lista de líderes sindicais em Salgado de São Felix/ PB.	174
Figura 32 Relatório sobre a Fazenda Maria de Melo.	175
Figura 33 Presença de policiais na Fazenda Maria de Melo.	176
Figura 34 Fala do proprietário da fazenda Maria de Melo.	177

Figura 35 Situação das Fazendas Alagamar, Maria de Melo e Piacas.	178
Figura 36 Projeto integrado Alagamar – vigilância de reunião.	179
Figura 37 Vigilância as ações dos leigos e religiosos nas fazendas.	180
Figura 38 Anexo do Jornal Correio da Paraíba presente no relatório sobre movimentações em Riacho dos Currais.	180
Figura 39 Anexo do Jornal Correio da Paraíba presente no relatório sobre movimentações em Riacho dos Currais.	182
Figura 40 Contra propaganda do SNI as ações dos movimentos civis em Alagamar.	184
Figura 41 Relatório Fazenda Camucim.	187
Figura 42 Relação de pessoas que apoiaram a questão agrária.	188
Figura 43 Líderes Sindicais.	188
Figura 44 Sobre demissão do advogado Júlio César Ramalho.	189
Figura 45 Sobre concretização da exoneração de Júlio Cesar.	190
Figura 46 Informações sobre o advogado Júlio César.	190
Figura 47 Avaliação do SNI sobre nota no saída em jornais do Estado.	191
Figura 48 Proposta do Governador do Estado.	192
Figura 49 Foto da reunião dos líderes camponeses com o governador Tarcísio Burity.	193
Figura 50 Informações sobre a Fazenda Camucim.	194
Figura 51 Fragmento de matéria do jornal O Norte de 30 de novembro de 1982.	196
Figura 52 Dados da Fazenda Subaúma.	192
Figura 53 Casa de moradores da Fazenda Subaúma 1.	199
Figura 54 Casa de moradores da Fazenda Subaúma 2.	199
Figura 55 Situação de Subaúma.	200
Figura 56 Instauração de Inquérito Policial contra Frei Anastácio e Hermano.	201
Figura 57 Vigilância acerca das reuniões em Subaúma.	202
Figura 58 Conclusões dos agentes do SNI sobre Subaúma.	203
Figura 59 Propaganda do regime sobre o PROALCOOL.	204
Figura 60 Fazendas Cachorrinho e Coqueirinho.	205
Figura 61 Situação dos conflitos nas fazendas.	206
Figura 62 Negociações em Cachorrinho e Coqueirinho.	206
Figura 63 Processo de desocupação da terra de alguns moradores.	207
Figura 64 Usina Central Olho D’água.	207
Figura 65 Conclusão das negociações das áreas rurais.	208
Figura 66 Vigilância a Dom José Maria Pires.	212
Figura 67 Trecho do Diário de Pernambuco usado pelo SNI para ligar bispo ao socialismo.	215
Figura 68 SNI e contrapropaganda as ações dos religiosos católicos no meio rural paraibano.	217
Figura 69 Áreas rurais da Arquidiocese usadas como contrapropaganda pelo Regime.	218
Figura 70 SNI e contrapropaganda.	218

Figura 71 Trecho do jornal Correio de 14 de dezembro de 1980, em que apresenta matéria referente a situação da fazenda Gavião pertencente a Arquidiocese da Paraíba.	
220	220
Figura 72 SNI e os resultados da sua contrapropaganda, segundo eles.	220
Figura 73 Situação das fazendas, Alagamar, Maria de Melo e Piacas e atuação dos religiosos.....	222
Figura 74 Informações sobre Irmã Marlene.	223
Figura 75 Informação sobre Irmã Tony.....	224
Figura 76 Menção de religiosos em áreas de tensão fundiária.	225
Figura 77 Menção de trabalhadores rurais envolvidos nos conflitos.	225
Figura 78 Vigilância a religiosos.....	226
Figura 79 Vigilância a Cícero Batista, rurícola de Lameiro.....	227
Figura 80 Vigilância as ações desenvolvidas em Camucim e aos religiosos.	229
Figura 81 Análise do SNI a Telegrama enviado por Dom José Maria Pires ao Governador do Estado.	231
Figura 82 Vigilância as ações da Arquidiocese da Paraíba.	232
Figura 83 Informações sobre Frei Hermano.....	233
Figura 84 Relatório do SNI sobre movimentações sindicais dos religiosos.	234
Figura 85 Informações sobre a detenção de Frei Hermano.	235
Figura 86 Informações sobre o indiciamento do Frei Hermano.....	236
Figura 87 Vigilância as ações de Frei Hermano.....	237
Figura 88 Vigilância a atuação dos religiosos na Fazenda Camucim.	238
Figura 89 Ações de Frei Anastácio em vigilância do SNI.	240
Figura 90 Informações sobre Wanderley Caixe.	242
Figura 91 Tensão em Alagamar, e pedido de prisão do advogado Wanderley Caixe. .	243
Figura 92 Vigilância a Wanderley Caixe.	243
Figura 93 Vigilância a Dom Marcelo Carvalheira e Dom José Maria Pires.	248
Figura 94 Informações Dom Marcelo Pinto Carvalheira.	249
Figura 95 Vigilância ao Dom Marcelo Carvalheira, acusando-o de encantar luta de classes.	250

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	9
LISTA DE FIGURAS.....	12
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – <i>Como eles agiam?</i> A montagem dos sistemas de vigilância e repressão na Ditadura Militar do Brasil.	35
1.1 A escalada do Serviço Nacional de Informações.....	35
1.2 Montagem dos sistemas de vigilância no Brasil: o Serviço Nacional de Informações (SNI).....	46
1.3 O Sistema Nacional de Informações (SISNI) e a construção da Comunidade de Informação e da Polícia Política	61
1.4 Montagens dos sistemas na Paraíba.....	79
CAPÍTULO II – Transição para a democracia e a emergência da Sociedade Civil	86
2.1 Processo de Transição Política.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	246
REFERÊNCIAS.....	248
Fontes.....	248
Bibliografia.....	248

INTRODUÇÃO

“Deixar o erro sem refutação é estimular a imoralidade intelectual”¹

“Onde termina a justiça social e começa a subversão?” (SERBIN, 2001, p. 239), pergunta aos militares e membros da Bipartite² Avelar Brandão Vilela ou apenas Dom Avelar, em 1970, durante uma reunião deste grupo estratégico de diálogo. Tal pergunta é referente às constantes investidas que os padres, bispos e leigos católicos vinham sofrendo pela ditadura militar, devido à sua atuação junto aos setores da sociedade civil, no que se refere à tortura, prisões e vigilância. É neste último ponto que se debruça essa pesquisa, especificamente nos anos da transição política, o que segundo Nunes (2016, p.233) “ampliou a política de liberalização, porém permaneceu dentro dos parâmetros da ‘democracia forte’ estabelecida por Geisel” e, paradoxalmente, é neste período que se caracteriza a maior vigilância a esse setor da sociedade civil, inúmeros documentos e dossiês foram produzidos sobre as ações desenvolvidas por setores da Igreja Católica alinhados a Teologia da Libertação, em que corriqueiramente são nomeados como “subversivos” devido à sua atuação além dos assuntos ditos como religiosos.³

É sobre tal temática e contexto que pretendemos desenvolver essa dissertação. De antemão acreditamos ser necessário esboçar a trajetória que hoje nos fez chegar nessa pesquisa e trabalho. Através da catalogação e distribuição dos documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI), disponíveis no Arquivo Nacional, mas que foram disponibilizados, ao estado da Paraíba no ano de 2016, pela Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Possibilitando o acesso da sociedade civil e a pesquisadores a tais documentos que passaram anos em sigilo, agora

¹ Frase de Karl Marx retirada da epígrafe do livro *Miséria da Teoria* – E. P. Thompson (1981).

²Bipartite, grupo formado em 1970 por militares, membros do Clero e alguns intelectuais para dialogar sobre as violações dos direitos humanos e demais pautas que ocorriam nos anos da Ditadura Militar, sendo fundada em 1974 pelo presidente Ernesto Geisel. A discussão acerca do referido grupo pretendo desenvolver nos capítulos referentes a Igreja católica.

³No entendimento, dos militares, mais fortemente nos compreendidos enquanto “linha dura”, os padres, bispos e afins deveriam ficar apenas focados em sua atuação religiosa não se envolvendo em ações sociais, essa última que fosse apenas relacionadas às ações de caridade e assistencialismo.

facilitando a pesquisa no Estado da Paraíba. Nesse interim, pudemos participar da pesquisa PIBIC/CNPq na Universidade Federal da Paraíba na vigência 2016/2017, com trabalho intitulado “A sociedade Civil sob vigilância: Atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) na Paraíba (1964-1985), orientado pelo Professor Doutor Paulo Giovani Antonino Nunes, onde trabalhei no plano de título: Atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) na Paraíba: a vigilância sobre os movimentos sociais no campo e a igreja católica na Paraíba (1975-1985).

Na referida pesquisa tivemos a oportunidade de analisar os documentos oficiais da ditadura militar e assim separar os que me eram importantes, no que se refere ao nosso objeto de pesquisa, ou seja, a vigilância dos órgãos de informações sobre os movimentos sociais no campo e Igreja Católica. Após a vigência do PIBIC/CNPq, desenvolvemos a pesquisa, resultando na monografia de conclusão de curso de graduação em História também sob a orientação do referido professor Paulo Giovani Antonino Nunes. Em 2017, concluindo assim, o curso de licenciatura plena em História na UFPB com a monografia intitulada “Atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI): Vigilância aos movimentos sociais no campo e Igreja Católica na Paraíba (1975-1985)”.

Pesquisar o Serviço Nacional de Informações (SNI) é algo necessário para a história do País, pois ao se tratar de um órgão de informação em um período ditatorial, por intermédio da pesquisa historiográfica é que, hoje, podemos acessar e, ter ciência de “como eles agiam”⁴, uma vez que “o passado é uma paisagem e a história é a maneira pela qual representamos” (GADDIS, 2003, p.49), e diante disso pretendo então, por meio e auxílio destes documentos, que agora nos são disponíveis, trazer uma análise aos anos de Ditadura e sua vigilância a sociedade civil. Pois “superar os longos tempos de ocultação de fontes documentais e até mesmo de outras memórias está na pauta do dia” (FERREIRA, 2014, p.149).

Os documentos que compõem a principal fonte desta pesquisa, como acima citado, fazem parte da antiga Agência Recife⁵, e encontram-se para acesso no acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB) localizado na Fundação Casa José Américo e originalmente no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, possibilitando um vasto caminho de pesquisa histórica

⁴ Referência ao título de livro do historiador Carlos Fico (2001).

⁵ Ao citar os documentos desta agência, ARE é o prefixo destes, que significa Agência Recife.

devido ao seu montante documental referente ao objeto aqui pesquisado, ajudando a empiricamente construir um escopo documental do período da ditadura militar com bastante coesão, e que possa assim compreender a atuação deste serviço com relação a esses setores da sociedade civil. Além dos referidos documentos irei utilizar os depoimentos concedidos em audiências públicas realizadas pela CEVPM-PB, conjuntamente com o Relatório Final da Comissão da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (2017).

A Igreja católica no Brasil, que, majoritariamente apoiou o golpe civil-militar, passou a ser alvo da ditadura militar após mudanças em sua postura nos anos de 1968 e início da década de 70. Esta guinada mais para a pauta da Justiça Social, pós Concílio Vaticano II, foi iniciado em 1961 pelo Papa João XXIII, porém só concluído em 1965 pelo Papa Paulo VI, que traz uma nova roupagem para a Igreja Católica em geral, reverberando nos anos seguinte a atuação dos Católicos junto à sociedade civil, causando diversas rupturas e novas interpretações nas ações da igreja. Porém, no que concerne à exata temporalidade a qual pesquiso, também aconteceu a II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano (Medellín, 1968) e a III Conferência em 1979, no México, onde os bispos dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento organizaram-se em torno da pauta da justiça social para a população pobre. E é nesse contexto que a Igreja ficou sob os olhos da vigilância, enquanto subversivos, quando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em fins de 1960, publicamente, posicionou-se contra o regime militar, assim “tornando-se alvo das comunidades de segurança e de informações” (FICO, 2001, p.192).

Um fator exponencialmente importante para compreendermos também porque os serviços de informação e repressão da Ditadura Militar miraram tanto a atuação do Clero quanto a dos camponeses, devido ao contexto de lutas sociais que atravessa nosso local de pesquisa, ou seja, a Paraíba nos anos de 1974-1985. Com o avanço do PROALCOOL no Estado da Paraíba, houve um grande crescimento da agropecuária, que causou diversos problemas na vida dos agricultores paraibanos.⁶ Fatores como a expansão canavieira de 1970 a 1986, causado pela implementação do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), no governo do Presidente Ernesto Geisel, que foi fator decisivo para conflitos agrários no Estado, onde os trabalhadores construíram uma

⁶ Sobre esses conflitos e mobilização da sociedade civil, irei desenvolver a argumentação no capítulo referente aos movimentos sociais no campo, no capítulo II.

forte luta pela permanência na terra, pois “as pessoas podem ver a miséria e não percebê-la, até a própria miséria se rebelar” (THOMPSON, 2001, p.214), rebelando-se fortemente no Estado e sofrendo vigilância forte do SNI as suas ações sindicais e organizativas em revolta da miséria vivida e espoliação de suas terras.

Agora, podemos ter acesso a inúmeros documentos referentes a esses sujeitos ligados ao clero e suas atuações junto aos movimentos sociais, e aqui em específico aos movimentos sociais no campo no Estado da Paraíba, como nos traz (FERREIRA,2014, p.151) “os documentos oficiais dos órgãos de informação e segurança apresentam elementos esclarecedores das duas faces da Ditadura Militar: repressão e resistência” aos quais, por esses documentos, empiricamente, podemos perceber a resistência cotidiana dos fatores políticos frente a um regime ditatorial. E ao analisarmos tais documentos, é necessária a compreensão da sua especificidade. Haja vista que o tratamento para com essas fontes carece de cuidado por se tratarem de documentos sensíveis, que significavam documentos referentes de:

arquivos de regimes repressivos são fontes sensíveis da história recente, por serem ao mesmo tempo testemunhos de um passado ainda próximo e das estratégias de organização e da memória coletiva, ao serem feitos usos diversos do que se situará como discurso oficial e o que será deixado para o esquecimento. E nunca é demais frisar que a disponibilização de fundos documentais como esses é fundamental para o conhecimento dos fatos e para a escrita da história, assim como para a consolidação dos próprios regimes democráticos. (GERTZ; BAUER, 2013, p.191)

E assim compreendo que “nas mãos do historiador, eles podem se transformar em testemunhos sobre a morte, mas acima de tudo sobre a vida, em suas dimensões material e espiritual” (FURTADO, 2013, p.171) e, sobretudo da resistência, em que possamos construir uma análise em que, demonstre o caráter vigilante da Ditadura e a força dos camponeses e membros da Igreja Católica ligada ao Bispo Dom José nas ações no meio rural paraibano.

A ditadura militar, implantada em 1º de abril de 1964, carecia de um forte sistema de informações e contrainformações, mas setores militares sentiam a necessidade de criar um órgão com essa finalidade, haja vista que “seguindo à risca os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, na qualidade de força dirigente, as forças armadas assumiram a função de partido da burguesia, manobrando a sociedade civil, através da censura, da repressão e do terrorismo estatal” (BORGES, 2003, p.21). Para garantir a efetivação dessa doutrina era necessária a criação de uma comunidade de informações e segurança que garantisse uma coerção e controle da sociedade civil.

Nesse contexto é que se cria o Serviço Nacional de Informações, que “parecia estar sendo criado para controlar a sociedade” (FIGUEIREDO, 2005, p.127). Este tomou lugar do antigo órgão de informação, o Serviço Federal de Informações e Contra Informações (SFICI), pois, de acordo com Castelo Branco, “não se encontrava apto para desempenhar as funções que lhe cabia, pois faltavam-lhe ‘as facilidades e a autoridade indispensável para estabelecer as relações entre os diversos níveis da administração pública’” (ANTUNES 2001, p.52). O SNI foi criado em 13 de junho de 1964 por Golbery de Couto e Silva e tinha enquanto competência inicial responder os anseios de Castelo Branco e aos militares do governo. Mas no decorrer da ditadura militar “o sistema foi se sofisticando e formando um rolo compressor na rota da repressão” (D’ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 17).

Junto com os documentos supracitados, iremos trabalhar com uma vasta gama de bibliografia referente a este período, seja no contexto nacional da ditadura civil militar, seja também a produção acerca desta no estado da Paraíba, no que se refere aos movimentos sociais no meio rural e a Igreja Católica. Quanto à bibliografia em contexto nacional, utilizarei o livro *Estado e oposição no Brasil* de Maria Helena Moreira Alves (1987), em que a autora nos traz uma descrição detalhada sobre o Golpe Civil Militar⁷, e todo período da ditadura. Também utilizarei o livro *A Conquista do Estado*, de René Dreifuss (1981), para compreender as articulações de vários grupos que proporcionaram o golpe. Para historicizar tal período, discutiremos as produções do CPDOC – Fundação Getúlio Vargas. Tais livros trazem os depoimentos dos militares acerca desses anos vividos, também há depoentes que formaram as fileiras das comunidades de informação e segurança. A referida coletânea é composta de três volumes: *Visões do Golpe – A memória militar de 1964* (1994), *Os anos de chumbo*, a memória militar sobre a repressão (1994) e *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura* (1994). Também fará parte de nosso corpo bibliográfico o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014); o livro *Brasil Nunca Mais* (2011), produzido pela Arquidiocese de São Paulo, haja vista ser uma construção entre os setores da sociedade civil, Igreja e outros aparelhos privados de hegemonia, assim como a importantíssima coletânea de artigos presentes no livro *Brasil Republicano – O tempo da Ditadura – Regime militar e*

⁷Sobre golpe civil militar utilizo essa nomenclatura por entender que o golpe não se deu apenas pela sociedade política (Militares); Estado, e sim em uma relação dialética com a sociedade civil e infraestrutura, ou seja, a burguesia em si, em processo de interação e coerção. Haja vista que um processo histórico como este não poderia ter tido êxito sem os setores da elite brasileira, ou como Dreifuss (1981) os nomeia de “Elite Orgânica”, ou seja, tanto políticos quanto empresários dos setores agrário e urbano.

movimentos sociais em fins do século XX -Volume 4 (2003).

Conjuntamente, usarei as produções dos Brazilianistas como *Diálogos na sombra – Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*, de Kenneth P. Serbin; *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*, de Thomas Skidmore (1991); e os textos presentes no livro *Democratizando o Brasil* (1988), sendo respectivamente os textos de Thomas Skidmore referente à transição política, de título, *A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985*; e o texto referente à atuação da Igreja Católica neste contexto de Ralph Della Cava; *A Igreja e a abertura*. Considero os referidos textos como importantíssimas para o entendimento e atuação destes sujeitos no contexto da transição política assim como, Paulo César Gomes. *Os Bispos católicos e ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*. (2014)

São nessas pesquisas que podemos analisar a atuação da Igreja Católica tanto em seu aspecto internacional como nacional e, conseqüentemente, a sua atuação no Estado da Paraíba. E conjuntamente, no que se refere à construção dessa prática da Igreja, iremos dialogar com os documentos produzidos pela Igreja, como a Encíclica *Populorum Progressio – Carta encíclica de sua santidade o Papa Paulo VI sobre o desenvolvimento dos povos* (1990) em que demonstra a virada ideológica de setores da Igreja Católica a questão social, e para melhor embasar esta, utilizo os trabalhos referente aos seus desdobramentos como, *A Igreja no mundo de Hoje – Concílio Vaticano II* (1971), *Comentários à Populorum Progressio*(1969) .

Já no que concerne à bibliografia acerca da montagem dos aparelhos de repressão, segurança e informações e as comunidades respectivas, iremos usar os livros *Como eles Agiam* (2001) do historiador Carlos Fico, o livro *Ministério do Silêncio – a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927-2005*, de Lucas Figueiredo, bem como a versão modificada da dissertação da pesquisadora Priscila Carlos Brandão Antunes – *SNI & ABIN – Uma Leitura da atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao Longo do Século XX*, e entre outros.

E no que tange às obras e pesquisas ao Estado da Paraíba, utilizaremos produções dos professores Paulo Giovanni Antonino Nunes, em especial seu artigo, “Tensionando a transição ‘lenta, gradual e segura’: A Igreja e os conflitos agrários no Estado da Paraíba (1975-1985)”, publicado no livro *História Política – Interfaces e diálogos* (2016), Utilizaremos também a professora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (2014); *Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba – História, memória e construção da cidadania* (2014); *Poder, memória e resistência: os 50 anos do golpe de 1964 e outros*

ensaios (2016). No que se refere aos movimentos sociais no campo, utilizo os livros *Por um pedaço de Chão*, Volume 1 e 2 (1997), que a pesquisadora Emília Moreira produz um excelente trabalho sobre os conflitos agrários que aconteceram no Estado da Paraíba nos anos referente a esta pesquisa, trazendo as resistências e lutas da população camponesa, e da mesma pesquisadora, mas junto com Ivan Targino usarei o livro, *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba* (1997) e o *Relatório final da comissão estadual da verdade e da preservação da memória do Estado da Paraíba* (2017)

Já no tocante à atuação dos sujeitos políticos da Igreja Católica, uso algumas cartas pastorais produzidas pelo Arcebispo Emérito da Paraíba, Dom José Maria Pires, devido a sua atuação cotidiana junto aos setores da sociedade civis organizados em torno dos conflitos agrários no Estado da Paraíba. Pois essas cartas nos trazem a compreensão de Dom José sobre as questões que atravessavam seu período enquanto Bispo. Usaremos algumas cartas presentes no livro do mesmo, intitulado *Do centro para a margem* (1978); *Amor e dedicação à Paraíba – Carta Pastoral mensagem de despedida* (1995). Ainda sobre a atuação da Igreja católica no estado da Paraíba, em especial a atuação pastoral do Arcebispo Dom José Maria Pires, analisaremos a dissertação *Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: Ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980* de Wanderlan Paulo de Oliveira Pereira (2012).

E para fundamentar a pesquisa ponto de vista teórico, parto de alguns pressupostos. O primeiro apresenta-se como o campo da “Nova História Política” ou da “História Política Renovada”, buscando diálogo com a História Social, ou “uma abordagem ampliada do político pela História Social” (BARROS, 2012, p.19). Assim como alguns conceitos do intelectual italiano Gramsci e concepção de Estado Ampliado, juntamente com as conceituações do historiador E. P. Thompson. Utilizo do entendimento da crítica da razão ativa do materialismo histórico dialético para poder analisar o contexto e os atores políticos envolvidos aqui nesta pesquisa, juntamente com as fontes empíricas.

Dito isso, ao tratar de História Política Renovada, na qual o cotidiano social, político e econômico tende a ter espaço decisivo para os anseios dessa pesquisa, pois a atuação dos sujeitos, é local de privilégio nessa análise, sendo o diálogo corriqueiro com a História Social uma “reafirmação do princípio de que, em história, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam” (CASTRO, 1997, p. 3) ou:

Mesmo que, hoje, a própria noção genérica de “homem” seja objeto de discussão, creio que poucos historiadores discordariam da

afirmação de Duby de que o homem em sociedade constitui o objeto final da pesquisa histórica. Atualmente, mesmo a história política, até mais recentemente atrelada a uma abordagem tradicional, passa a fazer dimensão específica da vida em sociedade. Neste sentido, é lícito questionar se existiria uma história que não a do social. (CASTRO, 1997 p. 2)

E sobre essa égide que, há cerca de mais de cinco décadas, a história política tende a renovar-se e correlacionar interdisciplinarmente com os vários aspectos da vida em sociedade.

Consequentemente, a política começa a ser vista em uma perspectiva dialética, ao mesmo tempo em que ela era produto de um contexto ela produzia tal contexto, em relação mútua com os atores sociais, e não mais esses como apenas reflexo de estruturas sociais, cujos sujeitos seriam apenas reflexo desta. A Nova História Política também investiu na interdisciplinaridade, passou a ser construída em comunhão com demais disciplinas do conhecimento, trocando conceitos, e métodos que auxiliavam os estudos históricos, como a ciência política, sociologia e filosofia. Também passou a focar a curta, média e longa duração. (FERREIRA, NUNES, 2017, p.16)

Tal renovação da História Política trouxe ao cerne da narrativa a atuação dos atores políticos, pois se entende que o poder não se encontra mais como pensavam em meados dos anos 30 e nos anos anteriores, nas mãos do Estado. Pretendo analisar assim a atuação de membros da sociedade civil, tais como, Igreja e movimentos sociais no campo, e a conseqüente vigilância sofrida pelo SNI.

No que concerne a essa renovação da história política é necessária uma historicização da mesma, pois esse campo teórico de atuação sofreu diversas nuances no decorrer dos anos da pesquisa historiográfica. Em seu livro *Por uma História Política* (2003), René Rémond traz uma narrativa acerca dessas mudanças, da virada, na qual a história política sai dos aspectos do casual, conjuntural, factual e da história episódica, para uma história política inserida e preocupada com a curta, média e longa duração, dando ênfase maior a esta última, percebendo as continuidades e rupturas. Com relação a essa temática, Braudel, (1969, p. 260), afirma: “é a consciência de que todas as ‘estruturas’ estão sujeitas a mudanças, mesmo que lentas” e não mais algo dogmático como os historiadores metódicos compreendiam.

A história política tradicional teve seu apogeu nos séculos XIV até meados do século XX. A mesma era voltada apenas para a história dos grandes personagens históricos, suas conquistas e padrões sociais e as grandes biografias. Segundo Rémond,

2003, p. 16-17):

Ela só tinha olhos para os acidentes e as circunstâncias mais superficiais: esgotando-se na análise das crises ministeriais e privilegiando as rupturas de continuidade, era a própria imagem e o exemplo perfeito da história dita factual, ou *événementielle* – sendo o termo aí evidentemente usado no mau sentido -, que fica na superfície das coisas e esquece de vincular os acontecimentos às as duas causas profundas. Quanto tempo perdido em estabelecer fatos menores, em precisar o encadeamento das circunstâncias! Até afundar na anedota, superestimando o papel do acaso em detrimento da necessidade encarnada nos movimentos de longa duração. Ao privilegiar o particular, o nacional, a história política priva-se, ao mesmo tempo, da possibilidade de comparações no espaço e no tempo, e interditava-se as generalizações e sínteses que, apenas elas, dão ao trabalho do historiador dimensão científica

Devido a tal postura frente ao conhecimento histórico, a História Política caiu em um ostracismo por algumas décadas. Tal isolamento teórico dá-se em parte pela crítica que as primeiras gerações da *Escola dos Annales* através de sua revista *Annales d'histoire économique et sociale* proferiu sobre ela.

A escola dos Annales detestava o trinômio formado pela história política, pela história narrativa e pela crônica ou história episódica (acontecimental). Tudo isso era, para ela, simplesmente pseudo-história, história barata, algo superficial que preferiria a sombra a substância. (LE GOFF, 1983, p. 226,227)

E, paradoxalmente, o retorno dela para o seio historiográfico enquanto um campo teórico de atuação voltou pelas mãos da própria *Escola dos Annales* através da terceira geração desta referida Escola, nas figuras de Jacques Le Goff e Jacques Julliard. Mas não só através deles, pois, o marxismo também teve sua influência nesse retorno. Segundo Barros (2012, p.12):

é no seio de interação do materialismo histórico e o movimento dos Annales, que na década de 1960 havia secundarizado o ‘político’, que veremos um especial reavivamento dos estudos históricos da política já beneficiados por uma ampliação da noção de poder.

É nesse interim que emergem em dois locais distintos e dois enfoques, o retorno sobre o político, esses, que não se anulam ou se contradizem ao entendimento, no que concerne ao político. A supracitada História Política Francesa dos anos 70, a qual é

mais mencionada nos estudos sobre o retorno do político, e os intelectuais Ingleses dos anos 60, os quais discorriam sobre a efervescência da História Social. Entendendo que os dois são possíveis de diálogo, porquanto as duas abordagens, tanto a francesa quanto a inglesa perpassam a ideia de poder, em que “a ação política coletiva se constituiria em seu principal objeto” (CASTRO, 1997, p.4).

Ao constatarmos esse retorno para o seio historiográfico, é importante entender o contexto no qual ela emerge das profundezas do esquecimento histórico e retorna para a crista da onda historiográfica. Como mencionado, tal corpo intelectual de franceses viviam pautas emergentes em seu país, como os direitos das mulheres e as liberdades individuais. Também há o maio de 68 e toda a efervescência dos movimentos sociais que acompanharam o período de construção desse entendimento teórico, assim como as pautas sociais, que coloca na pauta do dia a leitura do mundo, além das lentes dos dogmas, e de apenas aspectos econômicos estruturais, como as críticas constantes que a *Escola dos Annales* fazia corriqueiramente ao marxismo economicista ou estruturalista, em especial ao marxismo de Louis Althusser e, em especial a metáfora base/superestrutura:

As objeções à metáfora base/superestrutura se referiam geralmente ao seu ‘reducionismo’, tanto a negação da ação humana quanto a sua incapacidade de atribuir um lugar adequado a fatores ‘superestruturais’, à consciência tal como incorporada na ideologia, na cultura ou na política. (WOOD, 2011, p.51)

Em contrapartida a esse marxismo estrutural, ou vulgata marxista, tanto na França quanto na Inglaterra, vinha crescendo um marxismo que ia ao encontro e interagindo com a Escola dos Annales. Segundo BARROS (2012, p. 11):

Nos anos 1960, contudo, por outra razão, a rejeição do ‘político’ acentua-se ainda com maior vigor: o materialismo histórico havia então conquistado espaço na historiografia francesa e vinha ao encontro da corrente dos Annales, interagindo com ela. Tratava-se de uma versão do materialismo histórico específica, que tendia a enfatizar a crítica sobre o Estado como instrumento da classe dominante.

Destarte, já na década de 60, havia a ebulição dos intelectuais ingleses e seus estudos relacionados ao retorno do político antes dos intelectuais franceses. De acordo com Barros (2012, p. 13), “Edward Thompson, Christopher Hill e Eric Hobsbawm chegaram à constituição, só que cerca de uma década antes, de uma esfera de interesse

historiográfico que combinava o Social, a Política e a Cultura”. Seguindo o seu entendimento sobre esses intelectuais o referido autor prossegue citando as obras destes expoentes como vanguardas na viragem do político:

Enquanto Thompson desenvolvia esta obra⁸ que combina de maneira particularmente admirável o Político, o Cultural e o Social, já desde meados dos anos 1960, Christopher Hill (1912-2003) – outro dos historiadores da Escola Inglesa – já iniciara seus inovadores estudos sobre a revolução Inglesa, atentando para uma combinação análoga das dimensões Social, Cultural e Política. Na abertura dos anos 1970, ele chega a uma inovadora biografia política de novo tipo com seu estudo sobre Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa (1970). A obra prima virá em 1972, com o Mundo de Ponta Cabeça, que visa iluminar os mundos menos visíveis do radicalismo protestante na Revolução Inglesa. (BARROS, 2012, p. 13)

É nesse sentido que utilizarei alguns teóricos do campo do pensamento marxista, intelectuais da tradição pós Stalinismo ou da razão ativa que compreendem, além de um pensamento dogmático ou teológico dessa teoria política e social da práxis, refiro-me ao seguinte pensamento:

O fosso que se abriu não foi entre diferentes ênfases ao vocabulário de conceitos, entre analogia e aquela categoria, mas entre modos de pensar idealista e materialista, entre o marxismo como um fechamento e como uma tradição, derivada de Marx, de investigação e crítica abertas. O primeiro é uma tradição de teologia. O segundo uma tradição de razão ativa. Ambos podem buscar uma certa autorização em Marx, embora o segundo tenha credenciais imensamente melhores quanto à sua linhagem. (THOMPSON, 1981, p. 208)

Entendendo que para conseguirmos nos aprofundar em uma leitura sobre a sociedade, devemos romper com a leitura simplista de estrutura e superestrutura, em que colocou o marxismo em certo ostracismo nas pesquisas em história, para assim, podermos entender as nuances organizativas dos processos históricos. Pois, não é apenas a estrutura econômica que condiciona em estrito senso a vida dos trabalhadores, e dos demais setores da sociedade civil, pois “não é a estrutura econômica que determina diretamente a ação política, mas sim a interpretação que se tem dela e das chamadas leis que governam o seu movimento” (GRAMSCI, 1958, p. 280-281).

Dito isso, utilizamos dessa compreensão da História Política em um diálogo com a História Social, pois como afirma Hobsbawm (2001, p.87) “A história social nunca pode ser mais uma especialização, como a história econômica ou outras histórias

⁸ Essa obra citada é *Senhores e caçadores* (1986).

hifenizadas, porque seu tema não pode ser isolado”. Dessa forma, havendo esse diálogo desses dois campos complementares da história, busco compreender a ação dos sujeitos em coletivo, suas vivências, experiências e tradições, essas que são de caráter extraordinário para tecer uma pesquisa e narrativa histórica coerente com a empiria. E como o próprio Thompson nos alerta, acerca da “lógica histórica”, em que, o zelo pela teoria é tão importante quanto a nossa empiria, não podendo haver relaxo com qualquer um dos dois e não prosseguir, no que Mattos (2014, p. 67) alerta “na historiografia recente no que tange às referências teóricas é que essa historiografia é pouco afeita a discutir suas referências teóricas”. Segundo, Thompson, 1981, p. 49):

Por “lógica histórica” entendo um método lógico de investigação adequada a matéria histórica, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos auto confirmadores (“instâncias” “ilustrações”). O discurso disciplinado da prova consiste num **diálogo entre conceitos e evidência**⁹, um diálogo conduzindo por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro.

Ao compreender o rigor da “lógica da história” em Thompson, pretendo que com essa pesquisa eu possa visibilizar e construir um conhecimento histórico pautado na atuação de indivíduos com nomes, rostos, falas e principalmente classe, para assim construir a perspectiva da história vista de baixo, observando os camponeses, que, por diversas vezes, aparecem secundarizados na empiria pesquisada, desse modo não mais repercutir a tradição que se edificou da história política tradicional, onde se praticava o inverso – a história vista de cima.

Dito isso, ao consideramos que Edward Palmer Thompson com suas contribuições para a História Social, com novas maneiras de compreensão, em que a realidade econômica do poder político mostra-se mais alargada ajudando assim na compreensão de uma visão sobre o vínculo entre exploração e dominação, rompendo com uma máxima do marxismo economicista em que classe trabalhadora pura seria, em estrito senso, os operários em detrimento de demais setores da sociedade civil que seriam lupens, ou movimentos espontâneos sem consciência de classe, assim reconhecendo uma maior diversidade no seio social.

Em Thompson, utilizaremos a noção de Experiência e consciência de classe, pois “os historiadores deve aprender a dar atenção e escutar grupos muito díspares de pessoas e tentar compreender seu sistema de valores e sua consciência” (THOMPSON,

⁹ Grifo meu.

2001, p.309). Tal afirmação fica nítida na citação a seguir onde o referido autor diz que não é determinada a consciência de classe, não se entende mais classe como algo a-histórico, assim como a consciência ela é movimento, ela é histórica, “é uma categoria histórica, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo” (THOMPSON, 2014, p.270). Segundo o referido autor:

A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma” (THOMPSON, 2014, p.270).

E sobre consciência de classe o autor discorre que a mesma se expressa como o último degrau e não o primeiro como pressupõe um marxismo determinista.

As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamental), suportam a exploração(ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os dois interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. (THOMPSON, 2014, p.274)

Utilizo essa concepção de consciência de classe haja vista que os processos de resistência no campo, que aqui iremos desenvolver análise já possuíam um tipo de consciência de classe, essa se desenvolvendo em prática constante, no processo do avanço do capitalismo no meio rural no Estado da Paraíba. Nas fontes primárias consultadas, percebo que os documentos do SNI não dão visibilidade aos sujeitos camponeses, esses sempre são mencionados como simples sujeitos que eram enganados ou manipulados pela Igreja Católica Progressista para ideais ditos como subversivos, apenas dando visibilidade para os líderes sindicais.

Outro autor do campo do Marxismo que utilizo é o já mencionado intelectual Antônio Gramsci. Utilizarei alguns dos seus conceitos para analisar de modo crítico a empiria que nos é disponível sobre o objeto aqui estudado. No que concerne à questão

da atuação dos sujeitos e à vigilância exercida pelo SNI sobre eles, utilizaremos conjuntamente a compreensão de Estado Ampliado, “o qual é fruto de uma profunda reflexão acerca do caráter multidimensional dos processos sociais” (MENDONÇA, 1996, p.1) desse intelectual, pois o Serviço Nacional de Informações e os órgãos que constituíam as comunidades de informação e segurança, que se apresentam enquanto Sociedade Política que são o Estado em sentido amplo, em vigilância e em relação dialética com a Sociedade Civil, pois a empiria nos mostra, nos relatórios do SNI, a atuação em que o mesmo propunha-se para construir hegemonia junto à sociedade civil, forjando informações e demais mecanismos para garantir hegemonia, como constante vigilância para controlar as ações das oposições políticas. Sobre esse conceitos de Sociedade Civil e Sociedade Política os quais são o “estado em integral”¹⁰ se entende de acordo com Gramsci, na leitura de Mendonça (1998, p. 20):

Para Gramsci , três níveis de percepção da sociedade e do Estado: a) a infra-estrutura- que , tal como para Marx, consiste no espaço das relações de produção e de trabalho, na economia, simplificarmente falando; b) a sociedade civil – conjunto dos indivíduos organizados nos chamados aparelhos privados de hegemonia e cerne da ação/pressão política consciente dirigida a obter certos objetivos e, finalmente, c) a sociedade política – ou “estado em sentido restrito”, identificado ao que mais comumente designamos como Estado, isto é, o conjunto de aparelhos e agências do poder público, propriamente dito.

Utilizar Gramsci para entender esses anos que atravessaram a história do Brasil é pertinente, pois a busca pela hegemonia é algo intrínseco nessa efetiva vigilância a qual esses setores da sociedade civil eram alvos, haja vista que:

Hegemonia no Brasil expressam a complexidade sugerida por Gramsci, capaz de tencionar a reflexão histórica, ou apenas fornecer um quadro de fundo, sem interrogar o sentido ou aprofundar a dimensão do problema histórico político do estado no Brasil (FONTES, 2005, p. 201)

É nesse sentido que a pesquisa aqui desenvolvida utiliza-se de alguns conceitos de Gramsci, para analisar essa temporalidade da história política brasileira. Conceitos como Hegemonia; Sociedade Civil; Sociedade Política; Intelectuais orgânicos. O primeiro que devo esclarecer é Hegemonia, a qual “constituindo um espectro extremamente amplo de significações em um âmbito de contextos que vai da economia

¹⁰De acordo com o entendimento de Gramsci, para mais informações vide: LUGUORI, Guido, VOZA, Pasquale (Orgs). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 732.

até a literatura, da religião até a antropologia, da psicologia até a linguística” (LUGUORI, VOZA, 2017, p. 365) se expressa aqui como “a filosofia da práxis, concebe a realidade das relações humanas de conhecimento como elementos de ‘hegemonia’ ‘política’.” (GRAMSCI, 2011, p. 315), e no caso específico é a busca de ambos os setores, sociedade política e sociedade civil, em busca desta – o SNI e os movimentos sociais no campo. Percebemos a atuação do primeiro em disputa de hegemonia ao analisar os documentos, os quais aparecem tentativas de deslegitimação das organizações no campo e da atuação da Arquidiocese da Paraíba, ao plantar informações falsas que podiam trazer descrédito nas atuações desenvolvidas pelos bispos junto ao meio rural. Sobre estes, outra categoria a qual utilizo são as já supracitadas, sociedade civil e sociedade política.

(...) podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismo designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico. (GRAMSCI, 1932, p. 20-21)

Utilizando dessa premissa é que compreendo esse jogo dialético de interação do que Gramsci nos traz, de sociedade política e sociedade civil¹¹, que constroem corpo do Estado Ampliado, sendo “como sociedade civil (religião) e como sociedade política (armas), como ‘autogoverno’ e como ‘governo dos funcionários’ (GRAMSCI, 1977, p.211). Assim compreendido, ao analisar a atuação dos organismos privados aqui, em específico como Igreja Católica e movimentos sociais no campo, sendo esses a Pastoral da Juventude Rural, Comissão Pastoral da Terra, Arquidiocese da Paraíba, Centro de Defesa de Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba (CCDH) e entre outros movimentos sociais que estavam sendo corriqueiramente vigiados e mencionados como subversão pelos agentes do Serviço Nacional de Informações nos documentos que essa pesquisa edifica-se, sendo eles compreendidos aqui como Aparelhos Privados da Sociedade civil, pois como o próprio Gramsci (2000, 73), nos diz “as superestruturas da Sociedade Civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna”, ou seja sujeitos que resistiam frente aos autoritarismos da Ditadura Militar brasileira, pois:

O Golpe civil militar de 1964 seria a prova cabal das persistências da crise, que perdurara por toda a ditadura militar (1964-1985),

retornando com maior vigor em seu término. (Ainda que uma série de trabalhos apresentem evidências crescentes da existência da expansão de formas associativas características da sociedade civil em Gramsci), em sua maior parte organizando diferentes frações dos grupos dominantes. (FONTES, 2005, p.209)

A citação acima da historiadora Virginia Fontes nos informa sobre a pertinência da utilização dos estudos de Gramsci para pesquisar tal período, por entendermos a relação conturbada da sociedade civil para com o governo em questão, em uma relação de crise, e legitimação através do consenso – coerção¹², essa, nomeada como sociedade política. Sendo assim, a outra superestrutura a qual iremos desenvolver é a “Sociedade Política na linguagem comum, é a forma de vida estatal a que se dá o nome de Estado e que vulgarmente é entendida como todo o estado” (GRAMSCI, 2002, p. 279), já mencionada, como o estado propriamente em si. Dito isso, ao pesquisarmos sobre o SNI compreendo que ele seja um aparelho dessa sociedade, por ser um instrumento a serviço do então governo – estado brasileiro, em busca de manter hegemonia e legitimidade do golpe por meio da coerção, por essa razão utilizo a compressão que “tem-se uma forma extrema de sociedade política: ou para lutar contra o novo e conservar o que oscila, fortalecendo-o coercivamente, ou como expressão do novo para esmagar as resistências que encontra-se ao desenvolver-se e etc.” (GRAMSCI, 1977, p.876)¹³

Outro conceito que utilizarei bastante no decorrer desta dissertação é o de Intelectual Orgânica, com o intuito de fundamentar a atuação dos atores políticos em movimento e a vigilância sofrida por eles por exercerem exata função social em seus aparelhos privados de hegemonia, como ficará evidente no caso do Arcebispo Emérito da Paraíba, que nos anos pesquisados era arcebispo da Paraíba - Dom José Maria Pires e seu papel cotidiano junto aos movimentos sociais no campo em busca de justiça social, exercendo assim sua função de intelectual orgânico:

¹² “O homem é toda uma formação histórica obtida com a coerção (entendida não só no sentido brutal e de violência externa), e é o que penso: de outro modo, se cairia numa forma de transcendência ou de imanência” (GRAMSCI, 2005, p.186). Por conseguinte coerção não tem aquele velho caráter de dominação e passividade, ou apenas em termos negativos, é uma relação histórica – dialética.

¹³ É importante frisar que tal interpretação acerca do Estado é um aspecto do caráter de “grandes transformações sociais e políticas ocorridas no século XX permitiram que, dos domínios do próprio marxismo, surgissem outras análises sobre o Estado, notadamente aquela produzida pelo pensador Italiano Antônio Gramsci. Para ele, a grande questão norteadora de suas reflexões residiu, justamente, na deficiência do caráter do Estado Ocidental contemporâneo e na complexidade de suas determinações, criticando o que ele mesmo chamava de uma visão ‘economicista’ ou ‘mecânica’”. (MENDONÇA,1998, p.19)

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’, já que não apenas orador puro e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato; da técnica histórica, eleva-se à técnica ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece ‘especialista’ e não se chega a ‘dirigente’(GRAMSCI, 1968,p .8)

Assim compreendo a atuação enquanto intelectual orgânico, que no capítulo referente à atuação da Igreja e os movimentos sociais no campo, percebe-se, como já mencionado acima, as cartas pastorais do Arcebispo e demais fatores que os colocam como intelectuais, e por estes devem estar:

Organicamente vinculado à determinada classe social – possuindo duas atribuições: de um lado, conter as ideologias e mitologias de classe dominante a fim de revelar o caráter arbitrário daquelas ideias; de outro, elaborar o bom senso a partir do senso comum da classe trabalhadora a fim de transformar esse bom senso em um conhecimento teórico do mundo. (BURAWOY, 2010, p.60).

Para finalizar, acredito que tais teóricos e suas contribuições são importantes para entender a atuação da Igreja Católica Progressista nos anos de transição e a ação dela junto aos movimentos sociais no campo, em um contexto que a população agrária atravessava problemas graves referentes à terra, devido aos interesses capitalistas e a organização coletiva como a única saída dessa crise e, conseqüentemente, como tal mobilização incomodava o governo, assim os fazendo sofrer vigilância e violência em suas diversas facetas simbólicas e físicas.

Além dessa Introdução, divido essa dissertação em três capítulos, o primeiro intitulado, “*Como eles agiam?* A montagem dos sistemas de vigilância e repressão na Ditadura Militar.” Dividido em quatro tópicos, “A escalada do Serviço Nacional de Informações”, “Montagem dos sistemas de vigilância no Brasil: o Serviço Nacional de Informações (SNI)” , “O Sistema Nacional de Informações (SISNI) e a construção da Comunidade de Informação e da Polícia Política” e por fim “Montagens dos sistemas na Paraíba”, nos dedicamos a historicizar a construção do Serviço Nacional de Informações (SNI), a comunidade de informações e a comunidade de segurança conjuntamente, para assim podermos entender o grande complexo estatal de vigilância e segurança que se estruturou e se agigantou até os dias finais da Ditadura Militar, enquanto órgão de

controle e vigilância da sociedade civil. Analisamos, a construção destes serviços em caráter Nacional e sua atuação junto à Comunidade de Informação, para assim podermos entender o que seria tal órgão e o seu propósito político e social nesses anos de Ditadura Militar, tanto em caráter nacional, e também sua construção e atuação no Estado da Paraíba.

Utilizando uma vasta bibliografia para podermos compreender a orquestração do SNI, e seus modos operantes de ação, buscando perceber as nuances de atuação em cada contexto da Ditadura Militar. No tocante à Paraíba, utilizamos o relatório da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, pois é uma fonte importante para o entendimento da construção dessa narrativa, além dos artigos de intelectuais paraibanos.

No segundo capítulo, intitulado “Transição para a democracia e a emergência da Sociedade Civil” e seus respectivos três tópicos, “Processo de Transição Política”, “A Igreja Católica brasileira em anos de transição” e “A igreja Católica na Paraíba”. Discutimos, em específico, o período da transição “lenta, gradual e segura” para a democracia. Nesse segundo momento discorremos sobre o processo que deu na chamada abertura política, e o contexto que possibilitou tal processo, assim como a consequente emergência da sociedade civil no tocante à atuação da Igreja Católica progressista caráter nacional, as suas viragens de atuação políticas, e os meios que seguiam em suas ações pela justiça social junto aos movimentos sociais em geral no país em paralelo com a conjuntura internacional que perpassava todo esse contexto.

Também discorro sobre a atuação da Igreja Católica no Estado da Paraíba, seu processo de inserção nos movimentos sociais no campo, e, por seguinte, como essa atuava no Estado nesses anos de transição política. Utilizando-se do bastão da luta, da não violência e da justiça social vivenciada pelos trabalhadores rurais em tempos de tensão fundiária. Utilizo os depoimentos da comissão da verdade como narrativa da memória dos sujeitos que viveram esses anos políticos como fonte, além dos documentos da Agência Recife, que são nossa principal fonte de arguição.

Por fim, no terceiro capítulo, intitulado “Movimentos sociais no campo e Igreja Católica ‘progressista’ na Paraíba aos olhos do Serviço Nacional de Informações (SNI)” dividido em dois tópicos, “Conflitos de terra em período de transição e vigilância do Serviço Nacional de Informação (SNI)” e “Vigilância aos leigos e membros da Igreja Católica na Paraíba em participação nos movimentos sociais.”. Nos debruçamos nas fontes empíricas do Fundo – SNI Agência Recife. Analisando como o serviço vigiava

os aparelhos privados de hegemonia e os atores políticos que neles atuavam. Em que podemos analisar uma vasta gama documental que vigiava as ações desenvolvidas pelos trabalhadores rurais e sua ligação com os membros da Igreja Católica, ligados ao Arcebispo Dom José Maria Pires. Assim podemos perceber, através das fontes empíricas, a real ramificação que esse serviço tinha na sociedade civil, adentrando em áreas de privadas e violando os direitos básicos humanos, de reunião, de ir e vir e trabalhar.

Discorreremos também, acerca dos conflitos agrários em vigilância nos anos da transição, e percebemos como o SNI construía sua identificação das pessoas envolvidas nos processos históricos de conflito agrário. Assim como, uma forte vigilância em cima de membros da Igreja Católica que atuavam em setores ligados à Teologia da Libertação e os movimentos sociais como o Arcebispo Dom José Maria Pires, às freiras Irmã Marlene e Tony, os Freis Hermano José e Anástacio, e demais sujeitos leigos como Wanderley Caixe, Júlio Cesar, e ao líder sindical Sr João Lacerda, entre outros mencionados nos documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI) Agência Recife.

CAPÍTULO I – *Como eles agiam?* A montagem dos sistemas de vigilância e repressão na Ditadura Militar do Brasil.

1.1 A escalada do Serviço Nacional de Informações

Mas e as jaulas invisíveis? Em que relatório oficial ou denúncia da oposição figuram os prisioneiros do medo? Medo de perder o trabalho, medo de não encontrá-lo; medo de falar, de escutar, de ler. No país do silêncio pode-se terminar em um campo de concentração por culpa do brilho no olhar. Não é necessário despir um funcionário: basta fazer com que saiba que pode ser demitido sem sumário, e que ninguém lhe dará nunca outro emprego. A censura triunfa de verdade quando cada cidadão se converte no implacável censor de seus próprios atos e palavras. A ditadura converte em cadeias os quartéis e as delegacias, os vagões abandonados, os barcos em desuso. Não converte também em cárcere a casa de cada um? (GALENO, 2014, p. 88).

Nos anos em que transcorreram o contexto da Guerra Fria, os países do cone-sul vivenciaram as tensões e as atrocidades das investidas norte-americanas em nome da guerra anticomunista, ou Guerra Total, por meio da implementação, em grande escala, da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), vinculada “a teorias geopolíticas, ao anti marxismo e às tendências conservadoras de pensamento social católico, expressas por organizações como *opus dei*, na Espanha, e *Action Française*” (ALVES, 1987, p. 33). No Brasil, uma vasta propaganda política ia sendo instrumentalizada a partir da ideia de um perigo comunista iminente no país, que tinha como principais atores políticos setores da alta burocracia do Estado, os quais podemos hoje entender como os setores do alto escalão das Forças Armadas, assim como a burguesia nacional¹⁴, configurados através da classe empresarial e esferas conservadoras da sociedade civil, como a Igreja Católica, apoiando quase hegemonicamente a orquestração do Golpe, sendo aliada na construção desse imaginário no seio da sociedade brasileira.

É importante entendermos o papel da Doutrina de Segurança Nacional neste contexto, haja vista que um dos seus maiores orquestradores foi Golbery do Couto e

¹⁴ Exemplos destes órgãos que construíam uma parceria público-privada na busca por hegemonia são a “Escola de Administração de Empresas (fundada em 1950), o Instituto Brasileiro de Administração de Empresas e Instituto Superior de Administração e Vendas, o Escritório de Planejamento Econômico e social – EPEA, precursor do atual Instituto de Planejamento Econômico Social- IPEA, os Centros para Treinamento Administrativo (estabelecidos no Rio e em São Paulo sob os auspícios da *American Management Association*) e, finalmente, dois centros ideológicos-chave: o Instituto Brasileiro de Economia - IBRE - e a Fundação Getúlio Vargas – FGV – que haviam sido criados anteriormente” (DREIFUSS, 1981, p.77).

Silva, que programou e pensou a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e “de longe é o teórico brasileiro mais influente (ALVES, 1987 p. 33) deste período, assim como o papel da Escola Superior de Guerra (ESG) para a efetivação dessa manobra política, pois era dela que saíam os quadros políticos e militares que engendraram e construíram o Golpe Civil militar. Em torno disso, a ESG tinha um papel importante. Em um de seus princípios, ela afirma que “é preciso criar um instituto nacional de altos estudos, que se voltassem para a solução dos problemas de segurança nacional” (ARRUDA, 1980, p. 2). Para sê-lo, suas fileiras não se constituiriam só de militares, mas também de civis:

A ESG consolidou, assim, uma rede militar-civil que institucionalizou e disseminou a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Esta rede, organizada na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), promovia conferências, seminários, debates e cursos por todo o país, levando os princípios e doutrinas da ESG a outros protagonistas políticos civis e militares. (Ibid, 1987, p. 34).

Nesse sentido, a DSN deve ser compreendida como uma doutrina cuidadosamente construída no seio do país para a implantação do que foi a Ditadura Militar, utilizada pelos grupos IPES e IBAD, pelos intelectuais orgânicos do bloco econômico¹⁵ do Instituto de Pesquisa Social (IPES), criado só em 2 de fevereiro de 1962, mas que conspirou em demasia contra o Governo João Goulart, e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) junto aos setores militares, ancorados na ideia de um desenvolvimento econômico para o país. Segundo Dreifuss (1981, p. 78-79),

A aproximação ideológica entre os militares brasileiros e empresários e seus pontos de vistas em comum quanto aos caminhos e meios que levariam ao crescimento industrial foram traduzidos no acordo militar de 1952 entre o Brasil e os Estados Unidos. A seção 516 da sua ‘lei de Segurança Mútua’ expunha a necessidade de se encorajar a ‘eliminação de barreiras e de se proporcionar incentivos para um aumento constante na participação da empresa privada no desenvolvimento dos recursos dos países estrangeiros... (e) ...desencorajar, na medida do possível e sem interferir na realização dos objetivos essa lei, a prática de monopólio e de cartel que prevalece em certos países...’. Tendo em mente as práticas oligopolistas do capital multinacional, as cláusulas do Acordo Militar dirigidas contra o controle estatal de recursos estratégicos tinham, em fins da década

¹⁵Conceito ancorado na leitura acerca do Golpe Civil Militar teorizada em: DREIFUSS, René Armand. **1964: a Conquista do Estado**. Petrópolis, Vozes, 1981.

de cinquenta, um toque irônico e mesmo cínico. O Brasil estava se tornando rapidamente um ‘sistema e regime político penetrado’

Para a efetivação desse plano político econômico construía-se a já mencionada Doutrina de Segurança Nacional, que “indicava o caminho: fortalecer o serviço secreto. Em outras palavras: dar ao órgão status institucional, estrutura, poder e dinheiro” (FIGUEIREDO, 2005, p. 121). No entanto, antes desta efetivação dos órgãos, é necessário compreender os caminhos e o papel que as forças armadas tinham antes do Golpe Civil Militar, e viragem na atuação política com a construção e efetivação da DSN neste contexto.

Ao analisar o papel das Forças Armadas no processo político brasileiro, deve-se levar em consideração duas fases: a primeira, antes de 1964, quando os militares intervinham na política, restabeleciam a ordem institucional, passavam a condução do Estado aos civis e retornavam aos quartéis, exercendo a função **arbitral-tutelar**; a segunda, depois de 1964, sob a égide de Doutrina de Segurança nacional (instrumentalizada pela Escola Superior de Guerra), quando os militares, após o golpe, assumem o papel de condutores dos negócios do Estado, afastando os civis dos núcleos de participação e decisão política, transformando-se em verdadeiros atores políticos, com os civis passando a meros coadjuvantes no sentido de dar o regime uma fachada de democracia e legitimidade. (BORGES, 2003, p. 16).

Nesse ínterim, ancorados na ideia de “salvadores da pátria” por meio do Destino Manifesto¹⁶ e com a ajuda e orquestração dos Estados Unidos da América, as forças armadas, sob a égide da “guerra total; guerra limitada e localizada guerra subversiva; ou revolucionária; guerra indireta ou psicológica¹⁷” (ALVES, 1987, p. 30) e por meio da Escola Superior de Guerra e pela Escola Nacional de Informações (ESNI), construíram órgãos de Informação e Segurança. Estes tinham o intuito de resguardar os anseios militares na condução da sociedade civil nos 21 anos de Ditadura Militar, em busca do inimigo interno subversivo. Tal ideia serviu de base para as ações arbitrárias à população, pois:

¹⁶ A ideia de que são os reais salvadores da nação. BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares.” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** (O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003: 167-205.

¹⁷ Para mais informações sobre esses tipos de táticas de guerra, ver: ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984).** São Paulo: EDUSC, 2005.

A teoria do ‘inimigo interno’ induz o governo ao desenvolvimento de dois tipos de estruturas defensivas. Primeiro, o Estado deve criar um Aparato Repressivo e de controle armado capaz de impor sua vontade e, se necessário, coagir a população. Depois, ele montará uma formidável rede de informações políticas para detectar os ‘inimigos’, aqueles setores da oposição que possam estar infiltrados pela ação comunista, ‘indireta’. Tudo isso implica ainda a centralização do poder de Estado no Executivo federal, que poderá então operar o vasto aparato de segurança interna. Segue-se também que os setores mais intimamente vinculados à coordenação das forças repressivas e de informação vêm a ser os detentores de facto do poder no interior do Estado de Segurança Nacional (ALVES, 1987, p. 41).

Nos primeiros momentos de implementação dos anseios golpistas dos militares, os serviços de informação e segurança ainda se encontravam no início de sua maturação, haja vista que sua efetivação como órgãos que ficaram na memória coletiva como violadores dos direitos humanos e máquinas de espionagem só aconteceria nos anos de 1969 – 1970. Antes disso, no dia 9 de abril de 1964, o “alto comando da revolução”, militares que engendraram os primeiros passos do golpe, instituiu o “Ato do Comando Supremo da Revolução nº 9” e a “Portaria nº 1”. Estes se constituíram no Inquérito Policial Militar, os “IPM’s”, que trouxeram consequências à vida da sociedade civil. Isto porque, com eles, a ditadura militar cassou empregos, perseguiu e cometeu diversas arbitrariedades a pessoas que outrora haviam apoiado João Goulart, além de outros assuntos que saíam do entendimento do que seria permitido pelo militares. Os referidos inquéritos se organizavam em comissões instaladas em diversos setores do Governo Federal e, já no início do golpe, os militares construía seu caminho de perseguição e controle, com “o alto comando” deixando a ideia dos IPM’s estruturada para que, durante o governo de Castello Branco, fossem instauradas as suas primeiras ações.

Alguns meses depois, por meio do Decreto-Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, é criado o Serviço Nacional de Informações (SNI). Em um primeiro momento, tratava-se de um órgão subordinado ao poder Executivo (Conselho de Segurança Nacional) e não ao Congresso Nacional – em relação a este, tinha grande autonomia. Com a competência de assessorar e organizar informações ao então Presidente da República Castello Branco, o SNI, idealizado pelo então General Golbery do Couto e Silva, não teve a sua criação deslocada de um intuito político. Antes, havia outros órgãos com tais competências, porém com bem menos incentivo e preparação que o

SNI, cuja fama “se justifica em função do poder que este órgão concentrou durante os anos do governo militar” (ANTUNES, 2001, p. 42), pois:

As instâncias de repressão estavam sendo montadas desde a chegada dos militares no poder. A espionagem e a polícia política já haviam existido em outro momento do Brasil republicano antes do golpe, embora não exatamente com iguais propósitos e com a mesma complexidade. A novidade do regime militar foi a entrada das Forças Armadas nessas atividades, pois elas entendiam que as forças policiais não reuniam condições para combater a ‘subversão’, além de serem, segundo os militares, muito descentralizadas” (GOMES, 2014, p. 84).

Assim, para entendermos essa novidade e as tais “inoperâncias” dos serviços anteriores ao SNI e a posteriormente nomeada “Comunidade de Informações”, mostra-se necessário construirmos uma narrativa sobre os órgãos precedentes a esse poderoso órgão que veio a se tornar o SNI¹⁸ e a Comunidade de Informação e Segurança no transcorrer da Ditadura Militar para melhor entendermos a necessidade dos militares de estruturar e manusear (como bem fizeram) tais órgãos. É importante ressaltar que, devido a seu alcance, esses órgãos impregnaram-se à memória coletiva da nação, embora tenha havido outros serviços com esse intuito na história do Brasil.

O primeiro órgão com esse intuito de informação e contrainformação foi o Conselho de Defesa Nacional, criado por Washington Luís através do decreto 17.999, de 29 de novembro de 1927. Tinha um caráter mais consultivo e que abrangia diversas pautas do país, como “financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da Pátria” (ANTUNES, 2001, p.43). Já no período de Getúlio Vargas, esse mecanismo estatal teve seu nome e funções alteradas para Conselho Superior de Defesa Nacional (CSSN). Após golpe de estado em 1937, Vargas direcionou o serviço para assuntos estritamente ligados à segurança do país. Mesmo com tais mudanças, esse órgão não teve alterações estruturais ligadas ao assunto de informação.

Na busca de serviços que pudessem acompanhar a conjuntura histórica e que fossem ágeis para a segurança do país, em 1946, por meio de Decreto-Lei nº 9.775, de 6 de outubro, foi criado o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI). Por ter sido concebido no período pós-Segunda Guerra Mundial, “tem-se um conjunto de fatores que propiciarão o surgimento de uma nova mentalidade militar no Brasil”

¹⁸ Frase referente ao dito do próprio criador “dezesete anos depois de tê-lo criado, viria a chamá-lo de ‘monstro’” (GASPARI, 2002, p.153).

(LAGOA,1983, p.11), haja vista que os países passaram a perceber a necessidade de possuírem mecanismos próprios em que se pudesse aglutinar, organizar e trabalhar com informações, as quais tinham o intuito de resguardar a segurança do país. O novo horizonte histórico trazido pela Segunda Guerra e as investidas nazistas e fascistas fizeram com que a segurança e a carência de possuir informações entrassem na pauta dos países.

Assim como os países receosos com o avanço das ideias socialistas e após a tentativa frustrada do Levante de 1935 do Partido Comunista do Brasil, os militares enxergavam uma necessidade de crescer e fortificar suas noções de segurança contra o que chamavam de “ameaça comunista”. Assim:

Foi a primeira vez que se estabeleceu no país, oficialmente, a preocupação com a contra-espionagem e a contra- informação, não obstante a efetivação do SIFIC, como órgão produtor de informações, somente viria a ocorrer quase doze anos depois, durante o governo Juscelino Kubitschek [...]. Na realidade, o Decreto 27.583 de 14 de Dezembro de 1949 foi o primeiro instrumento legal a ter como objetivo principal proteger e classificar as informações julgadas pelo Estado brasileiro como sensíveis para a sua segurança (ANTUNES, 2001, p.45).

Dessa forma, o SFICI também teve apoio e bases estruturais para a sua formação e ação ancorados em ideias e traços apontados pelos Estados Unidos da América, com o intuito de organizá-lo aos moldes da *Central Intelligence Agency* (CIA), serviço existente nos EUA. Em 1956, de acordo com depoimento concedido ao Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDOC) pelo general Rubens Bayna Denys:

Quatro pessoas foram enviadas aos Estados Unidos no ano de 1956 com a intenção de compreender a estrutura e o funcionamento dos serviços de informações norte americanos: o coronel Humberto Souza Melo, o major Knack de Souza, o delegado de polícia José Henrique Soares e o então capitão Rubens Denys. Participaram de reuniões no Departamento de Estado americano, na CIA e no FBI, onde professores e instrutores os orientaram sobre o modo de organizar e montar um serviço de inteligência (ANTUNES, 2001, 46).

Assim, quase 10 anos antes do Golpe Civil Militar de 1964, as bases que, mais à frente, serviriam como alicerce básico dos serviços que *a posteriori* seriam criados – objetos de nosso estudo –, já vinham em construção pelo Estado brasileiro na busca de implantar a Doutrina de Segurança Nacional a partir do modelo norte-americano, em um contexto de Guerra Fria cujos serviços de informações e segurança dos países adentravam um caráter ideológico diante do mundo bipolarizado.

Contudo, vale salientar que “a doutrina ou ideologia de segurança nacional e desenvolvimento teve de se adaptar, ao longo do tempo, aos ditames dos mandantes do momento” (FICO, 2001, p. 41). Nesse contexto, a estruturação da Escola Superior de Guerra foi fundamental, pois ela foi a responsável pela formação dos intelectuais do Estado em busca desse intuito de implementação da Doutrina de Segurança Nacional, mais tarde aprofundada pela criação da Escola Nacional de Informações (ESNI) e que ansiava pelo fim do movimento comunista, segundo os militares, em curso no país:

‘A Escola Superior de Guerra nasceu sob a inspiração de alguns princípios imaginados pelos pioneiros que elaboraram suas normas de implantação. Entre esses princípios merecem destaque os que afirmam que a Segurança Nacional é função mais do Potencial geral da Nação do que se seu Potencial Militar, e que o desenvolvimento do Brasil vinha sendo retardado por motivos suscetíveis de remoção, à espera de que se utilizassem a energia motriz contida nas elites¹⁹ capazes de assumir os encargos de direção do esforço nacional’. A doutrina da ESG parte do princípio de que toda ação racional pressupõe dois elementos: fins a atingir e meio a empregar. Na ação que dirige -fins da Nação ou Objetivos Nacionais; e os meios são a capacidade e a vontade do grupo, ou seja, o Poder Nacional. O Poder Nacional é a ‘expressão integrada dos meios de toda ordem de que dispõe a Nação para alcançar e manter, interna e externamente, os Objetivos Nacionais’, o Poder Nacional por sua vez, se expressa política, econômica, psicossocial e militarmente’ (LAGÔA, 1983, p. 13).

Para compreendermos onde se localizam os serviços de informações na estrutura militar é preciso entender a que enquanto órgãos mistos, O SIFICI e o SNI eram compostos por civis e militares, esses agrupados na 2º seção das forças armadas que é onde localizam-se os serviços de inteligências militares. Sobre isso, podemos compreender:

Na área militar, as atividades de informação, seguindo um modelo internacional, estiveram sempre a cargo das 2º Seções das unidades militares de cada Força. Vale lembrar que as Forças Armadas contam com cinco seções, destinadas, entre outras atribuições, a atividades de pessoal, informação, operações, apoio logístico e relações públicas. Tradicionalmente, coube às 2º Seções as atividades de informação. Percorrendo a cadeia de comando, elas confluíam verticalmente até chegar ao chefe do Estado Maior de cada Força e ao ministro da área, se necessárias. Este foi o modelo até 1967, quando alguns oficiais, treinados em cursos de informação no exterior, avaliaram essa estrutura como sendo extremamente burocrática, lenta, sem capacidade de decisão, sem agilidade operacional e, mais do que isso,

¹⁹Nesse fragmento do manual da Doutrina Básica da ESG é interessante percebermos seu caráter classista já sinalizado por Dreifus, que se constitui no poder das classes dominantes na manutenção e estruturação dessas ações do Estado.

sem recursos financeiros expressivos (D'ARAÚJO, CASTRO, 1997, p.15).

Essa ruptura de modelo em 1967 e o crescimento e a autonomia que o SNI e alguns serviços da comunidade de informação obtêm nesse contexto tornam-se evidentes. Além disso, em 1969, junto a essa viragem da 2ª Seção, a Operação Bandeirantes (OBAN) marcou a memória civil acerca da repressão. Criada em São Paulo pelo general José Canavarro Pereira, dentro do II Exército, o referido órgão contou com o delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DOPS de São Paulo, que se destacou como torturador e carrasco dos militantes de esquerda. A operação, de caráter privado e público, era um misto de caráter policial e militar, financiado por empresas privadas com o intuito de ceifar organizações contra-hegemônicas à Ditadura Militar, que agiu de maneira desumana e desleal para com os inimigos da “Revolução”.

Ao falarmos do SIFIC, é importante pontuar o caráter embrionário que este possuiu em seus anos de atuação, antes de ser substituído pelo SNI. Apesar disso, o órgão teve sua importância, já que serviu de base para a criação do SNI. Em 1958, o SIFIC passou por formulação, sendo dividido em 4 subseções: de questões exteriores, de questões interiores, de operações e de segurança interna. Mas, segundo o ex-presidente Ernesto Geisel, em depoimento referente aos serviços de informações e contra informações:

Desde que se criou o Conselho de Segurança no tempo de Getúlio, Conselho que foi preconizado e proposto pelo general Góes Monteiro, em todos os ministérios havia uma seção de segurança. Era uma seção de segurança nacional, mas que, praticamente, era de informações e contra informações. Embora existissem desde aquele tempo, muitas dessas seções não estavam organizadas nem funcionavam. Procurou-se reativá-las. No tempo do Castelo eles não tiveram maior expressão. Depois começaram com maior atividade, querendo influir nos ministérios, o que, contudo, não era a função delas. Cabia-lhes colher informações e sugerir medidas para combater ou alunar tendências ou ações consideradas prejudiciais à segurança. Assim, houve uma interferência excessiva na vida dos ministérios (D'ARAÚJO, CASTRO, 1997, p.187).

No início dos anos de 1960, de acordo com alguns generais, o Serviço de Informações e Contra informações (SFICI) já se encontrava estruturado, todavia sofreria uma grande viragem ao ser coordenado pelo criador do SNI, o então Coronel Golbery de Couto e Silva, que o assume em 1961, tentando “tornar o serviço mais eficiente e, portanto, entre outras inovações, aumentou o número de funcionários, estendeu a atuação do órgão para vários estados brasileiros e investiu em capacitação de pessoal ao

criar um curso de formação” (GOMES, 2014, p. 92). Mesmo com a posse de Golbery, há demasiadas controvérsias sobre a estruturação desse serviço. Alguns apontam que este não era eficiente porque que não serviu para alertar a João Goulart que havia um golpe em marcha contra ele. Essa falta de eficiência é confirmada pelo general Fiuza de Castro em entrevista ao CPDOC, quando confrontado sobre a existência de serviços de informação e contrainformação antes do Golpe Civil Militar:

Existia, mas era muito incipiente. Funcionava ali naquela Casa da Borracha e não fazia outra coisa se não ser um cabide de empregos. Não tinha estrutura. Não tinha informante, não tinha dinheiro, não tinha redes, não tinha infiltrados, não tinha nada. O que produzia era só palpite. Além disso, os serviços de informações das Forças Armadas mais bem estruturados eram todos contra o governo. Vejam bem. O Cenimar²⁰, que é o mais antigo e o mais organizado serviço secreto das Forças Armadas, era totalmente contra o governo, e era – e é – impenetrável: ninguém conhece o Cenimar. Não havia CIE, não havia a D2, do gabinete do ministro, a 2º Seção do Estado Maior do Exército e as segundas seções das unidades, que geralmente eram contra os movimentos esquerdistas. Não iam informar ao João Goulart que estava sendo articulado uma conspiração. Ele de nada sabia. (D’ARAUJO; SOARES; CASTRO, 2004, p.163).

Sobre essa inoperância, é importante frisar que “os que atuaram na agência afirmam que ela funcionava muito bem, que estava muito bem estruturada e equipada e os que ocuparam após o golpe alegam que o serviço não funcionava de forma eficaz” (ANTUNES, 2001, p.50), ou, como Figueiredo nos informa, que seis meses antes do Golpe Civil Militar “o chefe do Sfici, Carlos Ramos de Alencar, chegou a mencionar, numa conferência da ESG, que havia por parte de setores das Forças Armadas ‘uma preocupação de limitar as atividades do órgão’” (2005, p. 132). Ou seja, fica para reflexão as reais pretensões e anseios dos militares nesses anos antes do golpe.

No que tange ao seu fim, em 1964, e substituição pelo recém-criado Serviço Nacional de Informações, que se ramificaria com a posterior estruturação do Sistema Nacional de Informações (SISNI) – tendo o SNI como o seu órgão principal – o serviço de informação no país caminhou para outro patamar de entendimento sobre informação e contrainformação. Todavia, para chegarmos à estruturação destes órgãos, é necessário compreender como os agentes organizadores galgaram espaço e prática para isso.

²⁰ Será abordado mais à frente, neste capítulo.

O SNI teve em suas primeiras fileiras de atuação agentes e funcionários civis do antigo SFICI, assim como os documentos do antigo serviço serviram para que o SNI galgasse seus primeiros passos no quesito da informação e contrainformação do país. Seu primeiro fichário de informações foi oriundo do SFICI, assim como também a sua primeira sede foi construída nos moldes do anterior serviço.

Nesse âmbito de criação e maturação dos serviços de Inteligência e Segurança, é válido elucidar a estrutura interna dos militares e suas cisões, que são de grande valia na compreensão dos caminhos construídos por esses órgãos no decorrer da Ditadura. Isto porque, mesmo havendo certa unidade na ação dos militares – divulgada para a sociedade civil e para fora dos seus quartéis e instâncias de decisões –, percebiam-se divergências no entendimento em relação a esses órgãos.

Sobre essas cisões de entendimento entre os militares, o historiador João Roberto Martins Filho nos traz uma concepção mais alargada. Para ele, havia quatro grupos distintos que disputavam hegemonia dentro das instituições militares: os Castelistas, a linha dura, os Albuquerqueistas e os palacianos.

Os castelistas eram os herdeiros de Castelo Branco e de suas ideias e, portanto, ficaram muito enfraquecidos com a morte do ex-presidente, só voltando ao prosclênio político nos primeiros anos da década de 1970. Os ‘duros’, ao contrário do que a historiografia costuma veicular, não seriam identificados com o próprio governo Costa e Silva, mas compunham o núcleo de oficiais agrupados em torno dos coronéis Boaventura e Ruy Casto, tendo como ideólogo principal o ex-governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda. Esse grupo tinha muita dificuldade em ‘estabelecer ligações orgânicas com a hierarquia militar’ e, portanto, sempre vira seus projetos serem derrotados. A terceira tendência - os ‘albuquerqueistas’ - estava ligada ao general Albuquerque de Lima e se caracterizava por um nacionalismo exacerbado e pela contrariedade de tal figura às políticas de desenvolvimento de Castelo Branco. Por último, os palacianos eram os associados diretamente a Costa e Silva, tais como o general Jayme Portella e o coronel Mário Andreazza. Esses militares não teriam um ideário definido e distinguiam-se justamente pela proximidade com o presidente e pela possibilidade de influências suas decisões” (MARTINS FILHO, 1995, p.116-122 Apud GOMES, 2014, p. 86-87).

A diversidade do corpo dos militares era imensa e por isso eram compostos por diferentes frações, mas tais distinções não se exacerbavam ao público, mantendo assim sempre sua unidade para os civis. No entanto, por serem sujeitos com subjetividades e objetivos diversos:

“Os militares” compunha-se de uma variada gama de cores políticas que se estendia desde aqueles que eram comprometidos com as formalidades da legislação democrática (especialmente os militares oriundos da ESG) até despóticos que as desprezavam *vis-à-vis* suas utopias autoritárias (extremistas de direita que tinham posições anticomunistas); ou desde os que se batiam por um nacionalismo ufanista baseado nas ‘grandezas brasileiras’ e os que admitiam as insuficiências do país tendo em vista um projeto global de desenvolvimento (FICO, 2001, p.41).

Essa separação entre “duros” e “moderados” era bastante simplista. O ex-presidente Ernesto Geisel, por exemplo, um dos Castelistas, considerado moderado, em entrevista aos pesquisadores do CPDOC, afirmou que a tortura era um mal necessário. Sobre os militares da linha dura, e sua “origem” na história militar do país, o historiador Carlos Fico remonta ao período de 1964, em que o presidente em exercício Castelo Branco, “militar legalista, tentava minimizar os efeitos da atuação da linha dura, sendo moderado nas punições. Essa foi a impressão que ficou, origem da distinção entre radicais e moderados, ou ‘duros’ e ‘castelistas’” (2001, p. 37). Carlos Fico ainda aponta que Castelo Branco tinha grande acesso e aparato para realizar, assim como realizou, ações nada legalistas, liberais ou brandas em detrimento da democracia brasileira. Por isso, reforçamos a importância e cuidado com a utilização desses termos ao nos dirigirmos a esses setores da história brasileira.

Outro aspecto relevante de ser elucidado é a distinção entre órgãos de Segurança e órgãos de Informação dentro do período ditatorial. Nos anos de Castelo Branco, os serviços de Segurança, que anos após ficariam na memória coletiva como os porões da Ditadura, não se encontravam sequer em fase embrionária. Eles faziam parte de um planejamento que habitava o pensamento dos militares “linha dura”, tendo se concretizado apenas posteriormente. Todavia, os serviços de informações já galgavam espaços de atuação, como o SIFIC.

É relevante pontuar que, por “segurança”, compreendem-se os órgãos que exerciam funções pragmáticas, prisões, torturas, interrogatórios. Já os órgãos de “informação”, constituem-se como serviços de coleta, análise e distribuição de informações entre a comunidade de informações, sendo o SNI um dos órgãos dessa estrutura. Porém, é evidente que os órgãos de informações se misturavam em ações de segurança; assim, a distinção traçada aqui se faz necessária para a melhor compreensão da atuação desses serviços, seus agentes civis e os militares.

Compreendendo os serviços de informação como órgãos de coleta e análise de informações, pressupõe-se que estes atuavam com prática de espionagem, já que órgãos desse tipo são necessários para a segurança das nações. Contudo, sob o gerenciamento de governos autoritários, tornam-se máquinas de violações humanas, adentrando as esferas privadas da vida cotidiana da sociedade civil – “o que, em uma democracia, funciona como instrumento de auxílio para tomadas de decisão dos chefes de Estado, nas mãos de ditadores, torna-se uma arma de coação” (GOMES, 2014, p. 91).

São evidentes as técnicas utilizadas pelos órgãos de informação nesse processo de coleta. Agentes civis e militares infiltravam-se em comícios, reuniões e organizações para conseguirem materiais pertinentes que servissem de informação para a manutenção dos serviços e, conseqüentemente, a hegemonia do poder em vigor. Ao mencionarmos a espionagem como prática, devemos questionar a definição mais popularizada no senso comum, que coloca atividades de inteligência como artimanhas de “trapaças e chantagens, imagem amplamente incentivada pela literatura ficcional e pela mídia. Não obstante, o termo *intelligence* seja um eufemismo anglo-saxão para espionagem, esta é apenas uma parte do processo de inteligência” (ANTUNES, 2001, p. 19). A manutenção e orquestração dessa malha da inteligência brasileira aqui estudada é, pois, imensamente complexa e repleta de meandros em sua construção.

1.2 Montagem dos sistemas de vigilância no Brasil: o Serviço Nacional de Informações (SNI)

O novo governo pós-golpe civil-militar foi construído em três pilares: a criação do SNI, um novo Plano Econômico e uma política de controle salarial. O primeiro pilar estruturante foi o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), seguido das diretrizes de controle salarial impostas à sociedade civil. “A constituição do novo Estado implicava a institucionalização da rede de informação necessária ao controle do ‘inimigo interno’ e o assentamento das bases do modelo econômico” (ALVES, 1987, p. 71). Tais mecanismos de controle social eram necessários para a efetivação do programa dos militares que iria, em 21 anos de ditadura, expandir seus poderes e hegemonia frente ao país e ao mundo em contexto de Guerra Fria. A criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) já vinha montando seus espaços e atuando em suas primeiras ações, configurando-se como um serviço de inteligência que, posteriormente,

tornar-se-ia um “gigante” que tudo vê e tudo coleta sobre as atividades da sociedade civil organizada e até de seus aliados políticos.

Em 1964, para auxiliar a construção do SNI, o governo americano enviou para terras brasileiras Stephen Creane, um agente da CIA que ficou disponível para auxiliar Golbery. No entanto, a relação entre este e o agente extrapolava suas funções, de modo que o mentor do SNI “discutia com ele assuntos ligados à subversão na América Latina e chegou a dar palpites na redação da Lei de Segurança Nacional e a fazer gestões para que determinadas escutas telefônicas (ilegais) não fossem desativadas” (FIGUEIREDO, 2005, p. 134).

Para os militares, era notório que eles careciam de um bom e forte serviço de inteligência que garantisse a efetivação de suas vontades políticas e militares. O serviço anterior não dispunha da gana e anseios buscados pelos militares agora no poder da nação, pois, segundo Castelo Branco, faltavam “as facilidades e a autoridade indispensável para estabelecer as relações entre os diversos níveis da administração pública” (OLIVEIRA, 1999, p. 48). Seu idealizador, o general em reserva militar Golbery de Couto e Silva, ou “o Bruxo”, como ficou conhecido, foi um importante estrategista político e intelectual orgânico dos militares. No Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), “havia conseguido reunir alguns milhares de fichas e dossiês” (ALVES, 1984, p. 25).

Assim, os documentos do SFICI deram início aos primeiros momentos de vigilância do SNI. De acordo com Oliveira (2005, p. 124), o general “já tinha um projeto de serviço secreto na cabeça. Precisou apenas colocá-lo no papel, o que fez com que as coisas andassem rápido. Assim, menos de um mês e meio após o golpe, o governo enviava ao Congresso o projeto lei que criava o SNI”. Porém, é válido pontuar que o serviço só se tornou uma grande máquina alguns anos depois com a chegada da linha dura ao poder:

O SNI foi criado em 1964, momento que a linha dura agia de maneira assistemática, ou, para dizê-lo cabalmente, fase em que inexistia o sistema de segurança, que se implantaria formalmente cerca de cinco anos depois. (FICO, 2003, p. 42)

Criado em 13 de junho de 1964 como órgão diretamente subordinado à presidência da república, o SNI era isento das decisões do congresso. Em seu primeiro momento em lei, redigida em dez artigos referentes ao seu proceder, respondia apenas

aos anseios de Castelo Branco e de seus aliados, resistindo às pressões e conflitos intramilitares de como esse órgão deveria seguir. Inicialmente, sua função era apenas a de superintender e coordenar as atividades relacionadas à informação e contrainformação que garantissem a segurança nacional do país, como também em proveito do Conselho de Segurança Nacional, mas não mais subordinado a este como antes era o SFICI. O SNI agora iria caminhar “na busca de promover, no âmbito governamental, a difusão adequada das informações e das estimativas decorrentes”²¹.

Em seus dez artigos, a função e o procedimento do serviço pareceram muito vagos, deixando brechas para atuações em que, posteriormente, puderam ser observados desmandos e práticas contra os direitos humanos, não explicitando o que nem quais seriam as informações e contrainformações buscadas – “o novo órgão estava sendo criado para mandar muito e sem ser cobrado” (FIGUEIREDO, 2005, p. 125). O artigo 2º, ao mencionar as noções de informação e contrainformação, não deixa claro o seu intuito, ficando a cargo do entendimento de quem está no poder. Segundo a lei, “o Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação, em particular as que interessem à Segurança Nacional.”²²

Fica evidente que os militares, agora no poder, careciam de uma estrutura secreta, em que suas ações ficassem fora do conhecimento da sociedade civil. Os militares não afirmavam que estava em construção um serviço secreto de espionagem, no país, mas que na prática foi o que se configurou. O SNI e respectivamente os demais órgãos da comunidade de informação e segurança foi o resultado de uma maturação ideológica, que se baseava em uma perspectiva de “via controle policial e militar, a sociedade poderia ser moldada de uma forma estática e desideologizada” (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 2004, p. 24).

Em sua orquestração, os serviços de informação e segurança, mesmo com disputas já mencionadas entre os militares, mantinham um aspecto de unidade na ação. Sua busca era conquistar a sociedade civil, construir hegemonia e barrar o “avanço comunista” que se construía no país no cenário de golpe e pós-golpe. Para isso, era

²¹ Lei nº 4341, de 13 de junho de 1964.

²² Lei nº 4341, de 13 de junho de 1964.

crucial efetivar tais práticas de vigilância e perseguição. O poder que o SNI pretendia ter (e teve) precisava estar respaldado, e assim ele foi.

O SNI, era de área Restrita às ordens do Poder Executivo, “tendo como cliente principal o Presidente da República, o SNI expandiu suas atividades, ultrapassando os limites da área de informações e de operação. Tornou-se também um gerenciador de atividades políticas e empresariais” (Op. Cit, p. 14). Nesse contexto, sua efetivação também se deu por meio de disputas internas dos próprios militares dentro da orquestração dos anos da Ditadura, por intermédio das disputas intramilitares castrenses que Segundo Oliveira (2005, p. 123, 124):

Castelo ordenou então a criação do SNI e, malandramente, estipulou que o novo órgão deveria ficar sob supervisão direta da Presidência da República e não do conselho de Segurança Nacional, como acontecia com o Sfici. Nem Portella²³ nem Costa e Silva podiam reclamar da decisão, que era de uma lógica irretocável. Afinal, o que a ESG mais reclamava em seus estudos era o estabelecimento de um serviço secreto ligado à Presidência, sem intermediários. Não havia dúvidas de que o novo desenho institucional do serviço era uma aspiração das Forças Armadas. Se de quebra ele anulava os duros na disputa pelo setor de informações, melhor ainda para Castello.

Mesmo com as divergências observadas na construção e efetivação dos diversos órgãos que abarcavam as noções de segurança, operação e informação, havia uma unidade na ação que não podia ser quebrada, tampouco visibilizada para a sociedade civil, predominando, assim, uma unidade na preservação da corporação militar durante todos os anos de Ditadura Militar brasileira, cuja imagem construída “para fora”, com intuito “de preservar o ‘espírito de corpo’ da instituição em face das críticas da sociedade civil, omitiu a existência de fortes clivagens internas” (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 30).

Ao efetivar esse órgão – que, tendo ideias novas em relação às exercidas pelo SFICI ainda seguia seu caráter secreto – o SNI também herdou do antigo serviço seus agentes, tanto civis quanto militares, pois o corpo duro do SNI, em um primeiro momento, expressava-se por meio de ex-sficianos, como o próprio Golbery, Newton Cruz, Octavio de Melo e João Baptista Figueiredo que, ao ser nomeado pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, era encarregado de suprir as necessidades do

²³ Tanto o general Jayme Portella como Costa e Silva se enquadravam como “duros”, em “oposição” ao então grupo da ESG, que saiu vencedor nos primeiros anos de Ditadura Militar. Costa e Silva, Presidente da República anos mais tarde, era, nesse período, Ministro da Guerra.

SNI em âmbito financeiro de materiais a seus funcionários, tanto civis quanto militares em atuação, segundo a lei já mencionada: “O pessoal civil e militar necessário ao funcionamento do SNI será proveniente dos Ministérios e outros órgãos dependentes do Poder Executivo, mediante requisição direta do Chefe do Serviço.”²⁴ E ainda: “Além desses servidores requisitados, poderá ser admitido pessoal sob o regime da legislação trabalhista, mediante processo seletivo próprio disciplinado em regulamento”.

Sobre o sentido ambíguo da lei de criação do SNI, pode-se observar o contexto vivido no país e por que não houve restrições efetivas em tal lei. Castelo Branco, mesmo considerado “legalista”, era coberto de mecanismos de controle que garantiriam seus anseios, e “como ninguém sabia mesmo para que serviria o SNI, restou aos oposicionistas (ou, melhor dizendo, aqueles que teria sobrevivido ao expurgo do AI-1) questionar por que o órgão teria tantos poderes” (FIGUEIREDO, 2005, p. 126).

Em oposição à implementação do SNI, há o caso do ex-deputado petebista João Herculino, que se mostrou de “luto” pelo país usando indumentária preta no Congresso Nacional devido à aprovação do serviço e em protesto pela “morte da democracia”. Em 1968, o deputado teve seus direitos políticos suspensos por 10 anos e seu mandato cassado pelo AI- 5. Sobre o projeto do SNI, podemos observar:

Vago e ambíguo, o projeto de lei chegou ao congresso em meados de maio, justamente num momento em que a Câmara e o Senado se encontravam de joelhos. No mês anterior, o Comando Supremo da Revolução havia iniciado a operação limpeza no congresso. Com um Ato Institucional - uma invenção institucional da ditadura -, o governo cassou o mandato de cerca de 10% dos parlamentares. Além de mutilar o Congresso, o AI-1, como o ato ficaria conhecido, não poupou os sobreviventes do Parlamento, impondo-lhes uma série de medidas que desidratam seus poderes. Expurgando e humilhando, o Congresso passou então a debater o projeto do SNI sem saber exatamente do que ele tratava. Poucas vezes na história republicana tantos parlamentares entenderam tão pouco e a respeito da matéria que estavam votando. Exatamente como queria o governo (FIGUEIREDO, 2005, p. 126).

Um aspecto utilizado como justificativa para a implantação de um órgão dessa magnitude era a carência do país frente ao serviço anterior (o SFICI) e a necessidade dos países em processo de desenvolvimento ou desenvolvidos de possuírem um serviço de informação e contrainformação para garantir a sua segurança e hegemonia do país

²⁴ lei n° 4.341, de 13 de junho de 1964.

diante dos avanços do comunismo e demais fatores perigosos à Doutrina de Segurança Nacional do país.

Com isso, afirmavam que a execução de um órgão como esse não era apenas características de um regime ditatorial. Todavia, vale trazer a reflexão de que os países ancorados na construção do SNI no Brasil não tinham, em suas ações, tal estrutura. Exemplo disso são os Estados Unidos da América, um dos países que mais auxiliou o Brasil na construção desses serviços, que serviram como grandes máquinas de violação aos Direitos Humanos. Em suas ações, não misturam os órgãos de Informação com os de Contrainformação como no Brasil. Atuando dentro e fora de seu território, lá, até os dias atuais, as ações são separadas: a CIA operando fora do país e o FBI em território estadunidense.

Outros exemplos de ações não centralizadas são os de países como a França, com sua Direção Geral do Serviço Exterior (DGSE) e a Direção de Vigilância do Território (DST), e a Alemanha, com o Serviço Federal de Inteligência (BnD) e o Serviço de Proteção da Constituição (BfV). Essas duas nações também auxiliaram o Brasil na construção intelectual para atuar nos órgãos de informação, porém, em seus órgãos, não possuíam tal aspecto centralizado e de grande poder como o SNI. De acordo com o jornalista Lucas Figueiredo, “nem mesmo a KGB tinha tanto poder quando o SNI, já que o serviço secreto soviético era obrigado a prestar contas do que fazia à cúpula do Partido Comunista” (2005, p. 129).

Ainda no ano de 1964, em dezembro, o SNI passou por sua primeira mudança por meio de regulamentação, que colocava a Agência Central, no Rio de Janeiro, como a responsável pela seleção das informações que as outras agências recolheriam, passando a ser dividida em três setores de atuação. O primeiro deles foi a seção de Informações Estratégicas, de caráter importantíssimo para o novo Regime. As outras também tinham sua importância; no entanto, essa aglutinava as preciosas informações recolhidas por todas as agências que respondiam ao SNI no Rio de Janeiro. Dessa forma, tinha o papel de processamento e triagem das informações que chegavam.

Um fato interessante sobre esse processo de triagem e veracidade das informações foi a resposta dada pelo então chefe do SNI, nos anos de 1969 até 1974, com o fim do mandato de Garrastazu Médici. Em entrevista ao CPDOC, o Coronel

Carlos Alberto da Fontoura²⁵, ao ser indagado se confiava nas informações que lhe chegavam, respondeu: “Mas mesmo a contrainformação não conseguia saber tudo. É humanamente impossível. São os riscos. É muito difícil saber se o que chegava a mim, em poucas linhas, era absolutamente verdade ou não” (D’ARAUJO, CASTRO, 1997, p. 92). E continuou: “Era obrigado a acreditar. Porque se fosse mandar saber de tudo, teria que pôr os 149 milhões de brasileiros no serviço de informações colhendo informações sobre um milhão. Não há nada perfeito. Nós temos que nos sujeitar à imperfeição humana” (Op. Cit, p. 93).

Tal afirmação do Coronel abre precedente de desconfiança sobre como o Serviço Nacional de Informações agia; se suas informações, que tanto foram danosas à população e a diversos setores da sociedade civil – com seus nomes mencionados em relatórios – eram verídicas ou não. Ademais, como o chefe de um serviço de tal tamanho e poder não podia garantir a veracidade das informações?

Ênio dos Santos Pinheiro²⁶, outro militar à frente das fileiras do SNI em sua restauração nos anos de Costa e Silva e que, posteriormente, foi o criador da Escola Nacional de Informações, afirma sobre o cuidado com as informações:

A informação é centralizada, porque você lê, estuda, ouve os demais, mas é você que decide. Esta é uma característica muito interessante da informação: ela é dada a partir de uma decisão centralizada. Por exemplo, se eu sou o chefe da Agência Central, sou eu quem leva a informação ao presidente da República. Sou eu que decido o que vou escrever, embora tenha um grupo que me assessoro e que me leve um rascunho. Era assim que o presidente fazia comigo: “Olhe, quero que você me faça um estudo assim e assado”. Eu fazia o estudo, e depois

²⁵Nasceu em 1912, no Rio Grande do Sul. Formado pela escola militar do Realengo, no Rio de Janeiro, exercia, em 1964, a função de Coronel, servindo ao III Exército. Em 1967, tornou-se chefe do Estado Maior do III Exército, ficando até 1969, sendo nomeado chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). De 1974 a 1978, foi embaixador do Brasil em Lisboa, ficando na reserva em 1976 como general de divisão. Informações obtidas através do CPDOC. In. **Verbete CPDOC**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais> Acesso: dezembro de 2018.

²⁶Nascido em 1915, formou-se militar em Realengo, em 1938. Ingressou na carreira política como governador de Rondônia por dois mandatos: um de 1950 a 1954, e outro em 1961. Em 1964, exercia função de tenente coronel, agindo na 1ª Seção do Estado Maior do Exército. Sendo promovido a coronel, foi designado para o comando da 2ª Divisão de Infantaria do II Exército, e depois 2º batalhão ferroviário. No governo Costa e Silva, teve papel central na formação da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI) em Brasília, e criou a Escola Nacional de Informações (EsNI), sendo seu primeiro diretor. Assumiu, em 1971, por meio de promoção, a função de general de divisão de brigada; em seguida, no governo Geisel, foi general de divisão, com o papel de chefiar a Secretaria Geral do Exército, a Secretaria Geral do Alto Comando e a Diretoria de Obras e Cooperação. Entrou na reserva em 1979, seguindo para a direção do órgão de Desenvolvimento Rodoviário (DERSA).

ele o modificava como bem entendia. A decisão era dele. Agora, o trabalho militar de combate não é centralizado, é de conjunto (Op. Cit, 130, 131).

Esse depoimento revela as fragilidades e as subjetividades a partir das quais eram construídos os relatórios e informações obtidas pelos serviços de informação em exercício no país.

Outro setor do SNI foi a Segunda Seção, referente às atividades de Operações Especiais, que se configurava como auxiliar às demais agências na procura de dados para a construção das suas informações ou, de acordo com Figueiredo, “pela simples leitura do decreto era impossível saber o que exatamente fariam. Na maioria das vezes caçariam subversivos” (2005, p. 135). Por fim, o terceiro setor era responsável pela Segurança Interna, com o intuito de zelar pela segurança da nação em relação aos perigos, “identificar e avaliar os antagonismos existentes ou em potencial, que pudessem afetar à segurança nacional e realizar análise e a adequada disseminação dos estudos realizados” (ANTUNES, 2001, p. 54).

Antes do SNI, quem ficava responsável por esse último setor era o Departamento de Ordem de Política e Social (DOPS). É importante frisar tal fato para dimensionar a autonomia de poder do SNI. Voltando aos três setores, estes compreendiam o âmago dos primeiros momentos de atuação do SNI em relação às suas agências. Além da já mencionada Central, no Rio de Janeiro, havia também as de São Paulo, Brasília, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco, sendo esta a agência em que foram produzidos os documentos utilizados no desenvolvimento da presente pesquisa. Com o passar dos anos, foram criadas subagências do SNI, como a de Foz do Iguaçu e São José dos Campos, em São Paulo, pelo seu local estratégico na coleta de informações.

Em 22 de julho de 1964, o mandato do presidente em exercício, Castelo Branco, foi ampliado até 15 de março de 1967. Consequentemente, as eleições foram adiadas para outubro de 1966. Nesse contexto, é importante citar a promulgação do Ato Institucional nº 2²⁷, que teve um papel específico nesse âmbito de disputas políticas:

²⁷ O Ato Institucional nº 2 teve um caráter de extrema importância, pois mostrou uma face diferente da que os legalistas divagavam para a sociedade civil. Com ele, todos os partidos políticos foram extintos e no lugar destes surgiram apenas dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), da situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição consentida. Outro fator exponencial do poder autoritário do Ato foi o artigo de nº 9, ao definir que o Presidente da República do Brasil seria eleito

Em outubro de 1965, numa das reuniões diárias com Golbery, o presidente manifestou a intenção de baixar um pacote de medidas e pediu a ajuda do chefe do SNI para escrevê-la. Era uma ordem indigesta, já que o pacote significava a capitulação de Castelo ante a pressão dos duros. Acossado pelos radicais, o presidente decidira dar mais uma volta na tranca do regime. Dali a dois anos haveria eleições para presidente, e os militares temiam que o eleito fosse um de seus adversários civis, como JK. Havia precedentes. Fato semelhante ocorrera no início do mês, quando a oposição vencera as disputas para governador na Guanabara, em Minas Gerais, em Santa Catarina e no Mato Grosso, os quatro Estados mais importantes dentre os que tiveram eleições naquele ano. A linha dura estrilava com a possibilidade de que, na sucessão de Castelo, o resultado adverso se repetisse e então coagiu o presidente a suspender a eleição presidencial de 1967. Castelo se curvou a vontade dos radicais e baixou o Ato Institucional nº 2, que fincava de vez a ditadura no solo brasileiro. No preâmbulo do ato, o governo justificava dessa forma o estupro da Constituição (FIGUEIREDO, 2005, p. 144).

Nesse ínterim, o Serviço Nacional de Informações foi sendo consolidado. Em 1965, por “determinação de Castelo Branco, os ministérios ficaram obrigados a atender de pronto os pedidos de informações feitos pelo SNI” (FIGUEIREDO, 2005, p. 136). Tal ação corrobora o entendimento de que o SNI tinha poder de legislar sobre todos os ministérios, o que posteriormente pode ser visto na criação das Divisões de Segurança e Informações (DSI’s), em 1967, assim como na colaboração com as empresas privadas na coleta de informações necessárias para o presidente. Isso pode ser observado em circular enviada a todos os ministérios, em 1965: “de ordem do presidente da república, determinar a Seção de Segurança Nacional desse ministério prestar diretamente ao SNI as informações que lhe forem solicitadas e assegurar estreita e permanente ligação com aquele órgão” (Circular nº 12, de 6 de agosto de 1965).

Diante disso, o SNI se ramificava como um poderoso vigilante da sociedade civil. Observa-se que o mesmo agiganta em ação com o advento dos “duros” e do crescimento da Comunidade de Informação, nos anos posteriores a 1966. Em 3 de outubro de 1966, o Congresso Nacional elegeu o General Artur de Costa e Silva como o novo Presidente da República. Sob nova direção, o país precisava de um chefe do SNI com mais anseios e agressividade. Foi então que Costa e Silva nomeou como novo chefe do SNI – e futuro presidente da República – Garrastazu Médici. Tanto este quanto

indiretamente pelo Colégio Eleitoral, formado em sua esmagadora maioria por membros do Congresso Nacional e verificado pelo governo, ou seja, pelos militares.

Costa e Silva eram vistos como militares da linha dos duros, o que se torna evidente por suas ações durante seus respectivos anos na presidência²⁸.

Em 1967, por meio do Decreto nº 60.940, de 4 de julho do corrente ano, o SNI teria suas estruturas ampliadas, Já os órgãos citados abaixo foram criados em substituição às antigas Seções de Segurança Nacional dos ministérios civis, que eram partes constituintes do Conselho de Segurança Nacional, para as novas Divisões de Segurança e Informações (DSI's), que seriam instaladas nos ministérios civis, assim como as Assessorias de Segurança e Informações (ASI's), que seriam instauradas em múltiplos órgãos públicos. Com tais mudanças, e junto ao AI-2, as “regras do jogo, o serviço cresceu de tamanho.²⁹ Em pouco tempo, não caberia mais dentro do próprio governo, tornando-se uma entidade paralela e superior – ao estado” (FIGUEIREDO, 2005, p. 145). Assim, as DSI's e as ASI's seguiriam atuando com respaldo e ancoradas na Lei de Segurança Nacional. Sobre esta, no contexto da recém-constituição de 1967, Carlos Fico afirma:

A constituição de 1967, aprovada menos de dois meses antes da posse do Costa e Silva, incorporou boa parte das medidas arbitrárias estabelecidas pelos atos institucionais. A que importa para o entendimento da criação de um setor especificamente voltado para a repressão política foi o postulado de que ‘toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei’. Com igual impacto, o foro militar ficou definitivamente estendido aos civis, nos casos de crimes contra a segurança nacional. Logo, urgia aprovar uma Lei de Segurança Nacional, tipificando os crimes previstos na constituição. O novo ministro da justiça de Castelo Branco, Carlos Medeiros, com a ajuda do chefe de gabinete Militar, Ernesto Geisel, redigiu tal lei. O próprio Castelo colaborou com a definição de ‘segurança interna’, ‘guerra psicológica’ e ‘guerra revolucionária’, dando forma final ao texto que foi expedido através de decreto-lei, em 13 de março de 1967 (antevéspera da posse de Costa e Silva). Portanto coube a Castelo Branco tornar legal a noção de ‘guerra interna’ e permitir que brasileiros civis fossem

²⁸ Vale salientar que, ao afirmar isso, não colocamos em local de hierarquia ou peso as violações cometidas por todos os militares que exerceram poder durante a Ditadura Militar, sejam “legalistas” ou “duros”, pois, das “4.841 punições impostas nos 21 anos do regime militar, 2.990 ocorreram em 1964” (FIGUEIREDO, 2005, p.140).

²⁹ Sobre as DSI e as ASI, o jornalista Lucas Figueiredo nos traz: “tinham uma dupla função para as Forças Armadas: fortalecer os sistemas de informações da ditadura e, ao mesmo tempo, empregar um sem-número de militares da ativa, militares da reserva, parentes de militares, amigos de militares e amigos de amigos de militares. As maiores DSI podiam ter até 65 funcionários, e as ASI, quase metade disso. A divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça chegou a ter 53 integrantes, enquanto a do Ministério da Cultura dava emprego a oito pessoas. Já a ASI da hidrelétrica de Itaipu comportava até 27 funcionários. Era uma farra (FIGUEIREDO, 2005, p. 157).

indiscriminadamente acusados de ‘subversivos’³⁰ – base jurídica e conceitual indispensável para que a linha dura passasse da simples condução de grupo de pressão para a perigosa posição de ‘sistema de segurança’ com permissão para investigar prender e interrogar, erigindo-se em polícia política (FICO, 2001, p. 56-57).

Por essa razão, fica evidente a virada que o SNI tem após a posse de Costa e Silva, por meio do caminho deixado por Castelo Branco. Até 1967, o SNI “tinha como objetivo principal coletar e produzir informações organizá-las na Agência Central para torná-las disponíveis à presidência da República e à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional” (ANTUNES, 2001, p. 55). Mas, com o advento das guerrilhas urbanas e rurais, os serviços de informações tenderam a construir uma máquina de extermínio e vigilância aos ditos ‘subversivos’: “entre os anos de 1968 e 1970, ficou evidente que o molde criado por Golbery para o SNI não mais satisfazia às intenções repressivas dos setores militares mais duros” (GOMES, 2014, p. 96).

Outro aspecto que tange à atuação do serviço de informações foi a regulamentação e o amparo da lei de assuntos sigilosos, por meio do Decreto nº 60.417, de 11 de março de 1967, que implantou a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (RSAS), substituindo, assim, o decreto anterior (de 1949), referente ao sigilo das coletas de informações. De acordo com a cientista política Maria Helena Moreira Alves, no que se refere ao SNI e seu modo de agir:

O SNI não é obrigado a publicar informações, revelar sua estrutura organizacional ou discutir o funcionamento de suas agências. Funcionários e agentes do serviço podem ser transferidos de outros ministérios e agentes do serviço podem ser transferidos de outros ministérios ou órgãos governamentais, ou de setores burocráticos civis ou militares, por simples requisição do chefe do organismo. O chefe do SNI tem *Status* de ministro do governo e integra o Gabinete (ALVES, 1987, p. 73).

Essa regulamentação de sigilo ao SNI é importantíssima para compreender a dimensão do poder desse órgão a expansão em 1967, haja vista que, na lei, discriminavam-se quatro graus de sigilo das informações: o primeiro, de caráter “Ultra Secreto”, era manuseado por pessoas que tivessem total domínio dos assuntos dispostos nos relatórios, de modo que só elas soubessem de seu conteúdo. Com isso, abriam-se brechas para violações. Como “Ultra Secreto”, o documento aponta: “Negociação para

³⁰ Sobre isso, é importante frisar que tal dicotomia entre legalistas e radicais ou duros não é tão simples, carecendo de críticas: ver. MARTINS FILHO, João Roberto. **O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Carlos-SP: Editora da UFSCar, 1995.

alianças políticas e militares; Hipóteses e planos de guerra; Descobertas e pesquisas científicas de valor excepcional; Informações sobre política estrangeira de alto nível”³¹.

O segundo, de caráter “Secreto”, relaciona-se a assuntos com alto grau de segurança, cujas informações podiam ser manuseadas não só por pessoas que tivessem total domínio da informação, como também por quem fosse solicitado para tal atividade. Já o terceiro, de caráter “Confidencial”, mesmo não tendo assuntos que requeriam alto grau de segurança, o seu manuseio por mãos de terceiros ou pessoas não autorizadas poderiam recorrer em prejuízo ao Estado ou problemas administrativos. Por último, as informações de entendimento “Reservado” exprimiam assuntos que não deveriam ser de conhecimento da sociedade civil. Em 1968, com os olhares voltados às ações de guerrilha urbana e rural, o serviço tomou um caminho ainda mais violador dos direitos humanos, em que:

antes da inserção dos serviços de informação no combate à luta armada, que passou a se desenvolver principalmente a partir do final de 1968, a secretaria geral tinha um papel muito importante junto ao Sistema Nacional de Informações” (ANTUNES, 2001, p. 55).

A partir daí tem início a “Guerra Suja”³². Outro instrumento administrativo importantíssimo para a manutenção do SNI – e, conseqüentemente, para a manutenção do próprio regime ditatorial – foi a aprovação do Plano Nacional de Informações (PNI). Como afirma o general Ênio, criador da Escola Nacional de Informações (Esni), “o PNI teve uma influência muito grande na organização administrativa brasileira. Juristas, figuras conceituadas, como Vicente Rao³³, homens lutadores, incontestáveis, leram o documento e o enriqueceram” (Op. Cit. p. 132).

³¹Decreto nº 60.417, de 11 de março de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D60417.htm. Acesso em: 02 de Julho de 2019.

³² Sobre este jargão dos militares: “a guerra suja, na expressão de alguns, seria o resultado da necessidade de a corporação defender o próprio governo. A iniciativa, contudo, teria partido dos guerrilheiros, cabendo aos militares uma ação reativa para se defender de grupos armados que pretendiam tomar o poder mediante um golpe violento de corte comunistas. Em segundo lugar menciona-se que tanto a imprensa quanto a opinião pública teriam sido injustas e mal informadas quanto à atuação das Forças Armadas durante a repressão” (D’ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1994, p. 12).

³³Vicente Paulo Francisco Rao nasceu no dia 16 de junho de 1892, na cidade de São Paulo. Filho de Nunciato Rao e de Raquel diSicila Rao, formou-se em Filosofia e Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, em 1911. No ano seguinte, diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Após concluir o curso universitário, começou a exercer a advocacia em sua cidade natal. Em 1926, participou da criação do Partido Democrático (PD) de São Paulo, organização que reunia setores da oligarquia cafeeira e da classe média, descontentes com o predomínio do Partido Republicano Paulista (PRP) na política estadual. Partidário da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República em

Tal programa foi encabeçado pelo então responsável pelo SNI, o general Carlos Alberto Fontoura. Em suas palavras: “não se pode fazer informações, colher informes sem um plano nacional de informações. Vamos fazer um. E cada serviço de informações vai ter uma missão a cumprir nesse plano” (D’ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1994, p. 90).

Esse passo abre caminhos para o que veremos em seguida com a escalada da Comunidade de Informação e seu poder nos anos de Ditadura Militar. De modo apressurado, o SNI galgava, assim, espaços em excesso, pois foi com o PNI que o SNI começou a elaborar uma Doutrina Nacional de Informações, ganhando, *a posteriori*, mais espaço e fundamentação propriamente dita de ação com a criação da Escola Nacional de Informações (Esni).

A Escola Nacional de Informações, encabeçada pelo general Ênio de Santos Pinheiro – o mesmo que, no Governo Costa e Silva, também organizou a criação da Agência Central do Serviço Nacional de Informações AG/SNI em Brasília – foi criada com sede também em Brasília, por meio do decreto nº 68.488, de 31 de março de 1971. A escola tinha o intuito de ser um serviço subordinado diretamente à Presidência da República (como o SNI), além de ter um caráter formativo de oficiais para a atuação em vigilância. Porém, vale salientar que essa não foi a primeira escola militar com esse intuito; antes desta, em função da formação dos agentes do Exército, havia o Centro de Estudos e Pessoal do Exército (CEP), com sede no Rio de Janeiro e função de formação e pesquisa de assuntos relacionados à formação intelectual militar. Sobre o CEP, o general Octávio Costa³⁴ diz:

março de 1930, Rao, com a vitória da revolução em outubro, assumiu a chefia de polícia de São Paulo, integrando o secretariado formado por João Alberto, indicado por Vargas como delegado da revolução no estado. In. Verbete **CPDOC**. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Vicente_Rao, Acesso: 08 de agosto de 2019.

³⁴ Nasceu em Alagoas, em 5 de julho de 1920. Em 1966 foi assistente do General Orlando Geisel no Estado Maior do Exército (EME), e de 1968 a 1969 comandou o Centro De Estudos e Pessoal do Exército (CEP). Em seguida, assumiu chefia da recém-criada Assessoria Especial de Relações Públicas do Exército (AERP), sendo de 1974 a 1978 comandante da 6ª Região Militar em Salvador. Em 1980 é nomeado diretor do Departamento de Extensão e Especialização do Exército e, por fim, em 1981, findou a carreira militar como subchefe do Departamento de Ensino e Pesquisa, entrando na reserva em 1982 como general de divisão. (D’ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1994)

é uma escola a um centro de pesquisa que se inspirou na ECEME³⁵, na Fundação Getúlio Vargas e nos vários cursinhos que antes funcionavam isoladamente. Nos seus quadros não havia propriamente a figura do professor, mas a dos coordenadores de ensino. (D'ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1994, p. 263).

Sua relação com a sociedade civil era distinta do que podemos observar sobre as informações e ações empregadas pelo SNI, assim como as atividades de formação exercidas pela sua escola, como fica evidente na seguinte fala do general Octávio:

O CEP valia pelo bom recrutamento que fazia de seus professores. Seu comandante era também diretor de ensino, e precisava relacionar-se muito bem com a sociedade e com as instituições de ensino e cultura. Tinha que convidar os professores e adaptá-los à orientação da casa para que o rendimento de ensino fosse o melhor possível. Nesse quadro, ainda na gestão de seu primeiro comandante, plantou-se no CEP a semente da futura Escola Nacional de Informações. Nenhuma das Forças Armadas tinha ainda uma escola de informações como há em qualquer exército do mundo, principalmente nos Estados Unidos. Criaram-se cursos de informações – o SNI e o CIE. Esses cursos eram ministrados por oficiais desses órgãos de informações, assim como, em matéria de psicologia, eu ia procurar o ISOP – Instituto Superior de Orientação Profissional - da Fundação Getúlio Vargas. No referente a informações, não havia alternativa: o próprio Sistema de Informações era o dono do curso (D'ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1994, p. 263).

Dentro desse preâmbulo de formação intelectual para as atividades de informação e segurança, é importante frisar também o papel da Escola Superior de Guerra (ESG) nessa construção de corpo de trabalho para a manutenção ideológica e psicossocial da Ditadura Militar brasileira. Tal aparato humano foi de extrema importância para a deflagração do Golpe Civil Militar de 1964, pois os níveis de curso mais alto do comando das Forças Armadas já eram ministrados pela ESG, sendo assim transferidos para a nova Escola. É, pois, nesse contexto de formação de poder burocrático marchando em frente aos “subversivos”³⁶ que, no início de 1971, é instaurada a primeira Escola de informações no período de Ditadura Militar; “a Escola tinha começado a plena força” (Op. Cit. p. 135), tendo como função gerir a nova Doutrina Nacional de Informações do país, a já mencionada Esni, que tinha como intuito:

³⁵Escola de Comando e Estado Maior do Exército.

³⁶O termo foi usado entre aspas por se tratar do modo como os militares referenciavam os sujeitos da sociedade civil organizada que lutavam contra as violações aos Direitos Humanos cometidos nos 21 anos da Ditadura Militar; não se trata de concordarmos nessa nomenclatura.

- a) Preparar civis e militares para o atendimento das necessidades de informações e contra informações;
- b) Cooperar no desenvolvimento da Doutrina Nacional de Informações;
- c) Realizar pesquisas em proveito do melhor rendimento das atividades do SISNI (ANTUNES, 2001, p. 54).

Um aspecto que não se pode deixar de frisar ao se falar da formação da estrutura de informação no país é a interferência direta dos EUA na formação de pessoas e entendimento intelectual sobre a coleta e difusão das informações, assim como outros países, a exemplo da França, Inglaterra e Alemanha. Tal influência teve seu papel nas ações exercidas por todos os órgãos constituintes da Comunidade de Informação e Segurança, como mentor e auxiliador, como afirma o mentor da Esni:

Quando a Escola começou a ser construída, os americanos ofereceram ao general Médici um curso de seis meses para mim na CIA e no FBI, para trazer a documentação que eles empregavam nos Estados Unidos e criar os regulamentos. Então fui para Washington fazer esse curso juntamente com um oficial de Marinha que falava bem o inglês, o almirante Sérgio Douerty – na época, eu era general – de brigada e ele, capitão de fragata. O Moacir Coelho foi para Londres, o Ururá para a Alemanha, e um outro oficial, que foi o chefe da Agência no Rio, o Pacífico, para a França. (...) Saíamos apenas nos fins de semana, quando eles nos pegavam e nos levavam de carro para passear pelos Estados Unidos. Para não ficarmos sozinhos. Eram cautelosos, não nos deixavam ir nem à embaixada (...). Quando cheguei, peguei todo o material e fui mostrar ao presidente para combinar a forma como iríamos empregá-los. Dei umas pinçadas e fui fazendo os documentos brasileiros baseados nos documentos americanos, sem dizer a fonte (D'ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1994, p. 134 -135).

É sabido que desde os anos 50 há envio de militares para cursar e fazer estágio em terras europeias. Todavia, a pressa na formulação desses quadros engendrada nos anos da Ditadura Militar nunca havia sido vista, levando e trazendo militares vindo dos EUA para promover cursos na Esni. Tal foi a influência norte-americana na estruturação de atuação dos serviços de informação no país que até o modo como os agentes deveriam se agrupar em suas funções é advindo dos EUA, havendo duas distinções nos tipos de oficiais que atuavam na coleta e análise das informações adquiridas pelos militares, modelo adotado fielmente dos EUA. É o que se pode observar no depoimento do organizador da Esni, o general Ênio, um dos enviados a esses cursos formativos nos Estados Unidos: “eu trouxe isso dos Estados Unidos por escrito, e nós seguíamos à

risca. A ideia era fazer como na Argentina: pegar uma porção de oficiais, transferi-los para a reserva e lhes dar outra profissão no Serviço de Informações” (Op. Cit. p. 138).

É somente em 1976, através de portaria de nº 626, de 10 de dezembro, que o gabinete do Serviço Nacional de Informações publica seu primeiro manual de informações da Esni, regulamentando assim a Doutrina Nacional de Informações ancoradas no Plano Nacional de Informações. Todavia, tal doutrina de atuação já vinha sendo implantada nas atuações de vigilância e coleta de informações no país desde 1973. Para pôr em prática tais anseios, eram necessários tais investimentos em pessoal, que iriam formular os próximos entendimentos acerca das ações para o país, assim como na formação intelectual dos agentes dos serviços de informação, ancorada na ideia da Doutrina de Segurança Nacional em moldes norte-americanos de ação e busca de hegemonia, enfatizando ainda mais qual era o prisma de atuação dos militares, pois, de acordo com Gomes (2014, p. 97):

Com esse objetivo, Carlos Alberto da Fontoura reuniu um grupo de oficiais e os mandou para diversos países da Europa e para os Estados Unidos, com o intuito de que aprofundassem seus estudos na área de informações. Esses oficiais se tornaram os primeiros instrutores da Escola Nacional de Informações (Esni).

1.3 O Sistema Nacional de Informações (SISNI) e a construção da Comunidade de Informação e da Polícia Política

Quando se tem contato com o pensamento da comunidade de informação, a primeira reação é o riso. A preocupação com a força do ‘inimigo parece excessiva; o jargão dos militares envolvidos empresta aos documentos um tom grandiloquente e tecnicista de algum modo incompatível com a real dimensão do problema; o tratamento ideológico é de tal forma precária, que soa como mais elementar ‘falseamento da realidade’. E nem se pode dizer que essa é uma avaliação anacrônica, possibilitada pela percepção contemporânea da fragilidade da guerrilha urbana e rural brasileira dos anos 1960/1970 ou do insucesso do comunismo e da esquerda em geral: o grotesco da situação, como se viu com as reações de Veja e de O Estado de S. Paulo, foi percebido mesmo por aqueles que tiveram contato com os documentos da comunidade de informações na época em que foram produzidos (FICO, 2001, p. 72).

O alerta trazido pelo historiador Carlos Fico sobre a estranheza e sintomas de riso vistos nos documentos é necessário. Em diversos relatórios e dossiês produzidos por esse grande corpo de informações, há um demasiado exagero sobre os sujeitos

fichados ou situações descritas. Corriqueiramente, personagens da sociedade civil que estavam apenas em local de movimentação social contra ataques aos direitos humanos ou garantias simples humanas, como casa, comida e trabalho, eram colocados pelos agentes dos serviços como sujeitos perigosos, agitadores, comunistas ou de moral duvidosa.

Na produção de seus documentos referentes a sujeitos da sociedade civil, o SNI e a Comunidade de Informação seguiam uma espécie de tabela de níveis, a qual chamavam de Levantamento de Dados Biográficos (LDB). Era alocada para cada tipo de secretaria, de acordo com a vigilância de determinado grupo ou pessoa, sendo a primeira a Secretaria Psicossocial, que acompanhava atividades de sindicatos e das movimentações da Igreja, “capacitada para detectar liderança em formação e os rumos dos diversos movimentos. Basta que um padre faça um sermão considerado esquerdista para que seja ‘plotado’ pelo órgão e submetido a análise³⁷” (LAGOA, 1985, p. 21).

A segunda secretaria era de caráter econômico, controlando empresas privadas e suas atividades, entre outras coisas, seguida da secretaria de assuntos políticos, que controlava os parlamentares de oposição ou situação, pois ambos eram vigiados pelo SNI, assim como seus partidos³⁸, pois, “antes de tudo, um sistema de espionagem e inculpação que partiria do pressuposto de que ninguém estava totalmente imune ao comunismo, à subversão ou à corrupção” (FICO, 2001, p. 100). Por fim, havia a secretaria de subversão, que tinha como alvo as organizações ilegais, ou, segundo Ana Lagoa, “organizações clandestinas ou não, como o Partido dos Trabalhadores (PT), onde o órgão identifica a ação do movimento comunista internacional” (1985, p. 21).

Além da ideia de riso e exagero empregados pelos agentes da comunidade de informação nos anos da Ditadura, devemos nos atentar que, para além do cômico, esse tratamento do SNI para com os “inimigos da revolução” “gerou situações muito sérias, com consequências gravíssimas para a sociedade brasileira” (FICO, 2001, p. 226). Podemos observar isso a partir da análise de documento com o título: “Atividades Subversivas - As atuais áreas de tensão e sua provável utilização pela subversão”, de

³⁷ No segundo capítulo deste trabalho, observaremos como os sermões e as cartas dos clérigos eram cooptadas e vigiadas como ações subversivas pelos serviços de informações.

³⁸ O Serviço Nacional de Informações (SNI) produziam relatórios de vigilância para políticos da situação e da oposição. Ver mais em: A política paraibana vigiada: políticos e militantes sob os olhos do SNI (1964-1985) Soares, Maria Tereza Dantas Bezerra.

origem da Agência Recife – SNI, de 19 de janeiro de 1979. Nele, há menção a possíveis atividades nas áreas cobertas por essa agência em questão, que cobria os estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas. No documento, agentes traçam uma análise das áreas que possuem conflitos agrários nesses estados, e enfatizam a necessidade de maior observância sobre tal.

No tocante à Paraíba, um fator merece atenção: a ideia de doutrinação por parte do “Clero Progressista” no local: “Os ruralistas, a princípio, concordaram com tal solução³⁹, mas “doutrinados” pelo clero progressista passaram a não aceitar as condições dos proprietários, sob a alegação de que tinham direito a posse das referidas fazendas”

⁴⁰Esse documento é apenas um exemplo de diversos documentos produzidos pela gigantesca comunidade de informação nesses 21 anos de Ditadura. Ao trazermos esse fragmento, iniciamos a narrativa sobre o grande corpo que teve o SISNI como guarda-chuva de vários outros órgãos, pois é necessário compreender o “grande monstro”⁴¹, que só teve seu fim no governo de Fernando Collor de Mello. Em 1970, os militares, na administração de Emílio Garrastazu Médici, aspirando ao engrandecimento dos sistemas de informações, assim como ao endurecimento dos planos da Doutrina de Segurança Nacional, entabularam a criação do Sistema Nacional de Informações (SISNI), que passou a ser parte constituinte do já consagrado Serviço Nacional de Informações (SNI).

Cabia aos SISNI, deste modo, assegurar o perfeito funcionamento do sistema, determinando a execução de atividades de informações, normatizando, supervisionando e fiscalizando todos os órgãos participantes, a fim de que um fluxo constante de informações mantivesse o governo informado de tudo (FICO, 2001, p. 81).

Consequentemente, como órgão centralizador, possuía em seu corpo constitutivo os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Cíveis, que tinham como constituintes os órgãos de informações dos ministérios, setores da burocracia estatal e

³⁹ Solução referente a uma parcela da terra sediada pelo governo no conflito de Alagamar. Esse fato será destrinchado no próximo capítulo.

⁴⁰ AC ACE CNF 061.79. Fundo SNI. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, Fundação José Américo

⁴¹Referente a depoimento do criador do SNI o general Golbery do Couto e Silva anos após a criação deste.

empresas não privadas. Seu órgão central caracterizava-se pela sua Divisão de Segurança e Informações (DSI), sendo que cada órgão deste possuía uma assessoria chamada de Assessoria de Segurança e Informações (ASI) ou Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI). Sobre o poder e alcance que essas assessorias ganharam no governo Médici, Lucas Figueiredo (2005, p. 156 – 157) aponta:

Para Médici, as DSI foram um achado: com uma só tacada, o Serviço ganhou uma capilaridade sem precedentes. Seus novos tentáculos cresceram com rapidez. Em poucos meses, já havia DSI em 13 ministérios (agricultura, comunicações, Cultura, Indústria e Comércio, Interior, Minas e Energia, Planejamento, Saúde, Trabalho, Transporte, Fazenda, Justiça e Relações Exteriores). A nova estrutura da área de informações não se restringia às DSI. Em cada órgão público e autarquia federal foi criada uma Assessoria de Segurança e Informações (ASI). Menos que as DSI, as ASI eram braços do Serviço operando em praticamente todos os organismos e empresas públicas da esfera federal – Correios, Petrobras, Embratel, Embratur, Sunab, Funai, IBGE, Universidades, bancos, Rede Ferroviária Federal, Itaipu, Ibama, Instituto Brasileiro do Café, Eletrobrás, DNER etc. As DSI e as ASI tinham uma dupla função para as Forças Armadas: fortalecer os sistemas de informações da ditadura e, ao mesmo tempo, empregar um sem número de militares na ativa, militares da reserva, parentes de militares, amigos de militares e amigos de amigos de militares.

Tal “capilaridade sem precedentes” tornou-se evidente nos anos transcorridos após sua criação, com cada ministério possuindo sua DSI e centralizando as informações acerca de diversos setores já mencionados da sociedade civil; com a ajuda das ASI, os serviços conseguiam alcançar lugares antes inacessíveis aos órgãos de informações. Atividades de toda natureza em universidades⁴² e demais manifestações eram monitoradas e denunciadas aos órgãos militares, cerceando ainda mais a liberdade de ação civil, já tão fragilizada nos anos que se seguiram da Ditadura.

Assim, mecanismos cada vez mais legitimados foram sendo construídos via poder do Estado para coibir, diminuir, vigiar e manipular as ações da sociedade civil, sejam estas organizadas contra o governo ou apenas manifestações de descontentamento de alguma manobra política, ou seja, para quaisquer ações que fossem contra os dizeres da Doutrina de Segurança Nacional haveria punição e vigilância, causando, desta forma, violação a um direito básico humano, o da liberdade.⁴³

⁴² Referente a vigilância aos dirigentes universitários. Ver NUNES, Paulo Giovanni Antonino. A atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB): Vigilância sobre os dirigentes universitários (1976-1985). In: *Saeculum*: Revista de História. N. 39, jul.dez..2018, João Pessoa: Universitária, 2018 p. 19.

⁴³ Para saber mais sobre as ações antidemocráticas e de cunho terrorista exercidas pelos militares, ver: ARGOLLO José A. Ribeiro, Kátia, FORTUNATO, Luiz Alberto. **A Direita Explosiva no Brasil** – a história do Grupo Secreto que aterrorizou o País com suas ações, atentando e conspirações. Rio de

A DSN cita diretamente, como medida, o plano de segurança que, nos anos 70, foi colado em prática, dando forma ao sistema de segurança e informações. Na garantia da segurança interna, a DSN aconselha: intervenção federal parcial ou total, em relação ao território nacional; decretação de estado de emergência ou de sítio; medidas restritivas da liberdade de reunião, de associação e de opinião, todas no plano político. No plano militar: controle e eliminação de agitações populares, quando insuficiente a capacidade dos meios compreendidos na expressão política do Poder Nacional; controle e destruição dos focos de guerrilhas, abarcando operações de variável envergadura, com características de ações militares” (LAGOA, 1983, p. 14).

Ainda como parte integrante desse grande aparato de cerceamento da liberdade, faziam parte do guarda-chuva do SISNI os sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios militares, junto ao Subsistema de Informações Estratégicas militares (SUSIEM) e demais órgãos setoriais de informação, que começavam a construir o que seria a Comunidade de Informação. Os Sistemas Setoriais de Informação dos Ministérios Militares encampavam o órgão específico de cada setor das Forças Armadas: a Marinha, com o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), órgão mais antigo entre os demais e o que mais juntou documentos referentes às movimentações dos grupos de esquerda; o Exército, com o Centro de Informações do Exército (CIE); e a Aeronáutica, com o Centro de Informações de Segurança Aeronáutica (CISA).

Além disso, existiam os demais órgãos completos, como o Centro de Informações do Exterior (CIEEX), que é, até hoje, o menos dotado de registros, e os conhecidos no imaginário de quem viveu esses anos (ou não) e pertencentes à polícia política: os temidos CODI-DOI, que ficou popularmente conhecido como DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna, respectivamente. Sobre o crescimento e escalada da construção da comunidade de informação e segurança, Figueiredo (2005) afirma:

Que o governo era forte, não havia a menor dúvida. Acabara de criar, sob o comando do Exército, mais duas armas poderosas para sua máquina da guerra: o Destacamento de Operações de Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (Codi). Os primeiros eram encarregados de operacionalizar as ações anti subversão – ou seja, prender, torturar e matar. Já os Codi funcionavam como centros de planejamento e coordenação, uma espécie de fórum

Janeiro: MAUAD, 1996. Nele, podem ser vistas, em conjunto, as ações dos serviços de informações em ações de segurança.

de decisões onde tinham assento, entre outros, representantes do SNI e dos serviços secretos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica (2005, p. 193).

Como parte constituinte da comunidade de informação, havia também o Centro de Informação da Marinha (CENIMAR). Esse órgão é o mais antigo dos que incorporaram as fileiras de atuação do SISNI e da Comunidade de Informação. Criado ainda em início da Guerra Fria teve seu primeiro nome de Serviço Secreto da Marinha (SSM). Não obstante, só foi regulado em 1955 com outro nome, o então Serviço de Informação da Marinha (SIM). Um aspecto interessante é que, além de ser o primeiro serviço, teve primeiramente um caráter de atuação de força, ou seja, de segurança. Tal fato é evidenciado por Figueiredo: “tão temido quanto o CIE, mas bem mais discreto, era o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR)” (FIGUEIREDO, 2005, p. 209).

Criado em 1957, por meio do decreto nº 42.687, que “alterou a estrutura do Estado Maior, desmembrando o Serviço Secreto da Marinha da estrutura orgânica do Estado Maior da Armada” (ANTUNES, 2001, p. 62), o CENIMAR seria subordinado diretamente ao Estado Maior da Armada. Consequentemente, sua atuação era garantida por meio de 4 seções: de busca de informações, de registro de informações, de seleção de informações e de serviços gerais.

A partir do golpe de 1964, o CENIMAR começou a se comportar com novos moldes. Claro que tal viragem seria natural de ocorrer, haja vista que, nesse momento, eram os seus que estavam em frente ao direcionamento do país, e, assim sendo, o CENIMAR, já em ação, “debelou a primeira tentativa de reação armada da esquerda. Agentes do Cenimar infiltrados na Polop⁴⁴ abortaram os planos do grupo de montar um foco de guerrilha no interior de Minas Gerais” (FIGUEIREDO, 2005, p. 210). Vale salientar que esse órgão se caracteriza como um serviço misto, ou seja, nele abrangem-se não apenas ações de informações, mas também de segurança, como mencionado acima, que tiveram como fim a prisão e exílio dos militantes organizados nessa operação.

Assim, atuavam tanto em coleta e análise de informações como em prisões, torturas e afins. Em sua trajetória, foi o serviço que mais aglomerou documentos

⁴⁴ Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (POLOP), grupo revolucionário formado no ano de 1960.

referentes a comunistas e seus arquivos, superando tanto o arquivo do SNI quanto do CIE:

Quando Médici fez do Cenimar uma das principais peças da comunidade de informações, o serviço secreto da Marinha já tinha 15 anos de experiência no ramo. Foi a partir de 1970 que o órgão ganhou: poderes extras para atuar na repressão, passando a operar subordinado diretamente ao Gabinete do ministro.⁴⁵ Sem ter de obedecer à hierarquia dos comandos regionais de sua força, o Cenimar tornou-se uma entidade quase autônoma, condição ideal para quem agia nos subterrâneos (FIGUEIREDO, 2005, p. 211).

Assim sendo, até início dos anos 70 do século XX, o Cenimar tinha um caráter mais direcionado a questões de âmbito diplomático e de fronteiras marítimas. Todavia, com o início dos movimentos de guerrilha no país, tanto rurais quanto urbanos, o serviço sofreu uma viragem a partir de 1968, com a consolidação mais efetiva da repressão institucionalizada pelo governo e, conseqüentemente, uma maior resistência por parte dos grupos de esquerda. O Cenimar direcionou com ênfase as suas ações para o combate de tais grupos, como no caso já mencionado da POLOP.

Segundo (FIGUEIREDO, 2005, p. 211) “quando Médici fez do Cenimar uma das principais peças da comunidade de informações, o serviço secreto da Marinha já tinha 15 anos de experiência no ramo” Nas suas competências oficiais, estavam os seguintes pontos de atuação:

VII - Realizar a praticagem militar, supervisionar a praticagem civil no que interessar à Segurança da Navegação e à Segurança Nacional;

VIII - Exercer a Polícia Naval, visando principalmente a controlar, no que interessa à Segurança Nacional, o uso do mar territorial e zona contígua, das águas interiores, da plataforma submarina e dos terrenos de marinha e seus acrescidos e dos terrenos marginais dos portos, rios, lagoas e canais;

IX - Cooperar com os demais Órgãos governamentais na garantia dos Poderes constituídos, da lei e da ordem;

⁴⁵Vale salientar que tal mudança só ocorre 1971, quando o Cenimar deixa de ser subordinado diretamente ao Estado Maior da Armada e passa a ser exclusivamente subordinado ao Ministro da Marinha.

X - Colaborar, em casos de calamidade pública, com as autoridades federais e estaduais, na assistência às populações atingidas e no restabelecimento da normalidade.⁴⁶

Como órgão de atuação mista vigiando e praticando atividades de segurança, o Cenimar, em suas ações de prisões, inaugurou, antes dos demais serviços, uma espécie de sala escura em que momentos dispersos eram acionados sons altos como os de sirenes e bombas para torturar os presos, causando fortes distúrbios psicológicos nos envolvidos em tal prática. Esse método de tortura acabou sendo adotado pelos outros órgãos da comunidade criados posteriormente.⁴⁷

O Cenimar ficou conhecido como um órgão que corriqueiramente investia contra os direitos humanos e “foi frequentemente denunciado em documentos internacionais como centro de tortura” (ALVES, 1987, p. 171), além das denúncias das pessoas que nesse local estiveram. Como órgão de vigilância, também atuava de modo muito efetivo e sigiloso. De acordo com Ana Lagoa, “num navio nem mesmo o comandante sabe quem é o seu agente embarcado” (1983, p. 35-36), evidenciando, assim, o caráter extremamente sigiloso; um grande local de coleta de análise sobre as atividades dos setores de esquerda:

O CENIMAR, segundo as opiniões da ‘comunidade de informações’, organizou o maior acervo de informações do país sobre as forças de esquerda. Dentro do centro eram designados oficiais para realizar estudos sobre estas organizações, e cada qual especializava-se em uma organização determinada. [...] Além dos estudos sobre a esquerda, o Cenimar também infiltrava pessoas dentro dos navios⁴⁸ (ANTUNES, 2001, p. 64).

Criado antes do golpe civil militar, crescendo em anos de governo Médici e reestruturando-se para combater os ditos subversivos, o Cenimar só perde tal estrutura de modo substancial no ano de 1986, com o fim da Ditadura Militar.

Outro órgão importantíssimo nesse prisma de atuação da Comunidade de Informação é o Centro de Informação do Exército (CIE), criado em dois de maio de

⁴⁶Decreto nº 62.860, de 18 de junho de 1968.

⁴⁷ Ver mais em: QUADRAT, Samantha Viz. **A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)**. In: *Varia História – Dossiê: História e Inteligência*. Vol . 28, N. 47, jan. jun, 2012. Belo horizonte.

⁴⁸ Nesse mesmo trecho, a autora afirma que o depoente diz que havia agentes infiltrados nos navios a mando de seus comandantes, embora houvesse casos que nem mesmo o comandante sabia do agente.

1967, tido como o órgão mais importante na caça aos comunistas. Em seu quadro técnico, era o maior em relação aos demais serviços da comunidade, sendo subordinado diretamente ao chefe do Estado Maior do Exército – EME. No entanto, “no governo de Emílio Médici, o ministro do Exército, o então general Orlando Geisel, subordinou o CIE diretamente ao Ministério do Exército” (ANTUNES, 2001, p. 65). Antes da criação desse órgão, as funções relativas a informações no Exército ficavam a cargo da 2ª Seção do Estado Maior, formada pela E2, que agia no intuito de manter o Exército informado sobre as atividades dos demais exércitos do mundo, isso referente ao seu poder bélico, tecnologias e afins.

Antes de destrincharmos mais sobre tal serviço, é interessante a reflexão trazida por Ana Lagoa, ao afirmar que, desde sua criação, o SNI⁴⁹ e o CIE não mantinham uma boa relação:

O ministro do exército na ocasião comandando por Costa e Silva e, aquela altura, já em indisfarçável posição de disputa com Castelo – sentiu que com o novo órgão o seu serviço secreto sofreria processo de esvaziamento. A polêmica, inclusive, continha contornos doutrinários, pois o sistema clássico francês de organização militar prevê o comando da corporação dividido em quatro seções, sendo que a segunda seção centraliza a coleta de informações. A ideia de uma agência central de informações origina-se no sistema americano, mais moderno, mais eficiente e abrangente, já que a CIA de onde foi inspirado o SNI trabalha com as três Armas e com Civis (1983, p. 60).

Mesmo com essas fissuras internas, os serviços que compuseram a comunidade de informação não deixaram de atuar e ceifar liberdades civis em todo o país. O CIE, criado a partir da justificativa de caça aos comunistas e às guerrilhas urbanas e rurais, de acordo com um dos seus proeminentes membros, seu primeiro chefe e um dos seus criadores, o General Adyr Fiúza de Castro⁵⁰. Em depoimento a pesquisadores do CPDOC, a Fundação Getúlio Vargas justifica a sua criação devido às atividades da sociedade civil e aponta a necessidade, de acordo com os militares, de um órgão que tivesse autonomia frente aos demais serviços: “foram criados, então, o CIE e (DOI), que tinham total independência e autonomia no âmbito daquela área militar. Foi por isso que foram criados e que o exército se envolveu, porque era uma luta nacional, e não podia

⁴⁹Todavia, é importante saber que tais disputas não saíam dos ambientes castrenses, ou seja, não chegavam à sociedade civil. A disputa aqui relatada entra no preâmbulo já citado sobre os duros e “moderados” durante a Ditadura Militar: “Apesar de serem genericamente englobados na designação de ‘comunidade de informações’, os vários serviços de inteligência do País vivem um intenso processo competitivo que, em certas ocasiões, raia a antagonização” (LAGOA, 1983, p. 60).

⁵⁰ Em 1964 era tenente coronel, servindo ao Estado Maior do Exército. Em 1965, coronel chefiando a divisão de informações e auxiliando na criação do CIE em 1969.

ficar limitada às fronteiras estaduais” (D’ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1997, p. 43).

Ainda sobre seu *modus operandi* de atuação o militar, segue:

O principal cliente do CIE é o ministro do Exército. Ele recebe informações de todos os E2 das áreas militares e, lateralmente, do Cenimar, do CISA, do SNI e do DPF⁵¹, que também foi organizado pela Revolução e era muito incipiente no começo, muito pequeno – atualmente não deve ser assim. O CIE, então, teria possibilidade de receber e centralizar essas informações de agências locais que não era do CIE, mas dos Exércitos – eram os CODI do Exército [...] o CIE e os órgãos similares das outras forças, o Cenimar eu conheço bem o funcionamento do Exército –, todos recebem as informações e processam no seu escalão. Recebem tudo. Quaisquer informações e processam no seu escalão” (Op. Cit. p. 46).

Em seu depoimento, o militar ainda informa que o CIE tinha mais 50 funcionários para monitorar os 50 canais telefônicos de escuta que o serviço possuía, além de uma rubrica especial para pagamento extra a agentes não oficiais para serem olheiros do serviço, fazendo, em suma, as ações de informações, assim como uma grande censura à sociedade civil, ceifando a liberdade civil de jornais, peças de teatro, músicas⁵² e demais expressões da sociedade. Sobre estes episódios, Figueiredo afirma:

O CIE era obcecado no controle da sociedade. Dentre os órgãos integrais da Comunidade, o Centro de Informações do Exército foi o responsável pelo maior número de pedidos de censura à imprensa. Somente no período de agosto de 1971 a dezembro de 1972, emplacou vetos a 13 assuntos em jornais, TVs e rádios, quase um por mês. As notícias censuradas por iniciativa do Cie relacionavam-se sempre a ações violentas da repressão, como assassinatos nos porões do regime e desaparecimento de presos políticos. Além de censurada, a imprensa era também vigiada pelo CIE. Num ofício confidencial enviado, em novembro de 1972, a seus parceiros da comunidade, o CIE alertou para o lançamento de um novo jornal, o Opinião um tabloide semanal que ousou defender as liberdades democráticas e criticar o regime durante os Anos de Chumbo. Encaminhando ao SNI, à DSI do Ministério da Justiça e à Polícia Federal, o comunicado do serviço secreto do Exército era irrelevante como fonte de informação, já que o Opinião fora lançando com estardalhaço. O interesse do Cie não era informar, mas sim pressionar seus parceiros a sufocarem o tabloide (2005, p. 200-201).

Tal vigilância à sociedade civil demonstra quais eram as artimanhas de controle usadas pelos militares e seus respectivos instrumentos para ceifar as ações contra-hegemônicas, assim como moldar a opinião da população em geral, não organizada em

⁵¹O depoimento reforça a malha de atuação construída nesse período, em que os órgãos mantinham uma relação contínua de trocas de informações para poderem chegar aos seus objetivos quistos.

⁵² Um dos artistas mais vigiados pelo CIE foi o cantor e compositor Chico Buarque de Holanda. O caso mais famoso envolvendo o cantor foi a perseguição e censura da peça Calabar, dirigida pelo cineasta Ruy Guerra.

aparelhos privados de contra-hegemonia ao regime militar. Mas, de acordo com o historiador Carlos Fico, os fatores que edificaram tais estruturas e repressão foram:

[...] em primeiro lugar de um ‘projeto de maior alcance que se impunha atemporalmente e que acreditava que, via controle policial e militar, a sociedade poderia ser moldada de uma forma estática e desideologizada’. Em segundo lugar, a generalizada insatisfação da linha dura com o aparelho repressor existente, com a lentidão e limitação da justiça e, em decorrência, com a impressão de ‘fragilidade’ que o regime militar pudesse estar transmitindo. Evidentemente, foi o Ato Institucional nº 5 que abriu as portas para a efetivação do sistema de segurança, em função dos aspectos já mencionados e, sobretudo, pelo caráter de perenidade que possuía – já que não estabeleceu um prazo de vigência determinado, ao contrário do AI-1 e AI-2. Aliás, uma das provas da antiguidade dos anseios repressivos é a existência de um documento pronto, redigido pelo ministro Gama e Silva, tão violento que foi rejeitado pelo ministro Costa e Silva e pelo ministro do Exército. Isto é, a linha dura estava se preparando desde algum tempo e tinha uma série de providências a tomar de imediato (2001, p. 113-114).

Deste modo, os serviços conseguiram se infiltrar em diversos grupos de ação direta nos anos da Ditadura Militar, ceifando quase todos em que atuou: “o CIE conseguiu penetrar em quase todos os grupos subversivos e, dessa forma, comeu por dentro seus inimigos” (FIGUEIREDO, 2005, p. 206). E é nesse contexto que, em 1970, edifica-se o Sistema Nacional de Segurança Interna (SISSEGIN):

O SISSEGIN não foi instituído por diplomatas legais regulares (leis, decretos) ou excepcionais (atos institucionais, atos complementares, decretos-leis), mas por diretrizes sigilosas preparadas pelo Conselho de Segurança Nacional e aprovadas pelo presidente da República. Nota-se que esse detalhe, aos olhos dos dirigentes de então, era uma anomalia. Todos os serviços ‘típicos’ da Ditadura Militar foram instituídos por legislação ostensiva, embora, por vezes, disfarçadamente (como no caso da Assessoria Especial de Relações Públicas, responsável pela propaganda política, criada segundo seu principal dirigente, ‘envergonhadamente, no desvão de um decreto que tratava de uma reformulação do Gabinete Militar). [...] Possivelmente o SISSEGIN foi chancelado por um desses ‘decretos-secretos’ (FICO, 2001, p. 119-120)

Juntamente aos seus órgãos subordinados, os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI), em companhia dos sistemas repressivos das Forças Armadas e polícias locais, buscavam “centralizar a atividade de repressão e policiamento político. A inspiração para construção deste

modelo de central repressiva veio de São Paulo, da conhecidíssima Operação Bandeirante”⁵³ (RAMOS, 2011, p. 03).

Assim era feita a atuação desse serviço, haja vista que, em tese, o SNI não fazia atividades de segurança – como prisões e interrogatórios. Então, em conjunto, vigiando e doutrinando os setores da sociedade – apesar de terem possíveis divergências, mantinham o foco da Doutrina de Segurança Nacional em suas ações –, os demais serviços atuavam em relação a estas atividades. Dessa forma, o CIE, nas suas atividades de segurança, agia de modo sistemático e violento, prendendo e torturando os seus presos e causando fissuras enormes nos envolvidos. Para o serviço, os estes teriam que ser mortos, aniquilados e não apenas presos, considerando que, para eles, havia uma guerra no país.

Caso emblemático foi o dos 28 guerrilheiros do Grupo Primavera, vindos de Cuba pós-treinamento de guerrilha. Apenas 1 dos 18 que retornaram ao país sobreviveu às investidas do CIE: Jose Dirceu, que, no futuro, veio a ser o ministro da Casa Civil no governo Lula. Sobre essa postura autoritária e de conjunto da comunidade de informação, pode-se observar que:

O serviço secreto do Exército não atuava sozinho, era parceiro do SNI com quem dividia informações, e também atuava junto com os temidos DOI, para quem fornecia grampos telefônicos e combatentes de rua. Na sede do DOI do Rio, na rua Barão de Mesquita, na Tijuca, o CIE mantinha uma cela preta, onde prisioneiros ficavam trancados durante semanas sem ver sequer um fio de luz. As companhias do CIE eram de arrear. Durante anos, o serviço secreto do Exército alimentou e foi alimentado pelo delegado do Dops paulista Sérgio Paranhos Fleury, o mais notório dos torturadores da ditadura e líder de um esquadrão da morte responsável por mais de duzentos assassinatos. Nos anos de chumbo⁵⁴, Fleury fez parte do trabalho sujo para o CIE e, em troca, foi protegido pelos militares (FIGUEIREDO, 2005, p. 206).

“A trindade leal dos serviços secretos militares fechava-se com o CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica) (FIGUEIREDO, 2005, p. 213), criado em 20 de maio de 1970, 14 anos após o golpe civil militar, na fase do então Presidente Garrastazu Médici e sua caça aos comunistas, em que “o Cisa barbarizou a esquerda brasileira” (Op. Cit, p. 2013) com atitudes tão violentas quanto às dos órgãos

⁵³A operação Bandeirantes (OBAN) foi criada em 1969 por incentivo do comando do II Exército e teve apoio do governo de São Paulo, além de empresários apoiadores da Ditadura Militar.

⁵⁴ Período referente ao pós-AI-5, 1968.

anteriormente mencionados. Um caso emblemático dessas ações desumanas foi o do jovem Stuart Angel Jones, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) em 1971, sendo assassinado de forma trágica aos 26 anos. Seu caso ficou internacionalmente conhecido⁵⁵ pela campanha empregada pela sua mãe, a internacionalmente conhecida estilista Zuzu Angel, que também teve um fim trágico nas mãos desses órgãos. Em poesia, Alex Polari traça palavras de dor sobre esse caso:

Eles costuraram tua boca com o silêncio e trespassaram teu corpo com uma corrente. Eles te arrastaram em um carro e te encheram de gases, eles cobriram teus gritos com chacoalhas. Um vento gelado soprava lá fora e os gemidos das sentinelas no pátio. Nele, os sentimentos não tinham eco, nele, os sentimentos e as baionetas se calaram. Um sentimento totalmente diferente de existir se descobre ali, naquela sala. Um sentimento totalmente diferente de morrer naquela vala. Eles queimaram nossa carne com os fios e ligaram nosso destino à mesma eletricidade. Igualmente vimos nossos rostos invertidos e eu testemunhei quando levaram teu corpo envolto em um tapete. Então houve o percurso sem volta houve a chuva que não molhou a noite que não era escura o tempo que não era tempo o amor que não era mais amor a coisa que não era mais coisa nenhuma. Entregue a perplexidades como estas, meus cabelos foram se embranquecendo e os dias foram se passando (1976, p. 36).⁵⁶

O Cisa, serviço responsável pela dolorosa experiência acima. Foi o último serviço criado pelos ministérios militares, tendo em conta que tanto o Exército quanto a Marinha já possuíam os seus, assim como o SNI já se mostrava concretizado e atuante. O brigadeiro militar João Paulo Moreira Burnier⁵⁷, criador e mentor do Cisa, assumiu que “em 1967 [...] havia sido adido aeronáutica no Panamá, onde fez um curso de informações. De acordo com seu depoimento, Burnier e mais três oficiais passaram 6 meses estudando *Intelligence* na Escola de Inteligência Militar no Fort Gullick” (ANTUNES, 2017). Em seus quadros de formação, tal escola tinha como foco a busca e o combate aos comunistas e suas ideias no mundo, portanto, recebiam militares de diversas partes do mundo para fazerem esses cursos formativos. O Brasil não ficaria de

⁵⁵Para mais informações sobre esse caso, ver filme “Zuzu Angel”, dirigido por Sérgio Rezende, de 2006.

⁵⁶O poema foi adaptado de verso para prosa, para adequar-se melhor às normas textuais.

⁵⁷Nascido no Rio de Janeiro, em 1919. De história golpista, já em 1959, quando era tenente coronel aviador, chefiou a tentativa de insurreição ao então Presidente Juscelino Kubitschek, mas não logrou êxito. Foi chefe do Cisa até 1970, ficando apenas 13 dias na sua chefia. No entanto, foi importante em sua criação, em 1969. Foi para a III Zona área, ficando até 1971, quando foi enviado para a Diretoria de Documentação Histórica da Aeronáutica, posteriormente pedindo transferência para a reserva como Brigadeiro militar. Em seu depoimento, diz que foi nomeado por escolha do Presidente Médici. Tal ato de promoção acabou acarretando seu “afastamento prematuro das forças armadas” (D’ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1994, p. 87). Também liderou a operação terrorista, abortado, Para-Sar, em 1968.

fora, pois já construía tal prática de enviar militares para países estrangeiros para que, ao retornarem ao país, construíssem serviços de combate às ideias socialistas.

Ao retornar ao país, Burnier põe em prática tal formação e se constrói como um dos criadores do Cisa. Sobre a necessidade, a criação e a atuação do Cisa, tanto pessoal como serviço, o Brigadeiro Burnier diz:

As minhas funções eram, em primeiro lugar, de chefia, organização, e autorização de execução das missões. Quanto eu tomava conhecimento, a operação já estava em curso. O inimigo não espera. A decisão do chefe é tomar a iniciativa de fazer uma pesquisa ou uma busca. Tem que tomar as providências. Nosso telefone vivia permanentemente ligado e, em qualquer lugar que estivéssemos, usávamos bip, rádio, o tempo todo. Os serviços desse país eram muito bons, e nós tínhamos, diretamente, todas as informações que chegavam de todos os lados⁵⁸. [...] Em termos operacionais, o relacionamento do CISA com todos os outros órgãos de informação externos ao Ministério da Aeronáutica era feito através da Seção de Operações, em contatos diretos [...]” (D’ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1994, p. 193-195).

Em seu depoimento, o Brigadeiro descreve o que os militares acreditavam sobre a incompetência das polícias na “caça aos subversivos”:

Desde 1964 com a vitória da Revolução, os chefes militares tinham absoluta certeza da incapacidade das Polícias Militar, Civil e Federal em controlar a penetração marxista dentro dos órgãos de comunicação e de administração pública, e, em especial, dentro das próprias Forças Armadas. Incapacidade de detectar essas lideranças e impedir a progressão da escalada vertiginosa que estava se desencadeando no Brasil, principalmente pela situação do presidente João Goulart e dos seus auxiliares, inclusive alguns ministros. Em função disso, com a vitória da Revolução de 64, começamos a procurar o controle da situação. Porque em toda revolução em toda guerra, com a vitória das forças militares de um país sobre o outro – no caso do Brasil, sobre o pessoal da subversão – começa a crescer o controle das forças militares sobre a área civil (Op. Cit. p. 190, 191).

Nesse depoimento, é possível observar dois fatores. O primeiro deles, já mencionado, quando Carlos Fico afirma que, ao se deparar com os documentos – no caso, um depoimento dos membros da Comunidade de Informação – a reação é o riso, em que já mencionamos. E o outro, consiste na naturalização do controle da sociedade civil, considerando-o necessário para os seus fins, ou seja, para a efetivação de sua doutrina, e não compreendendo que isso representava uma injúria às liberdades básicas civis.

⁵⁸A rede de cooperação na qual se constituía o corpo da comunidade de informação e segurança.

Em 1970, o órgão passou por uma reformulação referente a disputas – entre “duros” e “legalistas” – de atuação dentro do próprio serviço. Foram enviados cerca de 30 militares querelados de corrupção investigados pelo Cisa, que passaram por intensos inquéritos. Neste período, os responsáveis hierarquicamente pelo serviço eram o já referenciado Burnier e o ministro Márcio de Souza. Após essa atitude, considerada irresponsável e imprópria pelos militares, o Presidente Médici demitiu o ministro e afastou Burnier. Junto a isso, houve um grande afastamento coletivo empregado pelo novo ministro, o brigadeiro Araripe. Foi neste momento que o Cisa retornou ao princípio “natural” de um órgão de informação da Aeronáutica:

[...] a maioria do pessoal que estava no Cisa foi mandada para a reserva e houve uma profunda diminuição de sua parte operacional. O brigadeiro Araripe teria retirado do CISA do processo de repressão e o direcionado às questões inerentes à Aeronáutica. No âmbito destas mudanças, o ministro Délio Jardim de Mattos, já no começo do processo de abertura, propôs uma reforma que pretendia desvincular o CISA do ministério da Aeronáutica e subordiná-lo ao EMA. Não conseguiu que essa transferência fosse aprovada⁵⁹. Mas os reflexos nas mudanças de concepção ficaram explícitas na nova nomenclatura do órgão, que, em 1987, passou a se chamar Centro de Informações da Aeronáutica – CIA (ANTUNES, 2001, p. 72-73).

Após essa reavaliação do Cisa em 1987, a terceira só acontece em 1988. Já a reformulação completa, assim como os demais órgãos da Comunidade de Informação, a partir de 1990, todos sofrendo mudanças, inclusive de nomenclatura, para afastar a ideia construída em anos de Ditadura Militar. De serviços de Informação, passaram a se apresentar como serviços de Inteligência.

Já no que se refere à atuação dos órgãos de segurança, havia o Centro de Operações e Defesa Interna (CODI's) e o Destacamento de Operações Internas (DOI's). Seu intuito inicial era o combate ordenado às atividades antirregime, coordenando, assim, as ações dos demais órgãos que circulavam na comunidade para evitar atritos e desorganização nas ações de segurança. Dessa forma, os CODI's eram unidades de comando encarregadas de operar em ações contra a luta armada que se desenrolava no país. Alocavam-se, como os demais órgãos de informações, na 2ª seção; porém, a do Exército era dirigida pelo Estado Maior e, por esse motivo, o CODI não era

⁵⁹ Isso será abordado no capítulo seguinte, ao falarmos sobre o processo abertura política e como órgãos mistos, a exemplo do CISA, entraram em frenesi por medo de perder espaço, e que, na contramão da abertura, cresceram demasiadamente na coleta e análise de informações.

subordinado ao CIE, mas sim ao EME⁶⁰, fazendo-o ter uma imensa autonomia, o que ficou evidente em suas atuações internas e violentas.

Os CODI's "tinham uma característica peculiar: funcionavam com membros das três forças armadas, cujos órgãos de informações deveriam repassar-lhes as informações do que estava acontecendo em suas áreas específicas" (ANTUNES, 2001, p. 68), assim como do SNI. Sobre essa rede de informações construída entre os serviços, Adyr Fiuza de Castro, ao ser perguntado se o CODI recebia informações dos demais órgãos sobre as ações nas áreas referentes a cada CODI, afirma:

Ah, teria que ser informado, claro. O chefe do CODI é o chefe do Estado-Maior do escalão correspondente. Quer dizer, o chefe do CODI no Rio era o chefe do Estado-Maior do I Exército (hoje Comando do Leste). O chefe do Estado-Maior na Bahia era o chefe do CODI da 6ª Região Militar. O chefe do Estado-Maior do II Exército de São Paulo era o chefe do CODI de São Paulo, e esse tinha autoridade delegada pelo comandante da área, que é um general de quatro estrelas, para fazer reuniões e coordenar a ação desses órgãos. No Rio, por exemplo, reunia um representante do I Distrito Naval, um representante do delegado da Polícia Federal no Estado, um representante, como ouvinte da Agência local do SNI, quanto ao DOI, era um elemento, uma unidade, como era o Batalhão de Polícia, como era DOPS (D'ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1997, p. 51).

O general confirma, pois, a grande rede em que os serviços se edificaram em anos de Ditadura Militar. Todavia, apesar desse grande corpo de cooperação, as relações não foram sempre tranquilas. Segundo depoimento do General Moraes Rego, quando era assessor do ex-presidente Ernesto Geisel, "esta estrutura organizacional não se desenvolveu de forma harmoniosa, pois sempre dependeu de dois fatores: do relacionamento entre os comandantes das forças singulares e da relação dos governadores estaduais com seus meios policiais específicos" (ANTUNES, 2001, p. 68, *apud* REGO, 1994, p. 155). Ou seja, variava a partir de quem ocupasse o cargo de decisão. A estrutura dos CODI's era comandada por um tenente coronel do Exército que possuía as mesmas funções e respeito de um comandante.

Além dos CODI's e dos DOI's, também foram instituídos, junto a proposta do SISSEGIN, um Conselho de Segurança Interna (CONDI). Sob a responsabilidade deste e dos CODI-DOI, também foi construída a Zona de Defesa Interna (ZDI), sob cargo do comandante do Exército. A ZDI foi dividida em seis e, a partir disso, "podiam ser criadas ainda Áreas de Defesa Interna (ADI) ou Sub Áreas de Defesa Interna (SADI), em

⁶⁰Estado Maior do Exército.

regiões que merecessem cuidados especiais” (FICO, 2001, p. 120-121), com finalidade de assessorar o comandante das ZDI e coordenar atividades por parte de autoridades civis e militares de cada área em que atuavam. Tendia a ser coordenada por governadores ou seus representantes, policiais, seguranças, prefeitos ou órgãos públicos, sendo destes o que menos tinha funcionamento significativo. De acordo com Fico, os DOI’s seriam:

uma espécie de ‘anticorpo mutável’, diante da nova ‘virose’ da guerrilha urbana. [...] os DOI foram concebidos como um organismo ‘instável’ em sua capacidade de adaptação às adversidades, embora obstinados em sua missão de combate ao ‘terrorismo’. (FICO, 2001, p. 123).

Os DOI’s, foram criados na mesma ideia de “caça aos comunistas”, esse serviço era comandado por um tenente coronel – eram unidades militares comandadas. Mesmo não tendo, hierarquicamente falando, grande poder, já que também era subordinado aos CODI’s, o DOI atingiu esferas de atuação que romperam seu poder na burocracia estatal.

As características que deveriam ser mantidas pelo chefe do serviço eram as de zelar com as informações e ter atributos já vivenciados no que concerne à prática de informações, além de pleno discernimento dos perigos da função que exercia. Já a sua estrutura interna era formada por setores especializados em ações externas e, claro, atividades de informação e contrainformação. Considerando-se um órgão misto, tais domínios eram necessários para cumprir com os anseios da Doutrina de Segurança Nacional, que realizava as ações de captura e de interrogatório com agentes militares que usavam do respaldo legal pelo Estado da Ditadura Militar para torturar e prender sujeitos da sociedade civil, privando-os da plena liberdade de atuação, sendo estes guerrilheiros ou não.

Na prática, sua atuação era composta pelo pessoal da “Turma de Investigação”, formada por unidades operacionais de duas pessoas, um agente e um auxiliar, que saíam às ruas em busca de monitorar as ações dos vigiados. Além disso, havia as subseções de análise das informações, também colhidas por esses agentes, que deveriam manter a garantia dos arquivos referentes aos militantes, suas organizações e os depoimentos colhidos. Estes eram obtidos pelas Subseções de Interrogatório, chefiadas por oficiais das Forças Armadas e sendo três: “Turmas e Interrogatório Preliminar”, “Turmas de Interrogatório” e “Turma Auxiliar” (em grau de poder, respectivamente).

Já as ações externas eram feitas pelas Seções de Busca, que prendiam e levavam os militantes ao DOPS, integrando também a Comunidade de Informações. Assim, as “Turmas de Busca e Apreensão” eram os grupos com maior poder na captura dos “subversivos”. De acordo com Fico (2001, p. 127), o pessoal que atuava no DOI era de diversidade constante, havendo “sargentos, cabos e soldados, do Exército e das polícias militares, delegados e investigadores da polícia civil, agentes da polícia federal e militares da Aeronáutica e da Marinha”, comprovando, portanto, o emaranhado de cooperação que foi a Comunidade de Informação nestes anos de Ditadura.

Em seu funcionamento, as suas operações variaram; porém, como já afirmado anteriormente, seu intuito era o esfacelamento por completo das organizações de esquerda e seus militantes, para assim garantir um controle efetivo da sociedade civil. A prática de violação aos Direitos Humanos foi corriqueira durante todos os seus anos de atuação, mesmo sendo negada pelos seus membros, como Fico (2001, p. 131) destaca: “grande parte dos esforços da comunidade de informações (nesse particular atuando em socorro dos setores de segurança) constituiu na propagação da ideia de que não havia presos políticos ou tortura no Brasil”.

Por fim, no pródromo de atuação desses órgãos, o Departamento de Ordem e Política e Social (DOPS) era o calabouço onde os interrogatórios e as ações desumanas do CODI-DOI e do o corpo da Comunidade de Informação eram concretizadas, sendo a violência respaldada por lei. O local era, pois, terreno das atividades de segurança⁶¹, deixando marcas que a história, em sua função social, trará à memória como denúncia. É o que pode ser observado, por exemplo, na poesia do ex-presos político Alex Polari⁶², paraibano que vivenciou a angústia da prisão no DOPS:

Os Primeiros Tempos da Tortura

Não era mole aqueles dias de percorrer de capuz a distância da cela à câmara de tortura e nela ser capaz de dar urros tão feios como nunca ouvi. Havia dias que as piruetas no pau-de-arara pareciam ridículas e humilhantes e nus, ainda éramos capazes de corar ante as piadas sádicas dos carrascos. Havia dias em que todas as perspectivas eram pra lá de negras e todas as expectativas se resumiam à esperança algo

⁶¹Discorrer sobre os órgãos de Segurança é crucial para compreender a atuação da informação no Brasil (foco dessa pesquisa), tendo em vista que é necessário assimilar toda a estrutura que respaldou e construiu a vasta rede de atuação desses serviços.

⁶² Membro da Vanguarda Popular Universitária (VPR), foi preso em 1970, aos 20 anos, no Rio de Janeiro, ficando em situação de cárcere até 1980, após a lei de Anistia em 1979. Alex Polari teve um papel importantíssimo na denúncia da morte do militante Stuart Angel, em 1971.

cética de não tomar porradas nem choques elétricos. Havia outros momentos em que as horas se consumiam à espera do ferrolho da porta que conduzia às mãos dos especialistas em nossa agonia. Houve ainda períodos em que a única preocupação possível era ter papel higiênico comer alguma coisa com algum talher saber o nome do carcereiro de dia ficar na expectativa da primeira visita o que valia como um aval da vida um carimbo de sobrevivente e um status de prisioneiro político. Depois a situação foi melhorando e foi possível até sofrer ter angústia, ler, amar, ter ciúmes e todas essas outras bobagens amenas que aí fora reputamos como experiências cruciais (1978, p. 33).⁶³

1.4 Montagens dos sistemas na Paraíba

Para entender a construção dos serviços destrinchados até aqui no contexto paraibano, é preciso traçar um breve panorama histórico da repressão na Paraíba, que teve sua demarcação na violência aos movimentos anarquistas e sindicais no início do século XX. Organizações de caráter trabalhista que lutavam por direitos básicos vinham sendo construídas em todo o país:

No Brasil, o sentimento anticomunista presente desde o século XIX e inícios do XX, foi se tornando cada vez maior durante os anos de 1930, a partir do fortalecimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e posteriormente com a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), o que levou a construção de um conjunto de representações negativas e distorcidas do que era o comunismo e que povoam até hoje o imaginário da sociedade brasileira (SILVA, 2017, p. 02).

O serviço da capital federal teve seus primeiros passos organizacionais entre 1900 e 1907. Em sua atuação, destacavam-se o corpo de Investigação e a Segurança Pública da Polícia Civil. Em 1920, durante o governo do presidente Epitácio Pessoa, criou-se a Inspeção de Investigações e Segurança Pública, com o intuito de:

Art. 5º. III. A Secção de Ordem Social e Segurança Publica tem a seu cargo velar pela existência politica e segurança interna da República, atender por todos os meios preventivos á manutenção da ordem, garantir o livre exercício dos direitos individuais, nomeadamente a liberdade de trabalho, desenvolver a máxima vigilância contra quaisquer manifestações ou modalidades do anarquismo violento e agir com solicitude para os fins da medidade expulsão de estrangeiros perigosos.⁶⁴

Temendo as ações contra-hegemônicas e as fissuras sociais que tais reivindicações traziam para a norma do estado burocrático, o presidente e seus

⁶³ A forma original do poema (em verso) foi modificada para prosa com o intuito de melhor atender ao formato textual desse trabalho, não ocupando assim espaço em excesso.

⁶⁴ Decreto nº 14.079, de 25 de fevereiro de 1920.

apoiadores e donos do poder no Brasil, nesse contexto, já se organizavam na busca de construir uma rede de repressão, seguindo o modelo criado no Distrito Federal, mas mantendo seus organismos de modo autônomo, para assim frear as atividades políticas, pois o Estado brasileiro:

[...] temia pelas agitações de cunho reivindicatório, e este receio era fundamentado pelo próprio cenário nacional e internacional. As intensas greves, manifestações de anarquistas e anarco-sindicalistas começam a ser vistas pela elite brasileira como responsáveis pelo atraso econômico, uma verdadeira afronta às instituições democráticas, levando o Estado à regular a repressão contra o anarquismo através do Decreto n. 4.269, de 17 de janeiro de 1921, com penas que variavam de seis meses a oito anos, de acordo com a gravidade do crime político cometido. No caso dos estrangeiros que fossem presos, estes seriam imediatamente expulsos do país (LUNA, 2009, p. 04-05).

Na Paraíba, em setembro de 1935, depois de um encontro dos chefes de polícia do Nordeste na cidade do Recife, decidiu-se criar o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS). Tal criação deu-se com intuítos nebulosos, já tendo sido contestada em Assembleia Legislativa paraibana pelo deputado Anacleto Vitorino, por não entender a legalidade que esse organismo tinha. Tempos depois, a assembleia viria a receber o projeto de lei de numeração 65, de “autoria do líder do governo Argemiro de Figueiredo e Otávio Amorim, criando a Delegacia de Ordem Política e Social na estrutura da Administração Estadual da Paraíba” (PORFÍRIO, 2003, p. 66), após ter efetuado diversas prisões.

Os resquícios documentais da criação e atuação desse serviço demonstram o tamanho de sua execução no estado da Paraíba. Atualmente, encontram-se registrados em acervo 6.583 fichas cadastrais e 679 documentos diversos como prontuários, processos contras civis considerados “subversivos” e arquivos da administração pública, entre outros. De acordo com a Comissão Estadual da Verdade, “esta documentação refere-se, predominante, aos anos de 1980, embora se tenha documentos esparsos de décadas anteriores, [...] às décadas de 1960 e 1970 induz a existência de expurgos documentais” (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 163).

Um aspecto que vale ressaltar é a mudança da nomenclatura dos serviços e sua variação em cada Estado. Na Paraíba, é possível observar a Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS, órgão de atuação criado em 1935, com documentos desse ano

até os anos de 1980, sendo essa sigla a mais usada, assim como a Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica – DOPSE, nome usado após a criação da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba, no ano de 1963. De acordo com o Relatório Final da Comissão da Verdade da Paraíba, essa sigla se encontra utilizada mais nos meios de comunicação. Também havia a Delegacia Especial de Ordem Política, Social e Econômica – DEOPSE, sendo esta encontrada em fichas de ocorrência referentes aos anos de 1968 a 1971. Por fim, havia o Centro de Informações Policiais e de Segurança – CIPS, órgão que assumiu o lugar do DOPS na década de 1980 e que, apesar do nome diferente, na prática, continuou com as mesmas atribuições, sendo ligado ao Serviço Nacional de Informações – SNI, com registros até 1987.

A vigilância empregada por esses serviços no Estado da Paraíba era direcionada a partidos políticos, organizações de cunho social, estrangeiros residindo no país e à igreja católica, sendo a vertente progressista ou não, assim como as suas ligações. Exemplo disso é o documento a seguir, que traz os “meios de comunicação social controlados pela Igreja Católica”, documento datado de 14 de julho de 1980. Produzido pela Agência Recife do Serviço Nacional de Informações, que traz um apanhado dos meios na região em que esta agência cobria, traça os meios de comunicação que seriam vinculados de acordo com o documento com a Igreja Católica:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

EMISSORAS PERTENCENTES AO CLERO

PERNAMBUCO:

- FUNDAÇÃO EMISSORA RURAL A VOZ DO SÃO FRANCISCO - Petrolina
- RADIO **PAJÉO** DE EDUCAÇÃO POPULAR - Afogados da Ingazeira
- RADIO OLINDA PERNAMBUCO LTDA.

ALAGOAS:

- EMISSORA RIO SÃO FRANCISCO LTDA. - Penedo
- FUNDAÇÃO EDUCADORA PALMARES DE ALAGOAS - **Recife**

PARAÍBA:

- RADIO ALTO PIRANHAS LTDA. - Cajazeiras
- RADIO CATURITÉ LTDA. - Campina Grande
- FUNDAÇÃO CULTURAL N.Sra.DA GUIA - Patos

RIO GRANDE P) NORTE:

- FUNDAÇÃO PAZ NA TERRA - Natal
- FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SANT'ANA - Caicó
- FUNDAÇÃO STA. LUZIA DE **MOSSORÓ** - Mossoró

Figura 1 Lista de Emissoras ligadas ao Clero no Nordeste.

Fonte: **ARE-ACE-1140/80** Fundo SNI. Agência Recife.

Além da Igreja, vigiavam setores da comunicação ampla da sociedade civil. Aqui na Paraíba, pôde-se observar documentos dessa categoria, com anexos de jornais como “O Norte”. Ademais, foi possível localizar vigilância ao movimento estudantil e às lideranças desses movimentos, além das longas fichas referentes a pessoas específicas, que traziam filiação familiar, local de trabalho, modo de atuação política e se eram a favor ou contra a “Revolução de 64”. Sobre tais fichas:

Apesar da abrangência de motivações e da quantidade de pessoas fichadas na DOPS-PB, nem sempre os registros apresentam dados consistentes. Algumas fichas apresentam apenas o nome, sem outras informações. Outras delas remetem para um prontuário, que não existe nesse conjunto documental. Todavia, o registro confirma a vigilância da DOPS-PB sobre a atuação daquela pessoa (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 164).

No tocante à estrutura de departamentos e delegacias, havia as Secretarias de Segurança Pública estaduais e, durante a Ditadura Militar, o DOPS também servia como local de atuação de órgãos como as Assessorias Especiais de Segurança e Informações

(AESI) e as Divisões de Segurança e Informação (DSI), seguindo a vasta rede já mencionada na abordagem sobre a Comunidade de Informação. Nessa cadeia, os serviços atuantes na Paraíba confirmam a tese acerca da existência desse “entrelaçamento tático” dos serviços nacionalmente, regionalmente e localmente. Elencamos, pois:

1. Serviço Nacional de Informação (SNI) - Agência de Recife
2. 1º Grupamento de Engenharia e Construção (1º GPT e CNST)
3. Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal da Paraíba – SR/DPF/PB
4. Polícia Militar da Paraíba - PM/2-PMPB
5. Capitania dos Portos da Paraíba - CP. PB
6. Delegacia Regional do Trabalho (ASI/DRT/PB)
7. Universidade Federal da Paraíba (ASI/UFPB)
8. Companhia Hidroelétrica de São Francisco (CRS/JP/CHESF)
9. Telecomunicações da Paraíba (ASI/TELPA)
10. Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos (EBCT)
11. Secretarias de Segurança Pública (SSP)
12. Ministério das Minas e Energia no Nordeste (DSI/MME/NE)
13. Ministério das Minas e Energia do Rio de Janeiro (DSI/RJ)
14. Ministério da Saúde (DSI/MS)
15. Ministério das Comunicações (DSI/MC)
16. Ministério dos Transportes (DSI/MT)
17. Secretaria do Planejamento da Presidência da República
18. Ministério da Previdência e Assistência Social
19. Instituto Nacional de Previdência e Assistência Social - INAMPS
20. Ministério da Agricultura
21. Ministério do Interior
22. Ministério da Justiça
23. Ministério da Marinha – CENIMAR
24. Ministério da Aeronáutica – II COMAR
25. Banco Nacional de Habitação

26. Banco do Nordeste do Brasil
27. Rede Ferroviária Federal – RFFESA
28. Itaipu Binacional
29. Consulado Geral Americano – RECIFE-PE
30. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
31. Fundação Nacional do Índio – FUNAI
32. Assessorias de Segurança e Informação (ASI) vinculadas ao Ministério da Agricultura Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – ASI/EMBRAPA
 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
 Companhia Brasileira de Armazenamento – ASI/CIBRAZEM
 Companhia Brasileira de Alimentos – ASI/COBAL
 Comissão de Financiamento da Produção – ASI/CFP
 Banco Nacional de Crédito Cooperativismo – ASI/BNCC
 Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE
 Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF
 Superintendência Nacional de Abastecimento – SUNAB
 Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
33. Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL
34. Banco da Amazônia (BASA) (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 166. 167).⁶⁵

Na estrutura dos quartéis em que atuavam no Estado, temos: na cidade de Bayeux, o 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado (RCMec); em Campina Grande, a 5ª Companhia de Infantaria Motorizada⁶⁶; e na capital, João Pessoa, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), a Delegacia de Investigação e Captura (DIC), a Delegacia da Polícia Federal, o 15º Batalhão de Infantaria Motorizada (Batalhão Vidal de Negreiros), o 1º Grupamento de Engenharia e Construção (1º GPT e CNST) e a

⁶⁵ Todos esses serviços atuavam em constante relação de partilha de informações. Vale salientar que nas Assessorias de Segurança e Informação, referente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, observamos na pesquisa empírica no Estado da Paraíba algumas menções à atuação desse órgão, como no exemplo do molestamento sobre o Bispo da Paraíba Dom José Maria Pires. Esse caso será abordado no 3º capítulo.

⁶⁶ A 5ª Companhia é um espaço militar, onde foram relatadas violações. Havendo também a Granja do Terror, que foi um espaço privado, ficado marcado como local onde aconteceu intensa repressão.

Delegacia da Agricultura. Um órgão que teve uma imensa atuação de vigilância e controle foi a Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFPB⁶⁷:

Na Universidade Federal da Paraíba, desde os primeiros momentos do golpe militar, funcionou um Serviço de Segurança e Informações (SSI) que, em 1970, passou por “uma completa reestruturação tendo em vista as instruções da Divisão de Segurança e Informações (DSIEC) do Ministério da Educação e Cultura, e para atender à ampliação de suas atribuições” conforme ofício circular do chefe do SSI/UFPB, Ediláudio Luna de Carvalho. Em 19 de março de 1971, foi aprovado pelo reitor Guilardo Martins Alves o Regimento Interno da Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFPB (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 169).

A estrutura dessa AESI/UFPB presumia uma direção composta por: Chefia (CH/AESI) e uma Auxiliar (A/AESI); Seção de Segurança e Informações (SSI/AESI) e Seção Administrativa (AS/AESI). As ações desses serviços foram coordenadas através de um manual intitulado “Como eles agem”, feito pelo Ministério da Educação e Cultura em 1973. No tocante às ações culturais, havia uma intensa vigilância ao cinema e ao teatro, assim como aos artistas, tidos como pessoas que disseminavam uma “ideologia comunista” a serviço de um “comunismo internacional”, além da questão da moralidade. Isto porque os militares acreditavam que os artistas eram pessoas com desvios morais de conduta, como homossexualidade e “pederastia”, nas palavras deles. Do mesmo modo, pode-se traçar um panorama da atuação desses serviços no Estado da Paraíba, sua rede e complexo de atuação, seja de segurança ou de informação.

Em relação ao objeto aqui pesquisado, foram encontrados, a partir de análise documental, documentos referentes ao monitoramento à Igreja Católica e suas movimentações no Estado da Paraíba. Foi possível perceber que, em suma, os arquivos relacionam-se a “Tensões Agrárias”, compostos por relatórios que trazem um apanhado de quem se encontrava envolvido nessas e suas motivações. Em sua grande maioria, o nome do Bispo Dom José Maria Pires é mencionado corriqueiramente, assim como os demais membros da Igreja Católica que eram próximos ao entendimento do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba. É o que a pesquisa apontará no próximo capítulo.

⁶⁷ Sobre tal assessoria e a vigilância da comunidade universitária da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), atualmente, no Programa de Pós Graduação em História (PPGH-UFPB), está sendo desenvolvida uma pesquisa pela estudante Elissandra Maria Costa Dias, de título: “A vigilância do SNI sobre a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba (1964-1985).

CAPÍTULO II – Transição para a democracia e a emergência da Sociedade Civil

2.1 Processo de Transição Política

Meu Brasil!/ Que sonha com a volta do irmão do Henfil/
 Com tanta gente que partiu/ Num rabo de foguete/
 Chora/ A nossa Pátria mãe gentil/
 Choram Marias e Clarisses/ No solo do Brasil/
 Mas sei que uma dor assim pungente/ Não há de ser inutilmente/
 A esperança/ Dança na corda bamba de sombrinha/
 E em cada passo dessa linha/ Pode se machucar/
 Azar!/ A esperança equilibrista/
 Sabe que o show de todo artista/ Tem que continuar

(BLANC, BOSCO, 1979).

É com a canção trazida na epígrafe, canção esta que ecoou nos diversos setores da sociedade civil como um grito de esperança após anos tão doloridos para aqueles que ousaram sonhar, que iniciamos a discussão acerca do período de distensão política da Ditadura Militar para a democracia, cujo horizonte começava a aparecer na década de 70. O referido processo de transição se caracterizou em moldes muito calibrados, ou, como o presidente Ernesto Geisel sinalizou, através de um processo “lento, gradual e seguro”, tendo seus primeiros passos dados em 1970, mas iniciando concretamente apenas em 1974, quando Geisel assumiu a cadeira presidencial. Porém, a ascensão de Geisel ao posto de presidente da República não foi sem planejamento, mas sim um “ponto culminante de uma campanha cuidadosamente orquestrada. Os castelistas, havendo perdido o controle do Planalto em 1967, foram mantidos a distância durante os governos Costa e Silva e Médici não lhes foi fácil” (SKIDMORE, 1988, p. 315).

E é também, durante a década de 70 que a América Latina que em outrora em meados dos anos 60 a “América do Sul e ditadura militar tornaram-se, ao longo das décadas de 1960 e 1970, quase que sinônimos” (SILVA, 2003, p. 245). É nas décadas seguintes que tal cenário político vai sofrendo crises que vão impulsionando o processo de redemocratização, pois:

O final dos anos 1970 e a década de 1980, assistiram, por toda a América Latina, a um intenso movimento de redemocratização, com a substituição das ditaduras militares que desde várias décadas dominavam o panorama político continental, não sendo o Brasil um caso único ou modelador do processo de transição democrática. (SILVA, 2003, p. 246).

E é nesse contexto, em que o governo Geisel inaugura uma terceira fase do processo de transição: a etapa da institucionalização do Estado. No que se refere às duas fases anteriores, é possível sintetizar dizendo que a primeira compete aos governos de Castelo Branco e Costa e Silva, que lançaram as bases de início do Estado de Segurança Nacional, concretizando-a com a Constituição nada democrática de 1967⁶⁸. Já a segunda fase, que transcorreu de 1969 a 1973, foi o momento em que os aparelhos de segurança e informação se ampliaram e, conseqüentemente, construíram capilaridade no estado, assim como o desenvolvimento econômico, a partir da construção do “milagre econômico”. Na terceira fase, nos governos de Geisel e João Figueiredo, “os planejadores do Estado concentram-se em estruturas mais permanentes e flexíveis para a institucionalização do Estado a longo prazo” (ALVES, 1987, p. 185).

Nos anos de 1973 a 1974, houve uma mudança nos quadros dirigentes da nação e centralização das divergências⁶⁹ internas, após a ovação que ficou no seio social sobre o “milagre econômico”, a partir do qual o governo construiu uma imagem de legitimidade. Porém, no período que marca o fim do milagre a coisa seria outra, pois agora seria necessário que os chefes do Estado buscassem um papel legitimador do regime, já que, para manter-se no poder com respaldo e a desejada legitimidade, era preciso uma reorganização, uma “formação e ampliação da classe dirigente, a necessidade de estabelecer relações mais intimadas e seguras entre os grupos dirigentes e a massa popular – nacional, isto é, de reorganizar a hegemonia cultural” (GRAMSCI, 2007, p. 2346).

Assim fizeram os militares, em busca dessas relações seguras e íntimas, seja com a burguesia nacional ou com os próprios dirigentes do poder, pois, como é sabido, a teoria da distensão política não saiu do seio da sociedade civil, mas dos próprios militares, não “como uma volta dos militares aos quartéis, mas como a expulsão da política de dentro deles” (MARTINS, 1979-1980, p. 22). Destarte, “com as crescentes dificuldades agora enfrentadas no terreno econômico, o Estado de Segurança Nacional passou a preocupar-se com a criação de novos mecanismos para obtenção de apoio

⁶⁸Elaborada pós-edificação do Ato Institucional de número 4, dando poderes ao Executivo em detrimento do Judiciário e Legislativo. Nela, matérias de cunho de segurança competiam apenas ao Poder Executivo e não mais de maneira uniforme entre os três poderes, além de atrocidades à democracia.

⁶⁹Mesmo que se perceba certa efervescência da Linha Dura e dos membros dos serviços de informação e segurança nesses anos e nos que vieram, a ascensão do grupo ligado a Castello Branco ao poder trouxe viragens que antes haviam sido freadas, como a própria noção de abertura e entrega dos poderes aos civis. Todavia, vale salientar que, mesmo com essa liberalização por dentro, o governo seguia praticando atrocidades aos direitos humanos.

político e social” (ALVES, 1987, p. 185). Com a intenção da já mencionada legitimidade governamental, a pretensão dos militares era, então, construir um afrouxamento real das tensões sociopolíticas existentes, sem deixar de controlar e vigiar as ações civis e partidárias, entre outras.

Com seus mecanismos representativos eleitorais elásticos, que ora podiam ser fechados, ora com fachadas democráticas de participação política, os militares iam construindo os caminhos para a redemocratização que aconteceria somente mais de dez anos após a sinalização da abertura política, com o primeiro sinal de fim de Ditadura Militar. “Deste modo, a ação do Estado, especialmente no primeiro período do governo Geisel, destinava-se a dismantelar gradativamente os mecanismos mais explícitos de coerção legal, simbolizados no Ato Institucional Nº 5” (ALVES, 1987, p. 185) e possibilitar a representação política mais flexível das que haviam se edificado no país nos anos ditatoriais, em que:

o governo Geisel promoveria, então, a ‘política de distensão’. Tratava-se de um programa de medidas de liberalização cuidadosamente controladas, definido no contexto do Slogan oficial de ‘continuidade sem imobilidade’. A ‘continuidade’ traduzia-se numa política de fiel obediência às linhas mestras do modelo econômico de desenvolvimento já estabelecido e aos preceitos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional. Desse modo, a ‘continuidade’ preservava os principais aspectos do modelo e a engrenagem do aparato repressivo. ‘Sem imobilidade’ encarava-se no plano governamental de reformas que pretendia constituir um passo adiante na liberalização progressiva, para um retorno à democracia. A distensão da sociedade seria obtida em estágios bem planejados: haveria, em primeiro lugar, a suspensão parcial da censura prévia, seguida de negociações com a oposição para estabelecimento dos parâmetros de tratamento dos direitos humanos. Posteriormente, seriam promovidas reformas eleitorais, para elevar o nível da representação política. Em seguida, as medidas mais explicitamente coercitivas, inclusive o Ato Institucional Nº 5, seriam revogados, incorporando-se outros mecanismos de controle à constituição. A meta global da política de ‘distensão’ era concluir a institucionalização do Estado de Segurança Nacional e criar uma representação política mais flexível, de modo a baixar os níveis de dissensão e tensão que haviam tornado muito fortes as ‘pressões’. O resultado final do sistema político a ser desenvolvido constituiria o que o Presidente Geisel chamou de ‘democracia relativa’ ou ‘democracia forte’ (ALVES, 1987, p. 186).

É nesse contexto do governo de Ernesto Geisel que uma figura importantíssima na orquestração da Doutrina de Segurança Nacional volta à cena, Golbery do Couto e Silva. Ele, ao lado de Ernesto Geisel, o primeiro presidente protestante do país, pretendem, de modo muito limitado, afrouxar o espectro da participação civil,

remodelar os anos que se passaram de ditadura no país. Todavia, vale salientar que, ao mencionarmos a postura desse novo chefe da nação como diferente dos anteriores, não negamos que em sua presidência ainda se seguiram práticas de tortura e demais atitudes de violação aos direitos humanos, pois:

Geisel ia para o segundo ano de sua presidência com um acervo indecifrado de mudanças. Enterrara o triunfalismo do Milagre Econômico e aceitara uma derrota eleitoral sem precedentes na história republicana. Ao lado disso, no porão torturava-se e matava-se. Em 1974 foram assassinadas cerca de cinquenta pessoas, a maioria nas matas e nos cárceres militares do Araguaia. Nas cidades, o aparelho de repressão da ditadura exterminava o que sobrara da militância armada e avançava sobre o Partido Comunista. As 67 denúncias de tortura apresentadas nas auditorias deram ao ano um aspecto de trégua parecida com a do fim do governo Castello Branco (66 denúncias em 1966) (GASPARI, 2004, p. 18-19).

No que concerne às mudanças estruturais, Geisel pretendia, junto a Golbery, liberalizar o regime autoritário herdado – mas que também ajudaram fortemente a construir. Assim também se expressava parte da sociedade civil brasileira que, enfadada e descontente com os rumos econômicos e sociais do país, no qual o “milagre brasileiro” mostrava suas deficiências, e a Ditadura sua crise. É nesse contexto também que há uma escalada das denúncias internacionais e nacionais sobre a tortura praticada no Brasil, que ajudaram a alargar as fissuras nas estruturas da ditadura. Junto a tais pontos, criou-se uma expectativa de mudança, em que:

boa parte da elite em relação ao novo governo centrava-se na esperança de que Geisel controlasse o aparato de repressão, especialmente os torturadores. O homem comum, no entanto, mal podia partilhar dessa esperança, já que era vítima de atos de repressão policial⁷⁰, tanto em regime democrático quanto em regime autoritário. Em fins de fevereiro Geisel, como presidente eleito, alimentou essas expectativas conferenciando com o Cardeal Arns de São Paulo, conhecido crítico do governo por suas frequentes violações dos direitos humanos. Emissários da Confederação Nacional dos Bispos (CNBB)⁷¹ reuniram-se com o general Golbery e ficaram encorajados com o que ouviram. Pressionados por críticos religiosos e seculares a assumir o compromisso de devolver o país ao império da lei, Golbery demonstrou sincera receptividade, embora falando invariavelmente em caráter não oficial. O otimismo aumentou quando em meados de março Geisel prometeu ‘sinceros esforços para o gradual, mas seguro aperfeiçoamento democrático, embora também tenha apropriadamente advertido que a ‘segurança’ era indispensável para assegurar o

⁷⁰Tal realidade trazida por Skidmore não é diferente atualmente, por estarmos vivenciando o chefe da nação brasileira legitimando práticas de tortura e violência.

⁷¹No próximo ponto deste capítulo, iremos discorrer sobre a atuação da CNBB no país e seu papel nesses anos.

desenvolvimento. Afinal, tratava-se ainda de um governo militar (SKIDMORE, 1988, p. 326).

O ano de 1974 teve um aspecto ímpar para a compreensão do que seria essa política de distensão de moldes bem edificadas. No corrente ano, especificamente nas eleições legislativas do país, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) teve acesso às mídias televisivas e rádio para construir sua campanha de 1974, podendo, assim, manter calorosos debates com o partido de situação, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Com isso, foi possível disputar as mentes e corações dos eleitores brasileiros, de modo aberto e amplo, o que não se via no país desde implementação do AI-5. Em consequência disso, veio a resposta popular: de acordo com Maria Helena Moreira Alves, “a população reagiu com entusiasmos, e a campanha do MDB ganhou multidão de voluntários. Os militantes do partido descobriram que os períodos eleitorais poderiam ser utilizados para a transmissão de informação e a mobilização política da população” (1987, p. 188).

Com isso, instrumentalizaram as mídias televisivas e rádio e engajaram-se no uso destes. Com maior alcance e conhecimento dos eleitores, o MDB intensificou sua proposta de campanha na denúncia às repressões, às restrições de liberdade civis e políticas, à revogação do AI-5, assim como “denunciaram a compra de terras por empresas multinacionais e questionaram a crescente desnacionalização da economia brasileira” (ALVES, 1987, p. 188). Ainda de acordo com Alves, duas matizes seguiram a campanha do MDB: a primeira através do seu *slogan* “Enquanto houver um homem vivo, haverá esperança”, e a segunda pautando o anseio a reformas no país, expressada pela ideia de ocupar todo o espaço disponível na política, começando, assim, a romper paulatinamente o silêncio da ditadura no país.

O resultado dessas estratégias de campanha adotadas pelo MDB foi uma boa vitória eleitoral, sendo a maior bancada no Senado, com mais de 4 milhões de votos de diferença em relação ao ARENA, marcando a primeira derrota da situação nos anos de Ditadura Militar. Tal vitória não se expressou muito nas eleições para a Câmara dos Deputados e assembleias estaduais, pois, de acordo com a autora supracitada, a ação do clientelismo impossibilitou essa vitória nessas esferas mais regionais. Porém, o sentimento nacional de possibilidade de se escolher em quem votar⁷² não duraria muito

⁷² Vale salientar que ainda não se vivia uma liberdade civil e, como oposição consentida, o MDB também não expressava um local de combatividade às atrocidades da Ditadura.

tempo. Logo entrou em cena a Lei Falcão⁷³ e, como era de se esperar, o Serviço Nacional de Informações não deixaria escapar essa movimentação, sendo que:

enquanto o MDB tratava de assumir seu novo papel de partido de oposição ‘real’ a comunidade de informações do governo analisava os resultados das eleições. A agência central do SNI produziu detalhado estudo com mapas eleitorais, informações de estado por estado, número de votos dados a cada membro do MDB e da ARENA, esquemas de comportamento dos eleitores e pesquisas de opinião pública. Reuniram-se dossiês sobre todos os candidatos do MDB e sobre as eleições. Esta pesquisa do SNI seria utilizada em seguida para orientar os candidatos da ARENA e desenvolver novas medidas de controle das eleições. O estudo demonstrava que o acesso ao rádio e à televisão contribuíra consideravelmente para a vitória do MDB em 74, e previa que, se não fossem promovidas mudanças, a oposição conquistaria muitas cadeiras nas eleições municipais de 1976, além de maioria no Congresso Nacional e em muitas outras assembleias estaduais nas eleições de 1978. Significava isto que estaria em perigo todo o sistema de eleições indiretas para os cargos executivos (ALVES, 1987, p. 190).

Em clara manobra de controle da sociedade civil, o SNI mostrou-se como instrumento político a serviço do Estado vigente, à procura de garantir hegemonia nas eleições para evitar a vitória da oposição e continuar em moldes bem programados a política de distensão lenta, segura e gradual proposta nesses anos, poupando, assim, o descontrole de sua política de abertura.⁷⁴

As eleições de 1976 mostraram o alcance desse controle à sociedade civil, em que o silêncio novamente foi imposto ao eleitorado com o fim dos debates. Porém, mesmo com todo o apoio que a ARENA teve, seus fins não foram como esperavam

⁷³A Lei Falcão (Lei nº 6339/76), criada em 1976, e que levou o nome do seu criador, o então Ministro da Justiça, Armando Falcão, era, em síntese, uma manobra para limitar o acesso e debate aos candidatos às eleições nos meios de comunicação da época. A partir dela, não podia haver debates e demais informações sobre os políticos que estavam no pleito. Em lugar desses, só eram permitidos nomes e números e alguns pontos sobre a trajetória dos candidatos.

⁷⁴ Um aspecto interessante, já mencionado na introdução deste trabalho, que se refere ao controle e à busca de hegemonia promovida pelo SNI como grupo da Sociedade Política que controla os meios de comunicação, fica evidente nessa ação de manobra política de censura, em que os membros do MDB, não podendo mais acessar os meios de mídia da época, não conseguiram mais a vitória que haviam conseguido no pleito acima mencionado. Para Alves (1987), “o significado deste tipo de censura fica evidente se lembrarmos de que os maiores jornais do país na época tinham tiragem máxima de aproximadamente 300.000 exemplares, atingindo cerca de 20.000.000 de pessoas; em compensação, o rádio atingia 85 milhões de pessoas, e a televisão aproximadamente 45 milhões. A Propaganda eleitoral transformou-se em monótona sucessão de nomes, números, currículos e fotografias de centenas de candidatos de ambos os partidos. Além disso, o superior Tribunal Eleitoral, pressionado pelo governo Geisel, proibiu os candidatos de afixar outros tipos de material de propaganda em lugares públicos. Desse modo, a campanha para as eleições municipais de 1976 reduziu-se a virtual silêncio, negando-se à oposição o emprego de seu principal recurso: o debate e a argumentação” (ALVES, 1987, p. 190).

eleitoralmente, isto é, conseguiram menos do que esperavam em porcentagem eleitoral. Nas eleições municipais, o MDB conseguiu vencer em vários dos municípios que disputou, assim como em suas câmaras municipais, logrando 59 das 100 maiores cidades da federação e ratificando, pois, a teoria dos relatórios do SNI, “de que sem controles eleitorais o MDB poderia ter conquistado maioria, especialmente nas grandes cidades e nos estados mais industrializados” (ALVES, 1987, p. 191). O cume dessas estratégias eleitorais em anos de Geisel expressou-se através das novas reformas eleitorais, o chamado “Pacote de Abril”, de 1977:⁷⁵

os poderes legislativos foram transferidos a um núcleo de seis pessoas, depreciativamente denominado de “Constituinte da Alvorada”. Depois de catorze dias de deliberações, produziram o texto da Emenda Constitucional nº 8, que entraria para a vida política e a história brasileira com o apelido de “Pacote de Abril”. Houve premeditação no golpe, mas não houve coordenação. Geisel passara a chave no Congresso sem um projeto definido de reforma política. A reunião do Conselho de Segurança, da qual participaram todos os ministros e os três chefes de Estado-Maior das Forças Armadas, fora tão inexpressiva que, 23 anos depois, o general não se lembrava de tê-lo convocado. Assim como sucedera na edição do AI-5, a sessão do Conselho foi assombrada por duas obsessões. Numa, atribuiu-se a culpa da crise à oposição. Armando Falcão condenou a “frouxidão, a covardia e a confusão” da cúpula do MDB. Azeredo da Silveira atacou-lhe a “intransigência”. Noutra, alguns ministros defenderam a legalidade do que se estava fazendo, como se isso fosse necessário ou tivesse alguma importância. Mario Henrique Simonsen lembrou que o recesso era coisa normal nos regimes constitucionais e chamou de “ditadura da minoria” o comportamento do MDB. Ney Braga sustentou que o recesso estava previsto no Ato 5, “aprovado pela Constituição” (GASPARI, 2004, p. 354 – 355).

Em 1978, o MDB, em meio ao turbilhão de diversidades de compreensões e sentimentos de redemocratização e antiditadura, pôde se constituir como uma “oposição real” (ALVES, 1987, p. 196), pressionando e unificando com demais setores da sociedade civil seu papel como oposição política aos militares que, por conseguinte:

[...] nas eleições de 1978 tiveram um caráter plebiscitário, que mereceu especial ênfase na campanha do MDB. A diversidade dos elementos em atuação no partido dificultou o consenso sobre uma plataforma coerente. O apoio popular era arregimentado em oposição ao governo. A impossibilidade de acesso de seus candidatos ao rádio e à televisão forçou o MDB a buscar apoio entre as organizações de base que lutavam pelos direitos humanos, sindicais, políticos e de associação. A perseguição ao MDB dava-lhe legitimidade aos olhos

⁷⁵ O pacote de Abril tinha como medidas: Eleições indiretas para Governadores dos Estados, ampliação do mandato dos Presidentes de cinco para seis anos, assim como endurecimento da Lei Falcão, que limitava o alcance da propaganda política, para assim frear o crescimento do MDB.

desses grupos, e todos os setores de oposição aderiam à campanha de seus candidatos. Em quase todos os estados, a campanha do partido de oposição foi conduzida por uma rede de militantes de diferentes grupos de oposição da sociedade civil: estudantes, organizadores sindicais, militantes partidários, ativistas sociais da Igreja e membros dos movimentos pela anistia política, os direitos das mulheres e dos negros (ALVES, 1987, p. 197).

Com a ascensão dos políticos do MDB, os planos de distensão planejados por Geisel poderiam desandar, pois “tal situação ameaçaria todo o plano de ‘distensão’ que devia ser imposto através de um Congresso controlado pelo governo” (ALVES, 1987, p. 192). As primeiras ações desse pacote de controle às ações da sociedade civil se expressaram com a criação de um novo órgão, o Conselho da Magistratura, para disciplinar os juízes, juntamente com a alteração do local de julgamento de policiais militares, que deixariam de ser julgados pela jurisdição de tribunais civis para serem julgados por tribunais militares. Isso causou uma ofensiva da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), já que tal mecanismo se mostrava como mais uma arbitrariedade às liberdades civis. De imediato, o órgão pressionou o MDB para fazer oposição a tal projeto na esfera político-governamental, visto que, para aprovar a emenda constitucional, seriam necessários dois terços da Câmara dos Deputados, bem como do Senado Federal. No entanto, a emenda obteve 241 votos a favor contra 156, não alcançando, portanto, o objetivo de dois terços:

Dois dias depois, o presidente Ernesto Geisel fechou o Congresso Nacional pela terceira vez desde o golpe de Estado de 1964, valendo-se dos poderes extraordinários concedidos ao Executivo pelo AI-5 para governar por decreto nesse ínterim. Pelos doze dias seguintes, o Presidente Geisel promoveu debates com um pequeno número de assessores que constituíam uma *sui generis* Assembleia Constituinte: o Ministro Golbery do Couto e Silva, o secretário particular Heitor Ferreira, o Senador Petrônio Portella e o chefe do SNI, General João Batista Figueiredo. Finalmente, no dia 13 de abril, Geisel assinou a Emenda Constitucional Nº 7, nada menos que a versão original do pacote de reforma judiciária há dias rejeitada pelo Congresso. No dia seguinte assinou a Emenda Constitucional Nº 8, que estabelecia alterações fiscais e uma série de importantes modificações na Constituição de 1969, a respeito das eleições. Estas medidas, que ficaram conhecidas como o ‘Pacote de Abril’, fixaram os limites da distensão e as bases para a continuação do processo de institucionalização do Estado (ALVES, 1987, p. 193).

A efervescência política do momento, “de modo geral desmobilizada e fraca, no período 1974-1979, a situação que em parte inverteu-se, embora permanecesse contraditório e incerta” (ALVES, 1987, p. 219), agora utilizava-se dos meios de base para contestar e exigir o afrouxamento da política atual e conseqüentemente seu total

recuo com a volta dos civis ao poder. O governo Geisel se apresentava em uma dicotomia, pois era a natureza de abertura política que o Presidente apresentava; ao tempo que sinalizavam o desaperto da Ditadura, havia uma realidade remanescente e vivenciada de repressão, sejam as já mencionadas manobras políticas que cerceavam a atuação opositora, bem como os diversos relatórios e crescimento da comunidade de informação, com as prisões, torturas e assassinatos⁷⁶, haja vista que os militares mais inclinados à linha dura viam tal processo como uma ameaça tanto aos seus trabalhos quanto ao estado de Segurança Nacional do país, pois, mesmo com o esfacelamento completo dos grupos guerrilheiros, alguns grupos militares agiam sobre novos alvos, em sua maioria órgãos organizados da sociedade civil do país.⁷⁷

Fortemente vigiados pelos serviços os defensores dos Direitos Humanos, corriqueiramente associados à Conferência Nacional dos Bispos (CNBB)⁷⁸, à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e à Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e demais órgãos da sociedade civil, após o esfacelamento dos movimentos armados pelo regime. Sobre essa atuação dos serviços de informação e polícia política nesse contexto, Gaspari (2004, p. 107) afirma:

[...] a Comunidade queria controlar a abertura. Geisel também. No episódio da ofensiva contra o PCB, o presidente alinhara-se com a “tigrada”. Mas queriam-lhe administrar a extensão do alinhamento. Numa reunião com o presidente, Figueiredo contara que, afora o problema dos vencimentos, só a “escalada comunista” preocupava a oficialidade. Geisel explodiu: ‘Em 1978 chamem o Hitler para assumir o poder. Depois vão fofocar à beça para tirar o Hitler [...]. Eu não vejo esse espantinho do comunismo. Se algum oficial está tão preocupado com isso, que venha cá e tome conta. Sou capaz até de abrir porta...’. Por mais que praguejasse quando se via desobedecido, Geisel tentava

⁷⁶Como o caso do assassinato, falseado como suicídio pela polícia política, do jornalista Vladimir Herzog em 25 de outubro de 1975, nos porões da Ditadura, que mobilizou setores diversos da sociedade civil contra as violações dos Direitos Humanos praticados nos anos de regime, movimentando grandes mobilizações em território nacional e internacional como denúncia ao que acontecia no Brasil e manchando cada vez mais a já enxovalhada legitimidade da Ditadura Militar. É nessas circunstâncias que Geisel enfrenta mais diretamente a linha dura dentro das forças armadas: “ele precisou lançar mão de seus mais aprimorados dotes de general despótico. Não o fez quando aconselhado por Golbery do Couto e Silva, em janeiro de 1975, para punir os torturadores do ex-deputado comunista Marco Antônio Tavares Coelho, que o supliciarão no DOI Paulista. O enfrentamento direto viria sob a forma da demissão do comandante do II Exército (SP), general Ednardo D’ávila Melo. Em outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado nas dependências do mesmo DOI, unidade subordinada ao comando do General Ednardo. Geisel deu ordens expressas para que o episódio não se repetisse, porém, no dia 17 de janeiro de 1976, outro assassinato ocorreu, desta vez vitimando o operário Manuel Fiel Filho. Geisel, então, demitiu sumariamente o general, causando grande comoção no exército” (FICO, 2001, p. 2012).

⁷⁷Em 1975, houveram diversos ataques a dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), contabilizando dez membros assassinados pela Ditadura. Disponível: <http://memorialdademocracia.com.br/card/comunistas-entram-na-mira-da-repressao> Acesso: 14/11/2020.

⁷⁸No próximo tópico, discutiremos mais sobre o papel atuante da Igreja Católica em anos de Transição.

pôr de pé uma relação impossível com a máquina repressiva da ditadura. Queria controlá-la, continuando a se beneficiar politicamente dos procedimentos ilegais que a tornavam incontrolável. No dialeto do meio, era um de seus “clientes”.

É neste contexto, especialmente em 1978 que, após pressões corriqueiras dos setores da sociedade civil, Geisel se permite a tentar construir um diálogo com os setores de oposição a partir de encontros com os líderes da CNBB, OAB e da ABI. Junto a esse importante passo, vieram as reformas aprofundadas através da Emenda Constitucional Nº 11. Nela, revogou-se o Artigo 182 da Constituição de 1969, que eliminava o Ato Institucional Nº 5, constituindo-se um caminho importantíssimo e desejado pela sociedade civil organizada desde sua implementação em 1968.

Junto com a revogação do artigo, houve a volta do *Habeas Corpus*, permitindo que presos políticos pudessem ser julgados e não diretamente presos sem acusações formais como acontecia, assim como o cerceamento de poder que o Executivo centralizou no pós-AI-5, em que podiam atuar de modo arbitrário frente ao poder Legislativo, pois, com esta emenda, tornava-se inviolável a cassação de mandatos por opiniões políticas diversas ao regime. Além disso, as ações dos parlamentares, em situação de votação, não seriam mais acometidas por perseguição política por parte dos militares. Assim, “o Executivo perdeu o poder de decretar o recesso ou fechamento do Congresso Nacional e das assembleias estaduais” (ALVES, 1987, p. 218). Nesse contexto, os parlamentares que fossem acusados de crime contra a segurança nacional teriam de ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal, não sendo mais necessária a autorização da casa que o parlamentar pertencesse:

[...] de modo geral, a emenda significava um retorno ao *Status quo ante*, restabelecendo muitos dos dispositivos incluídos na Constituição de 1967, antes do Ato Institucional N º 5 (dezembro de 1968). Um novo mecanismo de controle era estabelecido, no entanto, com uma série de medidas denominadas ‘salvaguardas de emergência’. Lançavam-se, com elas, as bases de uma nova forma de regime forte e da institucionalização a mais longo prazo do Estado de Segurança Nacional (ALVES, 1987, p. 218).

Esses novos mecanismos de controle, mesmo após o fim do AI-5, não significavam um regime democrático, pois, com as “salvaguardas”, era possível decretar estados de sítio, podendo novamente dar ao poder Executivo poderes extraordinários, decretar 90 dias de vacância sem avisar previamente ao Congresso Nacional, com possibilidade de renovação por mais 90 dias, caso necessário, entre outros pontos

controversos. Tais “salvaguardas” foram imensamente criticadas pelos órgãos contra-hegemônicos da sociedade civil, pois representavam mais um falseamento de liberdade, agora com eufemismos, ao contrário do que foi o Ato Institucional Nº 5. Porém, mantinha as estruturas de controle e os planos de distensão lenta de Geisel.

A posse do novo presidente, João Baptista de Oliveira Figueiredo, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações, ocorreu em 1979. Sucessor de Geisel, sua escolha foi proclamada desde a posse deste, que “dissera aos seus assessores mais íntimos que queria como seu sucessor o general João Baptista Figueiredo, então chefe do SNI. No fim de dezembro de 1977 o presidente tornou público sua escolha” (SKIDMORE, 1988, p. 389). Seu nome causava certo desconforto em alguns militares, a julgar que era um militar de apenas três estrelas enquanto todos os anteriores eram de quatro estrelas. Um caso famoso de revelia a essa escolha foi a demissão de Sylvio Frota. Frota havia tentando convocar comandantes do Exército para golpear essa escolha do nome de Figueiredo, mas não obteve êxito na sua tentativa, e por tal ação ocasionando a sua exoneração. Esse episódio é caracterizado como uma disputa intramilitar. O ex-chefe do gabinete militar, Hugo Abreu (1979, p. 162) afirmou:

[...] por ocasião da saída do General Frota, o presidente afirmou a mim e mandou-me dizer publicamente à Nação. ‘A exoneração do Ministro Frota é uma decisão de caráter pessoal sem qualquer vinculação com o problema político da sucessão presidencial.’ Seu procedimento posterior mostra que o Presidente iludiu a Nação: o afastamento do General Frota era um ato político ligado ao problema da sucessão presidencial e visava a afastar um obstáculo à escolha do General Figueiredo como candidato oficial à Presidência. Mas voltemos à minha conversa com o Presidente Geisel. Eu me via diante de uma situação difícil. Não costumo abandonar missão pelo meio. Mas o Presidente acabava de me dizer: ‘É, mas eu já escolhi Figueiredo’. E justificava, ou apresentava um arremedo de justificativas para a farsa montada, dizendo estar sua decisão baseada na necessidade de escolha imediata dos novos governadores. Em síntese, justificava uma farsa com uma inverdade. Só havia uma resposta. E foi a que eu dei: ‘Neste caso eu saio. Não posso conviver com este problema, participando do Governo’.⁷⁹

Assim, a nomeação de Figueiredo “ampliou a política de liberalização, porém permaneceu dentro dos parâmetros da ‘democracia forte’ estabelecida por Geisel” (NUNES, 2009, p. 60). Porquanto, após perda da chapa autônoma do MDB para presidência da República nas eleições contra Figueiredo. O MDB em “campanha

⁷⁹Não pretendemos validar, julgar ou corroborar a fala de fala de Hugo Abreu. A narrativa foi utilizada como ilustração do contexto citado.

eleitoral para a presidência acabou sendo mais interessante do que a princípio prometia [...] embora soubesse que suas chances eram zero. Para presidente foi escolhido o general Euler Bentes Monteiro, ex-diretor da SUDENE” (SKIDMORE, 1988, p. 394).

A chapa não foi aceita por todos os membros do partido. Parte achava que o MDB não deveria participar do pleito, pois legitimaria um processo “ilegítimo”, por ter chances ínfimas de vitória. Já o candidato da situação, pelo ARENA, promoveu discursos e comícios de modo “animado”, prometendo seguir dando continuidade ao processo de democratização gradual dentro dos moldes militares. Um mês após o processo eleitoral da presidência, houve as eleições legislativas, mas, devido ao Pacote de Abril, a ARENA seguiu com a sua maioria de parlamentares, demonstrando que tudo seguia como planejado pelos militares: lento, seguro e gradual. É neste contexto, pois, que se inicia o terceiro momento da política de institucionalização do Estado de Segurança Nacional:

[...] iniciada em 1974 com a política de ‘distensão’ do Presidente Geisel; durante seu período no cargo, o Presidente Figueiredo ampliou a política de liberalização, permanecendo, entretanto, obediente aos parâmetros da ‘democracia forte’ estabelecidos por Geisel. Como a política de ‘distensão’, a de ‘abertura’ compreende uma série de fases de liberalização, planejadas e cuidadosamente controladas pelos estrategistas políticos do Estado. Seria aberto um espaço político suficiente para conter a oposição de elite, na esperança de obter para o Estado de Segurança Nacional maior estabilidade e apoio. Por outro lado, os parâmetros da ‘democracia forte’ eram definidos de modo a limitar a participação de setores da população até é a oposição aceitável, e qual é intolerável (ALVES, 1987, p. 225).

Essas manobras foram usadas para acalmar as elites incomodadas, que garantiriam a legitimidade do regime. Por ser um setor tão importante para os anseios capitalistas dos militares, havia “esperança de que sob tal regime o empresariado teria mais chance de influenciar a política, especialmente contra os burocratas e os interesses das empresas estrangeiras que o autoritarismo havia favorecido (SKIDMORE, 1988, 393). Isso seria um caminho bom para os dois lados. O recuo aos interesses estrangeiros, que a elite nacional afirmava ter sido colocado de lado pelo governo, caracterizava um anseio da elite nacional. Já os setores populares, “oposição de trabalhadores e camponeses, fossem seculares ou vinculados à Igreja, enfrentaram repressão contínua e sistemática” (ALVES, 1987, p. 225).

Os setores de oposição, organizados em aparelhos privados de hegemonia, como os já mencionados OAB, ABI e CNBB, assim como no governo Geisel, exerceram bastante pressão no Governo Figueiredo, além de constante vigilância. Os sindicatos também desenvolveram ações importantíssimas para pressionar o governo na política de abertura, sendo nomeados como o “Novo Movimento Sindical”, de modo que “novo” dizia respeito ao fato de ser a primeira experiência organizada em coletivo dessa categoria pós AI-5. Essa organização conseguiu aglutinar muito apoio, desembocando nas grandes greves de 1978, 1979 e 1980.

É nessa conjuntura que vem à superfície o processo da Anistia Política em 1979, com o objetivo de aliviar a pressão social, concedendo a anistia política parcial e desafogando clamores reivindicados desde o AI-1 e que não podiam mais ser ignorados pelos militares. Resultante de processos intensos de negociação e não agradando a todos, já que, ao passo que a anistia perdoava os exilados, banidos políticos e presos, inocentava os militares que praticaram atrocidades aos Direitos Humanos, foi um grande ponto de vitória dos militares pois inocentava todos os grandes carrascos torturadores.

Com a Lei de Anistia, outro mecanismo legal importante para o processo de abertura vai sendo gestado, a Lei de Reforma Partidária de 1979, que cria partidos políticos e rompe com o sistema bipartidário que existia no país desde o Ato Institucional nº 2, de 1965. A nova lei orgânica dos partidos extinguiu o MDB e a ARENA. O primeiro, aglutinou-se em maioria no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e o último, reagrupou-se no Partido Democrático Social (PDS), assim como o novo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) Brizola tinha planos de refundar o PTB, mas a Justiça deu ganho de causa a Ivete Vargas, então ele criou o Partido Democrático Trabalhista (PDT) Já no âmbito da esquerda, emerge o Partido dos Trabalhadores (PT), formado pelo líder sindical e que viria a ser o futuro presidente do Brasil por dois mandatos (2003 – 2006 e 2007 – 2011), Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula. Completando o vasto quadro partidário, foi criado o Partido Popular (PP), liderado por Tancredo Neves e fundindo-se, posteriormente, ao PMDB.

Em 15 de novembro de 1982, aconteceram as eleições gerais, com exceção do cargo de presidente da República. Sobre isso, Alves (1987) aponta:

Tendo em vista os objetivos de legitimidade e institucionalização permanente, era importante que estas eleições se realizassem com o máximo de liberdade. Por outro lado, a política de abertura com o mantinha-se no curso traçado pelo ‘plano mestre’ de liberalização controlada. Era fundamental para o Estado de Segurança Nacional manter o controle sobre o Senado – assegurando pelos senadores ‘biônicos’⁸⁰ – e do colégio eleitoral que escolheria em 1984 o sucessor do Presidente Figueiredo. Este órgão seria composto de membros do Congresso e delegados das assembleias estaduais e câmaras municipais. A força do PDS nos municípios deveria garantir o controle do governo sobre os integrantes do colégio eleitoral em 1984. Se isso se concretizasse, haveria espaço para negociações com setores de elite da oposição, para a partilha do poder em outros cargos. Por outro lado, as eleições gerais aumentariam a legitimidade do Estado, tornando-se instrumento de estabilidade a longo prazo (ALVES, 1987, p. 278).

Em 1980, outra face do processo de distensão lenta, gradual e segura aparece no horizonte. Nela se via a liberalização política do país, controlada pelo Estado. Golbery do Couto e Silva sinalizava que eram exacerbados os poderes centralizados na figura do Executivo e suas decisões na política e administração do país – pautas que muitas vezes não eram de caráter decisório do executivo, mas que eram centralizadas neste. Isso simbolizava um reflexo de anos de canalização desse poder, sendo necessário, então, descentrar essas funções:

A extrema centralização das redes de informação e das forças de segurança, causada por uma ‘rigidez de todo o sistema de controle social’, contribuiu para este processo. Ela configurava a ameaça de uma ruptura da ‘estrutura social, sujeita a tensões insuportáveis no quadro do binômio centralização-descentralização’. A pressão que fermentava na estrutura social punha em perigo a credibilidade do Estado; desse modo, impunha-se levar adiante a política de liberalização, com o desenvolvimento de formas mais flexíveis de controle social. Por outro lado, Golbery continuava a enfatizar os limites da ‘democracia forte’. Não preconizava a inclusão de setores até então excluídos, cuja participação exigiria a modificação estrutural do Estado e do modelo econômico. A solução estaria na criação de mecanismos suficientes flexíveis para coercitivas o bastante para frear a elite da oposição organizada, mas coercitivos o bastante para frear a ‘permissividade’ no tocante ao crescente movimento social (SILVA, 1981 Apud ALVES, 1987, p. 267).

Mesmo com os processos de abertura, o controle seguiu à risca os anseios militares, não deixando espaço para a oposição ter hegemonia nos cargos de decisão do país, controlando e cerceando as instâncias de poder que poderiam ser essenciais para

⁸⁰Senadores indicados diretamente pelo governo. O nome biônico é em alusão a um programa televisivo norte-americano sobre um homem que, por ter sido salvo pelo governo, trabalharia para ele. Ou seja, os senadores estariam, pois, a serviço do Estado e não seriam eleitos por voto popular.

desviar o sentido final de abertura quista e idealizada por seus mentores. É nesse cenário de liberalização que o país assiste a algumas ações terroristas de direita, contabilizando 10 ataques-bombas orquestrados por militares descontentes com o caminho que o país seguia. Tais ataques mostraram diretamente a ação de setores da hierarquia dos serviços de segurança, denotando a cisão explícita, dentro das forças armadas, dos militares contrários à abertura política, “por temor de possíveis processos e julgamento por atividades passadas – e os que cada vez mais se preocupavam com a má imagem das Forças Armadas como instituição” (ALVES, 1987, p. 280).

O atentado ao Riocentro em 1981 trouxe à tona o poder da comunidade de informações em anos finais de ditadura. Tal acontecimento, cujo artefato explodiu no carro dos militares que iriam deflagrar o ataque, frustrou os anseios terroristas. Caso tivessem logrado êxito e:

tivesse explodido no interior do pavilhão, ou junto a uma das saídas de emergência (após uma ou duas detonações de menor intensidade, que chamariam a atenção do público), o resultado seria devastador. Dezenas, talvez centenas de pessoas acabariam pisoteadas ou ficariam feridas em pequenos acidentes com os veículos na tentativa desesperada de abandonar rapidamente o local (ARGOLO, RIBEIRO, FORTUNATO, 1996, p. 263 – 264).

Após a resolução desses problemas com os militares contrários, o caminho para a liberalização planejada seguia. Os resultados gerais das eleições de 1982, no dia 15 de novembro, “demonstraram a eficácia dos controles impostos pelos militares para a manutenção do poder, com a limitação das perspectivas da oposição” (ALVES, 1987, p. 286), pois o PDS logrou êxito como o maior vencedor nas eleições, partido este remanescente da ARENA. Em 1983, o Brasil vai ao Fundo Monetário Internacional (FMI): “mal haviam sido contados os votos das eleições de 1982, o governo iniciou oficialmente negociações com o FMI” (ALVES, 1987, p. 290). Nesse ambiente de problemas econômicos para o país, a classe trabalhadora se viu extremamente desamparada. Segundo o DIEESE, para manter uma renda básica de sobrevivência, um trabalhador teria que ganhar cerca de 220.477,23 Cr\$, sendo que o salário mensal se configurava em 34.776,00 Cr\$⁸¹.

Neste mesmo ano, um passo importante também se edifica no país: a flexibilização da Lei de Segurança Nacional. No entanto, ela não revogava a ideia de

⁸¹Boletim DIEESE, ano II, setembro de 1983.

“inimigo interno” que circulou ao longo dos anos da ditadura Militar, sendo subterfúgio de caça aos opositores políticos por meio da ideia de ameaça comunista. Porém, flexibilizou as negociações com grupos-chaves da elite de oposição. Além destes, a popularidade por eleições diretas ocupava os espaços das ruas do país, construindo um novo contexto, em que “o povo na medida de que em que exerce sua força coletiva, exigindo o fim do colégio eleitoral, limita também a ação de grupos de elite da oposição no sentido de chegar a um acordo negociado e de conciliação os militares” (ALVES, 1987, p. 313 – 314). Nesse caminho, o país ia seguindo para a liberalização.

Em 15 de janeiro de 1985, após o fim do Governo do Presidente Figueiredo, a campanha das Diretas Já encontrava-se derrotada, após a derrota da Emenda Dante de Oliveira no Congresso. Ela, que já vinha ocorrendo desde 1984 e se desenrolando em 1985, teve o seu fim com a rejeição da proposta de Emenda Constitucional Dante de Oliveira no Congresso Nacional, em 25 de novembro de 1984, por não obter a quantidade de votos necessária para sua aprovação (298 votos a favor, 65 contra e 3 abstenções). Através de manobra política, os opositoristas à Emenda Dante de Oliveira não compareceram à votação, contabilizando 112 ausências no plenário da câmara. No entanto, a campanha das “Diretas Já!” ecoava no país, alcançado números gigantes de adesão de partidos de oposição, militantes políticos e diversos setores da sociedade civil, construindo comícios e shows que atravessavam vários estados do Brasil em apoio a essa pauta política de suma importância no processo de redemocratização brasileira.

Com a rejeição da proposta de Emenda Constitucional em 1985 e a ausência de eleições diretas, o processo eleitoral é indireto via colégio eleitoral, com a vitória de Tancredo Neves e José Sarney por 480 votos de um total de 686, visibilizando o triunfo da coalizão da Frente Liberal, dissidência do PDS e do PMDB. Depois de mais de duas décadas sem votar no cargo político de presidente, a sociedade civil viu no horizonte uma possibilidade concreta. No entanto, apenas em 1989 haveria a primeira eleição direta para presidente, contando com 22 candidatos e debates acalorados, e tendo como resultado a vitória de Fernando Collor de Mello.

2.2 A Igreja Católica brasileira em anos de transição

Por anos na história do Brasil, a Igreja Católica e o Exército Brasileiro coexistiram de maneira harmoniosa em seus entendimentos no campo político, pois ambas as instituições preservavam valores muito parecidos, como os da hierarquia,

disciplina e obediência. Mesmo com essa similaridade, havia uma constante competição por espaço na hegemonia social, haja vista que foram muitos os anos de domínio da Igreja Católica enquanto detentora da fé oficial no país, havendo mudanças iniciais com a proclamação da República em 1889, em que se pretendia romper com o padroado do Brasil Império, mas sem deixar de lado as tradições da Igreja Católica, as quais exerceram grande influência social, reverberada até os dias atuais.

Diante disso, é notório o papel da Igreja Católica na edificação de padrões sociais e comportamentais da população⁸², seja no contexto do Brasil Colônia, durante o Império ou ao longo dos anos discutidos nesta pesquisa. Assim, a Igreja e o Exército construíram, por anos, uma relação colaborativa de poder, mas também de competição, de modo mais intenso nos anos da Ditadura Militar, pois, “em suma, o treinamento militar formava homens com visões contrastantes da sociedade. As diferenças não impediam a cooperação, mas não raro dificultavam o entendimento” (SERBIN, 2001, p. 81). Enquanto uns empunhavam baionetas à população, a Igreja, por meio das Comunidades Eclesiais de base e de outras formas de atuação, trazia a bíblia e um forte trabalho social contra-hegemônico, indo contrário aos anseios dos militares.

Vale salientar que, por ter construído esse poder no país, a Igreja Católica, enquanto integrante da sociedade civil, pôde exercer um papel de denúncia muito mais aberto e intenso do que outros setores da sociedade, já que tinha, em sua história, respaldo e poder, garantindo maior abertura da sua atuação social. E é exatamente essa atuação que trouxe desagravo desacerbado aos setores militares que mantinham o poder do país nos anos da Ditadura Militar Brasileira. Para eles, a atuação da Igreja não deveria estar junta aos movimentos sociais ou demais órgãos da sociedade civil, pois seu papel central era o de ser uma instituição apenas “cristã” aos moldes entendidos pelos militares.

Isso fica evidente a partir da observação de um diálogo registrado em relatório especial do Serviço Nacional de Informações da Agência Recife de 1980. Ao interceptarem o Arcebispo da Paraíba Dom José Maria Pires, através de um agente do SNI, disfarçado de agente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e de um membro do Programa de Desenvolvimento das Comunidades Rurais do Ministério da Agricultura (PRODECOR/PB) chamado Hermes Fonseca, fica

⁸² Sejam traços racistas ou comportamentais alinhados aos padrões da moral cristã.

evidente qual deveria ser o papel exercido pela Igreja junto aos movimentos de base de acordo com a premissa dos militares:

ELEMENTO⁸³: Tenho uma sugestão a lhe dar. Acho que a igreja deveria dar aqui não só assistência religiosa, mas remédios e outros auxílio mais concretos.

DJMP⁸⁴: Ah, meu amigo, isso não é função da igreja.

ELEMENTO: Acho estranho, isso é função de toda a pessoa que gosta de auxiliar os necessitados, principalmente da Igreja.

HERMES FERREIRA: Da licença Dom José. O caso da Madre de Calcutá na Índia, que recebeu o Prêmio Nobel da Paz, não foi um exemplo de auxílio aos necessitados com remédios e assistência médica?

DOM PELÉ: Existem católicos que gostam de ajudar dessa forma.

Nesse momento Dom José Maria Pires foi se despedindo e dando saída no carro.

Fonte: Fundo SNI – Agência Recife - **ARE-ACE-1021/80 Relatório: Especial de Informação: 1689119/are/1980**. Fundo SNI. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba).

Aqui, é possível perceber a visão da ditadura militar sobre a atuação dos membros da Igreja Católica. Para eles, os bispos, freiras, leigos e demais sujeitos que faziam parte de tal âmbito religioso deveriam ficar apenas restritos a assuntos de base assistencialista, não adentrando em assuntos de caráter político. Essa prática, evidenciada no documento, tinha como premissa minar a atuação do clero junto aos setores populares — no caso acima, os camponeses das fazendas Alagamar⁸⁵. Assim, tal prática expõe uma clara manobra de intimidação dos agentes que, além de interpelações como a descrita, adentravam reuniões e missas celebradas pelos católicos com clara intenção de minar suas ações e vigiar seus passos para controle.

Ao trazer os aspectos que constroem essa atuação da Igreja, é necessário contextualizar a guinada que esta, enquanto instituição promoveu em suas fileiras de atuação eclesial, mesmo que os anos iniciais dessa viragem não se deem inicialmente nos anos de transição política. Em primeiro lugar, é pertinente trazer o

⁸³No documento referenciado, os agentes são designados de “ELEMENTO”.

⁸⁴ Abreviação (nossa) de Dom José Maria Pires.

⁸⁵ O conflito será abordado no próximo capítulo.

pensamento do historiador Serbin, ao afirmar que, nos anos de 1955 a 1974, houve uma mudança forte, ou, em suas palavras, uma “Revolução Dupla”:

[...] mudanças ideológicas e políticas desencadearam uma revolução no Brasil. Não foram revoluções sociais, mas institucionais, políticas e religiosas. Tiveram impacto profundo tanto nas Forças Armadas quanto na Igreja e, por duas décadas, influenciaram a vida nacional. De um lado, as Forças Armadas depuseram Jango para evitar o que acreditavam ser a comunização do Brasil. A revolução rapidamente expandiu a luta contra o comunismo, incluindo todos os opositores do status quo brasileiro (conforme era definido pelo regime). De outro, a maioria dos bispos intuitivamente apoiou o golpe como medida anticomunista. Porém, enquanto a polarização levava à violência e os militares aprofundavam o controle sobre o país, a Igreja realizou uma revolução religiosa na qual enfatizava a justiça social e assimilava os esforços de uma nova geração de radicais católicos. A militância cristã e o Estado da segurança nacional colidiram. Nos dez anos seguintes, a Igreja e o Exército se engajaram no pior conflito de sua história (SERBIN, 2001, p. 86).

Apesar de alguns anos de cooperação e diálogo, esses conflitos políticos entre a Igreja Católica e o regime militar se intensificaram à medida que os dogmas da não violência construídos pela Igreja entravam em contraste com a violência desmedida exercida pelos militares em suas ações em nome da Segurança Nacional. Antes de discorrer sobre os anos mais intensos de vigilância e perseguição aos sujeitos da Igreja Católica e sua atuação junto aos movimentos sociais e demais órgãos da sociedade civil, é preciso contextualizar o processo de mudanças dentro das estruturas católicas a partir do Concílio Vaticano II.

Esse Concílio, ocorrido entre os anos de 1962 a 1965 marcam o início de mudanças da Igreja em aspecto internacional, trazendo pela primeira vez uma nova postura menos dogmática acerca da moralidade da Igreja Católica. Nele, é possível perceber o papel da ação humana mais intensa para gerar as “obras de Deus” no mundo e não apenas “esperar do divino”, pois, “do ponto de vista da sociedade civil, a igreja via-se agora moralmente autorizada a agir por delegação em seu nome” (TOSI, 2005, p. 121), abrindo um caminho que possibilitou tanto setores progressistas como conservadores a programarem políticas sociais nos seus respectivos países. Sobre estas disputas e as relações do clero, é importante entender que:

[...] quando se trata do conflito ou da aliança envolvendo a alta hierarquia romana e o clero de modo geral com a burguesia e o Estado o que está em voga são ações políticas da Igreja em defesa dos seus interesses corporativos, de seu poder e de seus privilégios. Já quando se trata de conflitos internos, são as divergências dos diferentes grupos

em busca de poder e de legitimar uma “verdade discursiva”, realidade social em que estão inseridos. Nesse contexto de aliança e conflito com o Estado, além da disputa de poder no interior da Igreja é que vão desenrolar as ações políticas e sociais dessa instituição durante e posterior ao golpe civil-militar (SILVA, 2016, p. 6)

É nesse contexto do Vaticano II que um grupo de quarenta padres redige e assina um documento que revela muito da atuação posterior adotada por inúmeros padres e membros da Igreja Católica no mundo, principalmente na América Latina. Em 16 de novembro de 1965, é assinado o Pacto das Catacumbas, documento em que os padres, em sua maioria latino-americanos, firmaram que para viver o sacerdócio era necessário seguir uma vida de pobreza e renegar privilégios que não edificavam sua fé. Dentre os padres que tiveram protagonismo nas formulações das ideias do pacto estavam nomes que ficariam demasiados conhecidos pela Ditadura Militar e seus agentes, como Dom Pedro Casaldáliga, Dom José Maria Pires e Dom Hélder Câmara e Dom Paulo Evaristo Arns. A partir desse entendimento de mudança nas relações clericais, podemos avançar na compreensão das disputas dentro da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos) ao longo dos anos seguintes.

Criada em 1952 no Brasil, a CNBB, como órgão da Igreja Católica, trouxe uma inovação chave, que mais tarde mostraria a importância de suas ações na história do país. Em suas primeiras fileiras de atuação, teve como secretário geral o bispo Dom Hélder Câmara, figura proeminente nas denúncias das violações aos direitos humanos, tanto no país quanto em viagens e ações internacionais, levando em tom de denúncia a realidade vivida no Brasil nos anos de Ditadura Militar; “silenciado em seu próprio país, tornou-se o mais importante crítico do regime no exterior” (SERBIN, 2002, p. 171). Dom Hélder liderou a CNBB junto a um grupo de bispos do Nordeste, de 1952 até 1964, construindo legitimidade frente à sociedade civil e possibilitando, assim, um amplo espectro de atuação político-social. Um aspecto interessante de sua atuação é que, apesar de estar envolvido no meio rural, exercia, em grande escala, suas ações clericais e sociais no meio urbano, junto a estudantes e demais setores organizados do movimento estudantil e da cidade, destoando um pouco do que será abordado no próximo capítulo, referente à atuação dos membros da Igreja Católica paraibana no meio rural.

Nesse ínterim, é possível elencar três pontos principais que explicam a virada de atuação da Igreja Católica no país. O primeiro deles é a formação de um grupo de

padres e bispos progressistas que buscaram e conseguiram êxito dentro da hierarquia católica; o segundo, diz respeito à legitimidade causada pela CNBB na sociedade civil; o terceiro, por fim, está relacionado à emergência das mobilizações sociais no Brasil, em que a Igreja teve papel de demasiada influência, participando desses eventos e através dos seus boletins e homilias, denunciando as ações do governo e alcançando, assim, um grande número de fiéis católicos. Observa-se, em anos iniciais de Ditadura Militar, que a Igreja se tornara alvo da Comunidade de Informações, pois, segundo Serbin (2002, p. 113), “naquela época era moda na comunidade de informações criticar a Igreja”. Todavia, a ação de vigilância se intensifica nos anos da transição lenta, gradual e segura sinalizada por Geisel.

Após o Concílio Vaticano II, a Igreja Católica internacional abre um espaço de atuação amplo na política dos países. No entanto, ao mencionarmos essa viragem na atuação, não podemos tirar de vista a intenção dessas ações políticas desenvolvidas pela Igreja como busca pela expansão do catolicismo nos países. Ao passo que agiam com postura diferenciada das ações já vistas em anos anteriores ao concílio, a Igreja ainda seguia em busca de hegemonia e respaldo social que garantissem sua permanência nos assuntos importantes dos países. No contexto dos anos que abarcam o lento período de abertura política brasileira, podemos observar a emergência de uma concepção religiosa que serviu como mote das diversas ações feitas pela Igreja, da ala nomeada “progressista”, durante os anos de ditadura no país.

Essa tendência interna da Igreja atendia por nome de Teologia da Libertação. Nascida após o já mencionado Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín, teve um papel importante nos rumos que a Igreja da América Latina tomou, haja vista o período de Guerra Fria e os inúmeros golpes militares sofridos pelos países latinos e financiados pelos Estados Unidos da América. Assim, havia uma urgente necessidade de transformações dentro da hierarquia católica, além de uma vontade coletiva de construir os rumos de uma nova sociedade. No que se refere à Conferência de Medellín, pode-se compreender que:

[...] em 1968, em Medellín no país da Colômbia, em 24 de agosto a 6 de setembro, houve a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, convocada pelo Papa Paulo VI com o intuito de pôr em práticas os ensinamentos propostos pelo Concílio, nascendo daí a ideia de uma Igreja dos pobres para os pobres, nomeada “A Teologia da Libertação é a primeira teologia na história da Igreja, plasmada diferente de uma única teologia do centro e, mais, nascida

na periferia. Uma teologia, entretanto, nem por isso em ruptura com a tradição teológica da Igreja” (BRIGHENTI, 2018, p. 546). Essa não ruptura fica evidente no caminhar da história, em diversos momentos a Igreja, até os setores mais progressistas do país presavam pelo diálogo e relações saudáveis com os militares, em todo momento os bispos mais proeminentes nesse contexto denunciavam que não buscavam um comunismo e tampouco grandes rupturas, um exemplo dessa relação é a CNBB mantinha com Golberri em: 29 de maio de 1974 na Villa Venturoza, Candido Mendes revelou que a CNBB ‘manteve estreita e frequente ligação com o General Golberri e Campo Grande, procurando, sempre, conduzir a questão de modo a facilitar as ações e decisões do governo’. Para evitar novas dificuldades, Jentel⁸⁶ escreveu uma carta a Golberri, ‘na qual manifestava desejo de visitar parentes na França, facilitando assim, a solução do problema’, afirmou Candido Mendes. O general Muricy reclamou que o padre concedera uma entrevista ao *Le Monde* sobre suas experiências no Brasil. Dom Aluísio contou à comissão⁸⁷, entretanto, que o padre Jentel ‘prometeu manter a maior discrição, aqui e no exterior sobre os fatos de que foi a figura central, evitando declarações à imprensa, impedindo, assim, a exploração indevida do episódio’ Candido Mendes pediu ao general Muricy que o governo considerasse o retorno de Jentel ao Brasil (SERBIN, 2002, p. 264).

A partir disso, tornam-se evidentes os laços ainda mantidos entre Igreja e militares, tendo em vista que, ao passo que teciam críticas às práticas de violência destes, ainda mantinham o diálogo, demonstrando que, na verdade, a alta hierarquia católica centrada nos cardeais e bispos não pretendia uma ruptura com o sistema vigente. Ao contrário, buscavam continuamente a permanência do diálogo para as suas resoluções, inclusive durante a Ditadura Militar, mas sempre eram ouvidos ou levados em consideração pelos generais, como na ocasião de 30 de setembro de 1970, quando, em uma conversa do alto escalão dos militares, Dom Lucas⁸⁸ se queixou das dificuldades de informações sobre os presos políticos e, em 1ª de outubro de 1970, em reunião com o Presidente Médici, queixou-se dessa mesma problemática. Tais queixas não passaram de reclamações, não havendo solução por parte do Presidente Médici.⁸⁹

Em 1970, a Juventude Operária Católica (JOC) torna-se um dos grandes alvos da perseguição dos militares, motivada por ações de membros da Igreja Católica

⁸⁶ Padre François Jentel, missionário francês, atuava no Mato Grosso desde 1954. Teve sua saída do Brasil orquestrada pelos militares. Essa atitude era corriqueira nos anos de Ditadura: membros da Igreja e dos demais setores da sociedade civil que não eram brasileiros sempre eram vistos como membros de um complot de subversão internacional, que vinham atuar no país com o intuito de implementar um comunismo pela URSS ou por Cuba.

⁸⁷ Bipartite.

⁸⁸ Dom Frei Lucas Moreira Neves: no contexto, era secretário geral do apostolado dos leigos.

⁸⁹ Sobre esses diálogo e conciliações, ver mais em *Diálogo nas Sombras*, de Kenneth P. Serbin.

abertamente socialistas. Além da JOC, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades), órgão que treinava os membros da JOC e que era administrado por membros da Igreja, sofreu forte censura, perseguição e invasão, na qual:

[...] muitos clérigos foram presos e torturados pelo DOPS, dentre os quais Dom Aloísio Lorscheider⁹⁰, então Secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Assim sendo, sua prisão gerou uma grande repercussão, inclusive em âmbito internacional, que chegou rapidamente ao conhecimento do Vaticano. O efeito foi uma manifestação incomum de unidade entre os diferentes setores da Igreja frente à Ditadura Militar (SILVA, 2019, p. 68).

Ademais, é possível observar, em carta escrita e direcionada à imprensa pelo Arcebispo Emérito da Paraíba, Dom José Maria Pires, figura carimbada nos relatórios do SNI no Estado da Paraíba, a sua não concordância com o comunismo vigente no contexto da União Soviética e demais países que passavam por experiências socialistas. Ele concordava em algumas posturas dessas experiências, porém discordava veementemente da ausência da fé em Cristo. Assim, Dom José propusera um novo rumo para as ações políticas, as quais também havia uma forte denúncia ao capitalismo:

[...] a pouco e pouco vamos terminar batizando o socialismo. Não no que ele tem de materialista, mas no que apresenta de humano. Não admitimos um socialismo de Estado que é mera transposição do capitalismo. O Estado passa a ser o grande patrão e todos os cidadãos, seus empregados. Nem um socialismo desumanizante, sem alma e sem Deus. Mas um socialismo por assim dizer inspirado no Evangelho, um socialismo a São Francisco de Assis, para falar dos antigos, ou a Jorge La Pira, para citar gente viva. Foi ele quem afirmou mais ou menos o seguinte: ‘Uma sociedade na qual o homem não tem sua casa é desumana, mas a sociedade em que Deus não tem uma casa é igualmente desumana’ (PIRES, 1978, p. 60).

Nestas e em várias outras falas do bispo, torna-se perceptível sua postura não hegemônica, mas também sua concordância com algumas permanências da sociedade vigente, evidenciando, assim, uma proposta mais conciliatória. Mesmo nesse contexto, quando denunciavam as atrocidades cometidas contra os direitos humanos no país, os relatórios do SNI corriqueiramente colocavam os bispos como comunistas “subversivos” ou “agitadores”. Padres e bispos, então, seguiam as ideias postuladas no Concílio e, posteriormente, na Conferência de Medellín. Dentre as táticas e estratégias fundamentais, havia categorias fundamentais, tais como:

⁹⁰ Em 1979, assume como presidente da CNBB.

[...] opção pelos pobres, pecado social, libertação integral; a unidade da história da humanidade e da salvação, a relação intrínseca entre evangelização e promoção humana; a salvação como passagem de situações menos humanas para mais humanas; a evangelização como processo de humanização; em resumo, a missão da Igreja é tornar presente a transcendência na imanência, a exemplo de Jesus Cristo que sendo rico se fez pobre para nos enriquecer com sua pobreza (BRIGHENTI, 2018, p. 546).

É diante desse cenário que membros, clérigos e leigos⁹¹, impulsionados pela ideia da Igreja dos pobres, saem de suas grandes igrejas seculares e adentram vielas e presídios no meio rural, construindo uma nova postura e marcando a vida social de diversos brasileiros, o que colocou de vez o nome da CNBB e demais órgãos da Igreja no radar da Comunidade de Informações. De acordo com Frei Hermano, importante figura nos anos de transição da Igreja na Paraíba, a “igreja, voltada para as necessidades e problemas do povo, animava a luta dos menos favorecidos na perspectiva de uma igreja engajada caminhando junto com seu povo, principalmente aqueles que lutavam pela vida no meio rural” (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 392).

A nova viragem da Igreja só foi possível, então, diante desse contexto. Os grupos católicos organizados no Brasil, como a Ação Católica, a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC), organizações conhecidíssimas da Comunidade de Informações nos anos da Ditadura, além de serem perseguidos e torturados, causaram inúmeras discussões no interior da Igreja Católica, já que, para alguns membros, as ações desses grupos eram muito radicais. Junto a esses, e não menos importante, estava o crescimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) — a partir destas, a Igreja começa a cristalizar suas ações no seio social. No entanto, é em 1970 que:

[...] enquanto reflexão sistematicamente articulada, a Teologia da Libertação só surgiria com o primeiro congresso sobre Teologia da Libertação no imediato pós-Medellín, realizado em Bogotá em 1970 e repetido no ano seguinte no mesmo local. Após esses congressos, apareceriam as obras pioneira de Gustavo Gutiérrez (GUTIÉRREZ, 1971), Hugo Assmann (ASSMANN, 1971) e Leonardo Boff (BOFF, 1972). Dentre eles é, sem sombra de dúvida, Gustavo Gutiérrez quem apresenta a primeira proposta orgânica de uma Teologia da Libertação e quem encontra para ela uma formulação definitiva (SCANNONE, 1987, p. 25). (BRIGHENTI, 2018, p. 559).

⁹¹ Civis que se articulavam nas ações da Igreja.

O Concílio Vaticano II, a Conferência de Medellín e a posterior Terceira Conferência Episcopal em Puebla, em 1979, foram de extrema importância na consolidação das ações desenvolvidas pelos membros da Igreja nos países Latinos. É nesse período histórico que os documentos de vigilância aos membros da Igreja Católica mais podem ser encontrados; corresponde também ao quadro da consolidação da Teologia da Libertação nos países da América Latina e primordialmente no Brasil, no intervalo de 1979 a 1985, sendo um “fruto de um amplo desejo movimento de renovação da Igreja Católica e, sobretudo latino-americana” (TOSI, 2005, p. 121).

Através dos documentos pesquisados, pode-se observar que sua grande maioria é produzida em meados e fins dos anos 70 e 80, etapa em que se consolidava no país a teologia da libertação. Nesse período, é basicamente hegemônica a opinião e ações da Igreja contra as Ditaduras Militares implementadas na América Latina, exceto a de alguns padres, que seguiam individualmente suas posturas defendendo e ajudando o governo brasileiro, a exemplo do Padre Antonio Melo da Costa, conhecido com Padre Melo que atuou como colaborador e informante no Estado de Pernambuco, o que pode ser observado no seguinte documento, de 05 de agosto de 1980:

3. CONCLUSÕES

O PADRE MELO sempre procurou desenvolver atividades com a finalidade de promover o bem-estar social da população do campo, em PERNAMBUCO e outros Estados, como é o caso do PARÁ. Neste, presentemente, vem orientando agricultores e alguns padres, para uma melhor utilização da terra.

Foi e é colaborador dos Órgãos de Informação, tendo prestado excelentes serviços à 2ª Seção do IV Exército, principalmente durante a chefia do então Cel BANDEIRA, e LARE/SNI.

Destacam-se, sua colaboração e orientação, desde o início, para organização da Cooperativa Agropecuária dos Agricultores do LAGANAR Ltda (COOGRAL) - Anexo 1.

Esse apoio culminou com a visita do Presidente da República ao Engenho MASSANCANA, no CABO, onde compareceram altas autoridades federais e estaduais. Nessa oportunidade, discursou saudando o Exmo Sr. Presidente de República (Anexo II), congratulando-se com a orientação e ações do Gov Fed para solução dos problemas da terra. Cumprimentou, particularmente, o Presidente FIGUEIREDO pelo carinho e atenção que vem dedicando ao homem do campo.

Figura 2 Fragmento de documento referente a atuação do Padre Melo e sua colaboração com o regime militar, em que podemos observar que os militares compreendiam o espaço onde buscavam construir hegemonia.

Fonte: Fonte: ARE-ACE-1177/80 Fundo SNI. Agência Recife

Mesmo nesse contexto, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) já havia sinalizado não apoiar ações de vigilância e violação aos direitos humanos ou golpes militares. Mas, obviamente, havia padres, bispos e leigos da Igreja Católica que defendiam posturas tomadas pelo governo, como podemos perceber no referido documento, haja vista que esses órgãos da sociedade civil buscavam hegemonia em meio ao seio social que disputavam mudar. Então, não se pode achar que todos os clérigos comungavam de uma mesma opinião.

Sobre o processo de disputa em busca de hegemonia, é pertinente apontar a teoria de estado ampliado e a sua relação no papel do intelectual orgânico em Gramsci. Para ele, “é atribuída aos intelectuais ‘uma função de hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e no domínio sobre ela que se encarna no Estado, função essa que é extremamente ‘organizativa’ ou de conexão” (LUGUORI, VOZA, 2017, p. 367). Essa concepção de busca de hegemonia pode ser aplicada a bispos, padres, freiras e demais atuantes que, nesse período, exerciam papel de intelectuais de sua classe, buscando engendrar hegemonia em meio aos seus fiéis e companheiros de

trabalho de maneira organizativa, como também pode ser visto no documento em que o Padre Melo exercia papel organizativo junto a Cooperativa Agropecuária dos Agricultores de Alagamar (COOAGRAL)⁹², em agravo das organizações desenvolvidas pela Igreja progressista e sindicatos rurais parceiros.

Foi em busca de um diálogo mais saudável para militares e católicos que, “na manhã de 3 de novembro de 1970, uma segunda-feira, dois homens incongruentes começaram uma extraordinária missão no Rio de Janeiro, que deu início a um dos enigmáticos relacionamentos na história do Brasil” (SERBIN, 2002, p. 17). O encontro, que visava aplacar as denúncias e casos de tortura cometidos a membros da Igreja Católica — tendo em vista que, como já mencionado, os bispos não buscavam uma ruptura, mas sim uma conciliação — foi composto por membros da alta hierarquia da CNBB e militares proeminentes, como o líder dessa comissão, General Antonio Carlos da Silva Muricy. A partir disso, criou-se um grupo secreto de diálogo chamado de “Comissão Bipartite”, importante meio de comunicação entre padres, bispos e militares, em uma tentativa de construir relações não violentas entre si, além de ajustar posturas e silenciar alguns padres muito progressistas. Esse meio de transmissão foi criado em 1970 e durou até 1974, quando foi dissolvido pelo Presidente Ernesto Geisel.

Em suas negociações, a Bipartite contava também com nomes importantes de civis e intelectuais orgânicos da elite, que tinham uma boa relação com os militares, como foi o caso de Tarcísio Meirelles Padilha e Cândido Mendes. Os militares e civis ligados ao regime, preocupavam-se com o desvio da Igreja para as pautas consideradas “socialistas”, já que, para eles, a função da Igreja era a de focar em assuntos religiosos e não de cunho político: “Muricy e os outros líderes militares sentiam-se frustrados e irritados com o que consideravam enquanto a incapacidade dos bispos para compreender os perigos ideológicos do esquerdismo e controlar os movimentos populares radicais” (SERBIN, 2002, p. 23). Além disso, “Candido Mendes trabalhava pela renovação de uma Igreja empenhada em restabelecer relevância e um mundo moderno à beira da pós-modernidade” (SERBIN, 2002, p. 26), pois, para ele, a Teologia da Libertação era uma subversão do papel da Igreja. Por serem as maiores instituições

⁹²A Cooperativa Agropecuária dos Agricultores de ALAGAMAR Ltda (COOAGRAL) será abordada no próximo tópico, referente à ação dos padres no Estado da Paraíba. Trata-se de organização de caráter próximo ao governo, como pode ser observado nos documentos pesquisados do SNI, em que os agentes dos serviços sempre a colocam como local de organização dos trabalhadores rurais em virtude de sua aproximação às atividades desenvolvidas pela Igreja.

do país, entendiam a necessidade do diálogo com bispos importantes da CNBB, que deveria se dá de maneira saudável e frear as violências sofridas pelos membros leigos e não leigos da Igreja.

Para os bispos e cardeais, a Bipartite não teve muito êxito, pois as violações aos direitos humanos e perseguições aos seus membros e leigos continuaram. No entanto, criada em momento ímpar, pós AI-5, ambos acreditavam que por meio desse diálogo seria possível mudar as ações um do outro. O fim da Bipartite aconteceu em 1974, quando Geisel apontou que a relação com a Igreja deveria ser entre dois estados, o do Brasil e o do Vaticano, tentando, assim, deslegitimar a função social e de poder que vinha crescendo em torno da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB). A partir de então, o diálogo seria mantido diretamente com o representante da santa fé, e não mais com a conferência. Caso quisessem agora falar com os militares, deveriam se direcionar a Golbery de Couto e Silva. Assim,

[...] entraram em conflito depois da revolução dupla que começo em 1964. A Igreja ressaltava cada vez mais a justiça social, enquanto o Exército lutava contra o comunismo e a subversão em nome da civilização cristã ocidental. As forças de segurança tinham cada vez mais a Igreja como alvo, produzindo a pior crise entre a Igreja e o Estado da história do Brasil. Alguns bispos e padres reagiram desenvolvendo uma rede de resistência política (SERBIN, 2002, p. 412).

Diante disso, a CNBB, que outrora apoiou o golpe em seus anos iniciais, viu-se alvo de forte vigilância, sobretudo com a consolidação do Sisni, já mencionada no primeiro capítulo, que perduraria até o final da Ditadura Militar. Por ser uma instituição concretizada no seio brasileiro, a Igreja conseguia fazer suas funções de um modo que os partidos políticos e as organizações revolucionárias não podiam. Assim, a CNBB e seu vasto guarda-chuva de organizações seguiam denunciando abertamente as arbitrariedades do regime, haja vista que nesse contexto de transição política as organizações guerrilheiras já estavam em clandestinidade e ceifadas depois das investidas violentas durante os “anos de chumbo”.

Em suas atuações, a Igreja Católica conseguiu unir a política de base à política formal. É o que aponta Alves (1987, p. 201), ao afirmar que “em termos políticos, o aspecto mais marcante da atuação da Igreja Católica, no período de transição, foi sua capacidade de articular a ‘política formal’ e ‘política de base’”, sendo uma das maiores

forças de oposição da Ditadura Militar. É nesse contexto que as Comunidades de Base eclodem em demasia no país:

[...] cerca de 80.000 CEBs por toda a extensão do território do país, a hierarquia eclesiástica brasileira (que conta com 358 bispos, ocupando o segundo lugar no mundo católico romano, menor apenas que a hierarquia italiana) surgiu no final desta década como um dos mais importantes “porta-vozes” das classes subalternas da nação. Além disso, do ponto de vista da igreja as CEBs se converteram em uma forma alternativa de organização do culto e, simultaneamente, em “escolas” para educar os exploradores na defesa de seus direitos humanos inalienáveis. Enfim, foi a partir da experiência das CEBs (e várias outras estruturas auxiliares ligadas à igreja, como a “Comissão Pastoral da Terra”) que emergiu uma crítica poderosa, de uma ótica popular, o capitalismo brasileiro e uma defesa igualmente vigorosa de uma nova ordem socialista (CAVA, 1988, p. 232).

Nesse ínterim, “o exército, cada vez mais via a Igreja como um ninho de subversão, especialmente os setores radicais que se opunham ao governo” (SERBIN, 2002, p. 107), desenvolvendo extensas ações de vigilância a esses setores. Uma figura que se destacou durante todo o período da Ditadura Militar como *persona non grata* ou, como lhe chamavam, “o bispo vermelho”, foi o Arcebispo Emérito de Olinda e Recife Dom Hélder Câmara, que projetou sua figura de bispo da linha do clero progressista no ano de 1964, quando se tornou o primeiro secretário geral da CNBB.

Sua atuação não ficou restrita ao Brasil. O bispo teve reconhecimento internacional como defensor dos direitos humanos, e foi exatamente tal postura que não agradou os militares e ao seus órgãos, já que o bispo viajava diversos países denunciando o que acontecia no Brasil. Isso causou um estranhamento intenso nos analistas dos serviços de vigilância, pois “não conseguiam compreender como Dom Hélder podia manchar a imagem do seu próprio país, ‘o qual deveria engrandecer sempre’” (GOMES, 2014, p. 123). Um dos casos de denúncia do bispo de Olinda foi o que ocorreu em uma reunião em Paris, que se desenvolveu em articulações dos militares para impedir que o clérigo concorresse ao Nobel da Paz:

Em maio de 1970, denunciou a prática de tortura no Brasil em uma grande reunião em Paris. Esse e outros pronunciamentos levaram furiosos generais a considerá-lo um traidor. O governo desencadeou uma grande campanha de difamação contra Dom Hélder e fez arranjos, afinal bem sucedidos, para que ele não ganhasse o prêmio Nobel da Paz. Proibiu, em seguida, que seu nome aparecesse nos meios de comunicação de massa (SERBIN, 2002, p. 108).

É notória, pois, a disputa por hegemonia no meio social, seja na investida em difamar a imagem de Dom Hélder, postura corriqueira utilizada pelos militares nos relatórios, seja em relação a sua conduta moral ou as suas ações políticas. Além de silenciar a existência de Dom Hélder nos meios de comunicação do país, prática já conhecida durante esses anos de extensa censura à liberdade de imprensa, os militares construía uma falsa sensação de bem-estar no país. É importante pontuar que até o final dos anos 60 a CNBB ainda não era vista como um perigo ou ameaça aos olhos dos militares e do Sisni. Tal imagem vai se modificando no decorrer dos conflitos da Ditadura, pois desde o AI-5 a CNBB já atuava em ampla denúncia às atrocidades cometidas em nome da Segurança Nacional:

[...] diante da crescente agressão contra o clero, em 1968 e início de 1969, a CNBB começou a assumir uma postura crítica em relação ao Estado, denunciando o AI-5, as violações aos direitos humanos e a desigualdade produzida pela política econômica do regime. Os generais pressionaram os bispos para estancar o fluxo de más notícias sobre o regime. Um esfriamento das relações – porém, nunca um rompimento – ocorreu entre o vaticano e o governo brasileiro (SERBIN, 2002, p. 158).

Em diálogo com a alta hierarquia católica, os militares buscavam sempre silenciar os conflitos, em virtude da projeção e do respaldo da Igreja no país. Mesmo a CNBB ainda não sendo grande alvo dos órgãos militares, os bispos da ala da Teologia da Libertação, como no caso de Dom Helder, já eram vigiados em demasia e considerados um perigo à segurança nacional. A constante vigilância torna-se exacerbada *a posteriori*, com a sinalização da abertura e desenfreamento da linha dura para mostrar trabalho ao regime e, assim, provar que ainda havia a dita “ameaça comunista”, como também impedir uma “esquerdização” da Igreja Católica.

Entre os diversos bispos e leigos vigiados quando atuavam em defesa dos direitos humanos está a importante figura de Dom Paulo Evaristo Arns. Responsável pela Arquidiocese São Paulo, tornou-se, a partir de 1972, uma das figuras mais eminentes como porta-voz dos direitos humanos nesse contexto. Assim como ele, vários outros — que não serão citados em virtude do recorte dessa pesquisa — exerceram esse papel junto à sociedade. Escolhemos, pois, trazer a figura de Dom Hélder Câmara, por sua atuação no contexto do Nordeste brasileiro (um dos focos dessa pesquisa).

Outra figura que merece destaque, devido a sua grande atuação e, conseqüentemente, vigilância sofrida por suas ações, foi Dom Pedro Casaldáliga⁹³, que teve forte atuação no meio rural. Nascido em 16 de fevereiro de 1928, na província de Barcelona, veio para o Brasil em 1968, com o intuito de iniciar uma missão da Igreja no Estado do Mato Grosso. Lá, construiu fortemente a sua atuação clerical, tornando-se alvo dos olhos de vigilância dos serviços de informações do país. Além da sua postura política e trajetória nos já referenciados Puebla e Pacto das Catacumbas, Casaldáliga, por ser estrangeiro, já era visto pelos militares como sujeito infiltrado e revolucionário.

Essa ideia permaneceu em todos os anos do regime, tendo em vista que, para a Doutrina de Segurança Nacional, as pessoas que atuavam no país e não eram brasileiras poderiam ser “ameaças comunistas”. Nos documentos do SNI, Pedro Casaldáliga aparecia como um radical, assim como demais bispos e membros dessa ala da Igreja Católica. Seu nome, assim como os de outros bispos participantes de Puebla — a exemplo de Dom José Maria Pires — são mencionados em documento datado de 21 de agosto de 1978, referente ao III Encontro Nacional de Comunidades Eclesiais de Base em João Pessoa, no Estado da Paraíba.

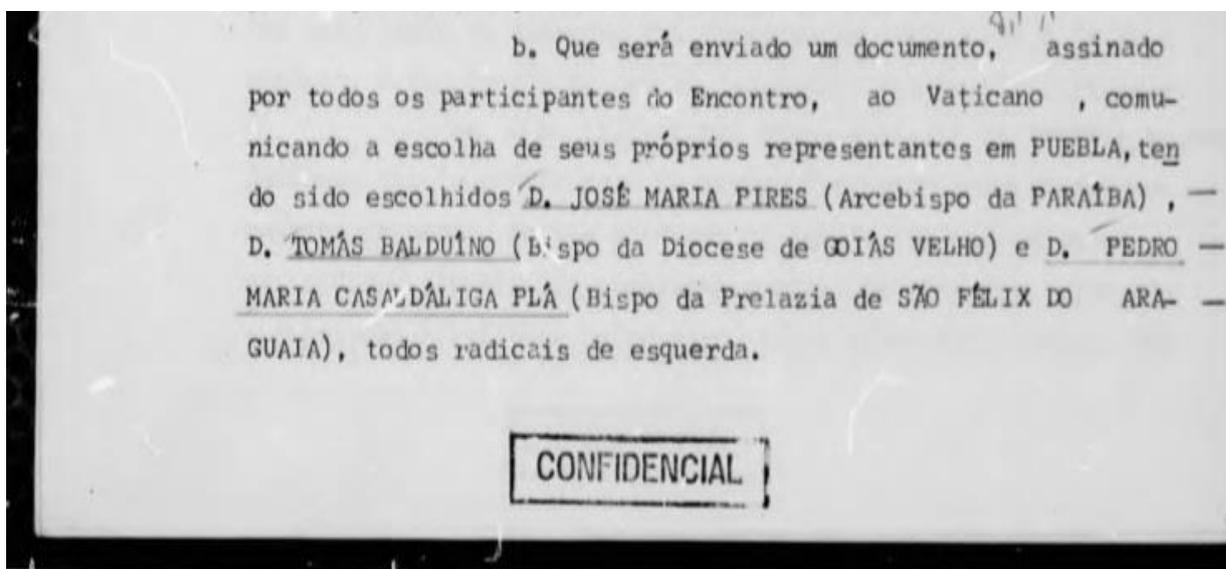


Figura 3 Vigilância ao III encontro das Comunidades Eclesiais de Base em 1978.

Fonte: ARE-ACE-1977/81Fundo SNI. Agência Recife

Produzido pelo Serviço Nacional de Informações e difundido por diversas agências do SNI, o fragmento do documento acima mostra como os agentes do SNI

⁹³ Falecido no processo de escrita desse trabalho. Em memória de Pedro Casaldáliga (16 de fevereiro de 1928 – 8 de agosto de 2020).

compreendiam a atuação dos bispos. Mesmo que estes buscassem uma conciliação e uma relação saudável com os militares, ainda eram vistos como radicais de esquerda. Tal postura era corriqueira, e os militares construíam uma narrativa muito agigantada dos fatos que, por diversas vezes, não condiziam com a realidade das atuações dos membros da Igreja Católica aqui mencionados.

Dom Pedro Casaldáliga era, então, figura “carimbada” na ideia de “radical de esquerda” pelos militares. No ano de 1978, quando já exercia as suas funções de bispo de Salgado de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, sofreu uma tentativa de enquadramento na Lei de Segurança Nacional após a publicação da cartilha pastoral “Diante da Política e das Eleições”, que trazia aspectos sobre a política nacional e a participação popular. Essa tentativa de enquadrá-lo na lei acabou ficando para o próximo governo militar, com João Figueiredo, porém não logrou êxito — após interseção do Papa Paulo VI, o assunto findou.

Sobre a atuação de Dom Pedro Casaldáliga no meio rural, em entrevista a José Genuíno, o ex-deputado Dante de Oliveira responde:

D. Pedro Maria Casaldáliga [...] sempre levantou a sua voz contra as injustiças, opressões e violências praticadas contra o povo de Mato Grosso. É por isso que o governo federal – a meia dúzia de militares encastelada no poder a partir de 1964 – tem verdadeiro ódio da ação da Igreja e desse bispo, que nunca se calou perante tanta injustiça e tanto sofrimento (KRAMER, 2013, p. 169).

Mencionar as ações de Pedro Casaldáliga é importante porque, em sua vida, ele sintetiza o que era visto como ação contrária às funções que a Igreja deveria exercer de acordo com a visão dos militares. Seguindo linha política semelhante, está a figura do bispo Dom José Maria Pires, também mencionado em diversos relatórios. Na visão de Dom Zumbi⁹⁴, “ninguém viveu o Pacto das Catacumbas [mais] do que Pedro Casaldáliga’. Dom José acreditava que isso fez com que Casaldáliga ‘não fosse europeu’, nem bispo, nem padre. Mas aquele que está aqui a serviço” (TAVARES, 2019, p. 39). Assim, esses bispos e demais membros da Igreja Católica construíam, junto a CNBB, uma luta diária em defesa dos direitos humanos e do povo mais atingido pela desigualdade social no meio rural e urbano do país. Mesmo possuindo múltiplas contradições em suas ações, seja por procurar conciliação com os militares ou pela

⁹⁴ Um dos nomes dados a Dom José Maria Pires, assim como Dom Pelé.

opulência do Vaticano em detrimento da pobreza e desigualdade social, eles tentaram construir uma valorização dos Direitos Humanos no país.

Um caso emblemático do período ditatorial brasileiro, em que se pode observar o alcance da atuação e visibilidade da Igreja Católica, foi o assassinato deliberado do Jornalista Vladimir Herzog, no II Exército, em São Paulo em 1975. Ele teve sua morte forjada como suicídio, ficando marcado na memória historiográfica da Ditadura Militar como os militares produziam um falseamento da realidade para legitimar seu discurso e ação. Foi em resposta a essa violação dos Direitos Humanos que no dia 31 de outubro do referido ano a Igreja Católica e demais igrejas cristãs do Brasil juntaram suas concepções de fé em um ato ecumênico, aglutinando mais de oito mil pessoas na Catedral da Sé, em São Paulo. Nesse contexto, a CNBB assina definitivamente o seu total repúdio à violação dos Direitos Humanos e, conseqüentemente, mostra para a sociedade civil seu respaldo em poder denunciar tais arbitrariedades sem sofrer maiores sanções, como foi o caso das guerrilhas e dos movimentos comunistas, logrando, assim, espaço no seio social como porta-voz das denúncias dos crimes da Ditadura Militar.

A atuação da CNBB no ano de 1978 foi importantíssima para a pressão pela Lei da Anistia e participação popular nas eleições, tendo em vista a realização das eleições parlamentares no referido ano. Por meio da Cartilha da “Educação Política: sem você a coisa não vai”, a CNBB tentava arregimentar a população para maior atuação, enquanto aparelho de disputa ideológica do país, nesse meio político. Junto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a CNBB alcança um aspecto ainda maior de atuação nacional em defesa de eleições diretas e de denúncia às violações aos Direitos Humanos.

Em 1978, é realizado o I Congresso Nacional pela Anistia, ocasião em que a CNBB assume declaradamente a unanimidade do apoio a esse processo, sendo de extrema relevância na política nacional e internacional, por ser um importante aparelho da sociedade civil assumindo publicamente uma postura forte contra o regime político em exercício no Brasil. Isso produziu uma resposta fortíssima da sociedade civil, considerando que, apesar das divergências internas na instituição católica, ao declarar apoio total à Lei de Anistia, produziu grande influência no grande número de católicos que havia no Brasil nesta época. Vale ressaltar que o país era um dos mais católicos do mundo e, internacionalmente, o fato de a CNBB ser uma instituição validada pelo

Vaticano causava mais peso ainda no seio político nacional. Isso atraiu, conseqüentemente, muita vigilância dos serviços de informação do país:

[...] a Igreja trabalhou para educar a população em direitos humanos, mas uma série de fatores repressão, a máquina de propaganda do regime, censura e manipulação da imprensa e polarização ideológica bloqueou ou distorceu a verdade sobre esse esforço e sobre os abusos que denunciava. A imprensa transformava opositores assassinados como Alexandre⁹⁵, em ‘terroristas’ (SERBIN, 2002, p. 429).

A Igreja seguia, pois, sua política contra-hegemônica. Exemplo disso é o caso acima mencionado, quando o estudante da USP Alexandre Vanunuchi Leme foi brutalmente assassinado e teve sua imagem distorcida pelos meios de comunicação como membro perigoso de guerrilha. Em oposição a tais atitudes, os bispos e padres utilizavam seu meio de comunicação mais potente para contrapor tais ideias: por meio de cartas pastorais e boletins da Igreja, difundiam entre seus fiéis a visão contrária à informação. Foram exatamente esses meios de comunicação os que mais sofreram vigilância do Serviço Nacional de Informação, como no caso da carta pastoral lida em missa, em 26 de fevereiro de 1978, no Estado da Paraíba. Sobre isso:

⁹⁵Alexandre Vanunuchi Leme, foi um jovem estudante de Geologia da Universidade de São Paulo (USP) assassinado aos 22 anos de idade, pela Ditadura Militar. O jovem possuía aproximação política e religiosa aos setores da Teologia da Libertação.

2. No início da "Carta", Dom JOSÉ MARIA FIRES narra um diálogo que manteve com o General ARGUS LIMA, Comandante do IV Exército, quando declarou àquela autoridade que "a Igreja cada vez mais vem procurando colocar-se ao lado dos fracos e dos oprimidos", ao responder a uma afirmativa daquele militar de que "a Cavalaria, desde as suas origens, tomou a defesa dos fracos, dos órfãos e das viúvas".

3. Depois de rememorar o diálogo com o General, Dom JOSÉ MARIA FIRES afirma no referido documento "que na última Assembléia Diocesana, aprovamos a seguinte diretriz: Solidarizar-se com o povo na luta em defesa de seus direitos e denunciar tudo aquilo que desrespeita os Direitos Humanos e a Justiça".

4. Continuando, a "Carta Pastoral" aborda a situação vivida pelos moradores da Fazenda Alagamar, localizada nos municípios paraíba-

Figura 4 Trecho de vigilância a Carta escrita por Dom José Maria Pires.

Fonte: ARE-ACE-1970/81 Fundo SNI. Agência Recife

No fragmento acima, é possível observar, em um primeiro momento, dois pontos: o primeiro é que Dom José Maria Pires, grande vigiado nesse contexto, prezava pelo diálogo com os militares, mesmo sendo considerado pelos documentos como um radical de esquerda. Além disso, segue a premissa da Igreja em deixar abertamente sua postura em favor dos Direitos Humanos em todos os locais de sua atuação ou diálogo. O segundo ponto é a vigilância detalhada dos documentos produzidos e narrados pela Igreja em suas ações clericais. Os agentes faziam questão de mencionar e explicar o teor das cartas e homilias da Igreja. O anexo do documento acima traz toda a carta pastoral em questão, como maneira de saber como agiam e pensavam os padres nessa ocasião.

Munidos dos preceitos da Teologia da Libertação, esse setor da Igreja Católica seguiu adotando tal postura não só no Brasil, mas na América Latina. Todavia, esse contexto mudou em 1978, com a ordenação de Karol Józef Wojtyła, o novo Papa João Paulo II. Seu posicionamento era de manter uma ideologia política mais conservadora. Isso trouxe certo alívio para os militares, pois acreditavam que ordens superiores centralizariam as ações da Igreja no país, ou seja, freariam as ações consideradas

subversivas da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB) — o que aconteceu, em certa medida:

[...] um episódio de intervenção direta do Vaticano em uma iniciativa do episcopado brasileiro ocorreu quando a CNBB propôs a criação das Jornadas Internacionais por uma Sociedade Superando as Dominações, em 1979. O projeto, que visava promover um Congresso Internacional ao estilo do *Bertrand Russel*⁹⁶, já havia sido aprovado pela Assembleia Geral da CNBB em 1973, em comemoração ao 25º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e ao décimo da encíclica *Pacem in terris*. Em 1976, tal projeto foi apresentado à opinião pública, através da imprensa, por dom Aloísio Lorscheider e, no ano seguinte, foi ratificado por dois terços dos votos da Assembleia Plena do Episcopado Brasileiro (GOMES, 2014, p. 167).

Sobre esse episódio, é pertinente destacar dois aspectos importantes. O primeiro deles é a interferência do alto do Vaticano na figura de Paulo II e seu entendimento político de como agir. Através da perda de hegemonia de setores mais progressistas ocupando o alto escalão do Vaticano e do crescimento da ala mais conservadora na figura do João Paulo II, houve uma ruptura na proposta de renovação traçada pela Igreja desde o início do Vaticano II. Assim, a posse do novo Papa trouxe retrocessos no tocante à participação maior das mulheres na Igreja Católica, sinalizada no Concílio II e estagnada no papado de Paulo II, bem como em relação às questões do *status quo* da Igreja, que prevalecia desde a Idade Média, mas que vinha sofrendo mudanças com o Concílio. Além disso, houve estagnação diante das questões de celibato dos padres e de debates sobre orientação sexual e de gênero, que voltaram à tona dentro do alto escalão da Igreja apenas em 2013, com a ordenação do novo Papa, Jorge Mario Bergoglio, conhecido como Papa Francisco⁹⁷.

As propostas pontuadas no início do Vaticano II, em 1962, foram abertamente debatidas até a ordenação do Papa João Paulo II, em 1978, quando sofreram um abrupto “freio” que durou décadas até a nomeação do atual papa. Com João Paulo II e a proposta mais conservadora da Igreja Católica, a hegemonia cultural foi, então, deslocada, de modo que os padres, bispos e leigos da Teologia da Libertação foram

⁹⁶Tribunal de crimes cometidos na Guerra do Vietnã, em 1966.

⁹⁷Exemplo de retomada das renovações da Igreja Católica ocorreu no dia 16 de janeiro de 2019, em que pela primeira vez o Papa Francisco nomeia uma mulher e laica, Francesca Di Giovanni, para cargo de alto escalão no Vaticano, a ocupar a função de vice-ministra na Secretaria de Estado da Santa Sé. PAPA.Francisco nomeia primeira mulher para cargo de alto escalão no Vaticano. **Carta Capital**, 16 de jan. de 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/papa-francisco-nomeia-primeira-mulher-para-cargo-de-alto-escalao-no-vaticano/>>. Acesso em: 17 de jan. de 2020.

colocados em segundo e terceiro planos, limitando, conseqüentemente, trabalhos pastorais que vinham sendo desenvolvidos pela Igreja.

O segundo aspecto diz respeito à quebra de uma ação de anos de planejamento dos membros da ala menos conservadora da Igreja Católica brasileira, respaldados pelo guarda-chuva da CNBB, que atuavam em busca de hegemonia política no território brasileiro e que tentaram realizar as “Jornadas Internacionais por uma Sociedade Superando as Dominações”. O fato de a proposta, que vinha sendo desenvolvida desde 1973, ser barrada em 1979, evidencia a “quebra” trazida pelos novos dirigentes da alta hierarquia católica em relação a esses assuntos, considerados impertinentes para o campo de atuação da instituição.

Dessa forma, em fins da década de 1970, a Igreja sofreu uma onda forte de conservadorismo, em que “o Papa tendeu a ignorar grande parte das inovações dos bispos brasileiros e tomou as rédeas da situação, com vistas a diminuir o poder da Conferência” (GOMES, 2014, p. 168). Porém, durante a XVI Assembleia Geral da CNBB, em abril de 1978, os bispos católicos se organizaram para a III Conferência do Episcopado Latino-Americano (CELAM), escolhendo Dom Ivo Lorscheiter como membro representante, por causa de sua postura na defesa de pautas não conservadoras. Assim, em 1979, tal linha ideológica seguiu dentro da CNBB, com a perda da ala conservadora nas eleições. Em abril do referido ano — transição do governo de Figueiredo —, Dom Ivo Lorscheiter foi eleito presidente da CNBB em sua XVII Assembleia Geral, em substituição a Dom Aluísio Lorscheider, galgando uma vitória alargada (170 votos, de um total de 244).

Um aspecto importante desse contexto foi que, a partir de 1979, com o papado de João Paulo II em vigência — e, por conseguinte, o afastamento da igreja dos movimentos populares — as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que vinham sendo o “braço forte” da Igreja nos anos de Ditadura, embora tenham perdido alcance social com a interferência papal, seguiram atuando, unindo fé e transformação social. Por representar esse “braço forte” da Igreja Católica brasileira no período, o Serviço Nacional de Informações produziu um grande documento trazido na figura abaixo,⁹⁸ em alusão ao V Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em 2 de

⁹⁸O documento possui grande extensão, com dois arquivos, somando 95 páginas. Neles, há o detalhamento das ações feitas no encontro, como participantes, pautas e textos.

agosto de 1983, na cidade de Canindé, no Estado do Ceará. O evento reuniu 35 bispos, arcebispos, cardeais e leigos para discutir o tema “CEBs, povo unido, semente de uma nova sociedade”. Isso mostra o amplo espectro de atuação e vigilância que o serviço atingia por meio de suas agências espalhadas no país, como podemos observar na figura seguinte:

GUIA DE LOTE- PARA DIFUSÃO			Nº DA GLD
			020.000.300
ORIGEM			
AGÊNCIA	Nº DA GUIA DE LOTE	Nº DO ACE	ANO
AC	020.000.300	036.000	83
DIFUSÃO			
AGÊNCIA	Nº DO ACE	ANO	
ARS	00091169	83	
ASP	00144710	83	
APA	00069121	83	
ARG	00059938	83	
ABG	00038286	83	
AMA	00041284	83	
ALG	00029183	83	
ACT	00042129	83	
ABH	00098682	83	
ASY	00058490	83	
AGO	00075565	83	
AFZ	00024119	83	
OBSERVAÇÕES:			

Figura 5 Lista de órgãos em que o documento em questão deveria ser difundido.

Fonte: ARE-ACE-5995/83 Fundo SNI. Agência Recife

No documento, é possível ver a relação de cooperação e disseminação de informações que o serviço alcançava — e, conseqüentemente, de vigilância às ações do clero ligado à Teologia da Libertação no país, de modo que os militares tentavam frear e ter consciência dessas movimentações.

Em fins de 1979, já imbuídos da noção dos Direitos Humanos, a Igreja Católica e outras igrejas cristãs do Brasil, com exceção das pentecostais, em alusão ao 25º aniversário da Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas, reuniram-se em torno dessa pauta, encabeçando uma campanha nacional e construindo, assim, um grande meio de atuação social em defesa dos Direitos Humanos. Com isso, “após o culto ecumênico realizado na Catedral de São Paulo, por ocasião da morte, sob tortura,

nas dependências do Segundo Exército, do jornalista Vladimir Herzog, a Igreja se viu moralmente autorizada a agir por delegação em nome da sociedade civil (NUNES, 2009, p. 61).

Já em 1980, foi realizada a XVIII Assembleia Geral da CNBB, na cidade de Itaici, em Indaiatuba, São Paulo. Mais uma vez, a Igreja reafirmou sua opção contra o desenvolvimento capitalista desenfreado e desigual que se construía no país.⁹⁹ É nessa assembleia que a questão agrária toma um local de protagonismo, havendo necessidade da atuação das pastorais urbanas e rurais etc. O documento da Igreja acerca dos problemas da terra trazia em seu corpo 112 pontos, explicando e pedindo mudanças na questão fundiária do país, além de levantar a seguinte bandeira: “a sociedade será construída com o esforço de todos, com a necessária participação dos jovens, com a união e organização dos fracos”¹⁰⁰.

Mesmo com a tentativa forte e imponente do Papa João Paulo II de frear essa atuação da CNBB, a ala da Teologia da Libertação tentou se manter forte e conseguiu galgar bons espaços de atuação dentro e fora da instituição. Em 1º de Abril de 1980, com o advento da forte onda de greves do ABC Paulista, os militares acusaram abertamente os membros da Igreja Católica, em especial a figura do Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, de ser um grande agitador e apoiador da greve. Em resposta a essas acusações, o Presidente da CNBB, Dom Aluísio, disse:

Dom Paulo Evaristo “não participou de greve, ele não infringiu nenhuma lei do país, ele apenas pediu que se ouvisse os operários e que se encontrasse uma fórmula para superar a crise”. Ademais, dom Aluísio considerava oportuna a atuação da Igreja em prol da justiça social. Afirmando, em nota à imprensa, que “a cada bispo em sua diocese cabia cumprir a tríplice e grave tarefa de ensinar e interpretar a verdade, presidir e promover a liturgia, discernir e coordenar as formas de presença e ação de sua Igreja particular” em nome do próprio Cristo¹⁰¹

Nesse ínterim, seguindo a já costumeira “política conciliatória”, Dom Ivo, Presidente da CNBB, encontrou-se com Golbery do Couto e Silva para tentar pedir calma diante da situação e rogar pelos sindicalistas presos. Ao mesmo tempo, o ano de 1980 se apresentou como um ano de bastante mobilização política. O Instituto Nacional

⁹⁹ Mesmo com posturas progressistas, a Igreja seguia suas premissas de moralidade cristã. Nessa ocasião, a legalização do aborto, por exemplo, foi abertamente condenada.

¹⁰⁰ Ponto 109 do documento final da 18ª Assembleia da CNBB. Disponível em: <<https://pstrindade.files.wordpress.com/2015/01/cnbb-doc-17-igreja-e-problemas-da-terra.pdf>> Acesso em: 17 de jan. de 2020.

¹⁰¹ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conferencia-nacional-dos-bispos-do-brasil-cnbb>. Acesso em: setembro de 2020.

de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) fez uma campanha nacional de ataque à CNBB, denunciado que a mesma Igreja Católica que ora pedia terra, possuía muitas terras ociosas. Exemplo dessa atuação do INCRA e dos membros da comunidade de informação pode ser observado em documento ao bispo Dom José Maria Pires:

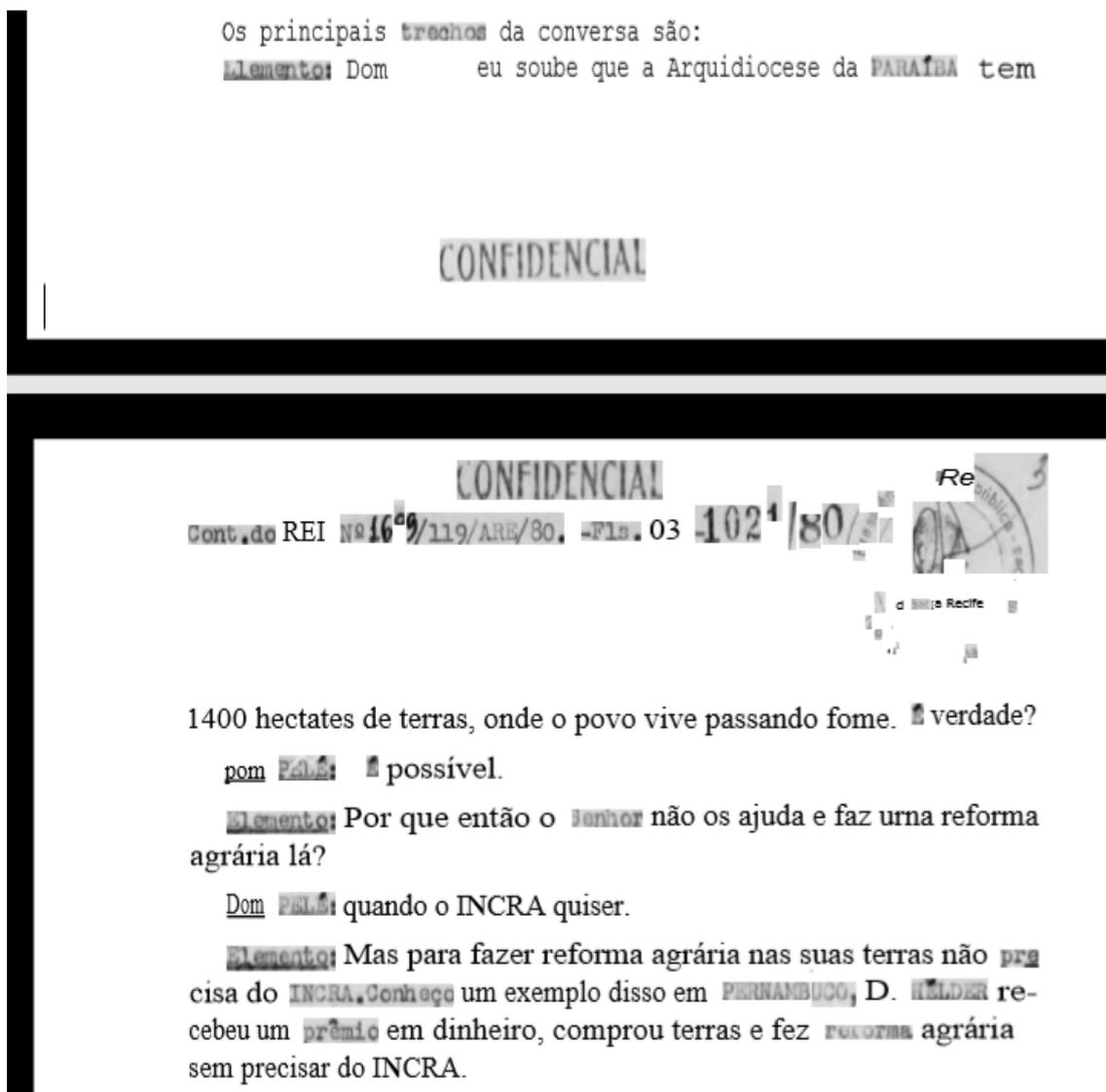


Figura 6 Trecho de conversa entre agente do SNI disfarçado e Dom José Maria Pires.

Fonte: ARE-ACE-1021/80Fundo SNI. Agência Recife

Nesse trecho, é possível visualizar como os agentes do INCRA molestavam os bispos, tentavam difamar a imagem da Igreja e, conseqüentemente, deslegitimar a sua atuação junto aos movimentos sociais no campo. Além disso, mostra como os agentes do Serviço Nacional de Informações trabalhavam conjuntamente, isto é, seguindo uma mesma linha de atuação em todo o território nacional. Assim, torna-se evidente, nos

documentos sobre conflitos rurais, que corriqueiramente os agentes colocavam os membros da Igreja como sujeitos que influenciavam “seus rebanhos”. Em resposta a essa investida do INCRA em caráter nacional, Dom Ivo retruca:

Diante da acusação de que esta possuía milhares de hectares de terra ociosa em todo o país, dom Ivo pediu que o Ministério da Agricultura relacionasse as propriedades rurais da Igreja viáveis para a reforma agrária, reivindicando que, ao mesmo tempo, se procedesse à relação das propriedades improdutivas dos membros do governo e dos grandes empresários nacionais e estrangeiros, quantitativamente muito mais expressivas. Dom Ivo afirmou ainda que as terras da Igreja eram usadas para a sua sobrevivência, sendo essenciais para manter as paróquias, os colégios, os orfanatos e os seminários.¹⁰²

Assim seguia a investida na deslegitimação da atuação dos membros da Igreja, com o intuito de construir uma hegemonia cultural pró-militares. Um aspecto importante dessa relação da Igreja Católica no Brasil com sua unidade e obediência hierárquica foi a vinda do Papa João Paulo II ao país, em julho de 1980. Em seu discurso à CNBB, em Fortaleza¹⁰³, embora contrário ideologicamente a diversas ações cometidas pelo episcopado brasileiro no tocante à atuação política nas pastorais, teceu elogios a Dom Hélder Câmara e Dom Evaristo Arns, bispos amplamente conhecidos como progressistas e não conservadores, denotando respeito mútuo e característico da conciliação católica.

Durante os anos 80, a atuação da CNBB foi de continuidade às denúncias de violações aos Direitos Humanos. Durante essa década, houve explosões de ataques terroristas em aparelhos da sociedade civil — à sede da OAB, bancos, bancas de jornal etc. Nesses casos, a CNBB atuou de forma veemente contra os atentados, denunciando seu caráter terrorista. Assim, mesmo com o crescimento da ala conservadora dentro da Igreja, a CNBB seguia fomentando a atuação de suas pastorais em todo o país.

Ainda sobre a tentativa de frear a atuação do clero ligado à CNBB, em 1985, Leonardo Boff, um dos teóricos mais importantes da Teologia da Libertação, foi veementemente repreendido pela Santa Sé. Em 25 de abril, o frei Leonardo Boff foi colocado em um período de silenciamento, para poder repensar acerca dos seus escritos, o que se configura uma explícita censura, apesar de ser uma ação esperada, já que a

¹⁰²Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conferencia-nacional-dos-bispos-do-brasil-cnbb>>. Acesso em: setembro de 2020.

¹⁰³ Mais informação acerca dessa vinda do Papa João Paulo II ao Brasil, acessar: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conferencia-nacional-dos-bispos-do-brasil-cnbb>> Acesso em: 17 de jan. 2020.

Igreja é uma instituição extremamente hierarquizada e de obediência, em que seus pedidos devem ser atendidos pelos seus membros, na condição de não serem excomungados. É por isso, talvez, que a busca por hegemonia dentro dessa instituição tenha sido uma luta árdua de padres, freiras, bispos e outros durante toda a sua história. É importante destacar que, em desagrado dessa decisão, Dom Ivo Lorscheiter viajou para Roma, em 11 de junho de 1985, a fim de encontrar Paulo II, o que revela o poder e o respaldo da CNBB na alta hierarquia da igreja.

Um ano após tal censura, o Cardeal Joseph Ratzing— que seguia a mesma linha doutrinária de João Paulo II e viria a ser seu sucessor — proibiu a Editora Vozes de publicar diversos volumes de livros referentes à Teologia da Libertação, demonstrando, mais uma vez, o caráter de controle para a hegemonia cultural, já que tais livros formariam os membros da Igreja Católica e os leigos nessa concepção de povir religioso. Dentre as ocasiões de silenciamentos forçados, apenas em 1986 foi concedido o fim do silêncio a Leonardo Boff, mesmo período em que os atritos entre o Vaticano e a CNBB começariam a findar, em virtude de carta¹⁰⁴ do Papa João Paulo II direcionada à CNBB em que o líder máximo católico considera oportuna a Teologia da Libertação.

A importância da Igreja Católica para o período histórico aqui descrito é inegável. Após apoiar o golpe, em 1964, a CNBB e a Igreja Católica, com todas as suas divergências e fatores contraditórios aqui levantados, mudaram a postura, passando a combater os abusos do Estado e construir ampla legitimidade no país durante esses anos, auxiliando muitos setores da sociedade civil que estavam em ostracismo social pelo Estado brasileiro. Através do seu poder como estrutura milenar, a Igreja e os setores da CNBB conseguiram unir a política formal à política de base junto à fé, para assim construir uma ideia de Direitos Humanos que se consolida até os dias atuais. Vale ressaltar que tais ações foram feitas durante quase todos os anos de Ditadura, sendo esses setores alvos constantes de vigilância e perseguição pelos militares. Esse é um dos pontos cruciais dessa pesquisa.

¹⁰⁴ Carta de 1986 direcionada à CNBB, escrita por João Paulo II.

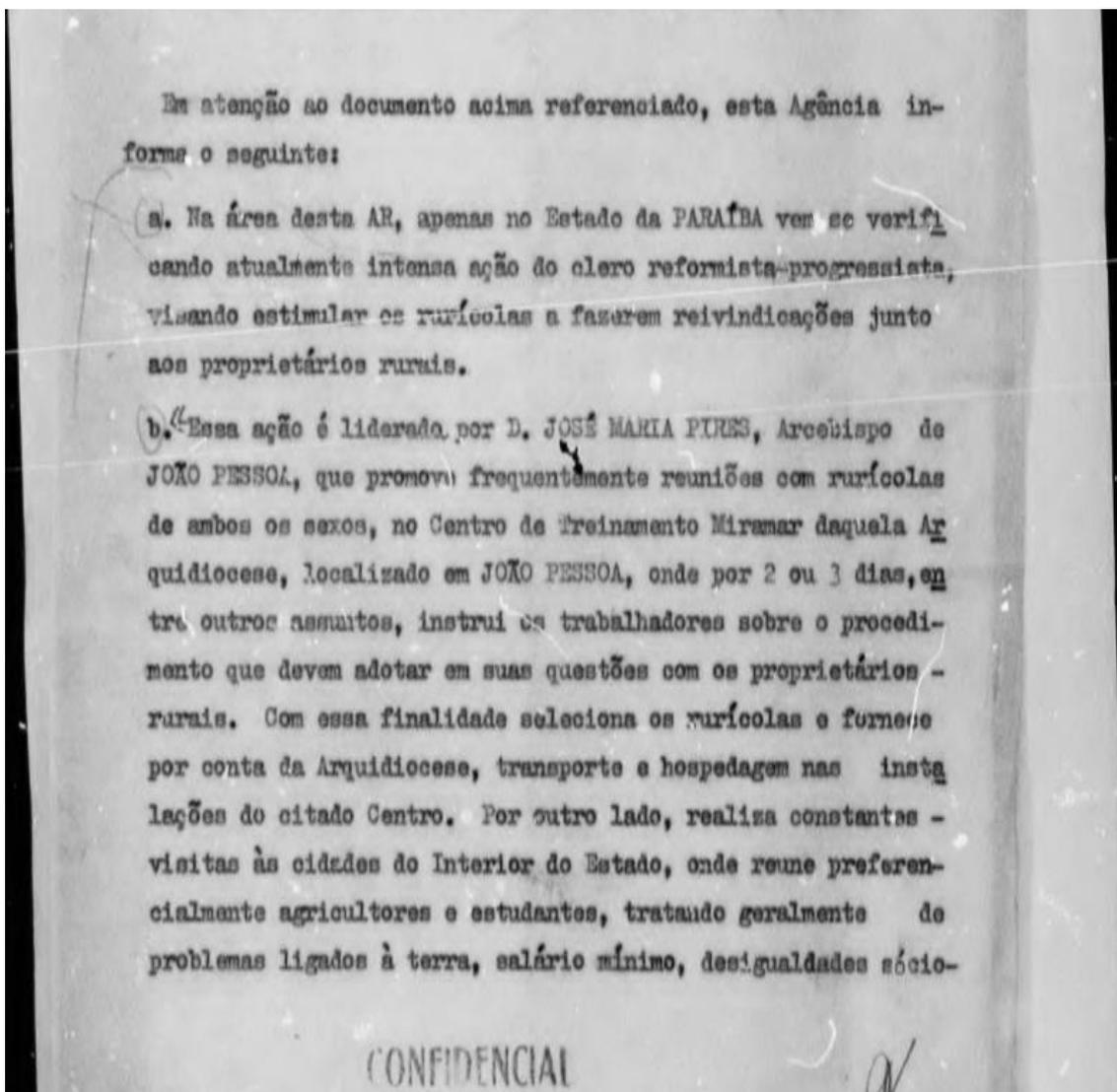
2.2.1 A Igreja Católica na Paraíba

“Ao pisar pela vez primeira o solo paraibano, parece-me ouvir o eco das palavras dirigidas pelo Senhor a Moisés: ‘Tira as sandálias dos teus pés porque é santa a terra em que pisas’ (PIRES,2012, p.15), assim Dom José Maria Pires inicia seu primeiro discurso ao tomar posse como bispo em 26 de Março de 1966, em frente ao Palácio do Carmo, na Praça Dom Adalto, na cidade de João Pessoa, local que seria sua morada de fé durante todos os anos em que foi líder da Igreja na Paraíba. Ao longo de sua trajetória, Dom José escreveu cartas e anúncios, usando seu poder de oratória em discursos fortes e emblemáticos para construir pontes de diálogo com os seus fiéis. Exemplo disso é o seguinte trecho, de uma de suas cartas:

Assim como Cristo, fazendo-se homem, assumiu a natureza humana e, por assim dizer, ocultou, guardou o que ele era, como Deus, e apresentou-se a nós sem deixar de ser Deus, mas foi aprendendo conosco a ser homem, a viver como a humanidade, também o novo prelado vem aqui não para ensinar, mas antes de tudo para aprender a ser paraibano. Eu iniciarei o meu ministério aprendendo convosco. Só me integrando é que poderei cumprir minha missão de servir. É santa a terra em que piso (PIRES, 2005, p. 17).

Traçar os caminhos de vida do Bispo Emérito da Paraíba constitui um ponto crucial da pesquisa, haja vista que a maioria dos documentos faz referência à sua pessoa. Ademais, trata-se de uma figura imensamente importante no processo de intensificação da luta camponesa paraibana, iniciada em fins de 1975¹⁰⁵. Além disso, por ocupar um alto grau na hierarquia católica, Dom José possuía imensa visibilidade e respaldo em suas ações, seja na sociedade civil ou política. Ao discorrermos, pois, sobre a Igreja Católica na Paraíba, seu nome será foco da análise, *a priori*, seguido dos demais membros que, junto a ele, desenvolveram a ideia de justiça social no referido estado e, por conseguinte, na vida dos camponeses paraibanos. É partir dos documentos do Serviço Nacional de Informações analisados nessa pesquisa, a exemplo do fragmento abaixo, que traçamos aqui uma análise acerca da vigilância sofrida por esses setores da sociedade civil.

¹⁰⁵ Venda do complexo de fazendas conhecido como A grande Alagamar.



Fonte: ARE-ACE-2435/81 Fundo SNI. Agência Recife

Com o título “Ação sindical do Clero”, o fragmento traz um apanhado de ações consideradas subversivas, que foram lideradas por Dom José Maria Pires na Paraíba. Mais uma vez, é evidente a postura dos militares e dos agentes do Serviço Nacional de Informações sobre as atuações do Bispo e da Igreja Católica por meio dos padres, leigos e freiras, que eram apontados como membros da linha progressista, atuando nas áreas de tensões rurais no Estado da Paraíba¹⁰⁶. Dom José aparece acima, como pode ser

¹⁰⁶ Sobre isso, será desenvolvido no próximo tópico da pesquisa.

observado na seção b do documento, como líder e organizador das ações dessa linha clerical.

Ao chegar à Paraíba, imbuído de servir o povo do Estado em sua fé cristã, foi empossado como Bispo Emérito em 2 de dezembro de 1965¹⁰⁷, seguindo suas funções no local até 1995, mas continuando como Bispo Emérito até sua morte, em 27 de agosto de 2017, em Belo Horizonte, aos 98 anos. É impossível, pois, seguir uma narrativa sem dar destaque à figura do Arcebispo Dom Zumbi e sua imensa trajetória em defesa dos Direitos Humanos, o que resultou em vigilância sofrida por exercer publicamente tal postura em negação às atrocidades cometidas pelos militares nos anos aqui descritos.

Nascido em 15 de março de 1919, em Córregos, município de Conceição de Mato Dentro, no Estado de Minas Gerais, Dom José seguiu, desde cedo, os passos nos caminhos da fé católica. De pai bastante católico, descendente de portugueses, e de mãe descendente de africanos, teve seus primeiros traços construídos como homem cristão. Sobre isso, o bispo comenta:

Era meu pai que ensinava os pequeninos a rezar, colocava as mãos da menininha e ia repetindo a ave-maria com ela e dava o testemunho, o exemplo. Então, por isso a semente da vocação, que existe em todas as famílias, tinha o ambiente bom para ele crescer (Depoimento de Dom José *apud* PEREIRA, 2012, p. 28).

Ainda pequeno e com dificuldades financeiras, decidiu entrar no seminário, e “fez com que cada etapa de sua formação (...) se tornasse um momento de aprendizado e troca de experiência” (PEREIRA, 2012, p. 30), sendo esse um local-chave para sua formação política. Lá, pôde ter acesso e discutir grandes nomes do pensamento político, social e religioso do mundo; isso, junto à vida pragmática, ajudou a edificar seu entendimento de mundo. É válido ressaltar, no tocante à sua formação social como ser humano, que Dom José era um homem negro e, como tal, aponta Pereira (2012, p. 33), “experimentou conflitos comunitários e dificuldades por ser negro, num seminário predominante ‘branco’ e regido por eles”.

¹⁰⁷ “É importante ressaltar que, somente depois de um ano de nomeação para essa diocese, é que, de fato, Dom Pelé chegou à capital paraibana” (PEREIRA, 2012, p. 78).

Apesar de ser homem negro, fato que jamais negou, via este lugar como de pequena diferença¹⁰⁸. Ainda assim, diante da sociedade racista, Dom José denunciava tal discriminação, como no caso da sua participação na Missa dos Quilombos¹⁰⁹, em que, no encarte do disco,¹¹⁰ fixa, mais uma vez, seu lugar como homem negro e sacerdote:

Preto, meus irmãos: Estamos recolhendo hoje e aqui os frutos de Zumbi, símbolo de resistência de nossos antepassados. Eles foram trazidos à força da África para estas terras, arrancados de sua pátria, separados de seu povo e de sua família, misturados com pretos de outras línguas e de outros costumes. Violentaram-lhes a consciência, impuseram-lhes uma religião que não escolheram. Até o nome lhes roubaram e os chamaram por nomes destituídos de significado para eles (PIRES, 1981).¹¹¹

Essa fala demonstra a importância de seu papel como sacerdote católico, pois, ao mesmo tempo em que faz denúncia e autocrítica como parte da instituição, traz o erro dos missionários católicos e sujeitos de fé cristã católica e seu autoritarismo em relação ao processo de forçar a fé cristã nos sujeitos escravizados no Brasil Colônia e no Império. Em outro trecho do discurso, Dom José expõe: “chegou o tempo de tanto sangue ser semente, de tanta semente germinar. Está sendo longa a espera, meus irmãos. Da morte de Zumbi até nós são decorridos já quase três séculos” (PIRES, 1981), deixando explícita sua posição política. Assim era a figura de Dom José Maria Pires: com discursos inflamados, chamava o povo para a organização coletiva, mas sempre buscando diálogo e paz com os militares, seguindo a lógica dos membros da Igreja envolvidos nesse processo — em sua maioria, a postura era a da “não violência”, ideia fortemente disseminada entre os padres, freiras e leigos.¹¹²

Dom José começa a trilhar os caminhos da justiça social dentro da Igreja Católica antes mesmo de ser bispo, quando fora ordenado ainda jovem, aos 22 anos.

¹⁰⁸ Tal afirmação é baseada no depoimento que Dom José Maria Pires concedeu a Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira. Na ocasião, o bispo diz não entender como ele, negro, havia tirado tal pontuação, ao se referir a um episódio de sua vida.

¹⁰⁹ A Missa dos Quilombos foi uma celebração envolvendo fé, política e cultura. Feita em 1981, na cidade do Recife, foi produzida por Pedro Tierra, Pedro Casáldaliga e Milton Nascimento, levando um público de mais de 8 mil pessoas. O evento foi registrado em documentário e disco.

¹¹⁰ PIRES, Dom José Maria. Texto de 1981 contido no encarte do disco Missa dos Quilombos. Diadema: Ariola, 1982.

¹¹¹ Encarte do disco “Missa dos Quilombos”.

¹¹² É pertinente dizer que, em alguns momentos, houve defesa da violência, quando não houvesse mais soluções para os problemas: “É uma injustiça que, mais dia mesmo dia, levará à violência se não for corrigida prontamente. Estejam atentos a isto os que são ricos. Se não querem ver no faminto a imagem de Deus e o próprio Cristo, se não descobrem nele o irmão, vejam-no ao menos como uma ameaça à paz”(PIRES, 1978, p. 79).

Exercendo seu papel de intelectual orgânico, esses momentos contribuíram para que chegasse à categoria de bispo, tendo sua primeira experiência como tal em Araçuaí, em Minas Gerais, em 1957. Depois, consagrou-se como bispo da Paraíba, em 1965¹¹³, onde construiu um imenso espectro de luta social junto aos setores mais carentes da sociedade. Um aspecto interessante que ocorreu na chegada de Dom José Maria Pires ao Estado da Paraíba foi a estranheza que ele sentiu pela grande expectativa que se havia criado em torno de sua chegada, assim como os novos rumos que deveriam ser travados na Igreja. Ao rememorar tais acontecimentos, o Bispo pontua:

Dom Mario de Miranda Villas Boas e toda aquela alegria e ao mesmo tempo aquela esperança de que a Igreja vai melhorar, vai ser mais nossa etc, etc. Foi uma festa popular. Depois foi já o período da ditadura e então a chegada do bispo foi um motivo de expansão. Todo mundo pode ir pra rua, todo mundo pode gritar, todo mundo pode falar e etc. A decepção foi que dom Helder tinha anunciado: Gente, olhe, vocês vão receber um bispo negrinho, vocês viram um bispo negrinho. Quando eu cheguei foi aquela decepção: “ah, eu pensava que ele era negro mesmo, mas ele não é não”. Até eu provar que eu era negro (...). A segunda decepção é que se esperava alguém que começasse logo a ter certas atitudes para preservar os direitos da Igreja e a minha atitude desde o começo foi a atitude do diálogo e um diálogo franco (PEREIRA, 2012, p. 79).

O depoimento do bispo ilustra essa expectativa e comoção com a sua chegada, assim como a carência de uma urgência de mudança nos rumos da Arquidiocese no tocante a uma atuação mais presente. Ademais, fica evidente o local de diálogo tomado pelo Arcebispo no Estado da Paraíba; é por isso que ele “foi um líder religioso que não se limitou a ficar restrito ao ambiente do Palácio do Bispo, sede oficial do Arcebispo da Paraíba, como o fizeram seus antecessores, pelo contrário, ele se envolveu nos conflitos sociais” (SILVA, 2019, p. 87). Um exemplo desse engajamento pode ser observado no fragmento do jornal a seguir, extraído de documento do SNI, de 1981:

¹¹³É importante salientar que Dom José foi um entusiasta do Golpe Civil militar, todavia mudou radicalmente de postura após compreender que não se tratava do que ele, inicialmente, imaginava sobre o regime. Com isso, repudiava as ações de perseguição cometidas pelo regime militar.

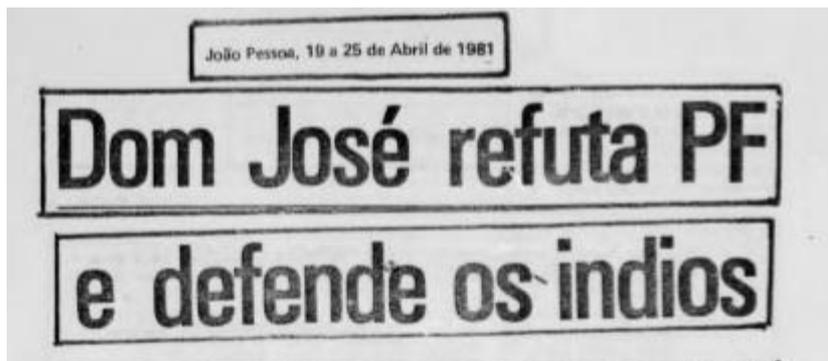


Figura 8 Recorte de matéria sobre atuação de Dom José Maria Pires.

Fonte: ARE-ACE-1705/81 Fundo SNI. Agência Recife

Tal ação é apenas uma das que podem ser aqui elencadas como ações que extrapolam as noções básicas de atuação de um bispo de acordo com uma hierarquia rígida católica. Nesse caso, Dom José sai em favor dos indígenas, desmentindo um órgão importante como a Polícia Federal e ratificando seu papel de intelectual orgânico junto à sociedade civil organizada: “não se pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo de afetos e das paixões, mas numa inserção ativa prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’, já que não apenas orador puro” (GRAMSCI, 2006, p. 38). É assim, pois, a figura de Dom José, ao sair do papel apenas de orador puro ou de bispo a assuntos tradicionais da Igreja.

Seus primeiros anos de episcopal foram nitidamente marcados pela esperança nutrida pelos fiéis católicos da Paraíba acerca de sua figura, já que “sua chegada propiciava ao povo a possibilidade de ir às ruas da cidade embora existindo práticas autoritárias por parte dos militares, nesse período” (PIRES, 2012, p. 82). Além disso, possuía uma relação mútua de ajuda com o então Governador do Estado da Paraíba, João Agripino, embora, dentro da Igreja Católica, não necessariamente se construísse uma relação de paz com todos os bispos, haja vista que Dom José exercia uma posição política divergente do pensamento conservador de diversos membros da igreja. Nesse sentido, alguns não gostavam de sua postura:

Dom José Maria Pires, ao chegar ao estado paraibano, encontrou um clero ordenado em grande parte pelo Arcebispo Dom Moisés Sizenado Coelho, que esteve à frente da Arquidocese da Paraíba de 1935 a 1959. O arcebispo posterior a Dom Moisés, Dom Mário de Miranda Villas Boas, havia ordenado apenas um sacerdote. Assim, a maioria do Clero, seguia um perfil instruído pelo Arcebispo Dom Moisés, conservador e seguidor do modelo de uma Igreja apegada a

orientações tridentinas¹¹⁴. Dom Pelé sentiu algumas dificuldades no relacionamento com os padres dessa diocese, de modo especial com o Mons, Eurivaldo Caldas Tavares que, segundo o próprio Arcebispo, repetidas vezes lançava críticas contra ele por meio de seus sermões nos momentos de culto. O arcebispo percebia que esse padre possuía um perfil reacionário e era alinhado ao poder vigente (PEREIRA, 2012, p. 85-86).

É pertinente ratificar que, embora mencionemos de modo generalista o termo “Igreja Católica”, não há um consenso de cunho ideológico em suas ações paroquiais, ou seja, não se trata de uma atuação hegemônica, mesmo havendo uma ideia centralizadora da fé católica e a hierarquia do vaticano. Os sujeitos que formam a Igreja, assim como seus entendimentos políticos e sociais, são diversos, de modo que é possível entender a existência de uma busca por hegemonia dentro do seio da Igreja por parte dos seus clérigos. Ainda assim, é possível citar figuras fiéis aos ideais da Justiça Social compreendida por Dom José, como Hermann Joseph Curten (Frei Hermano), José Loureiro Lopes, Antônio Ribeiro (Frei Anastácio), Helena Wilhemina Maria Silvestre Burgers (Irmã Marlene), Antônia Maria Van Han (Irmã Tony), além de leigos que foram se juntando a Dom José e organizando as ações pastorais, que serão abordadas posteriormente.

Em 1967, Dom José criou, na Paraíba, sua primeira experiência de movimento da sociedade civil, a Ação Pastoral Católica (APA), com duas ordens de atuação: uma voltada à Pastoral Geral, em que os destinatários eram as paróquias, e outra chamada de Pastoral Especial, com atuação voltada aos camponeses, operários, pescadores, estudantes e demais setores da sociedade civil. Este foi o início do marco de opção aos pobres de Dom José e, conseqüentemente, da Arquidiocese da Paraíba. Em 2 de abril de 1968, em alusão ao assassinato de Edson Luís,¹¹⁵ um dos mártires da luta contra a Ditadura no Brasil, Dom José realizou uma missa em que vários jovens utilizaram o espaço para denunciar a Ditadura também no Estado da Paraíba. Um aspecto interessante, que novamente mostra o papel de conciliação e diálogo do bispo, foi o pedido feito por ele ao Governador João Agripino para conter o Exército e policiais, para que não realizassem nenhuma ação contra os jovens que estavam ali com seus

¹¹⁴ De modo simples, significa missa de Roma tradicional em Latim.

¹¹⁵ O caso Edson Luís ficou marcado na história coletiva do Brasil. O jovem fora assassinado pelos militares em 28 de março de 1968, durante um confronto no Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Seu assassinato marcou uma série de protestos em todo o Brasil contra a escalada de violência da Ditadura Militar.

cartazes e indignação, tendo em vista que a situação poderia ter desencadeado um conflito entre policiais e militantes estudantis. Sobre a ocasião, Dom José comentou:

Em João Pessoa, houve a missa de sétimo dia. Pediram para eu celebrar, vou celebrar. Estava lá cheio de militares. Então celebrei a missa e falei sobre a coisa e disse olha: Tô vendo que há muitos estudantes aí, vocês estão cheios de cartazes e etc... Eu queria dizer a vocês que não fizessem passeata não, por que o clima não é bom pra isso... O que poderíamos fazer era missa e fizemos. [...] Aí eu pego meu carro, eu mesmo dirigia. Telefone e João Agripino atendia imediatamente. Aí eu digo: olha o que aconteceu, depois da missa, agora os estudantes coitados, estão todos encurralados lá no centro. Todas as entradas tomadas por militares. É imoral um negócio desses. Então eu pediria ao Senhor que mandasse a sua polícia se retirasse daqueles locais. João Agripino, com aquele jeito dele, ficava assim parado, depois dizia: Senhor Arcebispo tirar a polícia eu não tiro não porque na hora que tirar a polícia, o exército toma conta. Na polícia eu mando, no exército eu não mando. Então, vou fazer o seguinte a polícia fica na rua, mas eu vou dar ordem para que eles se afastem ali daquelas praças, fiquem lá, mas não sejam visto” (PEREIRA, 2012, p. 93 -94).

Nesse depoimento, podemos observar a relação de diálogo entre o líder da Igreja Católica na Paraíba e a política formal, no intuito de não gerar atrito e violência. No mesmo ano, o Brasil viu-se apunhalado pelo Ato institucional nº 5, que ceifou várias vidas e ações coletivas. Mesmo com isso, a Arquidiocese da Paraíba, em nome de Dom José Maria Pires, seguiu atuando no Estado. É também em 1968 que ocorre a já mencionada Conferência de Medellín. É a partir dela que sai a direção da criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que foram imensamente importantes no Brasil, inclusive no Estado da Paraíba. É importante mencionar que tais comunidades eram construídas por uma maioria de leigos e membros da Igreja Católica. Seu objetivo era dar voz aos sem voz, pois “esse empenho de luta não nasceu espontaneamente nas comunidades nem resultou do alto nível de consciência de seus membros. A própria conjuntura nacional ajudou a reforçar as comunidades eclesiais de base” (BETTO, 1985, p. 20).

No Estado da Paraíba, com respaldo da Arquidiocese, existiram cerca de mais de quatrocentas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), atuando nas áreas urbanas e rurais do Estado. Estas “eram integradas por pessoas que queriam viver melhor sua fé, e, assim, se reuniam e começaram a caminhar independentemente da presença do Padre” (PIRES *apud* PEREIRA, 2012, p. 102). A Arquidiocese apoiava e fomentava as CEB's, pois, para Dom José, assim como para as pessoas que se envolviam nelas e

seguiam os caminhos da Teologia da Libertação e justiça social, a defesa dos Direitos Humanos era necessária:

A bandeira dos Direitos Humanos deve estar gravada nas palavras que serviram de lema à Campanha da Fraternidade deste ano¹¹⁶: ‘Justiça e Trabalho para todos’. E os que empunham esta bandeira ou marcham a sua sombra comprometem-se a lutar, sem desfalecimento, para que a fome seja superada, para que todos tenham casa própria: ninguém mais em casa de aluguel (PIRES, 1978, p. 161).

Assim, o bispo apoiava e construía ativamente o crescimento das Comunidades Eclesiais de Base. Por isso, tanto ele como as CEB's ficavam na mira do SNI. Dentre as ações deste Serviço, está a produção de um documento acerca do III Encontro Nacional de Comunidades Eclesiais de Base - João Pessoa / PB, que ocorreu no período de 19 a 27 de julho de 1979, no Centro de Treinamento de Miramar da Arquidiocese da Paraíba, e tinha como objetivo elaborar conteúdo a ser levado ao III Conselho Episcopal Católico (CELAM). No documento do SNI, há informações detalhadas de participantes, pautas e conclusões do encontro para caráter de análise e de vigilância, ficando evidente qual era o entendimento dos agentes desse serviço — e da Ditadura — sobre essa atividade da Igreja:

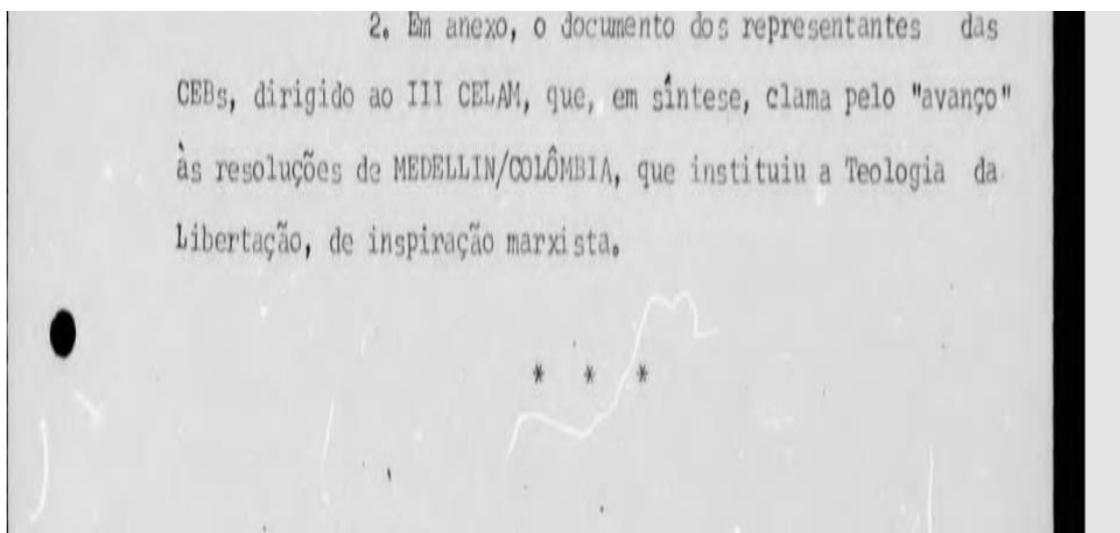


Figura 9 Agentes do SNI, adjetivando os membros da Igreja na CELAM enquanto marxistas.

Fonte: **ARE-ACE-1997/81** Fundo SNI. Agência Recife

Mesmo posicionando-se ideologicamente como não marxistas, os bispos eram considerados subversivos. Em relação a isso, o próprio Dom José afirmara: “um Clero reconhecidamente subversivo no sentido em que o Evangelho é uma subversão

¹¹⁶ Campanha da Fraternidade de 1976.

permanentemente e progressiva até a Parusia quando Cristo será tudo em nós” (PIRES, 1978, p. 139). Os agentes, então, seguiam tal julgamento, colocando-os como comunistas e infiltrados dentro da Igreja para construir a marcha do comunismo global, o que representa o reflexo da generalização do regime acerca das diversidades de compreensão de mundo, já que a maioria era denominada “comunista”. Esse sentimento anticomunista continuou forte durante a Guerra Fria, sendo nutrido, inclusive, pelos Estados Unidos. Em outro trecho, é possível identificar a visão do SNI sobre os participantes do V Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), de 4 a 8 de julho de 1983. Para o órgão, esses participantes estavam desvirtuando a Liturgia, bem como cantando cânticos “subversivos”:

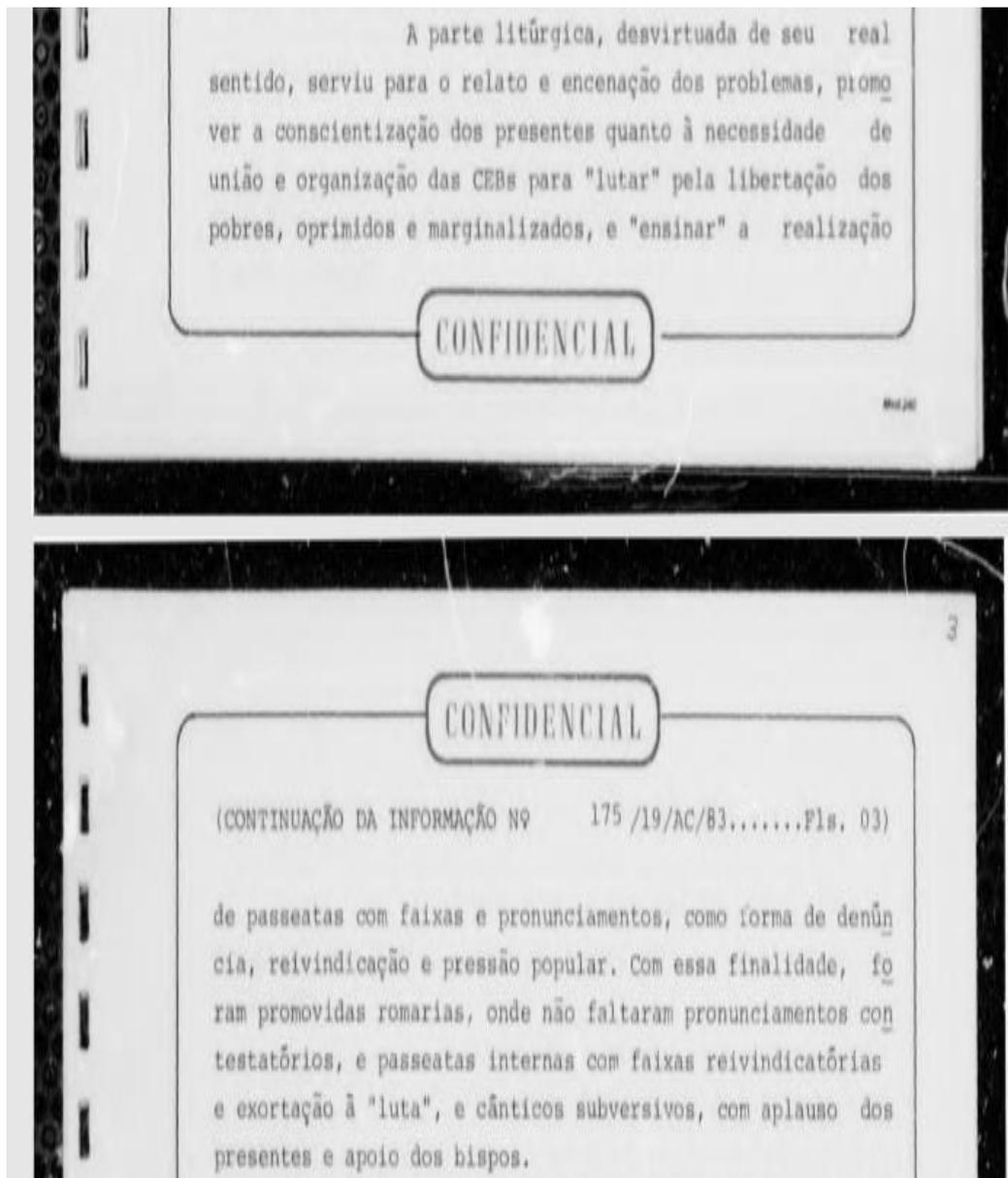


Figura 10 Interpretação dos Agentes do SNI sobre a postura dos religiosos.

Fonte: ARE-ACE-5995/83 Fundo SNI. Agência Recife

Em 1º de março de 1969, em substituição à já mencionada Ação Pastoral (APA), a Igreja Paraibana criou a Ação Pastoral Igreja Viva, que representou mais um passo da Igreja paraibana a caminho da justiça social. Nesta, preocupava-se “com questões sociais em meio aos problemas cotidianos do povo. A Igreja Viva era um grupo religioso, que priorizado não apenas a doutrinação de fiéis católicos, mas com ações para com as demais dimensões da vida das pessoas” (PEREIRA, 2012, p. 111). Assim como as CEB’s, era mais um braço de atuação da Igreja Católica na ideia da justiça social. De acordo com o Arcebispo:

O povo toma consciência na medida de que são pequenos grupos. Então a Igreja deveria privilegiar também esses pequenos grupos, as Comunidades de Base por exemplo. Então, eram pequenos grupos que se organizavam e eram chamados de Igreja Viva, porque as pessoas podiam falar, podiam dar sua opinião, mas não tinha como objetivo o social, aí o objetivo era religioso (PEREIRA, 2012, p. 112).

Embora Dom José tenha ressaltado o cunho religioso de tal atuação, na prática, a Ação Pastoral Igreja Viva construía atividades de cunho explicitamente social e de transformação da vida daquelas comunidades presentes. Em diversos momentos, o bispo, em suas cartas pastorais e pronunciamentos, chamava a atenção para se organizarem a fim de conseguirem uma vida melhor. Outro exemplo disso está na sua carta intitulada “Juventude rural, produtividade em potencial”:

Os camponeses são como as águas. Espalhados e dividido, não pressionam ninguém, apesar de formarem o maior potencial humano num país como o nosso em que mais da metade da população reside na zona rural ou vive em função do campo. perceberam aonde eu queria chegar? Queria dizer-lhes e repetir que a coisa mais importante é a gente se unir (PIRES, 1978, p. 15).

As ações desenvolvidas pela Igreja tanto eram de consciência social dos Direitos Humanos e fé católica, como de noção de alfabetização desenvolvida através de trabalhos da Arquidiocese, pois o acesso à educação constitui um direito humano básico, e “Dom José afirmava que o modo de educar as pessoas deve ser a partir da concepção de Paulo Freire” (PEREIRA, 2012, p. 115). Isso também evidencia como sua postura ideológica aproximava-se, em suas deliberações, do papel que exercia como bispo junto às organizações da sociedade civil. Vale salientar que a Ação Igreja Viva também era, em sua maioria, desenvolvida por leigos que desempenhavam a função de Agentes Pastorais. Também existia o projeto Operação Gota D’água. Sobre este:

Por causa da severa estiagem que assolou o estado paraibano nos anos de 1970. A Gota D’água foi uma operação de caráter assistencial, composta por diferentes grupos da sociedade civil e membros da Igreja, incluindo a participação das Dioceses adjacentes, a saber Cajazeiras, Patos e Campina Grande. Entre os objetivos da operação podemos destacar a atenção dedicada para criação de meios para amenizar a situação das vítimas da seca (SILVA, 2019, p. 98).

Ao observar tal operação, é nítida a ideia conciliatória da Arquidiocese da Paraíba através da figura de Dom José. Esse trabalho contava com militares, alguns maçons, demais igrejas cristãs e centros espíritas, que trabalhavam juntos na busca de trazer algumas soluções para o problema. Com essa experiência, a Igreja Católica — em

sua vertente da Teologia da Libertação — tentou romper com a ideia de que a ação seria apenas uma ajuda assistencialista às vítimas da seca. Para além disso, foi proposta:

[...] uma ação conjunta, favorável aos sertanejos, que não contemplasse apenas a questão do vestiário e alimentos, mas que os tornasse conscientes de seus direitos, iniciando a reivindicação por um projeto de alfabetização de adultos. Dom José, desse modo, percebia que, pior do que a seca de 1970, era a analfabetismo e a falta de consciência política na qual o povo estava imerso (PIREIRA, 2012, p. 117).

A partir desse entendimento, pode-se ver a guinada definitiva da Arquidiocese da Paraíba para o tratamento direito das questões da justiça social, indo muito além da noção simplista de ajuda assistencialista. Em 1971, o Arcebispo criou a Equipe de Promoção Humana, que, em 1976, viria a se tornar o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba (CDDH). Com a criação dessa equipe, os membros leigos e da Igreja começaram a atuar diretamente nos problemas latentes das comunidades urbanas e rurais, assim como as CEB's, porém com maior efetivo de sujeitos da Igreja. Em sua equipe de promoção, estavam nomes que seriam mencionados corriqueiramente nos dossiês do Serviço Nacional de Informação, referente aos conflitos agrários — que serão tratados no próximo tópico e capítulo da pesquisa — e à presença desses sujeitos em conflitos emblemáticos do Estado da Paraíba.

De acordo com Pereira (2012, p. 119) a equipe de promoção, no início, era composta por Dom José, que ocupava a posição de coordenador, uma enfermeira e alguns agentes pastorais. Dois nomes de destaque de membros do CCDH mencionados nos documentos do SNI são o das freiras Irmã Tony Van Ham e Marlene Burgers, ambas atuando na defesa dos Direitos Humanos. É nesse contexto que se desenha a atuação desenvolvida por elas durante o período que da Ditadura Militar. Outros nomes trazidos por Pereira (2012) são os de Elisabeth Cartier, João “belga” e Gláucia (estudante de Medicina), todos migrando para o CDDH após o fim da Equipe de Promoção Humana.

A expansão dos conflitos agrários no campo da Paraíba acontece, portanto, nesse cenário. É com o crescimento dos conflitos que a participação da Igreja Católica, considerada progressista, se intensifica na promoção e apoio tanto jurídico como de questões diversas. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) é, então, criado

pela Arquidiocese da Paraíba em 21 de abril de 1976. Lá, foi desenvolvida uma postura de atuação que já existia mundialmente na Igreja Católica (como já mencionado, a questão dos Direitos Humanos tornou-se foco da Igreja¹¹⁷). Nesse momento, a pauta jurídica foi de extrema importância, tendo em vista que a Igreja trazia grande auxílio de corpo jurídico para defender os camponeses em pautas de violação dos seus direitos de moradia. De acordo com o relatório do Decênio da Igreja, de 1976, o setor jurídico tinha como objetivos específicos:

- A) Orientar juridicamente os casos de violação de direitos;
- B) Divulgação de leis ao nível popular através de cartilhas pelo boletim etc.;
- C) Intervir nos casos mais urgentes, quando solicitado;
- D) Acompanhar equipes pastorais, desde que solicitado, para orientação jurídica e outros encaminhamentos legais (RELATÓRIO DO DECÊNIO, 1976 *apud* PEREIRA, 2012, p. 125).

O Centro de Defesa de Direitos Humanos emerge, assim, no contexto em que também há uma emergência de conflitos agrários no Estado da Paraíba, em reflexo do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), implantando pelo Governo Federal em 1975¹¹⁸. Além do crescimento desses conflitos, a Igreja, que, de modo menor, já agia no meio rural, acaba intensificando suas ações nesse meio da sociedade civil. Com o aumento da violência no campo, Dom José Maria Pires veicula uma de suas cartas pastorais mais emblemáticas de denúncia sobre violação dos Direitos Humanos, em abril de 1975, com o título “Sobre o sofrimento dos camponeses”. Em um dos fragmentos, ele afirma:

Se não podemos ainda eliminar a fome crônica que persegue a maioria dos brasileiros, poderíamos, pelo menos, tomar medidas que impedissem o agravamento do mal como está acontecendo agora. A polícia impediu o assalto a feiras, o governo distribui alimentos, as prefeituras abriram Frentes de Trabalho, mas a fome continua.

2. Precisamos eliminar a fome! Como?

A história Sagrada nos conta o que fez José do Egito para prevenir os males de uma grave seca que se prenunciava: voltou-se inteiramente para a agricultura, mandou plantar, fez construir grandes armazéns e guardou toda a colheita que pôde. Vindo o tempo de penúria, ele teve alimento bastante para fornecer aos egípcios e para vender aos vizinhos. Nós também precisamos de uma política voltada para a agricultura: plantar, plantar, plantar. Plantar não o capim, mas o

¹¹⁷É importante pontuar que não se deve generalizar, pois isso ausentaria ações de violações dos direitos humanos desenvolvidas pela Igreja Católica no mundo.

¹¹⁸ Será abordado no próximo capítulo.

que mata a fome. Precisamos de uma política que dê prioridade absoluta aos projetos agrícolas e não aos pecuários ou aos industriais a não ser quando se tratar da industrialização dos produtos alimentícios da região (PIRES, 1978, p. 23).

Essa carta pastoral foi divulgada e lida em diversas missas do Estado da Paraíba. No fragmento em destaque, observam-se alguns pontos claros da postura do bispo. O primeiro deles são as denúncias a ações assistencialistas que, segundo Dom José, pouco modificariam a realidade daqueles camponeses. O segundo, marca a trajetória do bispo como intelectual e figura de mobilização: em diversas cartas e discursos, há o uso de versículos ou histórias de cunho religioso católico através de metáforas, a fim de mobilizar os sujeitos. Tal postura pode ser observada, por exemplo, na carta intitulada “Juventude rural, produtividade em potencial”, através da qual ele destaca a importância da mobilização. Assim seguia o Dom Zumbi, com suas cartas e pronunciamentos, causando vigilância e desagravo dos órgãos de informações. Por último, é possível pontuar que o bispo também coloca em pauta qual seria o papel da industrialização, que deveria dar prioridade aos produtores locais.¹¹⁹

O CDDH tinha um papel extremamente assertivo na organização e promoção dos anseios dos camponeses. Seus membros tinham como ação, além do assessoramento jurídico mediante conflitos, o desenvolvimento de ações formativas com agentes pastorais, para assim melhorar o desempenho das suas funções junto aos movimentos sociais que construíam. Para a sua construção, o CDDH contou com a participação ativa do advogado Wanderley Caixe, militante e ex-presos político, nascido em São Paulo, onde vivenciou intensamente sua militância política em oposição à Ditadura Militar. Por ter sido preso e torturado, foi escolhido pessoalmente pelo então Arcebispo para exercer as funções de coordenação do Centro, em ocasião de visita de Dom José a São Paulo. Sobre tal ocasião, o bispo comenta, em depoimento:

Aí eu disse: a gente tá começando a criação de um Centro de Defesa dos Direitos Humanos quem sabe você pode nos ajudar... então Wanderley veio para aqui nos ajudar a organizar o Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Ele se dispôs a ser também o advogado do Centro. E aí começou o trabalho. Aí ele com aquela experiência de preso político aí ele enfrentava tudo. Aí acontecia uma coisa saía daqui de madrugada e esperava que fosse abrir o quartel e se apresentava como advogado, etc. Então a gente viu que o negócio estava dando certo. Contratamos o menino para ele ser o primeiro

¹¹⁹ No texto “Industrialização, Sim, Capitalismo, Não!”, Dom José, respaldado pela *Encíclica Popularum Progressio*, discorre mais sobre esse aspecto.

advogado Centro de Direitos Humanos que a gente estava fundando (PEREIRA, 2012, p. 126).

Como braço direito do Bispo, em pouco tempo de atuação, Wanderley conseguiu sintetizar vários casos de violação dos Direitos Humanos no meio agrário do Estado. Ao mesmo tempo, seu trabalho, assim como o de Dom José, era corriqueiramente vigiado pelo Serviço Nacional de Informação. É o que se pode observar no documento a seguir:

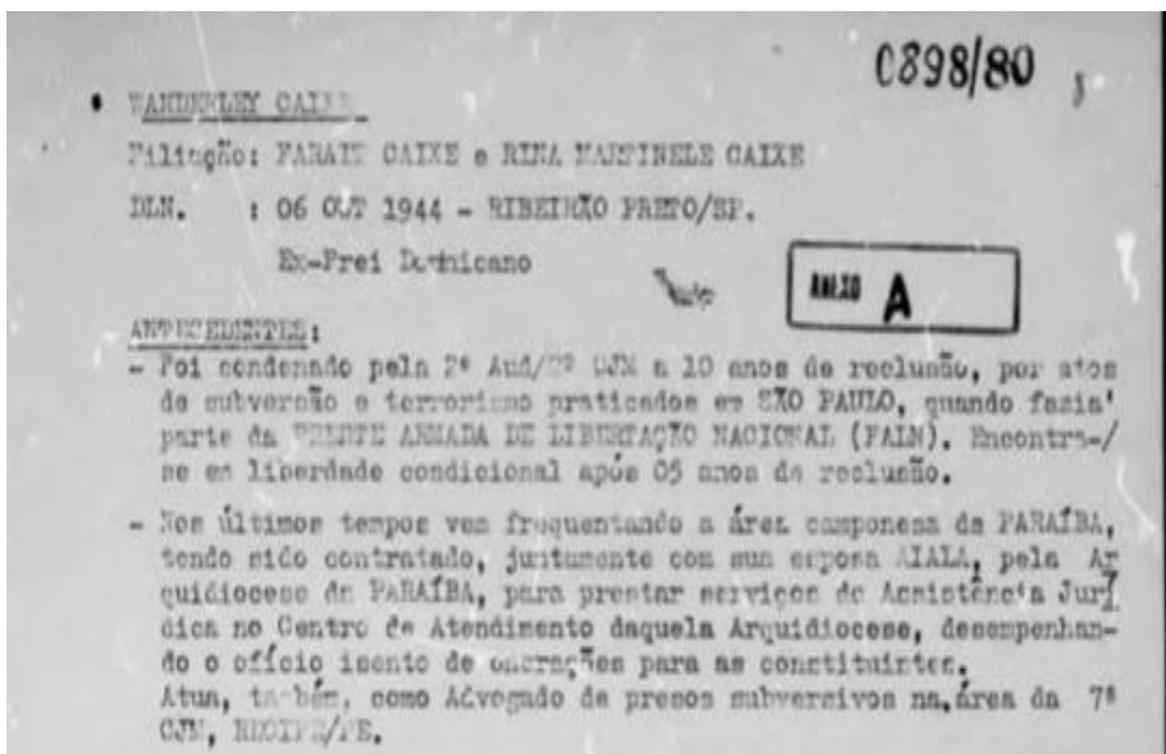


Figura 11 Informações sobre Wanderley Caixe.

Fonte: ARE-ACE-0134/117/80 Fundo SNI. Agência Recife

O documento deixa explícita a visão dos militares sobre as ações desenvolvidas pelo Centro, assim como pela Igreja. Os agentes se valem do discurso de que Wanderley, junto ao Clero e respaldado pela figura de Dom José, exerceria influência nos camponeses, incentivando-os a contestarem as autoridades vigentes. Em diversos documentos, há uma compreensão hegemônica dos agentes de informação sobre essa atuação no âmbito, em que os camponeses seriam ausentes de autonomia. Ainda analisando a figura 12, na parte final do documento, o advogado é citado como um

sujeito perigoso, além de considerarem que Wanderley vinha sendo influenciado por Dom José, já que este se mantinha como figura intelectual pela sociedade política. Já na figura a seguir, os agentes do SNI dirigem-se a Wanderley pelo jargão subversivo:

ACE N. _____

DATA: 24 JUL 81

ASSUNTO: ATIVIDADES DE WANDERLEY CAIXE

ORIGEM: ARE/SNI

REFERÊNCIA:

DIFUSÃO ANTERIOR:

DIFUSÃO: AC/SNI

ANEXO: Recorte de jornal (1 fl.)

1. O jornal "O NORTE", de JOÃO PESSOA/PB, edição de 20 JUL 81, publicou matéria a respeito de um dossiê sobre a violência nas zonas rurais do BRASIL, apresentado em conferência efetuada no dia 23 JUN 81, em PARIS/FRANÇA, pelo subversivo WANDERLEY CAIXE, Coordenador do CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - ASSESSORIA E EDUCAÇÃO POPULAR (CDDH/AEP), em JOÃO PESSOA/PB.

2. Na ausência do nominado, assume a Coordenação do CDDH/AEP sua mulher, AYALA DE ALMEIDA ROCHA.

3. Em 15 JUL 81, WANDERLEY CAIXE recebeu a importância de US \$ 15' mil (QUINZE MIL DÓLARES), proveniente da cidade de DUBLIN/IRLANDA, para o desenvolvimento de suas atividades na PARAÍBA.

Figura 12 Relatório sobre Atividades de Wanderley Caixe.

Fonte: ARE-ACE-0134/117//80 Fundo SNI. Agência Recife

É dessa maneira, pois, que o advogado é mencionado nos documentos pesquisados, devido a sua função nos conflitos agrários. Junto aos camponeses, ele buscava a garantia dos Direitos Humanos que estavam sendo negados pelos órgãos estatais e pelo avanço do PROALCOOL no Estado. Vale salientar que:

Wanderley não só foi ameaçado de morte como sofreu um atentado. Naquela época, marcada pelo medo e pela violência do latifúndio e da repressão policial, o CDDH distinguiu-se como um baluarte forte e destemido, que mereceu o respeito não só dos trabalhadores, mas também dos segmentos da sociedade civil comprometidos com a democratização do país e com a justiça social no campo (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 310).

Outro meio de atuação através do qual a Igreja desenvolvia suas funções junto aos camponeses foi (e ainda é) a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nela, leigos e membros do clero exerceram continuamente a atuação em defesa dos Direitos Humanos e dos mais pobres. Assim como o CDDH e demais frentes de atuação, a CPT não se limitou a apoiar, atuando cotidianamente na luta dos camponeses, através de formações políticas, organização de romarias da terra, entre outras, além do apoio à reforma agrária e vida digna para os camponeses. Exemplo dessa atuação pode ser observada no caso da expulsão de alguns camponeses da Grande Alagamar¹²⁰ — “expulsos da terra, os posseiros e seus familiares não tinham para onde ir, ficaram na estrada de frente ao sítio. Foram socorridos pelo presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Conde e pela CPT” (MOREIRA, 1997, p. 82). Ainda, segundo Moreira; Targino, 1997, p. 306,

O trabalho dos padres, feiras e agentes pastorais leigos ligados à CPT, se soma o papel desempenhado pelas autoridades máximas da Igreja estadual e regional. Estas, além de garantirem com seu apoio a ação das bases, em alguns casos são chamados para intervir diretamente. Sua presença nas áreas de conflito e nos acampamentos, suas declarações na imprensa e em eventos que participa, suas palavras durante as cerimônias religiosas transformaram-se, ao longo dos anos, num ato garantidor da sobrevivência da luta.

É nesse contexto de expansão dos conflitos agrários que Dom José Maria Pires intensifica sua produção de cartas pastorais e pronunciamentos à imprensa sobre as condições dos trabalhadores em desenvolvimento do novo Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), pois é juntamente ao seu crescimento que vários conflitos explodem de maneira mais intensa no Estado da Paraíba. Junto a isso, há um crescimento na atuação e promoção jurídica desenvolvida pela Igreja Católica da ala nomeada progressista, não só em torno da figura de Dom José Maria Pires, mas construída por diversos braços humanos compostos por freiras, leigos, freis, entre outros, que seguiram sofrendo vigilância, como veremos a seguir.

¹²⁰Será abordada no próximo capítulo.

CAPÍTULO III – MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E IGREJA CATÓLICA “PROGRESSISTA”¹²¹ NA PARAÍBA AOS OLHOS DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI)

3. 1 Conflitos de terra em período de transição e vigilância do Serviço Nacional de informações. (SNI)

Debulhar o trigo
 Recolher cada bago do trigo
 Forjar no trigo o milagre do pão
 E se fartar de pão
 Decepar a cana
 Recolher a garapa da cana
 Roubar da cana a doçura do mel
 Se lambuzar de mel
 Afagar a terra
 Conhecer os desejos da terra
 Cio da terra, a propícia estação
 E fecundar o chão

Chico Buarque

A terra, algo que por anos na história brasileira é local de disputa, nos anos em que transcorreram a Ditadura Militar, não fora diferente; e até os dias atuais ainda se espera a reforma agrária, e os conflitos desenvolvidos pela falta desse acesso se alastram nas regiões brasileiras causando mortes, disputas e percas imensuráveis ao país e ao meio ambiente. Nesses anos tal pauta era latente, todavia não alcançada, pois, os trabalhadores rurais, envoltos nos conflitos que iremos analisar, buscavam seguir, debulhando e recolhendo seu trigo. Pois como iremos observar, rapidamente viram seus sustentos e vida em xeque pois “para o homem do campo, a terra representa não apenas a possibilidade de sua sobrevivência, mas também a garantia de poder permanecer com a sua família no seu local de origem” (MOREIRA, TARGINO, 1997, p. 295). E com a ameaça do avanço do plantio de cana nos anos 70, mais uma vez esse local de origem e permanência é ameaçado, agora com a criação do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), em que o camponês e trabalhador rural do Brasil em período de transição política se vê abruptamente ameaçado de expulsão e expropriação de suas terras, em que:

¹²¹ Termo usado pelos agentes do SNI, ao se referirem aos membros da Igreja católica em defesa dos Direitos Humanos.

as mudanças nas formas de utilização do solo consubstanciadas no avanço da cana e do pasto, a intensificação da concentração da propriedade da terra nas mãos de um número cada vez menor de pessoas e a mecanização de certas etapas do processo produtivo nas áreas onde foi mais forte a modernização da atividade agropecuária são responsáveis não só por modificações profundas nas relações de trabalho no campo paraibano, como pela expulsão/expropriação do produtor direto. (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 279)

E é em torno desse contexto de espoliação e mudanças no meio rural, em que essa parte da dissertação se concentrará, assim como a vigilância em torno desses conflitos no Estado da Paraíba e a ligação destes com a Igreja Católica e seus membros. Escolhemos tratar de locais em que o conflito agrário foi intenso no Estado da Paraíba, assim como a vigilância sofrida pelo Serviço Nacional de Informação. Nessa conjuntura de valorização da terra e avanço do latifúndio é que se engendram os conflitos de terra no estado da Paraíba, “o ano de 1977 foi todo de grande tensão, inclusive com alguns enfrentamentos diretos entre jagunços, trabalhadores e pessoas ligadas a Igreja Católica” (NUNES, 2016, p. 243). Como podemos observar abaixo nessa sátira em quadrinhos, de Henrique Magalhães, em que satiriza a compreensão dos proprietários na figura da personagem Maria, acerca da visão do envolvimento dos religiosos em torno do conflito:



Figura 13 Tirinha satírica sobre a situação na Grande Alagamar e participação dos religiosos.

Fonte: (MAGALHÃES, 1980, p. 9)

Ainda, de acordo com Nunes:

No campo social, neste período de “abertura política”, há retorno de alguns movimentos, principalmente de conflitos pela terra. Entre os principais, estão os das fazendas de Alagamar, Retirada, Mucatu, Coqueirinho, Cachorrinho, Mumbaba e Camucim. (NUNES, 2016, p.234)

E é em 1975, em tempos de distensão política, que o Estado da Paraíba, assim como demais estados do país, vinham sofrendo a implementação do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), ele se constituía em uma medida em detrimento da crise de petróleo de 1970, devido a esta, empréstimos a juros baixos e incentivos governamentais foram liberados para que produtores e engenhos de cana de açúcar e setores automobilísticos pudessem desenvolver a indústria e o mundo agrícola, assim como um crescimento desmedido de criação de gado e consequente desapropriação para pasto, e é nesse meio que o:

referido programa levou a uma valorização das terras, pois os proprietários pretendiam utilizá-las para o cultivo de cana-de-açúcar, visando à produção de álcool combustível, e, conseqüentemente, implicou na tentativa de expulsão dos camponeses arrendatários, sendo este fato um dos motivos principais para os conflitos de terra iniciados na segunda metade de 1970. (NUNES, 2016, p.241)

O Proálcool impulsionou uma mudança drástica empurrada à força na organização da produção e na vida dos camponeses que habitavam e trabalhavam nos locais onde foi implementada as mudanças, ou locais que sofreram tentativas da implementação da intensa expansão canavieira, enquanto o insumo principal para o que era quisto pelo programa, em que antes desta, o panorama que se encontrava no mundo rural paraibano, até 1970, era que a maior concentração de cana de açúcar no Estado, era apenas no litoral e brejo¹²², todavia com o crescimento dessa demanda governamental, pode-se observar nos locais de conflito, que a expansão ia além do Brejo e Litoral, mas também ao Agreste Baixo, Agreste Ocidental e o litoral da Paraíba.

Essa expansão não mudou apenas a vida drasticamente dos camponeses, mas também mudou a paisagem dessas regiões do Estado da Paraíba, trazendo certa homogeneização dessa paisagem, que antes se diversificava em vários produtos de lavoura de subsistência, “essa homogeneidade, que irá se refletir na paisagem através do

¹²² Essas duas subunidades espaciais contribuíram, naquele ano, com 96,3% do valor total da produção paraibana de cana-de-açúcar e concentraram cerca de 90,0% da superfície cultivada com esse produto no Estado.(MOREIRA; TARGINO, 1997,p. 105)

verde dos canaviais, compreende igualmente a incorporação da dinâmica interna do processo produtivo” (MOREIRA, apud, MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 107), em 10 anos havendo uma mudança drástica na paisagem, em que o espaço de cana colhida nesse espaço de tempo fora correspondente há 113,6%, cerca de mais de 45 mil hectares¹²³. Os municípios atingidos por essa extensa expansão foram: Rio Tinto, Lucena, João Pessoa, Alhandra, Conde, Pitimbu, Caaporã, Gurinhém, Pilar, Caldas Brandão, Itabaiana, Guarabira e Mulungu. Ocasionalmente uma mudança total do que era a região canavieira do Estado.

Assim como na vida e relações de trabalho dos camponeses, em regime de trabalho sazonal¹²⁴, ocasionando em um agravamento demasiado das condições insalubres de trabalho, isso inflamando mais ainda a indignação dos camponeses para com suas relações de trabalho. Em um processo de fazer-se enquanto classe, e, conseqüentemente a luta de classe e seu processo, que “é uma categoria histórica, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo” (THOMPSON, 2014, p.270), processos sociais como esse aqui, desenvolvido em conflitos agrários, que estouraram no Estado, aglutinando um grande contingente de trabalhadores organizados contra as novas implementações sem diálogo. As condições salariais dos trabalhadores rurais eram totalmente injustas, pois:

nos meses de 1984, por exemplo, a renda monetária média semanal de uma família de trabalhadores da cana do Brejo representava 97,0% do salário mínimo vigente na época. Essa remuneração deveria manter uma família composta de aproximadamente sete pessoas. (MOREIRA, apud, MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 113)

É nesse contexto que conseguimos enxergar como era danosa a vida dos trabalhadores camponeses, haja vista, que sua situação era de forte desigualdade comparada aos dos proprietários rurais. Pois com menos de um salário mínimo para viver e sustentar uma família completa, os trabalhadores rurais viviam em “uma época em que se via rodeado por evidências acerca do aumento da riqueza nacional, transparentemente gerada, em boa parte, pelo seu trabalho, um fruto que passava, por vias igualmente transparentes, para as mãos de seus patrões. (THOMPSON, 2001, p. 184). E no Estado da Paraíba essa desigualdade era latente, se exprimindo na luta

¹²³ Para mais informações geográficas sobre essas áreas: MOREIRA, Emilia, TARGINO, Ivan (Orgs). Capítulos de Geografia agrária da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

¹²⁴ Trabalho relativo a estação do ano, ou seja, em períodos de seca, as e os trabalhadores rurais ficavam desamparados de trabalho.

camponesa, em que “a luta pela terra na Paraíba traz embutida a luta contra a subordinação da terra à monocultura e à pecuária. Ela representa, ainda, a luta dos que têm fome de alimentos contra os que têm fome de lucro” (MOREIRA, TARGINO, 1997, p. 300).

Enquanto o Brasil crescia e desenvolvia a política de amparo para os usineiros desenvolverem o *PROALCOOL* nos seus latifúndios, o camponês paraibano penava em condições insalubres. Nesse contexto a alimentação servia também como um estabilizador social dessa população, em que, oprimidos com baixos salários em canaviais, viam seu padrão alimentício mudar completamente com a introdução dos canaviais, pois sua lavoura de subsistência era arrancada por gado e cana. Em Thompson podemos compreender como o consumo de alimentos rege um tipo de status e é medidor de um padrão de vida, em que a “carne, como o trigo, envolvia uma questão de status que suplantava seu simples valor alimentar.” (THOMPSON, 2001, p. 181), então a dificuldade do trabalhador rural em conseguir seus alimentos, apresentava-se enquanto um estabilizador social.

Junto a esses trabalhadores em períodos sazonais, também havia os camponeses que viviam nas terras, não sendo suas, mas morando nelas durante gerações. E que com o avanço dessas políticas expansionistas de cana de açúcar tiveram seu local de moradia alterado sendo expulsos de suas casas ou sofrendo tentativa desta. E no Estado da Paraíba entre os anos de 1970 a 1996 houve mais de 200 conflitos de terras, causados por tais situações insalubres de convivência.

No litoral, a luta camponesa tem ocorrido e modo disseminado, tanto em municípios tradicionais produtores de cana, como naqueles onde o Proalcool promoveu sua expansão recente. Porém, nesses últimos sua incidência é maior. Neles até 1975, a organização do espaço baseava-se numa policultura alimentar praticada por posseiros¹²⁵ e arrendatários¹²⁶ [...] O avanço da cana [...] deu-se tanto sobre a vegetação natural quanto sobre os roçados e os sítios promovendo a expulsão/expropriação dos pequenos produtores rurais. A resistência camponesa ao avanço da cana e consequente expulsão/expropriação, deu origem de repercussão internacional, como o conflito de Camucim¹²⁷ (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 279)

¹²⁵ O posseiro é aquele camponês que usufrui a terra para plantar agricultura de sua subsistência.

¹²⁶ “O pequeno camponês-arrendatário é obrigado a arrendar uma parcela de terra para se alimentar. É o chamado arrendamento para comer ou de fome. Nas pequenas parcelas de terra, o arrendamento de cada hectare é, em geral, consideravelmente mais elevado do que nas grandes áreas.” (Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/ostrovitianov/1959/manual/12.htm> Acesso em: 19 de Maio de 2020)

¹²⁷ Mais a frente iremos desenvolver análise referente ao Conflito em Camucim.

Assim como no litoral, o avanço da cana deu-se nas demais regiões, em que a cana seguiu seu caminho de expropriação e expulsão. Na região do Sertão a luta pela terra junta-se à luta contra a seca. Os conflitos de terra, em suma, estouraram no estado em sua maioria pela mudança drástica do seu lidar com a terra mencionada à cima com o PROALCOOL. Um dos conflitos que mais tiveram destaque e se arrastou em disputas, foi o da Grande Alagamar, em relação a esta:

até 1975, esta região conflituosa, situada nos municípios de Itabaiana e Salgado e São Felix, era formada pelas 'Fazendas Reunidas Santa Cruz', constituídas por sua vez pelas 'Fazendas Alagamar', (Urna, Salomão ou Manoel de Matos e Piacas), 'campos', 'Várzea Grande', 'Maria de Melo' ou 'Caiporã' e 'Riacho dos Currais'. Até o momento da declaração de bens, formulada pelo proprietário por ocasião do seu testamento, atribuía-se ao conjunto desses imóveis a extensão de 10.000 há, reflexo de concentração de terra nos municípios. (CANTALICE, 1985, p. 108)

Ao iniciarmos as narrativas sobre as fazendas que fizeram parte desse espectro de conflito agrário em anos de transição política, iremos dar bastante atenção à fazenda reunida em Alagamar, devido a sua forte organização popular e grande extensão fundiária, assim como a presença massiva de documentação produzida pelo SNI sobre a mesma. Pois os agentes do SNI concebiam que na organização construída em torno desse conglomerado de fazendas, que ali era uma célula em construção da subversão comunista através da retomada das Ligas Camponesas, que outrora havia sido esfacelada pela repressão, nos primeiros anos de Ditadura Militar, e que com Alagamar via sua nova formação, como podemos observar no fragmento do documento abaixo:

Figura 14 Informações sobre A grande Alagamar.

Fonte: **ARE-ACE-2015/81** Fundo SNI. Agência Recife

10. A área de maior tensão social é a Fazenda ALAGAMAR, onde são realizadas reuniões entre moradores, dirigidas pelos indivíduos JOAQUIM GUIHERMINO DA SILVA, CÍCERO TRIBURTINO, JOSÉ LEONEL DA SILVA e SEVERINO IZIDRO, nas quais o elemento MANASSÉS LUCIANO RODRIGUES fala na formação de Ligas Camponesas. Essa fazenda se encontra sob interdito proibitório, entretanto os moradores continuam plantando e não permitem a presença dos proprietários.

15. A situação criada naquela área possibilita e pode induzir a formação de uma LIGA CAMPONESA, caso persista a omissão dos órgãos competentes em adotar soluções definitivas para o problema, a antecipação de setores do clero esquerdista em face de problemas semelhantes tem se mostrado prejudicial à imagem do governo, pois qualquer que seja a solução adotada, as repercussões se tornam favoráveis aos contestadores. A forma como têm sido executadas as ver-

A Grande Alagamar ocupava os municípios de Itabaiana e Salgado de São Felix, possuindo cerca de 13.000.00 hectares divididas em 14 propriedades e 700 famílias residindo no local. Cobrindo as fazendas Alagamar, Salomão, Cavalo Morto, Furna dos Caboclos, Teju, Piacas, Maria de Melo, Riacho dos Currais e entre outras. No local, as 700 famílias eram de grande maioria nascidos e criados na fazenda. Em que construíram suas relações de emprego via contratos verbais, por meio de arrendamentos, mediante lavoura de subsistência, todavia com o avanço desses “progressos” e depois da morte do antigo proprietário, os problemas se acentuaram. Dito isso para iniciarmos a análise

sobre o conflito em si, é importante sabermos o que se passava antes da chegada do Proálcool nessa localidade.

O antigo proprietário desse imóvel destinava-o a diferentes usos: manutenção de uma parte com finalidade especulativa, desenvolvimento da pecuária subextensiva (2.000 cabeças) e exploração indireta de culturas alimentares e de um produto comercial, geralmente indicado pelo proprietário, no caso, o algodão (em fase mais recente, a cana-de açúcar em menor escala). Constituíam-se em produção de mercadorias: a criação de gado voltada, sobretudo, para a exportação e para a indústria têxtil nacional. (CANTALICE, 1985, p. 109)

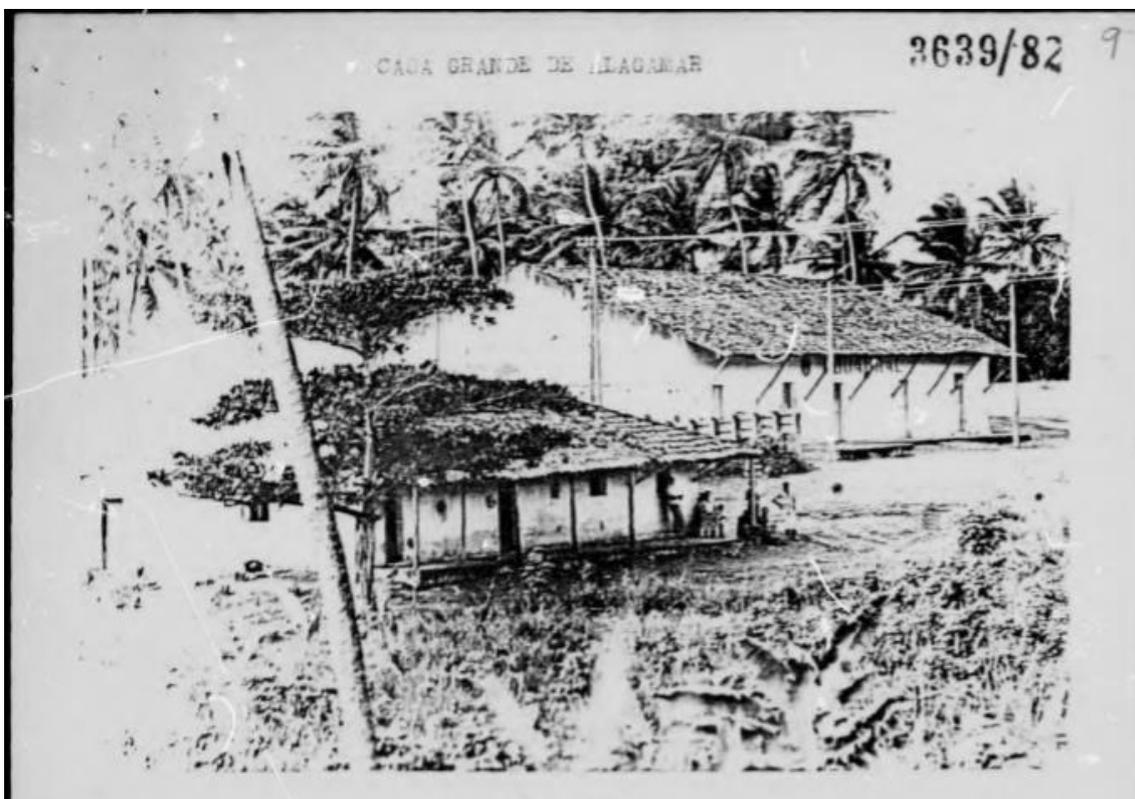


Figura 15 Imagem da Casa Grande da Fazenda Alagamar.

Fonte: ARE-ACE-3639/82 Fundo SNI. Agência Recife

As relações de divisão e desenvolvimento de Alagamar se constroem, por meio de acordo verbal com o proprietário da terra, através de seu representante. A grande Alagamar era composta de maioria de arrendatários, que viviam na terra por mais de uma década. Em que por meio de contratos verbais, pagavam o foro anualmente aos proprietários para assim seguirem nas terras. As relações de trabalho nas áreas eram marcadas pelo compadrio e paternalismo. Haja vista em que diversos depoimentos em

que os camponeses discorrem sobre a vida antes da chegada do Proálcool e morte do antigo dono em que era evidente uma boa relação com os antigos administradores, ou como “o que ocorria para acentuar a dependência e mascarar a exploração” (CANTALICE, 1985, p. 125)¹²⁸. Em depoimentos de agricultores, como o do arrendatário Manoel Bento, podemos constatar esse tipo de relação compreendida por eles enquanto amistosa. “Ele era um homem muito bom. Foi bom para tudo enquanto viveu” (MOREIRA, 1997, p. 799. apud, Comissão Parlamentar de Inquérito, 1978).

No momento de sua morte em 1975, o antigo proprietário, o Sr Arnaldo Maroja , por meio de um testamento, divide a posse de Alagamar para 46 herdeiros, os quais colocaram o imóvel logo a venda,¹²⁹ sem nenhuma consulta com os camponeses que ali residiam há décadas. Assim como a ausência de aviso prévio por parte do ex proprietário sobre tal testamento, ou a garantia dos camponeses a terra como era previsto em lei. Assim sendo, Alagamar foi vendida para usineiros e grandes proprietários de terra que podiam comprar aqueles vastos campos, assim aumentando o latifúndio. A partir dessa venda, se instaura a faísca do conflito nas terras de Alagamar. Ora antes local de relativa tranquilidade, e “não obstante, esse processo tenha início subitamente, ele não se esgota com a mesma rapidez que se instala” (CANTALICE, 1985, p. 139). Na compreensão dos agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI), esse início de conflito em torno das questões fundiário foi agitado pela Igreja católica através da Arquidiocese na figura de Dom José Maria Pires, os agentes também compreendiam que ali era uma relação de tranquilidade com o proprietário, afirmando a compreensão acerca desse mascaramento de relações desiguais de opressão:

¹²⁸ Para demais informações sobre Alagamar: CANTALICE, Dulce Maria Barbosa, Capital, Estado e conflito – Questionando Alagamar.. João Pessoa: Monografias Iplan 2, 1985.

¹²⁹ “Boa parte dos compradores eram proprietários de terras em Pernambuco, principalmente nos municípios de Timbaúba e Macaparana”(MOREIRA, 1997, p. 800)

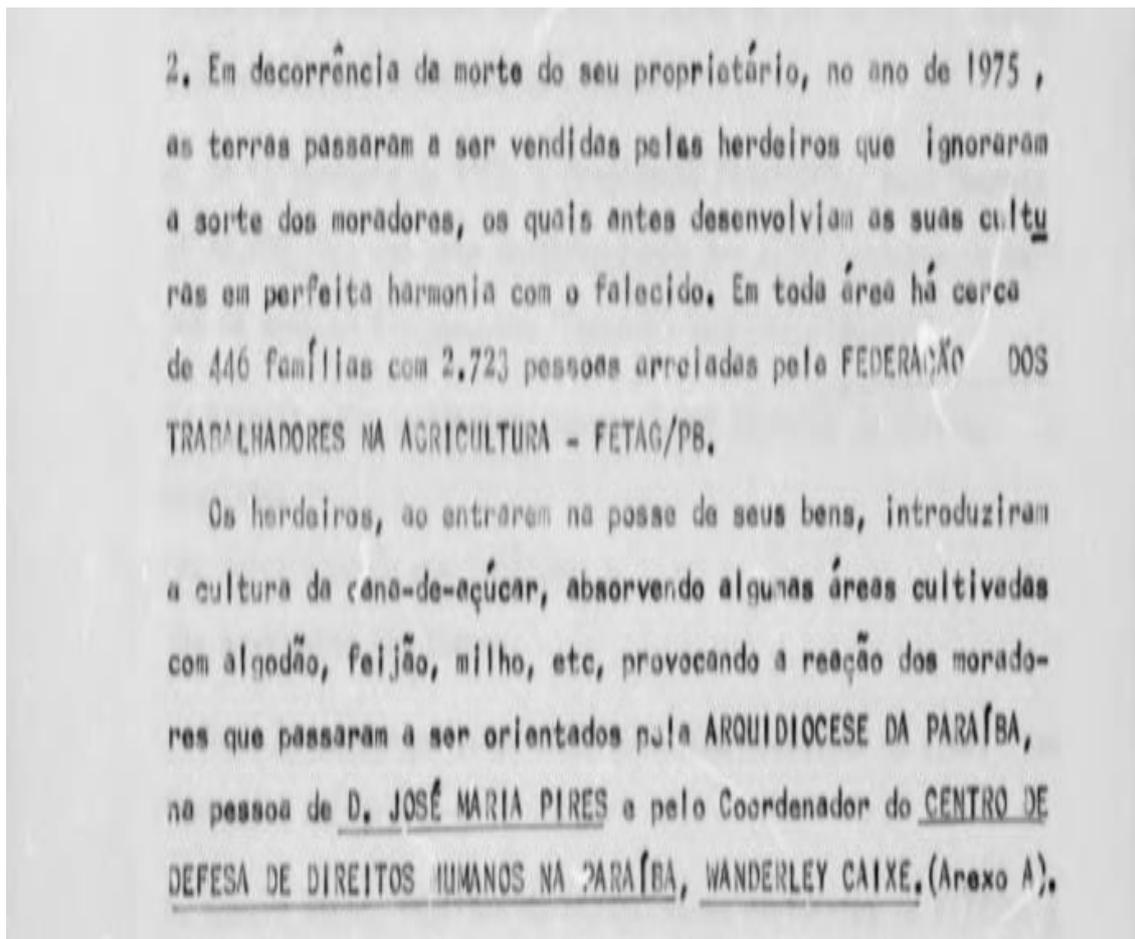


Figura 16¹³⁰Situação da fazenda pós morte do proprietário e vigilância aos religiosos.

Fonte: **ARE-ACE-898/80** Fundo SNI. Agência Recife

Essa compreensão em que os camponeses eram influenciados e seguiam a Igreja Católica será algo recorrente nos relatórios do SNI, que não dão visibilidade a autonomia organizativa dos camponeses nesse conflito. Todavia, a organização dos camponeses já existia outrora, mas nesse contexto construía suas ações juntos. Com uma relação entre a fé e luta política, como podemos perceber no trecho a seguir, de um camponês em diálogo com Dom José e freiras católicas “Oh minha irmã, a gente vive comungando nosso sofrimento por causa da terra. A gente está aqui esses dias todos comungando nosso esforço para vencer e não ser despejado.” (PIRES, 1995, p. 18). Dito isso o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, adentram no conflito para assessorar e ajudar os trabalhadores rurais nesse momento de necessidade e espoliação de suas terras pois:

¹³⁰ Os dados dos agentes do SNI acerca da quantidade de famílias, divergem dos quais usamos. Os nossos são ancorados na pesquisa desenvolvida por Emília Moreira.

desempenhou papel relevante junto aos trabalhadores de Alagamar. Desde os primeiros momentos, a Arquidiocese, através do seu Centro de Defesa dos Direitos Humanos e dos agentes da então Pastoral Rural, colocou-se ao lado dos trabalhadores, fortaleceu a sua organização, com assistência jurídica e socorro às vítimas da agressão policial. (MOREIRA, 1997, p. 807)

Assim, com o advento desse conflito, Dom José Maria Pires, enquanto Bispo da Paraíba em tempos de efervescência social escreve sua quinta carta pastoral denunciando a situação vivenciada pelos camponeses com esse conflito eminente e expulsão. Nos documentos produzidos do SNI, quando os agentes mencionam e discorrem sobre o conflito da grande Alagamar, a atuação do Bispo é corriqueiramente apontada junto a esse movimento e seu papel de influência para com os camponeses, como percebemos no documento acima. Ademais, na sua carta pastoral “Sobre o compromisso da Igreja com os fracos e oprimidos” o bispo mais uma vez coloca sua posição oficial em defesa dos Direitos Humanos causando mal estar com o estado vigente, nela com um tópico “o que é Alagamar”, em que discorre sobre o desenvolvimento do complexo de fazendas. Já nos respectivos tópicos “Nossas perguntas” e “Nossas Razões” Dom José reafirma, no primeiro:

-Quem é o agressor? Os compradores que trazem gado fora e o soltam nas terras ou lavradores que tangem e prendem o gado para que não estrague suas lavouras?

- Quem é o agressor? O comprador que planta cana nas posse dos moradores ou os que arrancam a cana para defenderem sua posse?

- quem é o agressor? O homem pacato que reside alí há 30 , 40, 50 ou mais anos ou chegante que, só pelo fato de ter mais dinheiro, se investe no direito de senhor absoluto da terra? [...]

A igreja da Paraíba tomou posição. Ela está do lado dos agricultores de Alagamar. E o faz por fidelidade ao Evangelho e por amor ao povo. Como Jesus fizemos uma opção pelo oprimidos, embora reconheçamos que estamos ainda longe de levar às consequências mais pesadas esses compromisso. (PIRES, 1978, p. 45)

Ao lado dos camponeses, a Igreja atuava através a figura de Dom José, e conseqüentemente, como um setor de grande importância e respaldo na sociedade civil, ajudando assim, na visibilidade do conflito e na denúncia à violação dos Direitos Humanos. Os camponeses, após compra das terras pelos novos proprietários, foram de imediato notificado que deveriam deixar as terras da Grande Alagamar, pois para os novos proprietários que pretendiam uma mudança drástica na localidade, era:

ao por fim ao habitat disperso comum ao sistema de morada e concentrar todos os trabalhadores num só lugar da propriedade, era, portanto, deixar a maior parte das terras contínuas livres, para que pudessem expandir seja monocultura da cana, seja a atividade pecuária (MOREIRA, 1997, p. 802)

Com a recusa dos camponeses de saírem da área de moradia sua por direito devido aos anos morados na terra¹³¹, os novos proprietários partem para a violência, seja por meio de aumento do pagamento do foro¹³² dos camponeses, ou soltar boi pelos terrenos, para assim ocasionar no pisoteio das áreas plantadas dos camponeses, como podemos observar na denúncia em carta pastoral de Dom José Maria Pires postada um pouco acima, e também mediante a prática de despejos.

¹³¹ “Em suma, os impactos da penetração do capital em Alagamar, após o seu desmembramento, se fizeram sentir através o não-reconhecimento do direito de posse pelos novos donos, da substituição das formas tradicionais de uso do solo pela monocultura da cana e pelo pasto plantado, da maior utilização de tecnologia e da tentativa de expulsão-expropriação dos camponeses”(MOREIRA, 1997, p. 803)

¹³² Pagamento de taxa anual que o camponês deve pagar ao proprietário da terra.



Figura 17 Tirinha ilustrando situação enfrentada pelos agricultores da Alagamar.

Fonte: (MAGALHÃES, 1980, p. 5)

A partir disso não havia mais espaço para uma retração do conflito eminente. As formas de reação por parte dos camponeses foi em primeiro momento apoiar em sua categoria sindical através da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG) e do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba (CDDH). Como já mencionamos no capítulo anterior o CDDH tinha um papel importantíssimo em assistência jurídica em situações como esta, de violação de direitos. Junto ao advogado Wanderley Caixe, os camponeses, em sua organização, buscaram a garantia de seus direitos. Sobre essa organização coletiva podemos compreender o que Thompson nos apresenta como o processo de luta de classes, ou classe como processo e como relação, pois:

Para dizê-los com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. (THOMPSON, 2012, p. 274)

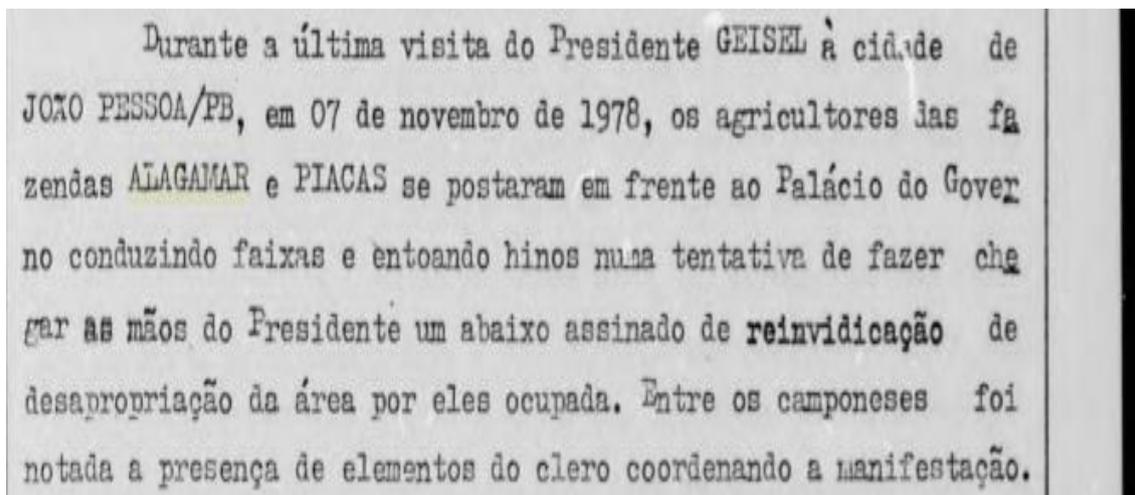
Com esse fragmento podemos compreender que o processo de organização e consciência de classe em Alagamar se dá no processo pós morte do proprietário, e a organização coletiva em torno da pauta da expropriação/expulsão e luta por permanência, todavia essa afirmativa não diz que os camponeses em sua subjetividade não possuíam a compreensão de suas dores, desafios, opressões e organização, pois “ a grande força da concepção de Thompson é ser capaz de reconhecer e explicar as operações de classe na ausência de consciência de classe”(WOOD, 2011,p. 75), ademais, em Alagamar:

durante a luta contra a expulsão/expropriação, os trabalhadores de Alagamar aprenderam a se organizar para defender seus direitos. Esta organização propiciou uma união mais consistente, capaz de sensibilizar os demais trabalhadores das diversas localidades da Grande Alagamar que passaram a apoiar e participar efetivamente das diversas formas de resistência. (MOREIRA, 1997, p. 806)

Através do meio judicial os camponeses adentraram em um campo de batalha por busca de seus direitos, assim como na resistência, ao expulsar o gado que invadiam suas terras, retiravam cercas, arrancavam as canas de açúcar plantadas, assim como ações além do ambiente rural como ocupar praça pública. Exemplo forte dessa mobilização foi na visita do então Presidente Ernesto Geisel à Paraíba, em 07 de novembro de 1978, em que os trabalhadores se posicionaram em frente ao Palácio da Redenção no aguardo do Presidente para falar sobre a situação ocorrida em Alagamar, porém não obtendo êxito, pois Geisel não disponibilizou uma audiência para com eles, todavia os camponeses publicaram uma carta sobre a situação, saindo até no *Jornal O Norte* dia após o ocorrido, a seguir podemos ver um trecho dessa carta:

Os novos proprietários invadiram nossas posses com cana de açúcar com cercas e com gado. Nós tiremos a cana de as cercas desocupamos nossas áreas. Onde nós pagamos foros tiremos o gado que destruiu nossas lavouras. Arbitrariamente foram presos 4 agricultores pelo proprietário Antônio Galvão Cavalcante Filho. Também o novo proprietário José Veloso mandou prender 4 agricultores sem motivos algum. (...) Os proprietários contrataram pistoleiros para nos amedrontar. Mais somos nós que cultivamos e plantamos nestas 12.000 hectares de terras. No dia de 31 de agosto de 1978, o proprietário Antônio Galvão Cavalcante Filho mandou os capangas dele arrancar 12 mil pés de mandioca dos agricultores que os trabalhadores haviam plantado nas posses deles e diz que não paga, está na justiça(...) Então estamos pedindo a Desapropriação a Vossa Excelência que só assim podemos viver, trabalhando e pagando nossos direitos e criando nossos filhos. Assina: Os moradores. (O NORTE< 08 de nov. de 1978, Apud, PEREIRA, 2012, p. 143)

Na ocasião em especial, os camponeses entoaram diversos cantos de indignação como forma de agitação e para propagandear suas pautas. Como podemos observar no relatório do SNI a seguir, em que novamente fica evidente o papel de visibilidade que os agentes davam ao clero nessa relação com os trabalhadores do campo:



Durante a última visita do Presidente GEISEL à cidade de JOÃO PESSOA/PB, em 07 de novembro de 1978, os agricultores das fazendas ALAGAMAR e PIACAS se postaram em frente ao Palácio do Governo conduzindo faixas e entoando hinos numa tentativa de fazer chegar às mãos do Presidente um abaixo assinado de reivindicação de desapropriação da área por eles ocupada. Entre os camponeses foi notada a presença de elementos do clero coordenando a manifestação.

Figura 18 Visita do Presidente Ernesto Geisel e movimentação dos agricultores.

Fonte: ARE-ACE-061/79 Fundo SNI. Agência Recife

Um dos resultados além da desapropriação de 2.000 hectares que falaremos a seguir, foi que a partir dos cânticos dos camponeses em luta, esses serviram como inspiração para a produção da Cantata para Alagamar¹³³, que através da música serviu de agitação e propaganda para um público maior acerca do queera vivido na Grande Alagamar.

O tamanho da mobilização sobre Alagamar foi tão intensa, que Dom José Maria Pires, conseguiu, através do seu respaldo como Bispo, trazer para o Estado da Paraíba, todos os Bispos do Nordeste para visitar Alagamar e ajudar a visibilizar a lutas travadas em Alagamar. Durante a referida visita, todos os bispos saíram em marcha pela área da fazenda com galhos, tangendo os gados que ali ocupavam as terras dos trabalhadores,

¹³³ “A Cantata pra Alagamar. Decidido a dar maior visibilidade à luta dos agricultores pelo direito de permanecer na terra, D. José buscou a parceria com José Alberto Kaplan (um judeu argentino, compositor, maestro e professor da UFPB) e Waldemar José Solha (um paulista ateu, escritor, ator, artista plástico e bancário). Ambos residentes na Paraíba, já eram respeitados por suas obras premiadas em concursos nacionais e contribuições para a cultura local. No texto de apresentação, comemorando a diversidade de crenças envolvida na construção da obra, D. José escreveu: “...apesar da existência de tantas ideologias e religiões que se opõem e combatem, há um denominador comum em torno do qual as pessoas poderiam somar. Esse denominador tem nome: chama-se Serviço do Povo.” (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 670).

“todo esse cerimonial foi realizado à revelia dos policiais instalados no imóvel que tentaram impedir a solenidade, ameaçando acionar bombas de gás lacrimogêneo.”(MOREIRA, 1997, p. 807). Nesse mesmo episódio, ao perceber essa violência, Dom Hélder Câmara repele as ações dos policiais para com os camponeses, ao enfrentar o tenente da época, Dirson Clementino, sendo noticiado nos *Jornal do Comércio*:

Pires e questão agrária.



Figura 19 Trecho de jornal sobre Dom José Maria Pires e questão agrária.

Fonte: ARE-ACE-898/80 Fundo SNI. Agência Recife

Quatro bispos, à frente Dom Hélder Câmara, lideraram ontem os camponeses de Alagamar, na Paraíba, na tarefa de expulsar quatrocentas rezes do fazendeiro Valdomiro Coutinho, que haviam invadido uma área de lavouras, onde está localizado o maior foco de tensão social naquele Estado. Dom Hélder Câmara (Olinda e Recife), Dom José Maria Pires (João Pessoa), Dom Francisco Austragésilo (Afoçados da Ingazeira, PE) e Dom Manuel Pereira (Campina Grande), chegaram de manhã à área do conflito de terras, ultrapassando várias barreiras formadas por PMs, mas sem serem impedidos. Logo em seguida, os quatro bispos fizeram um sermão, em que aconselharam os camponeses a "não esmorecerem diante das pressões" contra a sua permanência nas terras disputadas com os fazendeiros. Acabado o sermão, Dom

Figura 20 Continuação do fragmento de jornal.

Fonte: ARE-ACE-898/80 Fundo SNI. Agência Recife

da a imprensa, que não permitira em Alagamar qualquer ação subversiva, sejam elas desenvolvidas por camponeses, proprietários de terras "ou por quaisquer outras pessoas". E anunciou que manterá o policiamento em toda a área conflagrada. Burity disse que se retirar os soldados, as disputas de terras, com certeza, terminarão em luta armada.

Figura 21 Continuação do fragmento de jornal.

Fonte: ARE-ACE-898/80 Fundo SNI. Agência Recife

os fazendeiros. Acabado o sermão, Dom José Maria Pires foi o primeiro a arregacar as mangas, apanhar um cacete e iniciar a expulsão das rezes, sendo aconselhado por um oficial a desistir da iniciativa. Mas ele insistiu, dizendo que se tratava de um ato "meramente simbólico". Pouco depois, todos os camponeses passaram a tanger o gado. O oficial dispersou os soldados, que passaram a observar tudo à distância, procurando evitar incidentes.

Na capital, o governador Tarcísio Burity, ao tomar conhecimento da presença dos quatro bispos encorajando os camponeses, declarou, em nota distribuída à Imprensa, que não permitirá em Alagamar qualquer ação subversiva, sejam elas desenvolvidas por camponeses, proprietários de terras "ou por quaisquer outras pessoas". E anunciou que manterá o policiamento em toda a área conflagrada. Burity disse que se retirar os soldados,

Figura 22 Continuação do fragmento de jornal.

Fonte: ARE-ACE-898/80 Fundo SNI. Agência Recife

Nesse fragmento podemos observar as ações dos clérigos juntos aos camponeses e o papel de pressão institucional que os mesmos possuíam, haja vista que conseguiam passar pelas barreiras policiais e dar seus sermões. No decorrer do conflito da Grande

Alagamar, a participação desse setor ligado aos Direitos Humanos da Igreja Católica foi forte, corriqueiramente os padres envolvidos nesse conflito eram fichados e seus nomes mencionados nos relatórios do SNI. Os religiosos estrangeiros eram os que mais sofriam ofensas por parte dos meios policiais e de imprensa, pois era qualificados como agentes da subversão internacional, provocadores do comunismo, e demais adjetivos que rondavam esse contexto de guerra fria. Essas e outras ações eram usadas para neutralizar ações dos bispos nessa localidade.



Figura 23 Dom Helder Câmara em ação de expulsão do gado da terra dos camponeses de Alagamar.

Fonte: **ARE-ACE-898/80** Fundo SNI. Agência Recife

Com essa ação dos Bispos contra os desmandos arbitrários em Alagamar, o fogo cruzado sobre as ações desses em Alagamar centralizadas na figura de Dom José agravou-se ainda mais, sendo atacado pelo Secretário de Segurança da Paraíba e conseqüentemente dos donos de Alagamar. Em relação a essa perseguição em específico aos membros do Clero iremos nos deter mais no próximo tópico deste capítulo.

Aconteceram até prisões do mesmo, como no caso da Irmã Marlene, porém, no que concernem às agitações sociais na localidade, os camponeses vinham sofrendo

investidas intensas dos jagunços e da Polícia Militar dentro da Grande Alagamar, em que os trabalhadores seguiam firmas na busca de sua permanência na terra, pois “além da proteção do aparelho repressor policial, os proprietários de Alagamar também contaram com o apoio do judiciário” (MOREIRA, 1997, p. 811) isso atenuando ainda mais o cenário desigual de forças em disputa. Caso não houvesse a ajuda intensa dos membros ligados a Arquidiocese da Paraíba, juntamente com a Fetag, os camponeses iriam perder a disputa com os proprietários.

Além das ações desses dois setores da sociedade civil mencionado acima, o caso da Grande Alagamar tomou grandes proporções no Estado, sendo noticiado em diversos meios de comunicação e entrando no seio de outras localidades fora do meio rural. Em consequência dessa intensa mobilização da sociedade civil em 08 de novembro de 1978 o então Presidente Ernesto Geisel por meio do Decreto nº. 82.614, desapropriou 2.000 hectares de área de Alagamar para os camponeses, dos 13.000 totais, as áreas que estavam dentro desse número constituía as fazendas principais Alagamar e Piacas. Mas, essa desapropriação não era o que os camponeses precisavam e reivindicavam, haja vista que haviam outras fazendas na Grande Alagamar que careciam de desapropriação. Todavia, simbolizou uma vitória, mas deixada uma vasta preocupação no ar, pois como 2.000 hectares caberiam cerca de 250 famílias? Como podemos ver abaixo no documento intitulado “Tensão social Fazendas reunias Alagamar”.

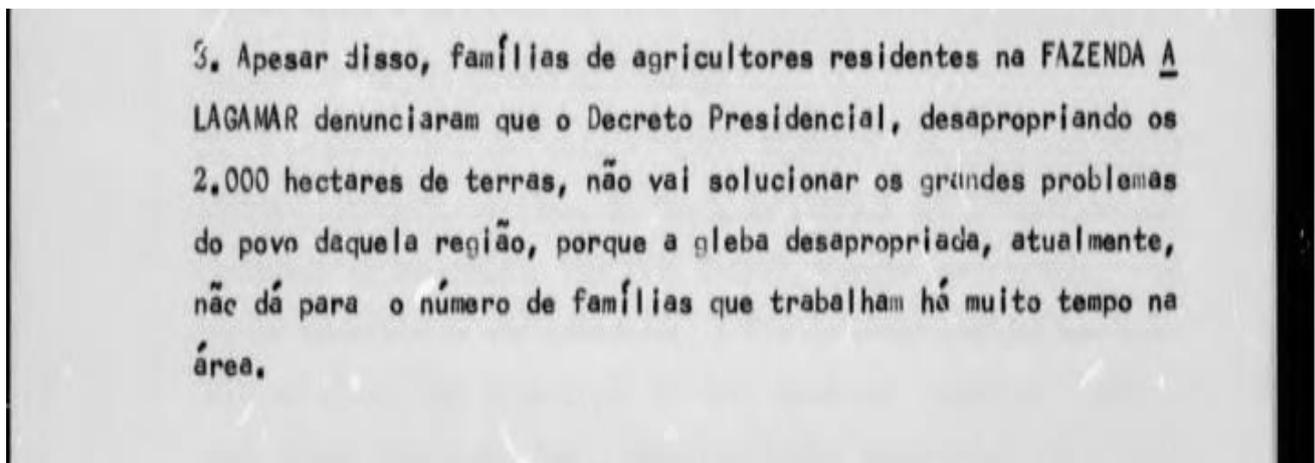


Figura 24 Agentes do SNI em vigilância as atividades na Grande Alagamar.

Fonte: **ARE-ACE-898/80** Fundo SNI. Agência Recife

Em março de 1980, os camponeses de Alagamar e Piacas, fazendas da Grande Alagamar, encaminham pedido ao INCRA para que obedecam os critérios de 25,0 hectares de afastamento dos ex-proprietários e distribuição do lotes, “em virtude das

atitudes violentas deles contra os agricultores. Reforçavam ainda a reivindicação que vinha sendo feita desde 1977, no sentido de desapropriação de toda área da Grande Alagamar”(MOREIRA, 1997, p. 817) . Sobre essas desapropriações, segundo relatório do SNI, de 14 de setembro de 1982, após luta contínua pelo seu Direito em constituição, os camponeses:

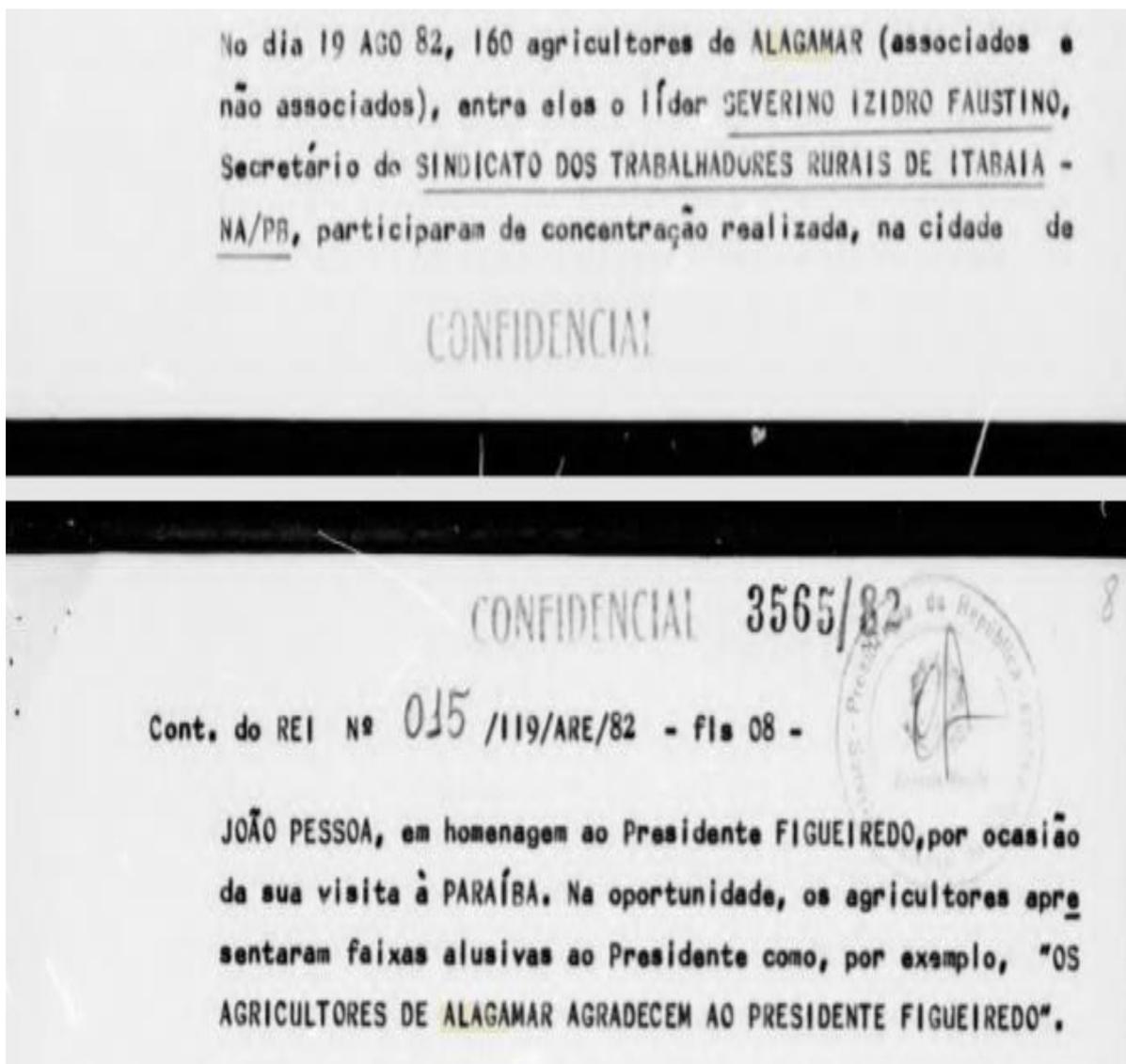


Figura 25 Movimentação camponesa em Alagamar. Movimentação camponesa em Alagamar.

Fonte: ARE-ACE-3565/82 Fundo SNI. Agência Recife¹³⁴

Todavia com essa desapropriação os conflitos e problemas não cercearam, assim como a vigilância que seguiu constante à Região da Grande Alagamar. No desenvolver

¹³⁴ Alusão ao decreto de 13 de novembro de 1979, onde Figueiredo assina decreto nº 84.205., alterando o único artigo do decreto anterior o 82.614 corrigindo e desapropriando a área de Piacas.

do ano da desapropriação, 1978, houve uma certa lentidão na regularização da área pelo governo federal, em que o INCRA demorava em efetivar a emissão da posse da terra aos trabalhadores, isso ocasionando protestos em frente à Assembleia Legislativa, em João Pessoa, para pressionar essa aceleração do processo, assim como denúncia da Arquidiocese e Fetag ao engavetamento do processo de desapropriação. Em 1979 os proprietários soltaram gado, destruindo as roças dos trabalhadores, e “um vaqueiro conhecido pelos agricultores como um jagunço a serviço dos donos, tentou alvejar com tiros de revólver um dos trabalhadores de Alagamar” (MOREIRA, 1997,p. 815), além de uma atitude truculenta dos proprietários, que tentando evitar acesso dos trabalhadores ao Rio Paraíba, impossibilitando assim os camponeses de seguirem sua coleta de água, a qual já praticavam há bastante tempo, passam uma cerca em torno do Rio, como podemos ver na figura 26 e 27. Isso colocando mais fogo ainda no conflito.

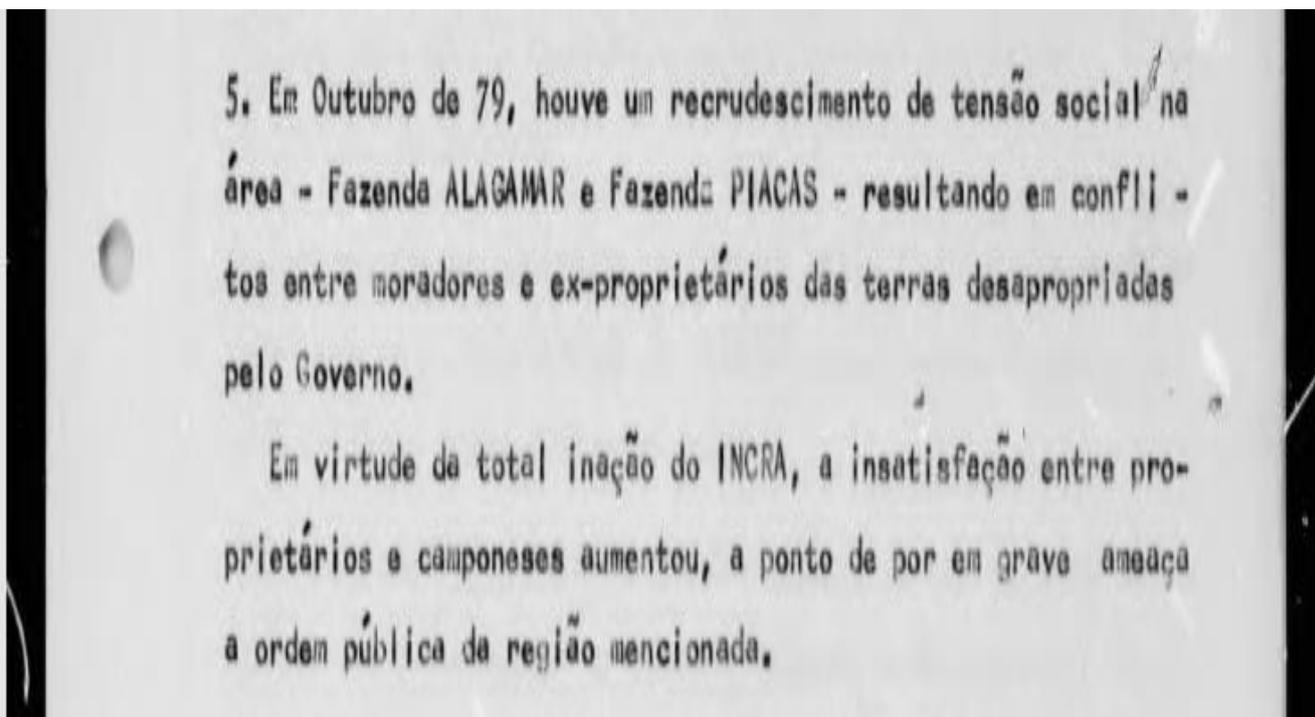


Figura 26 Momento de tensão policial em Alagamar.

Fonte: **ARE-ACE-898/80** Fundo SNI. Agência Recife



Figura 27 Recorte de jornal com imagens da tensão em Alagamar.

Fonte: ARE-ACE-741/80 Fundo SNI. Agência Recife



Figura 28 Matéria referente ao cercamento de área dos camponeses pelos proprietários desapropriados.

Fonte: ARE-ACE-471/80 Fundo SNI. Agência Recife



Figura 29 Continuação da matéria do impasse na área desapropriada em Alagamar.

Fonte: **ARE-ACE-471/80** Fundo SNI. Agência Recife

A vigilância em torno da pauta Alagamar era extensa, os agentes de informação vigiavam além do conflito e sua área geográfica, assim também praticam vigilância nas atividades do meio urbano que de algum modo ajudassem na denúncia e visibilidade do que acontecia em Alagamar, como exemplo a seguir:

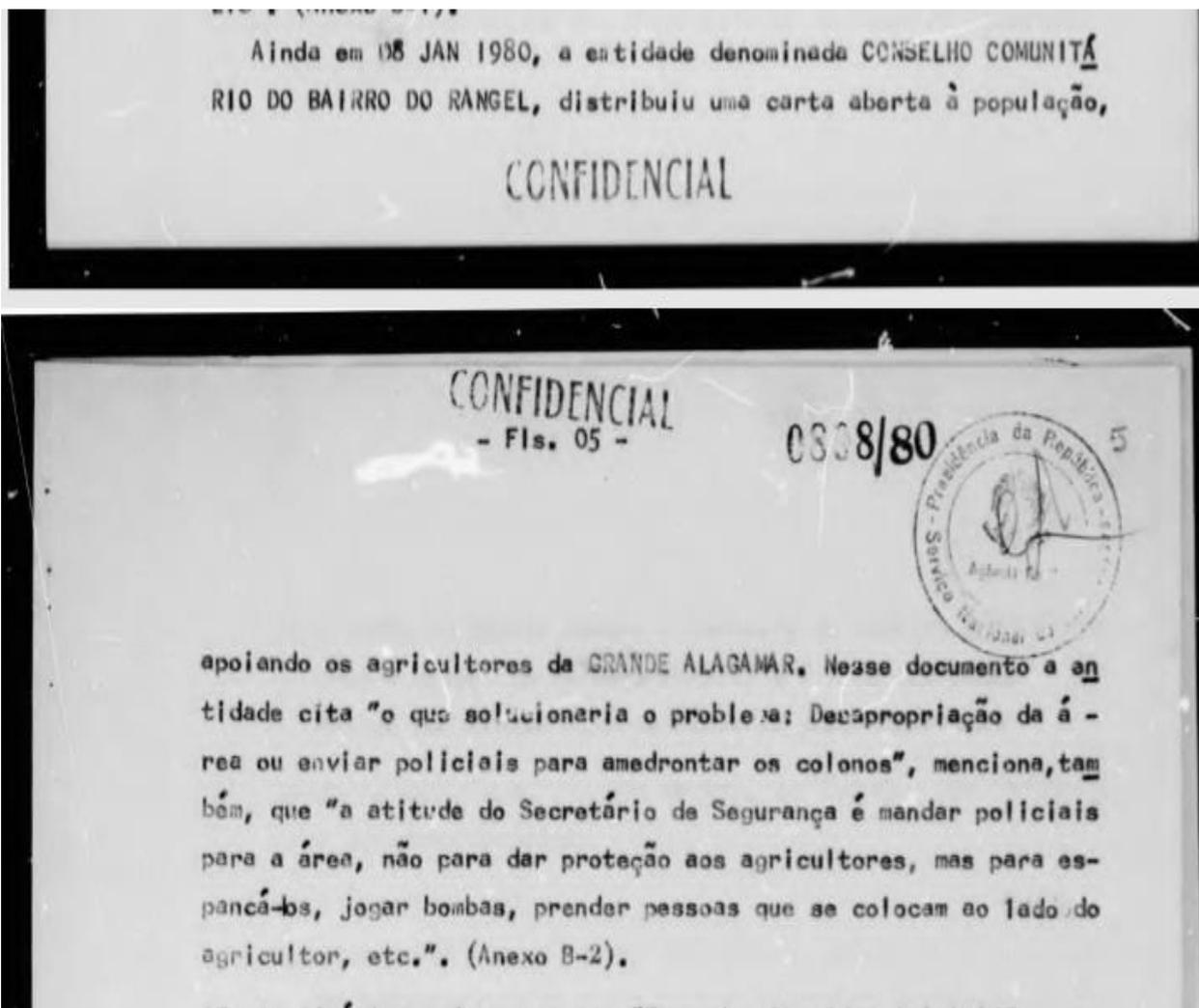


Figura 30 Vigilância do SNI a ação comunitária da sociedade civil a Alagamar.

Fonte: **ARE-ACE-898/80** Fundo SNI. Agência Recife¹³⁵

É importante compreendermos que ao vigiarem o máximo de ações possíveis, o Serviço Nacional de Informação e suas agências espalhadas pelo Brasil, conseguiam ter uma noção do que acontecia no país e no que concerne aqui no Estado da Paraíba, para trabalharem em uma busca de controle das ações da sociedade civil e assim agirem para os fins desejados. No trecho acima, podemos ver a denúncia de envio de policiais para o local, corroborando com a fala dos próprios agentes do serviço na figura 33, onde, após visita do agente do SNI é pedido apoio da Secretaria de Segurança para o local, muitas vezes as ações de resistência dos camponeses, como expulsão dos animais, ou vigílias e seus “mutirões eram proibidos e impedidos pela polícia de serem realizados [...] mesmo

¹³⁵ A escolha desse documento teve forte escolha pessoal, pois o bairro em questão é o que eu moro e que eu vivi quase toda a vida.

com as ameaças dos capangas, e após a violenta repressão policial seguida de prisões e espancamentos” (MOREIRA, 1997, p. 784).

Junto à violência acima descrita, as ações de cercamento expostas figuras acima fazem o conflito de Alagamar novamente entrar nos círculos da mídia, como podemos observar nas figuras anteriores. Ademais, as lutas das fazendas que compunham a Grande Alagamar, o clima de tensão era forte, seja pelo aparato militar, mas também pelo terror psicológico que já vinha sendo efetivo para os camponeses com a constante possibilidade de ficarem sem teto e terra. Mesmo com a desapropriação das áreas de Piacas e Alagamar, a luta seguiu na Grande Alagamar e com isso a vigilância dos Serviço Nacional de Informação.

E uma dessas fazendas que sofreram uma forte repressão e presença da violência institucionalizada da polícia foi a Maria de Melo, ou Piacas, localizada no município de Salgado de São Felix, nela:

foi instalado um verdadeiro aparato policial constituído de cerca e 250 policiais armados de fuzis, metralhadoras, bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes, sem falar nas viaturas e posto de rádio transmissor sintonizados com as cidades de Itabaiana, Pilar, Salgado de São Felix e com a capital do Estado. A permanência dos policiais, além de intimidar e reprimir os agricultores, dava garantias aos capangas do proprietário que circulavam fortemente armados, com o pretexto de proteger o gado que pastava nos roçados dos arrendatários. (MOREIRA, 1997, p. 810)

Maria de Melo, popularmente conhecida como fazenda Caipora, compunha uma área de 758,0 hectares, e era um latifúndio de exploração, fazendo parte da Grande Alagamar. No relatório de 24 de julho de 1978, os agentes do SNI em documento intitulado Reorganização de Ligas Camponesas em Mogeiro e Itabaiana / PB trazem nomes dos líderes sindicais organizados nessa localidade com a clara intenção de vigilância e controle da emergência da sociedade civil naquela localidade:

- Em SALGADO DE SÃO FELIX/PB

GENESIO LUIZ NEVES (Vereador - em 1964 chefiou um grupo das Ligas Camponesas), JOSÉ JUSTINO DA SILVA, JOÃO JUSTINO DA SILVA, ANTONIO BASTOS, CÍCERO TRIBURTINO, SEVERINO CABRAL DE MELO, SEVERINO IZIDRO, BENEDITO PEDRO DA SILVA, PEDRO JOSÉ DE ARAUJO, MANOEL AMANCIO, JOÃO CORRÊA DE ARAÚJO, JOSÉ JUSTINO NETO, OTÁVIO CORREIA DE ARAUJO, MANOEL PEDRO GONÇALVES FILHO, JOSÉ ANDRÉ FILHO, SEVERINO ANTONIO, JOÃO INÁCIO, JOSÉ BARBOSA DE OLIVIERA (vulgo "CA - CHORRINHO"), JOAQUIM GUILHERMINO DA SILVA, SEVERINO JORDÃO NEVES e ANTONIO BARBOSA DE OLIVEIRA.

Figura 31 Lista de líderes sindicais em Salgado de São Felix/ PB.

Fonte: ARE-ACE-2015/81 Fundo SNI. Agência Recife

Após a já mencionada venda das terras e a não aceitação passiva de expulsão dos trabalhadores do lugar, em 26 de dezembro de 1979 o conflito se acirra no local, pois animais para abate foram soltos no local das plantações dos camponeses, havendo a morte de três desses, que foram usados pelo proprietário como argumento para a vigilância constante de jagunços e polícia no local. Em 28 de dezembro do mesmo ano a tensão se acirra:

Três homens, ocupando um Volks branco, e dizendo-se jornalistas, anunciaram a visita do Governador do Estado à área em litígio. Paralelamente, outra notícia foi levada aos órgãos de segurança, informando que 70 pistoleiros estariam organizados para obrigar o gado a entrar nos roçados dos trabalhadores de Maria de Melo (MOREIRA, 1997, p. 782)

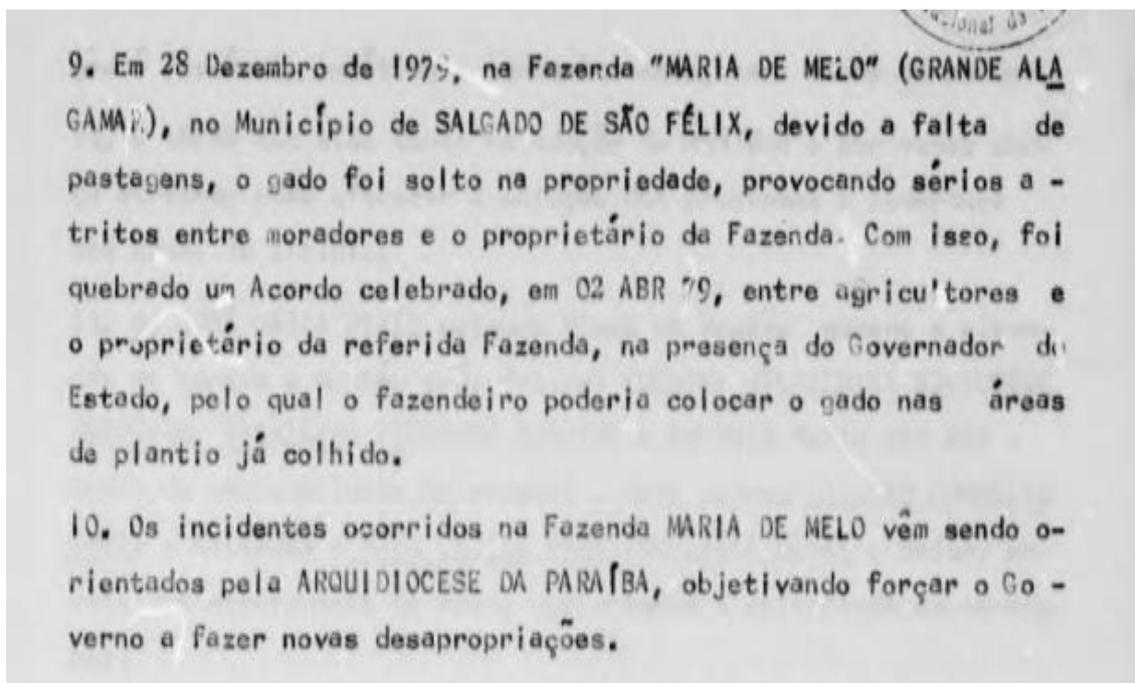


Figura 32 Relatório sobre a Fazenda Maria de Melo.

Fonte: **ARE-ACE-898/80** Fundo SNI. Agência Recife

Os agentes do SNI seguiam de perto os conflitos e nuances envolvendo A Grande Alagamar e suas fazendas, como podemos observar acima, assim como confirmando sua compreensão que esses camponeses eram guiados pelo clero, todavia a necessidade da desapropriação era uma pauta latente dos camponeses, com ou sem a ajuda da Arquidiocese paraibana, mas vale ressaltar que a ajuda dos advogados ligados a ela foi certa e necessária nesses momentos, como nos traz Cantalice, ao fazer um comparativo com o Advogado da Fetag e suas hesitações ambíguas, enquanto o advogado do CDH seguia firme pelos camponeses:

Pode-se constatar que à conduta do advogado do CDH à época diferia completamente da acima exposta¹³⁶. Enquanto mantinha-se firme na sua posição de apoio incondicional aos agricultores que assessorava, permanecia na orientação do caso sempre coerente, avançando no seu conceito legítimo, respaldado pela Igreja. Extrapolando o campo de simplesmente legal e jurídico. (CANTALICE, 1985, p. 230)

Com essa situação, os trabalhadores esperando o governador, após essa afirmação, se surpreendem com um forte contingente policial que de forma truculenta os atacam, intensificando a mobilização contra a violação dos seus direitos. Virando

¹³⁶ Essa é a ação hesitante do advogado da Fetag.

uma terra sitiada pela polícia, ocorrendo assim várias prisões e conflitos, inclusive de membros da Igreja Católica:

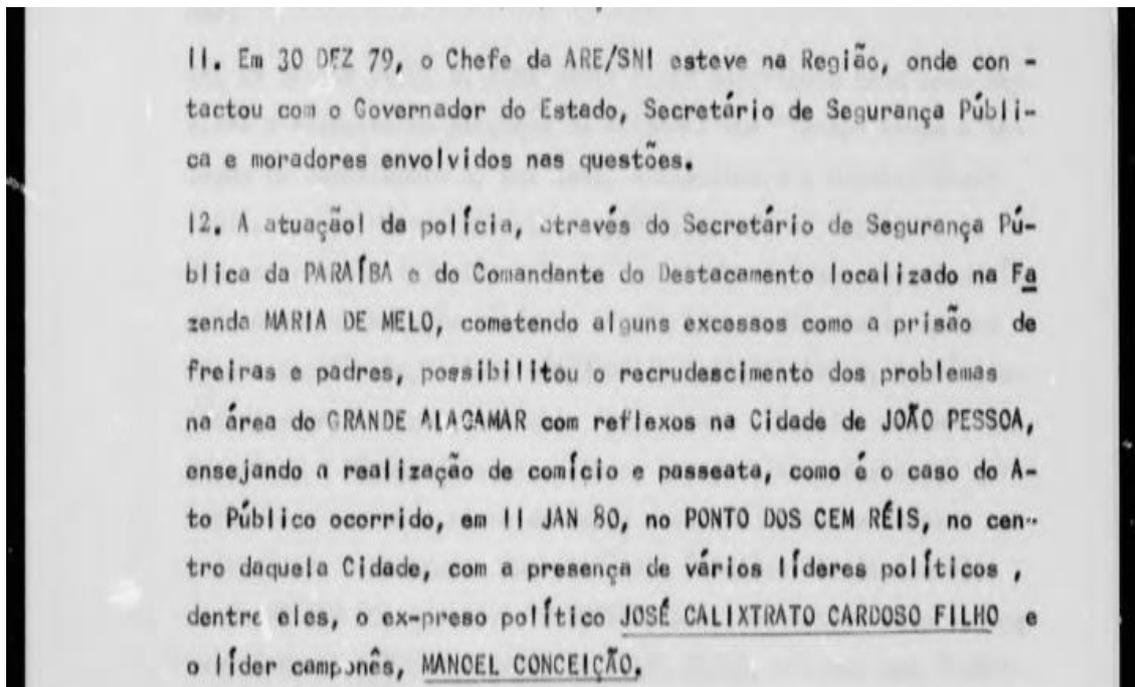


Figura 33 Presença de policiais na Fazenda Maria de Melo.

Fonte: ARE-ACE-898/80 Fundo SNI. Agência Recife

Aqui conseguimos constatar a vigilância e interferência do SNI, como acima denota o chefe da ARE/SNI, ao visitar Maria de Melo, contata os policiais, assim fortalecendo esse estado de policiamento e conflito. Ainda no documento acima mencionado a um fator interessante sobre a força de ação dos camponeses em Maria de Melo, impulsionados, pelo ex-dono da área rural, que busca agilizar o processo de desapropriação através do INCRA. Após a resistência dos camponeses, o proprietário diz aos agentes do SNI:

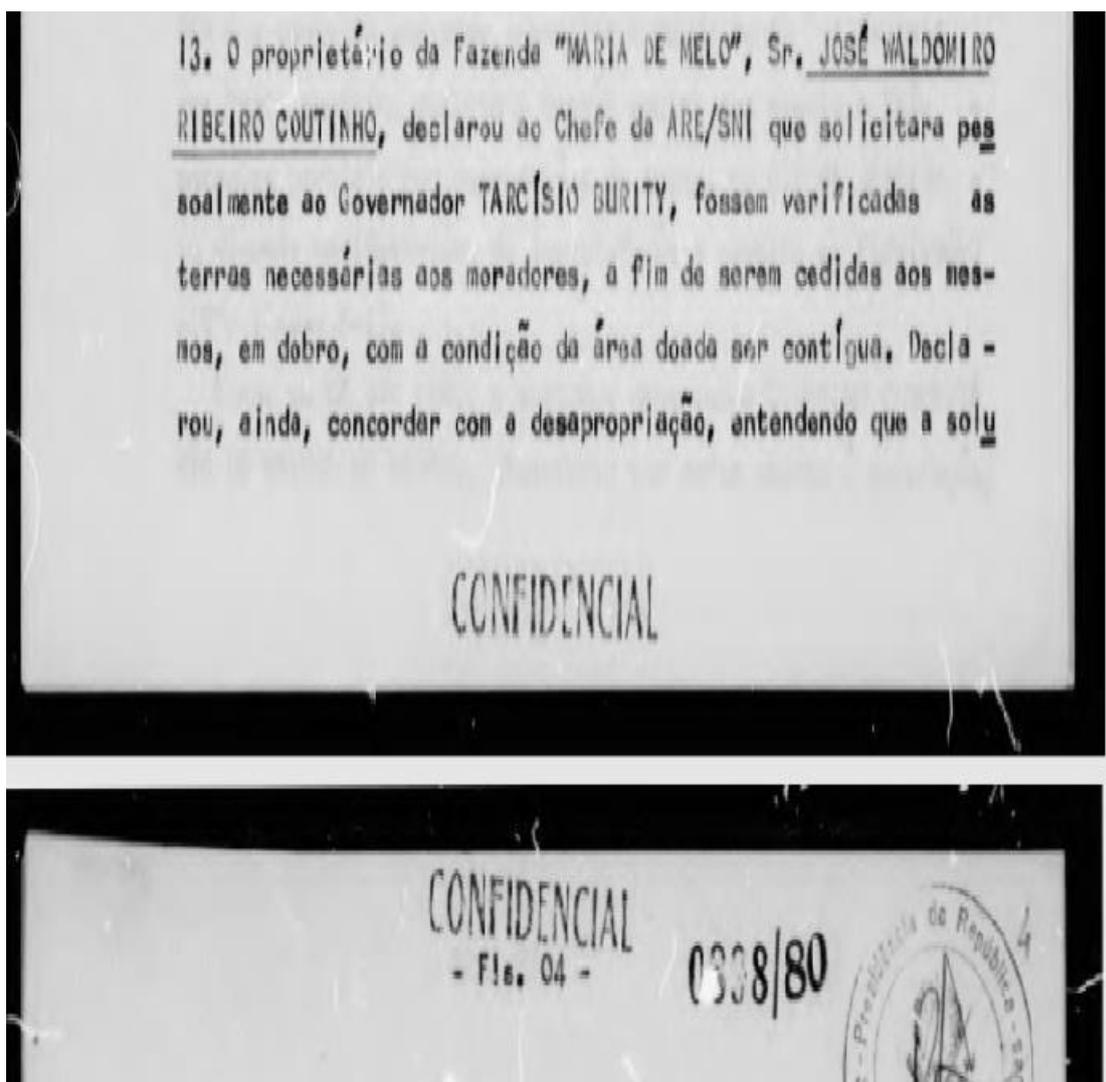


Figura 34 Fala do proprietário da fazenda Maria de Melo.

Fonte: **ARE-ACE-898/80** Fundo SNI. Agência Recife

Em fevereiro de 1980, após todos esses processos, o governo federal comprou a fazenda Maria de Melo por meio do INCRA com dinheiro proveniente do Pró Terra e da Fundação de Previdência Privada da Terra (Funterra)¹³⁷, tornando-se uma cooperativa pertencente ao Projeto reunido Alagamar, ou seja, a Cooperativa de Agricultores de Alagamar (COAGRAL), com 1.137,0 hectares e 198 famílias. Porém, mesmo com a desapropriação da terra, isso não implica a ausência de vigilância do SNI, pois ainda vivíamos em períodos de ditadura militar, mesmo estando em transição política, como podemos ver nesse documento de maio de 1981, “Atuação nas áreas de

¹³⁷ Compra de terras para a Reforma Agrária pelo Governo Federal.

tensão fundiária”, em que vigiam as atividades nas fazendas, onde se vê a utilização dos jargões usados pelos militares, como radicais:

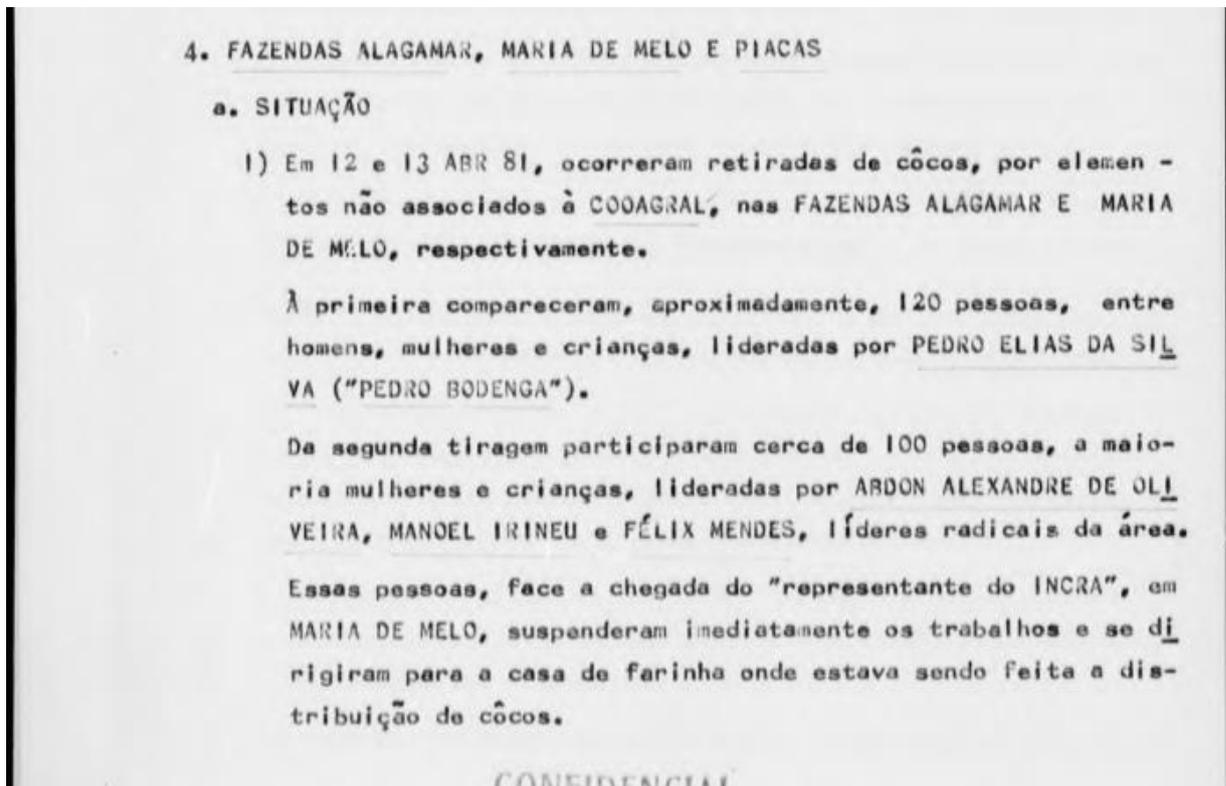


Figura 35 Situação das Fazendas Alagamar, Maria de Melo e Piacas.

Fonte: ARE-ACE-1705/81 Fundo SNI. Agência Recife

Ou seja, mesmo com o fim do conflito, na sua fase mais intensa que era a luta pela desapropriação e expulsão, as atividades desenvolvidas pelos agentes do SNI nessas áreas eram contínuas, encontramos documentos de 1982 ainda com vigilância das ações nessas localidades da Grande Alagamar,¹³⁸ suas organizações e desenvolvimentos de trabalhos. Como podemos ver a seguir:

¹³⁸ Iremos nos deter mais informações sobre essa vigilância no próximo item referente a vigilância ao Clero e apoiadores, pois pode parecer dois assuntos distintos, mas os documentos aqui pesquisados trazem conjuntamente a ação do clero e as movimentações no campo.

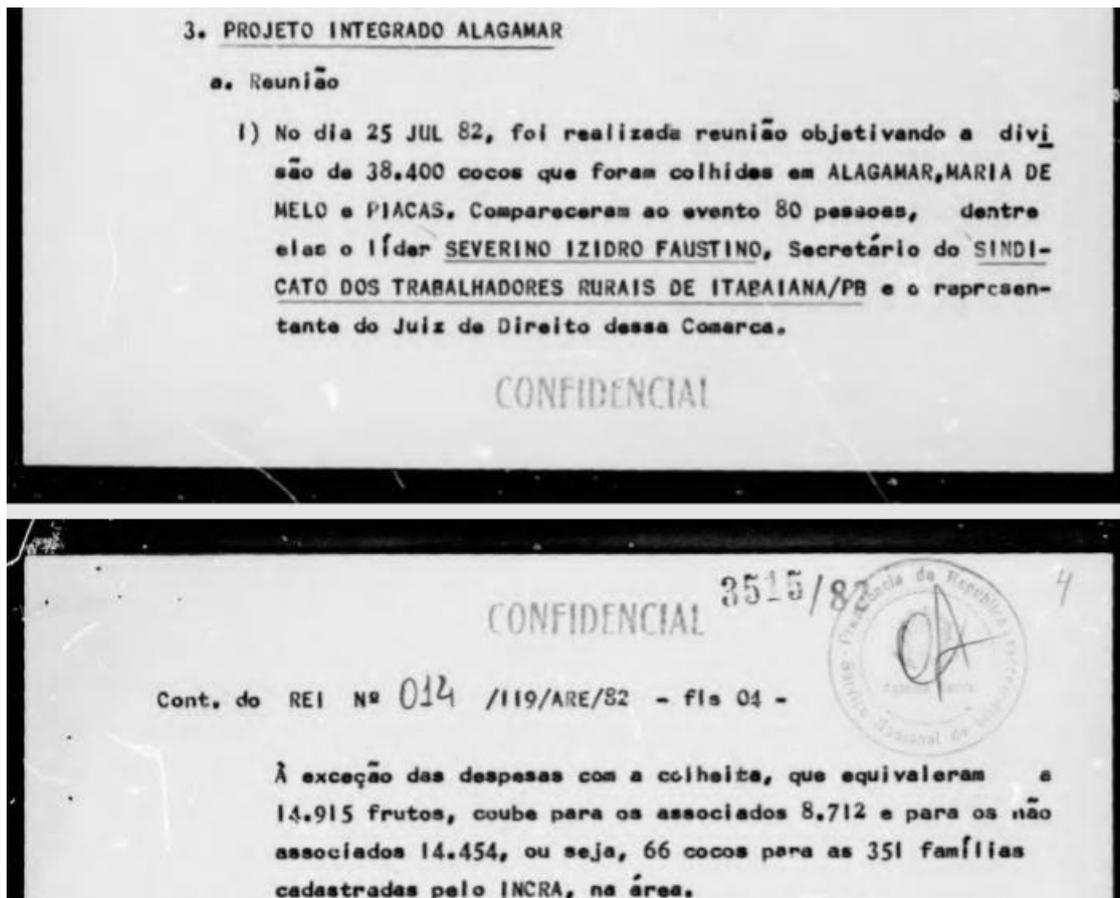


Figura 36 Projeto integrado Alagamar – vigilância de reunião.

Fonte: ARE-ACE-898/3515/82 Fundo SNI. Agência Recife

Mesmo que em algumas fazendas reunidas na grande Alagamar tenham alcançado a desapropriação e relativa baixa na luta política organizada em torno dessa pauta, na Fazenda Riacho dos Currais, localizada em Salgado de São Felix, ou seja, dentro da Grande Alagamar, ainda seguia na luta pelos seus direitos básicos de permanecer na terra, até a venda, em 1979, era administrada por cerca de 57 famílias de arrendatários.

Assim como as demais fazendas em conflito, Riacho dos Currais lutava contra a presença constante da ameaça e expulsão. Em reunião da Fetag com o proprietário, em 8 de fevereiro, juntamente com os poderes da sociedade política através do secretário de Segurança Pública do Estado e demais, para chegar a uma conclusão em torno da desapropriação de 70,0 hectares de área.

Tal acordo, porém não foi suficiente para por fim às arbitrariedades e perseguições efetuadas pelo administrador e por capangas instalados no imóvel. Em março de 1980, a Fetag denunciou o agricultor Manoel Joaquim Vasconcelos sofrera agressões físicas por parte dos prepostos

do proprietário, que também proibia que os trabalhadores apanhassem capim e se reunissem. (MOREIRA, 1997, p. 790)

Sobre o acirramento desse conflito e a vigilância das movimentações no local, temos um relatório da Secretaria de Segurança de 23 de setembro de 1980, que vigia a nomeação do advogado Wanderley Caixe para o cargo de assistente jurídico do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Itabaiana, em que a jurisdição abrangia outros municípios como Salgado de São Felix, para assessorar os camponeses em momento de conflito. No documento em questão é dito que Wanderley influenciava nas mobilizações de modo distorcido, como podemos observar abaixo:

- 7)-Pinas das primeiras providências levadas à efeito por WANDERLEY CAIXE, foi reunir um grupo de moradores da Fazenda Riacho dos CURRAIS com o intuito de entregarem uma carta ao Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), Sr. ALVARO DINIZ, denunciando os fatos, de modo distorcido, ao mesmo tempo em que procuraram os jornais de JOÃO PESSOA/PE, a fim de publicarem aquela carta-denúncia (ANEXO 02).
- 8)-Quando da visita aos jornais, foram identificados WANDERLEY CAIXE, MA NOEL FRANCISCO (Principal mentor do movimento na Fazenda Riacho dos Currais) REI DA SILVA, ANTONIO "TERRÃO", JOSE RAIMUNDO, JOSE NENEM DA SILVA, GEOVA CAETANO BARBOSA, JOS FRANCISCO DA SILVA e JOAO DE GREGORIO (ANEXO 03).
- 9) Afastamento e encaminhamento de id. ... comitiva a JOÃO PESSOA

Figura 37 Vigilância as ações dos leigos e religiosos nas fazendas.

Fonte: ARE-ACE-1383/80 Fundo SNI. Agência Recife

A “denúncia” feita no relatório acima sobre distorção, provocada por Wanderley Caixe, é referência a uma nota divulgada pelos agricultores denunciando a situação de maus tratos acima mencionada, a qual trazia a declaração de presença de pistoleiros e violência na fazenda, e que foi assim divulgada no Jornal Correio da Paraíba:



- ameaças de expulsão gera novas tensões em Alagamar

A fazenda Riacho dos Currais, parte integrante da Grande Alagamar, situada no município de

surge o medo de que a situação venha a ser cumprida pela força policial, o que provocará graves

Figura 38 Anexo do Jornal Correio da Paraíba presente no relatório sobre movimentações em Riacho dos Currais.

Fonte: **ARE-ACE-1383/80** Fundo SNI. Agência Recife

Ao sinalizarem nos documentos que era distorcida as informações para os órgãos da sociedade civil, aqui no caso o Jornal Correio da Paraíba, podemos compreender uma busca para a continuação do controle da saída de informações e também de manter a legitimidade do governo para a opinião pública, haja vista que a própria vigilância em si era uma maneira de controlar a situação, além que a permanência de pistoleiros e da violência nessas áreas também trazia fissuras para a imagem pública do governo, como já vinha sofrendo nos anos finais de Ditadura, assim como com a publicização desses conflitos em caráter nacional pelas ações dos Bispos e demais setores organizados da sociedade civil. Outrossim, nesse relatório ainda podemos encontrar a vigilância dos sujeitos envolvidos na questão, como na figura 37, menciona os nomes de Noel Francisco que junto a Wanderley Caixe são nomeados como os principais líderes.



Figura 39 Anexo do Jornal Correio da Paraíba presente no relatório sobre movimentações em Riacho dos Currais.

Fonte: ARE-ACE-1383/80 Fundo SNI. Agência Recife¹³⁹

Após esses acontecimentos o clima de violência na fazenda sofreu um agravamento, em julho de 1981 com o anúncio sobre a venda, mas a terra acabou sendo comprada por outro fazendeiro, Sindulfo Santiago:

A estratégia desse novo dono foi mais violenta do que a do anterior. Isto porque ele contratou e colocou na fazenda, a seu serviço, uma milícia paramilitar fortemente armada que, sob as suas ordens, de João Avelino e João Serafim, seus prepostos passaram a ameaçar de morte os agricultores, exibindo uma espingarda 12 e revólver calibre 38. (MOREIRA, 1997, P. 791)

¹³⁹ Um aspecto interessante desse documento em questão, é que em seu anexo consta um mandato de busca e apreensão mencionado, mas o mesmo não se encontra no arquivo. Demonstrando uma possível eliminação do documento por parte dos militares.

De acordo ainda com Moreira, nos anos de 1982 a 1983 a atenção do novo proprietário ficou em cima do agricultor acima mencionado nas figuras 36 e 38. “Inicialmente dando-lhe um prazo de seis meses para ele deixar o imóvel, sob a acusação de ser ‘um agitador subversivo e perturbador da ordem’” (MOREIRA, 1997, p. 791). Disso conseguimos tirar que os proprietários usavam da legitimidade adquirida com o governo ditatorial para causar terror aos camponeses que ali tinham direito à terra constitucional.

Mesmo com os apelos constantes e mobilização organizada dos camponeses junto ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), Fetag, e apoiadores, o Incra só foi vistoriar a área após seis anos de início do conflito, com o fim da Ditadura em 1986, onde foi concluído que o latifúndio não exercia sua função social como era definido na constituição. Porém, mesmo com essa constatação do órgão governamental, a desapropriação de terra não foi feita e a área foi vendida novamente, todavia em 1991, mas através do Incra, chegaram a um acordo em que fora doado 200,0 hectares da fazenda para 40 famílias. Após anos de espera e disputa os trabalhadores, enfim, tiveram sua terra, não tudo que fora de direito, mas uma parte importante.

Por fim, no que concerne à Grande Alagamar escolhemos essas três fazendas por simbolizarem os locais de maiores conflitos e visibilidade, assim como também uma vasta produção documental sobre essas. Todavia os conflitos de terra na Paraíba extrapola os hectares de Alagamar como iremos aqui observar, além disto enquanto os camponeses, juntos aos setores da sociedade civil engajados, como o CDDH se mobilizavam para uma saída pacífica muitas vezes e garantia dos seus direitos, os agentes em vigilância buscavam construir uma opinião pública que desmoraliza essas ações, assim como colocar em descrédito as ações dos religiosos junto a estes trabalhadores da Grande Alagamar, como podemos observar no trecho do documento a seguir “Tensão social nas fazendas reunidas Alagamar”.

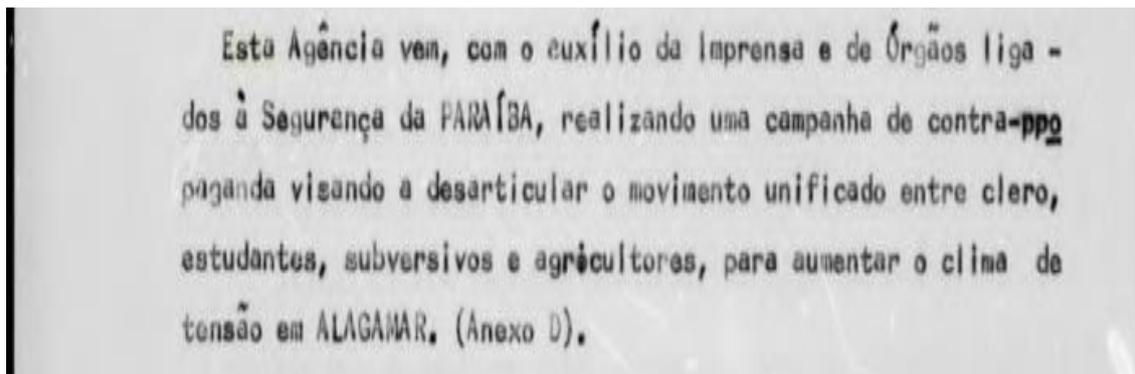


Figura 40 Contra propaganda do SNI as ações dos movimentos civis em Alagamar.

Fonte: **ARE-ACE-1383/80** Fundo SNI. Agência Recife¹⁴⁰

Assim como a Grande Alagamar, a fazenda Camucim, localizada no município de Pitimbu, sofreu forte vigilância e processos arbitrários em suas terras. De violência física, psicológica e patrimonial, na região do litoral sul do Estado da Paraíba, possuindo 850,0 hectares. Até 1978 a área era ocupada por 72 famílias de agricultores, produziam alimentos como inhame, batata-doce, fava, milho e entre outros. Assim como as fazendas anteriores, os moradores moravam há décadas no mesmo lugar, trabalhando como cambãozeiros.¹⁴¹ Os trabalhadores que construía suas casas nesses anos de existência na terra, porém as condições dessas não eram boas, pois “os ganhos obtidos com a comercialização do excedente da produção não eram suficientes para permitir ao morador o acesso a uma moradia menos precária” (MOREIRA, 1997, p. 121).

Porém, em 1975, com a morte do dono de terra, onde os proprietários seguiam esse padrão de produção e convivência, o modo de produção foi mudado para o foro, deixando assim de fazer serviços de graça e pagar uma quantia para os novos proprietários, de acordo com o observado por Moreira, essa sendo a única mudança trazida pelos novos proprietários, contudo em 1978 houve uma nova venda da área onde aí começou a germinação do conflito. Comprada pela Empresa Agroindustrial Tabu, em que:

¹⁴⁰ Um aspecto interessante desse documento em questão, é que em seu anexo consta um mandato de busca e apreensão mencionado, mas o mesmo não se encontra no arquivo, demonstrando uma possível eliminação do documento por parte dos militares.

¹⁴¹ Sistema em que os camponeses trabalhavam gratuitamente cerca de 15 a 20 dias gratuitos na terra do proprietário durante o inverno. Todavia no caso específico de Camucim segundo Emília Moreira, ao pegarem coco, água nos riachos próximos e o seu pedaço de terra para morar, os camponeses trabalhavam três dias gratuitos.

O objetivo da empresa era expandir sua área cultivada com a cana. Para isso, fazia-se necessário remover os agricultores que ali habitava, há mais de meio século, e pôr em tempo à produção de subsistência por eles praticada. Ao tentar expandir a área cultivada com a cana, a Empresa [...] deparou-se com a resistência das pequenas unidades familiares de produção instaladas na Fazenda Camucim. (MOREIRA, 1997, p. 123)

Tais questões comprovam o crescimento da produção de álcool evidenciada acima com o PROALCOOL, e nos mostra a oposição dos interesses dos trabalhadores com as investidas do desenvolvimento do capitalismo nas relações do campo. A empresa até prometeu, por algum momento, não invadir as terras dos roçados e das casas, porém isso não foi cumprido, e como prática costumeira em conflitos de terras pelos proprietários, foram enviados empregados para passar tratos nas plantações e casas dos camponeses, para assim expulsarem eles de suas terras. Uma das alternativas dos novos donos era indenizar os camponeses para saírem da terra, mas a quantia oferecida era irrisória, não dando para comprar outro local para plantar e morar. Mas houve famílias que aceitaram a indenização, alguns migrando para áreas urbanas. Aqui podemos perceber a interferência do capital no êxodo rural forçado dessas pessoas, já os que permaneceram nas áreas rurais tiveram que se tornar trabalhadores alugados no corte de cana. A interferência do capital não respeitando o direito de terra para com os trabalhadores trouxe mudanças intensas na vida dos afetados.

Contudo, as famílias de trabalhadores continuaram no local, seguiram na resistência, recorrendo assim ao seu sindicato para lutar pela permanência na área, e a Arquidiocese da Paraíba, que vinha trabalhando junto aos trabalhadores pelo respeito aos Direitos Humanos e permanências nas terras, assim devido a isso corriqueiramente o nome desses três setores são mencionados nos documentos aqui tratados, por se movimentarem em conjunto em torno da pauta da permanência rural. Após esse primeiro contato com esses setores da sociedade civil as cinquenta e uma famílias que seguiram em Camucim sofreram algumas pesadas investidas dos proprietários para saírem do local.

Um fato interessante foi a insatisfação dos camponeses com a ação do primeiro advogado indicado pela Fetag junto a ação contra a expulsão. Pois segundo os camponeses o mesmo era aliado aos interesses dos usineiros, isso remetendo também a ação em Alagamar, onde um advogado ligado a Fetag também teve um desempenho mais aproximado aos interesses dos usineiros, sobre isso:

De acordo com os depoimentos colhidos, o advogado da Federação teria propositalmente orientado os trabalhadores nos sentido de cadastrarem, para efeito de solicitação de liminar de posse, apenas a área plantada com roçado naquele momento. Como parte dos roçados tinham sido destruídos pelos tratores da destilaria e o envolvimento na luta havia restringido a área cultivada, os posseiros ao declararem apenas a área que se encontrava de fato cultivada no momento do cadastro, foram prejudicados. Consta ainda que, além de ter ludibriado os agricultores no que tange ao preenchimento do cadastro de posse, o advogado não teria explicado o seu significado. Além disso, encaminhou os processos justamente para o juiz do município de Pedras de Fogo, pertencente à comarca de Caaporã onde localiza-se a destilaria, em que lugar de encaminhar a um juiz da Comarca de João Pessoa, a qual Pitimbu fazia parte. (MOREIRA, 1997, p. 125, 126)

Com isso os camponeses acabaram sofrendo uma derrota importante na questão judicial, mas seguiram em luta, sendo os meses, aos fins de 1979, um ano marcado por extensa violência contra os mesmos sofrendo agressões de capangas dos proprietários, vigilância da sociedade política, por meio das polícias. Em 1980 essa violência não teve trégua, havendo violência física até com idosos moradores de Camucim, como podemos observar no depoimento de um morador sobre a violência policial, onde afirma que “pegou o Manoel Cosmo do Carmo, um velho de 60 anos e bateu tanto que deixou ele mouco. O exame de corpo delito comprovou o espancamento e conseqüente perda do ouvido.” (MOREIRA, 1997, p, 127).

Tal sentimento de policiamento e ameaças de capangas eram constantes, em meados de 1980 os agricultores decidiram que iriam trabalhar apenas em mutirão para assim evitar a violência financiada pelos proprietários. Nesses mutirões seguiam suas ações de não violência junto aos membros e leigos da ala progressista da Igreja Católica e presidentes de sindicato, para juntos arrancarem a cana de açúcar dos usineiros, plantando em seu lugar feijão, sementes essas fornecidas pela Igreja Católica. Importante aspecto é percebermos essa ação em conjunto, uma das várias entre Igreja e movimentos sociais no campo. Após essa ação ao retorno de suas casas os presidentes dos sindicatos foram presos, mas liberados logo após interrogatório. O ano de 1981 é tido como o auge da violência em Camucim, em relatório referente à vigilância em áreas de tensão fundiária de maio de 1981, o SNI traz:

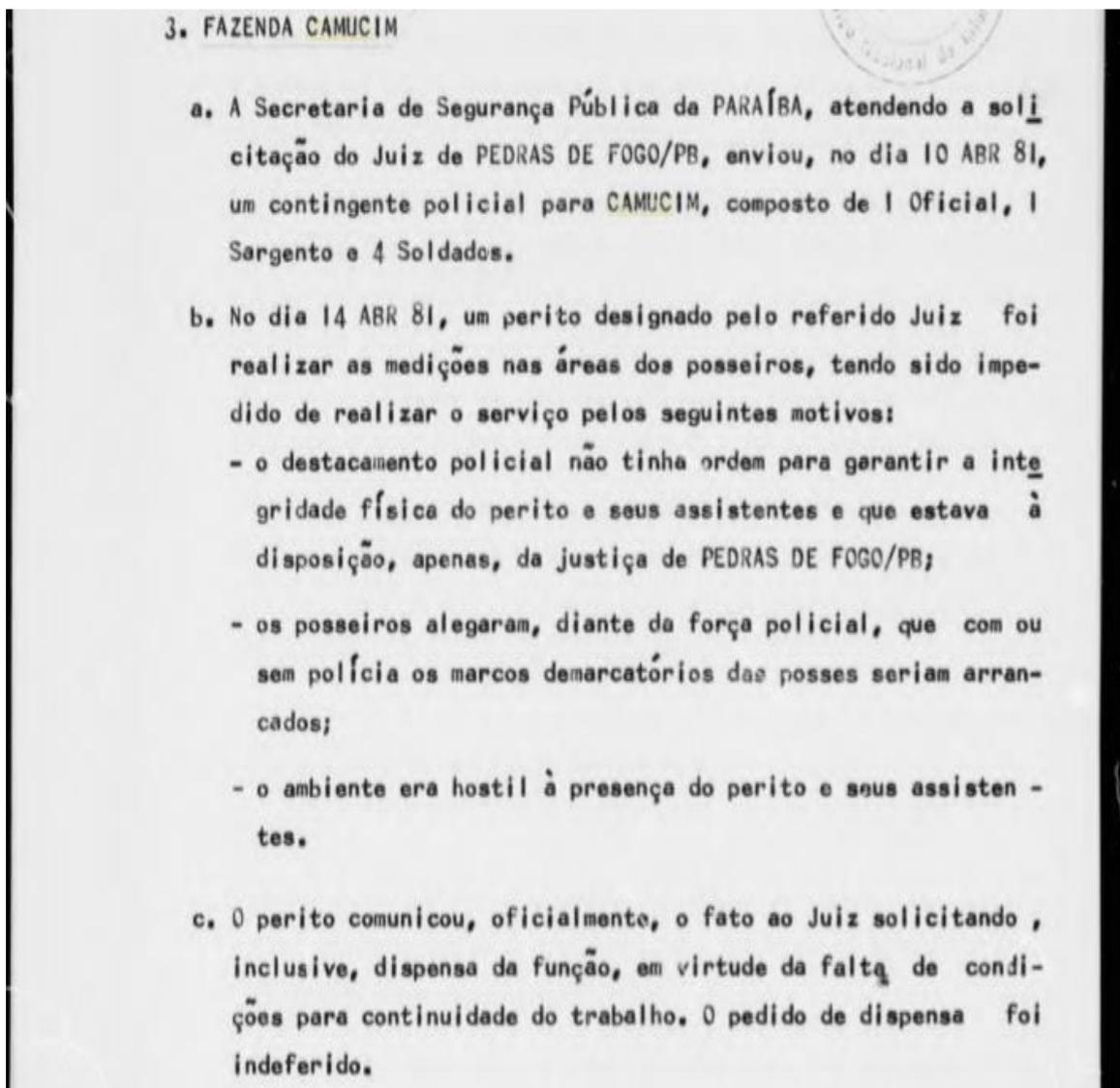


Figura 41 Relatório Fazenda Camucim.

Fonte: Fundo SNI – Agência Recife -- ARE-ACE 1705- 81 Fundo SNI.
Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

Aqui podemos observar o clima de tensão que se encontrava Camucim em 1981, para o acirramento da situação é elencado alguns fatores, primeiro, com o não reconhecimento das áreas pertencentes aos trabalhadores pelos donos da destilaria que outrora haviam dito que iria respeitar a parte ocupada pelos moradores, além desses possuírem uma liminar de posse sendo totalmente desrespeitada e segundo, a permanência ameaçadora e constante de capangas tirando a paz dos camponeses, com uma evidente manobra de amedrontamento para a desistência da luta.

É nesse contexto em que é lançada uma forte campanha de difamação de membros da Igreja Católica como Frei Herman Joseph e Frei Anastácio, Irmã Tony e

Marlene¹⁴², assim como perseguição aos familiares do líder sindical, Sr. João Lacerda e demais outras lideranças, como podemos observar no documento a seguir em que ele está listado com outros nomes de dirigentes sindicais apoiadores da situação em Camucim:



Figura 42 Relação de pessoas que apoiaram a questão agrária.

Fonte: **ARE-ACE-3661/82** Fundo SNI. Agência Recife

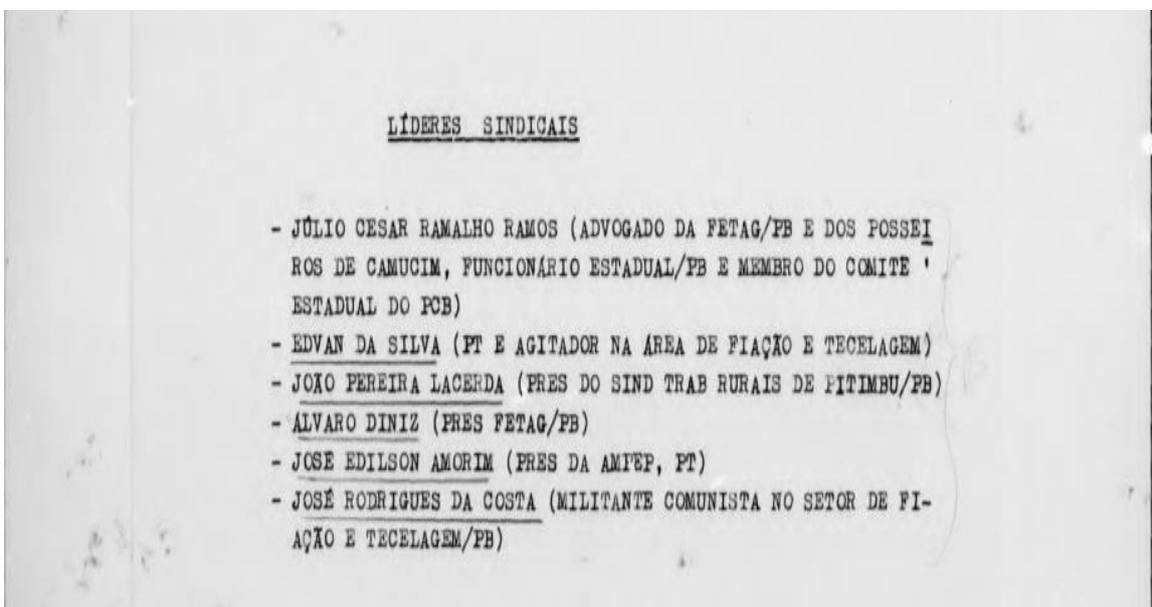


Figura 43 Líderes Sindicais.

Fonte: **ARE-ACE-3661/82** Fundo SNI. Agência Recife

¹⁴²Abordaremos no próximo ponto desse capítulo

Além da vigilância aos líderes sindicais, e aos membros da Igreja Católica, houve uma imensa perseguição, vigilância e difamação ao então advogado Sr. Júlio Cesar Ramalho, o responsável por assessorar os camponeses nesse momento por partidos proprietários e militares, “foram acusados pelos donos da terra e pelos representantes do poder público de subversivos e agitadores, como consta das entrevistas realizadas com os agricultores” (MOREIRA, 1997, p. 131), e nos relatórios do Serviço Nacional de Informações, como no informe cujo o assunto é Júlio Cesar Ramalho Ramos, de 15 de outubro de 1982, em que os agentes do SNI, em 23 páginas, trazem informações sobre o mesmo e lista com nomes de pessoas tidas como subversivas que apoiaram os posseiros de Camucim, em alusão à manifestação feita pelos camponeses em frente ao Palácio do Governo em João Pessoa, no período de 14 de dezembro de 1981, até 07 de janeiro de 1982, buscando diálogo com o Governador para uma solução aos seus problemas acima mencionados. Em relação ao Júlio Cesar o SNI traz:

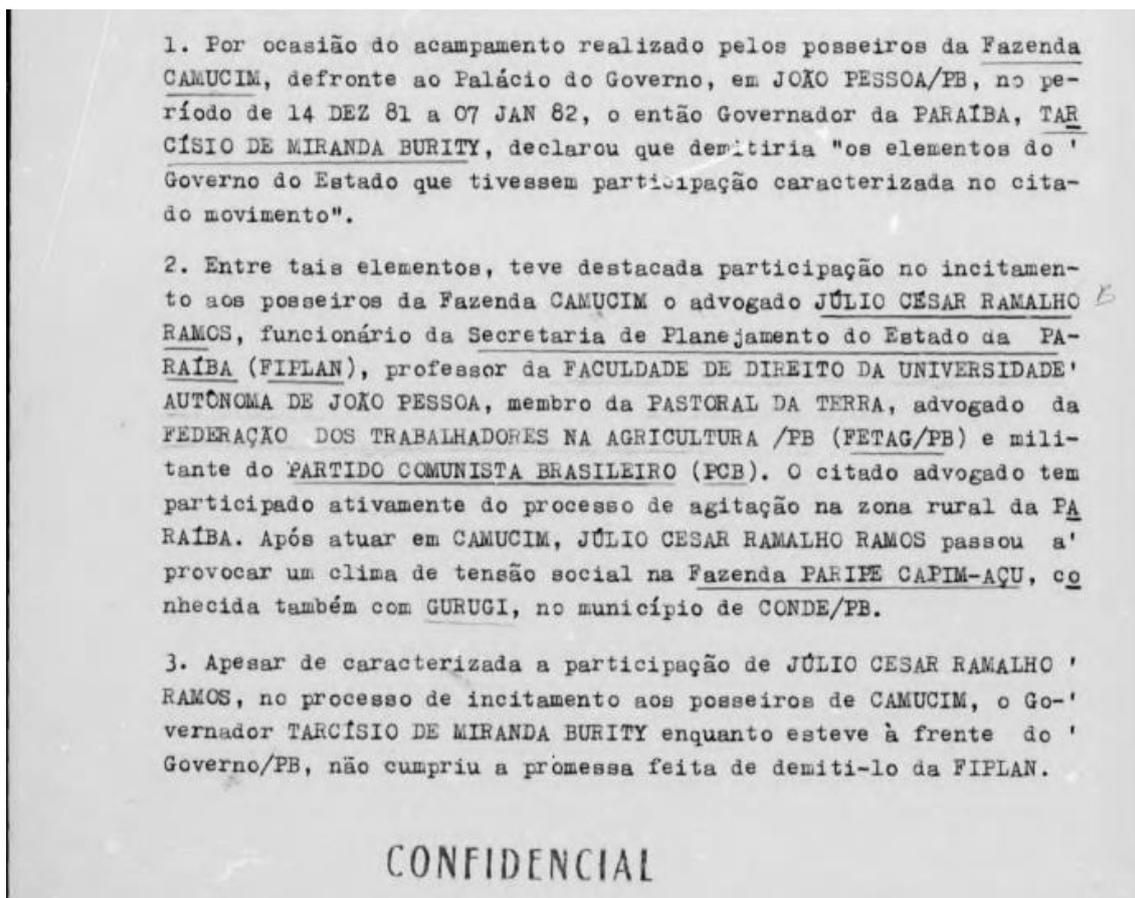


Figura 44 Sobre demissão do advogado Júlio César Ramalho.

Fonte: ARE-ACE-3661/82 Fundo SNI. Agência Recife

No documento em questão fica evidente a perseguição e busca da demissão do advogado de suas atividades enquanto servidor público, uma das ações de perseguição feita nos anos da Ditadura militar, onde interferia intensamente na vida dos vigiados, pois perdiam os seus empregos por divergências com os militares, como podemos ver na continuação do documento e da figura 45, com suas atividades e posição do agentes sobre ele:

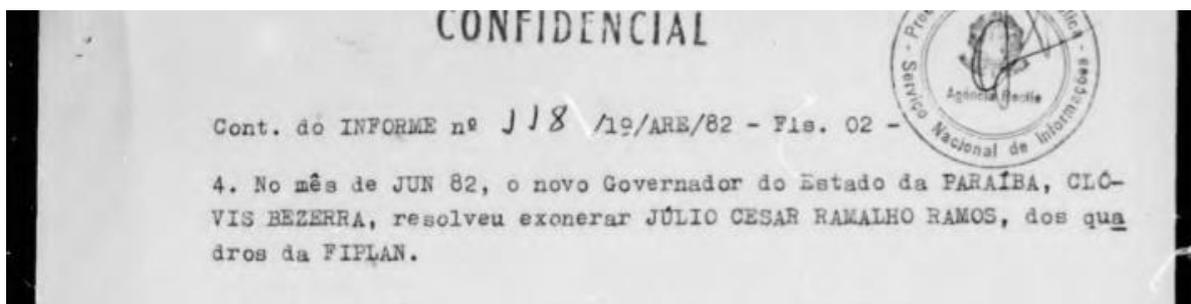


Figura 45 Sobre concretização da exoneração de Júlio Cesar.

Fonte: ARE-ACE-3661/82 Fundo SNI. Agência Recife

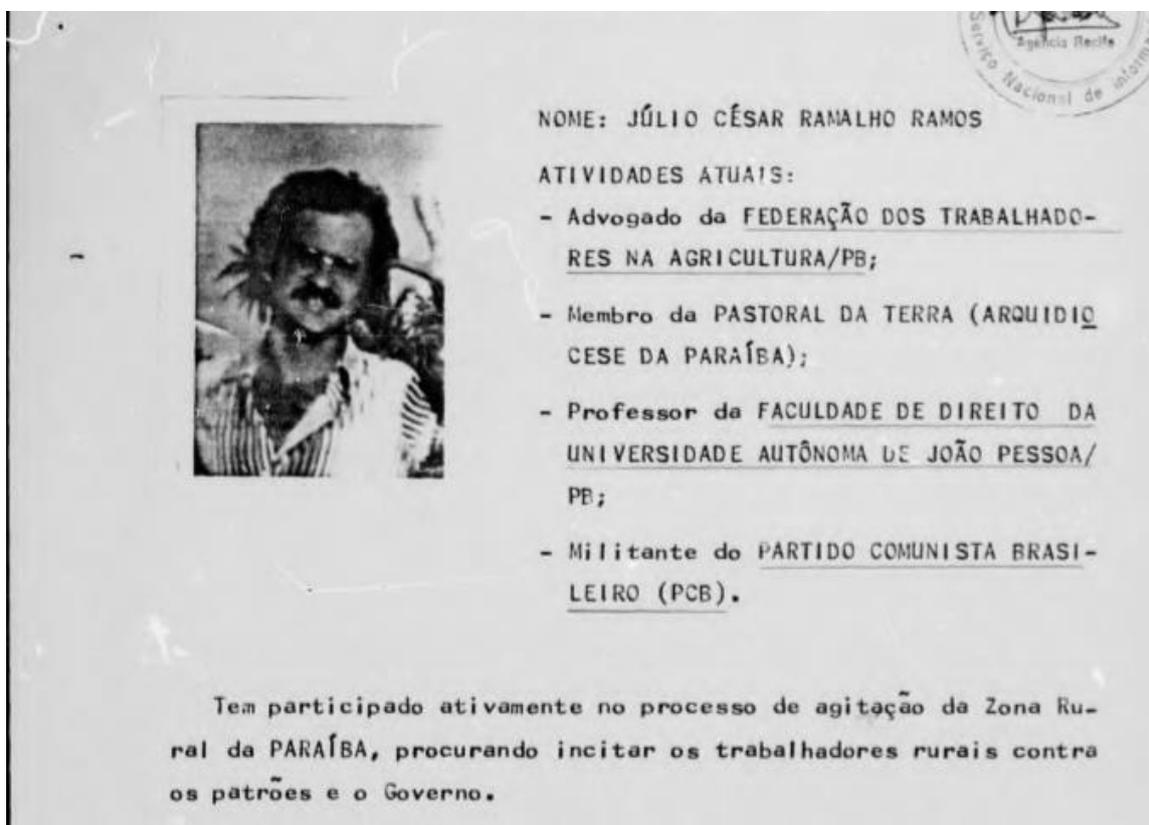


Figura 46 Informações sobre o advogado Júlio César.

Fonte: **ARE-ACE-6003/84** Fundo SNI. Agência Recife

Atitudes como essas, pelos serviços de informação, assim como a constante violência física e patrimonial com os posseiros de Camucim, eram nítidas tentativas de desestabilização da luta social naquele local, principalmente minando as ações do advogado Júlio Cesar, sobre isso, em relatório, os agentes do SNI trazem que em resposta à afirmação do Governador Burity de “infiltração” no conflito Camucim, fora feito, como uma espécie de revelia, um panfleto denunciando o apoio do governo do Estado às ações violentas acima conduzidas por capangas e policiais militares.

EM RESPOSTA DECLARAÇÕES GOVERNADOR/FB SOBRE INFILTRAÇÃO SETORES IGREJA, PCB, PC DO B E PT NO MOVIMENTO CAMPONESES CAMUCIM, FOI DISTRIBUIDO DIA 16 DEZ 81, PANFLETO AFIRMANDO QUE OS AGITADORES SÃO A DESTILARIA TABU E O GOVERNO, QUE APOIA A DESTILARIA MANDANDO A POLÍCIA PRATICAR VIOLÊNCIA.

EM NOTA OFICIAL PUBLICADA NOS JORNAIS "O NORTE" E "CORREIO", AMBOS DA PARAÍBA, EDIÇÕES DE HOJE, 17 DEZ 81, O GABINETE DO GOVERNADOR/FB ESCLARECE A OPINIÃO PÚBLICA SOBRE O PROBLEMA FUNDIÁRIO DE CAMUCIM, DESDE AS SUAS ORIGENS ATÉ A DECISÃO JUDICIAL QUE RESULTOU NA ORDEM DE DERRUBADA DA ESCOLA, NO CONFLITO COM A POLÍCIA E A REAÇÃO DOS CAMPONESES, ACAMPANDO EM FRENTE AO PALÁCIO DO GOVERNO PARA OBTER A SOLUÇÃO DO PROBLEMA.

A MESMA NOTA JUSTIFICA A AÇÃO DA POLÍCIA NO CUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL E REFUTA MATÉRIA PUBLICADA EM 16 DEZ 81, POR UM JORNAL DE JOÃO PESSOA, SOB O TÍTULO "BURITY CONDENA ATUAÇÃO DA IGREJA EM CAMUCIM".

O GOVERNADOR ESTÁ PRESTANDO ASSISTÊNCIA AOS CAMPONESES ACAMPADOS, ESPECIALMENTE ÀS CRIANÇAS. UMA AMBULÂNCIA DO INAMPS, COM EQUIPE COMPLETA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, PERMANECIU DURANTE TODA A TARDE DE ONTEM (16), NAS IMEDIÇÕES, NO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS.

Figura 47 Avaliação do SNI sobre nota no saída em jornais do Estado.

Fonte: **ARE-ACE-3661/82** Fundo SNI. Agência Recife

É a partir dessa ocasião, sem resposta dos poderes públicos, e através de nota ao jornal acima mencionado no documento, é perceptível que os policiais seguiam ordens judiciais, corroborando a ideia que os poderes públicos agiam a favor dos proprietários da destilaria, assim os camponeses acampam em frente ao Palácio do Governador como dito no documento da figura 43. As pautas levantadas pelos agricultores para a aprovação do governador do Estado na época eram, “desapropriação de aproximadamente 600 hectares de terra de Camucim; b) prisão e punição dos capangas

que estavam a serviço dos proprietários da destilaria; c) retirada de força pública instalada na propriedade.” (MOREIRA, 1997, p.131, 132).

Em busca desolução paraesse impasse, foiproposto pelo governador do Estado uma relocação dos posseiros de Camucimparaum projeto de colonização do Incra, nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape. Tal proposta dogovernador já era de conhecimentos dos agricultores, em relatório de 28 de agosto de 1981, intitulado “Problema fundiário em Camucim – Pintimbu/PB” em reunião com líderes sindicais meses antes do acampamento em João Pessoa. Na ocasião da reunião, os líderes já haviam sinalizado que não queria tal proposta, como podemos observar abaixo:

1. No dia 18 AGO 81, o Governador da PARAÍBA, TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY, fez uma reunião com uma comissão de agricultores da Fazenda CAMUCIM - PITIMBU/PB, com o propósito de encontrar uma solução para o problema fundiário que vem ocorrendo naquela área.

Além dos agricultores, estavam presentes as seguintes pessoas:

- ÁLVARO DINIZ - Presidente da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DA PARAÍBA (FETAG/PB);
- JÚLIO CÉSAR RAMALHO RAMOS - Advogado da FETAG/PB e militante do PCB; e
- JOÃO PEREIRA LACERDA - Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PITIMBU/PB.

Na oportunidade, o Governador propõe, como solução para o problema, transferir todos os posseiros de CAMUCIM para uma área localizada no município de MAMANGUAPE/PB, onde o INCRA desenvolve um trabalho de demarcação para assentamento de colonos.

O Chefe do Executivo paraibano declarou que, caso não fosse aceita sua proposta, só existem três caminhos a seguir:

Figura 48 Proposta do Governador do Estado.

Fonte: ARE-ACE-2332/81 Fundo SNI. Agência Recife

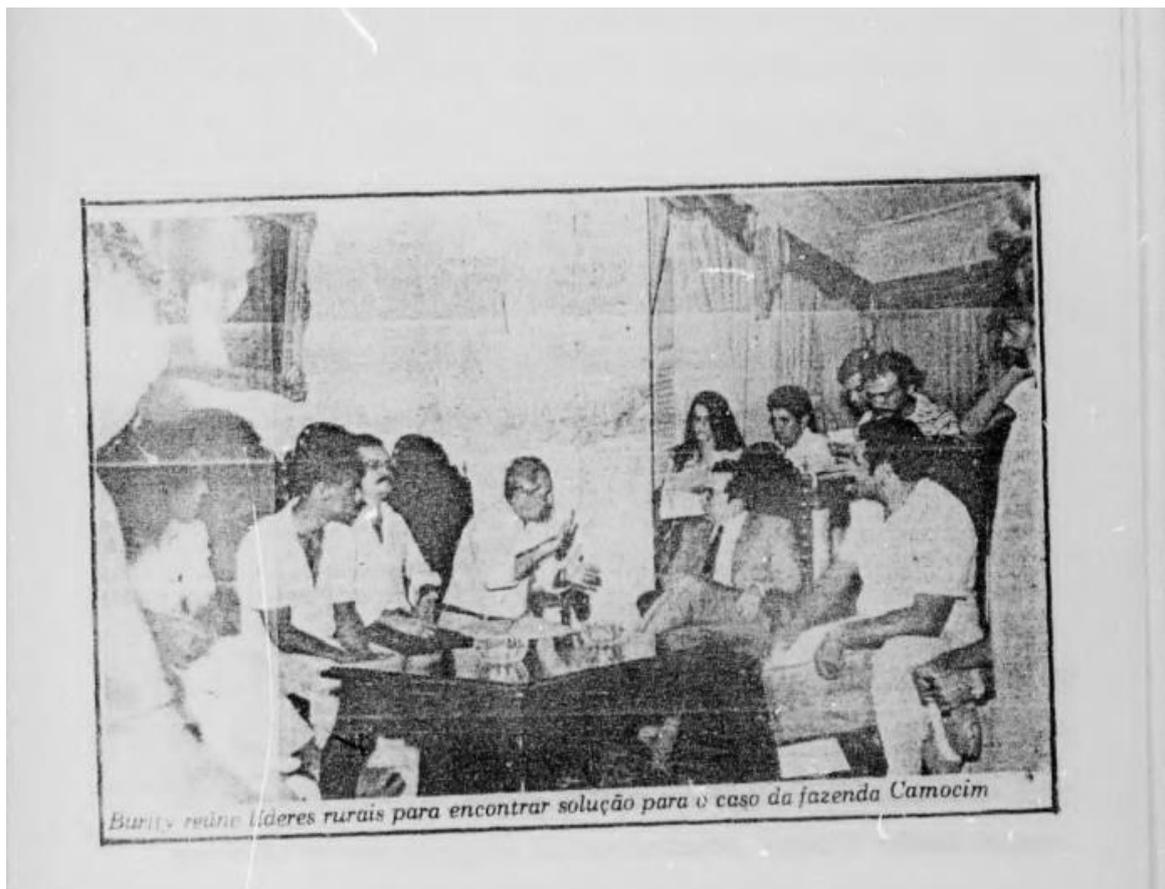


Figura 49 Foto da reunião dos líderes camponeses com o governador Tarcísio Burity.

Fonte: **ARE-ACE-2332/81** Fundo SNI. Agência Recife

Contudo, meses após o governador reapresentar a proposta aos camponeses, onde “esses lotes, de até 30 hectares, segundo o governo, deveriam ser pagos pelos agricultores em 20 anos” (MOREIRA, 1997, p. 132). Não sendo o ideal para os trabalhadores, porém um fator importante, fez os camponeses darem fim ao acampamento. Foi quando em 05 de janeiro o comandante¹⁴³ da guarnição federal do exército em João Pessoa, segundo Moreira (1997), após negociação de um acordo com a Fetag e camponeses afirmou que “ele assinaria um documento garantindo a segurança dos agricultores e suas famílias, assegurando sua permanência na propriedade, o direito de plantar, colher e extrair os recursos nela existentes, desse que voltassem a Camucim” (1997, p. 132). Após isso, os camponeses retornam para Camucim, com a palavra que iriam pensar na proposta dada pelo governador, mas algum tempo depois, com a visita do Comandante à terra, esses responderam novamente com negativa à proposta de se

¹⁴³A manutenção do acordo foi curta, pois, pouco tempo depois o general foi transferido para Goiás e seu sucessor negou manter a segurança dos camponeses.

mudarem para Rio Tinto e Mamanguape, optando por seguir a luta nas terras de Camucim, alegando em carta direcionada às autoridades que já moravam há muitos anos nas terras, e mesmo com a destilaria de cana de açúcar, a terra seguia com bastantes hectares improdutivos, junto a isso a lei era a favor dos camponeses por meio do estatuto da terra e por fim suas produções que permaneciam nas terras, mesmo com as investidas constantes de violência dos proprietários. A contraproposta apresentada pelos camponeses aos impasses foram:

os agricultores concordavam com a divisão as terras da propriedade Camucim, de modo que coubesse à destilaria 300 hectares, incluindo o trecho plantado com os coqueirais¹⁴⁴, as áreas alagadas da várzea do trecho plantado com os manguezais, de onde retiravam o caranguejo, ficariam para os posseiros (MOREIRA, 1997, p. 134)

Foi descartada pelos donos da usina a contraproposta dos camponeses, em que só aceitavam uma proposta que as famílias perdessem dois hectares cada. Isso não agradou os camponeses, que já perderiam em demasia com o acordo acima apresentando aos donos do latifúndio. Ao fim desse episódio, dois meses depois, os donos, aproveitando a ausência dos camponeses em sua casa, de modo extremo e arbitrário, destrói com tratores, duas casas dos moradores. Esse episódio reinaugura a tensão social em Camucim, como podemos observar abaixo no Relatório Especial de Informação, “Situação das áreas de tensão fundiária da Paraíba”, em que:

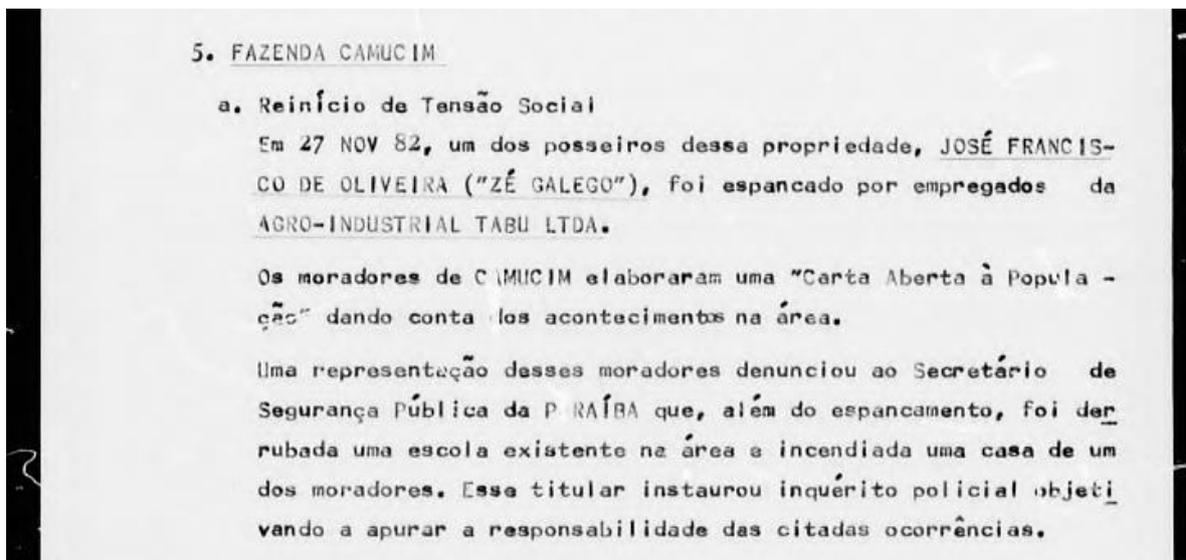


Figura 50 Informações sobre a Fazenda Camucim.

Fonte: ARE-ACE-3861/82 Fundo SNI. Agência Recife

¹⁴⁴ Os cocos eram seu principal produto, que integralmente era vendido ao mercado.

O fato exposto no documento acima é referente ao ataque sofrido pelo chefe de segurança da destilaria, junto com os policiais militares munidos de ordem judicial, onde atearam fogo na casa de um camponês e na escola que servia como local de alfabetização das crianças, “esse fato serviu de pretexto aos donos de terra para acusar os posseiros do incêndio e desencadear uma das mais violentas perseguições já vivenciadas pelos agricultores”(MOREIRA, 1997, p. 131). Conforme noticiado na imprensa local:



Figura 51 Fragmento de matéria do jornal O Norte de 30 de novembro de 1982.

Fonte: ARE-ACE-3861/82 Fundo SNI. Agência Recife

A luta pela terra em Camucim tinha o apoio de diversos setores da sociedade civil apoiando-os contra as atrocidades dos proprietários e da sociedade política, enquanto poderes policiais e vigilantes, que juntos atuavam em detrimento da população que ali morava, como podemos observar no trecho acima da ação policial junto a dos capangas. Apoiava a causa dos camponeses professores, sindicalistas, membros de partidos políticos e demais setores da sociedade civil, como constatado pelos órgãos de informação em vigilância ao apoio e atuação a professora aposentada de História da UFPB Rosa Godoy Silveira aos movimentos sociais em Camucim:

b) A Coordenadora do Departamento de Pesquisas e Documentação Histórica da UFFB, ROSA MARIA GODOY SILVEIRA, ao participar de um seminário em CAJAZEIRAS-PB, criticou o fornecimento de verbas para o ensino, como também o governo e o regime, sendo considerada muito avançada em suas ideias. [...]

c) Vem dando apoio ao movimento dos agricultores moradores na Fazenda CAMUCIM, no interior deste Estado, que desde o dia 14 dez 81 continuam postados em vigília na calçada do PALÁCIO DA REDENÇÃO, sede do Governo Estadual, onde pretendem que o Governo do Estado resolva incontinenti uma pendência agrária afeta ao Poder Judiciário e ao INCRA: como seja a desapropriação das terras por eles habitadas. (Apud Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 503).

Em 1984 o apoio popular contra essas violações já era bem forte e ajudava imensamente na visibilidade da luta os camponeses, mantendo um clima de menos tensão na área, porém não durando muito tempo. Segundo Moreira a violência seguiu no ano em questão e já no seu fim, quatro famílias abandonam a luta, firmando acordo com o governo para morar na cidade vizinha de Alhandra, mas sofrendo arrependimento após acordo.

No anos pós 1982 não encontramos muitos documentos do SNI sobre conflitos no Campo e participação da Igreja Católica, podemos concluir que seja pelo esfacelamento do regime vigente, e até mesmo porque o conflito tenha tomado rumos mais conciliatórios. Em 1985 com o fim da ditadura militar e o início da chamada Nova República é anunciada pelo governo a proposta de realizar uma reforma agrária, deixando os camponeses com um pouco de esperança. Tal afirmação trouxe um ânimo ao debate dentro da fazenda entre os camponeses, sendo este o principal aspecto de 1985, e assim fortalecendo a luta dos mesmo se sua unidade política, até que em 1986 o governo paraibano adquiriu 964,5396 hectares da Fazenda Camucim,¹⁴⁵ contudo só em 1994 foram assentadas 37 famílias de agricultores, em que seguiram na luta até o fim, e puderam gozar do seu direito de plantar e morar em algo seu.

Próxima à fazenda Camucim, havia outro foco de conflito e resistência dos camponeses, a Fazenda Subaúma (Subaúma I e II) localizada no município de Alhandra no litoral sul da Paraíba. Com apenas 4,0 km do meio urbano, possuía uma área com cerca de 1.000,0 hectares, com 112 famílias de trabalhadores rurais como trabalhadores de condição e arrendatários. Assim como as fazendas citadas, os moradores de Subaúma

¹⁴⁵ Para saber mais sobre os meandros políticos por trás da liberação e compra das terras, ver: (MOREIRA, 1997, p. 140)

também viviam a bastante tempo nas terras, de 5 a 50 anos, e plantavam agricultura de subsistência, com feijões, mandioca, inhame e entre outros.

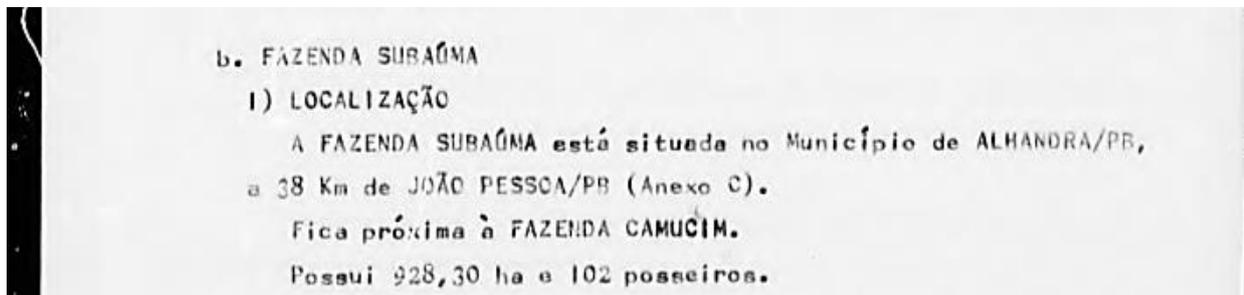


Figura 52 Dados da Fazenda Subaúma.

Fonte: ARE-ACE-3939/82 Fundo SNI. Agência Recife

Em situação de trabalho bastante precária, os camponeses viviam em casas de palha de coqueiro, sendo proibidos pelos proprietários de levantar alvenaria ou de taipa como era o mais comum, isso nos mostrando o nível de violência sofrida pelos camponeses dessa região que em depoimento explanam tal sofrimento:

Minha casa era toda de palha. O patrão não permitia nem mesmo que a gente fizesse as paredes de taipa. A gente vivia no maior sofrimento dentro de palha podre, misturado com lacrau, barata e tudo que era bicho. A senhora não avalia nosso sofrimento. (Depoimento de Dona Berenice, ex-moradora de Subaúma, hoje assentada).: Apud MOREIRA, 1997, p. 210)

Abaixo, podemos ver nas fotos, a situação precária vivida pelos trabalhadores rurais, no que se refere a questão da moradia:



Figura 53 Casa de moradores da Fazenda Subaúma 1.

Fonte: **ARE-ACE-3939/82** Fundo SNI. Agência Recife



Figura 54 Casa de moradores da Fazenda Subaúma 2.

Fonte: **ARE-ACE-3939/82** Fundo SNI. Agência Recife

Em situação de miserabilidade e tendo negados de seus direitos garantidos pela constituição brasileira em época, os camponeses ainda iriam sofrer as mais duras penas nas mãos dos proprietários com o advento da necessidade de produção de cana de

açúcar. Antes disso, assolados pela pobreza, falta de água e energia, os camponeses vivenciam o pisoteamento das suas lavouras pelo animal do proprietário sem nenhum ressarcimento ou política do tipo. A situação foi agravado em 1976, quando a fazenda foi vendida sem conhecimento dos moradores, após a morte proprietário Alfredo Pereira, seguindo a mesma premissa desrespeitosa dos fazendeiros das fazendas da Grande Alagamar e Camucim em que os moradores não eram comunicados sobre a venda das fazendas. Após esse fato, iniciou-se um processo de desmembramento da fazenda sem levar em mínima consideração a condição de área ocupada pelos agricultores e suas plantações:

Somou-se o fato do filho do antigo proprietário, herdeiro da terra, ter dado prosseguimento ao desmembramento da propriedade em parcelas que foram sendo vendidas. Esses fatos, agravados com perseguições as mais diversas a trabalhadores que protestavam contra a venda da terra, contra a invasão dos seus roçados pelo gado e pela cana e contra o cambão e o preço do foro, gerou um clima e forte tensão que culminou um conflito de grandes proporções.(MOREIRA, 1997, p. 210,211)

Em 1982 o conflito se acirra, e o proprietário, recorrendo do seu poder, manda carros e tratores destruírem a plantação em cerca de 10,0 hectares de feijão, milho e macaxeira dos camponeses, e substituir por cana de açúcar. Em retaliação, o proprietário expulsa 28 famílias de agricultores. Um relatório do SNI referente à situação de Subaúma em agosto de 1982 diz:

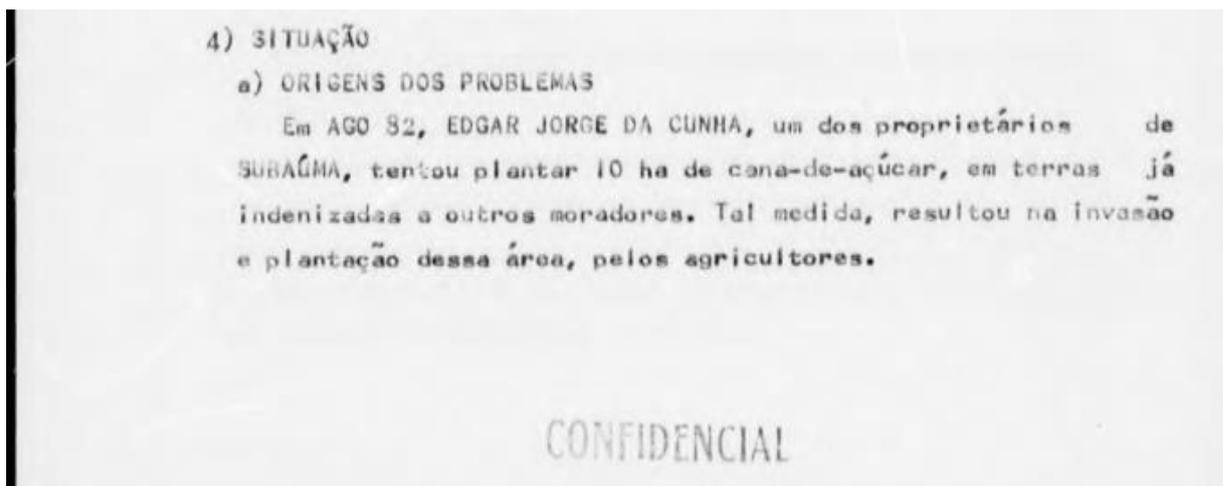


Figura 55 Situação de Subaúma.

Fonte: **ARE-ACE-3939/82** Fundo SNI. Agência Recife

Após situação de desrespeito do proprietário a terra dos camponeses e consequente expulsão desses últimos, em forma de protesto e resistência, os

camponeses ocupam o Incra, em João Pessoa, buscando serem atendidos e respeitados em suas terras¹⁴⁶. De modo autoritário, como era a política do contexto da Ditadura Militar, foi instaurado o inquérito contra dois camponeses, e dois religiosos, os Frei Hermano e Anastácio no código penal pelas ações junto a esse conflito. Além de uma vigilância às atividades das reuniões dos camponeses e seus líderes:

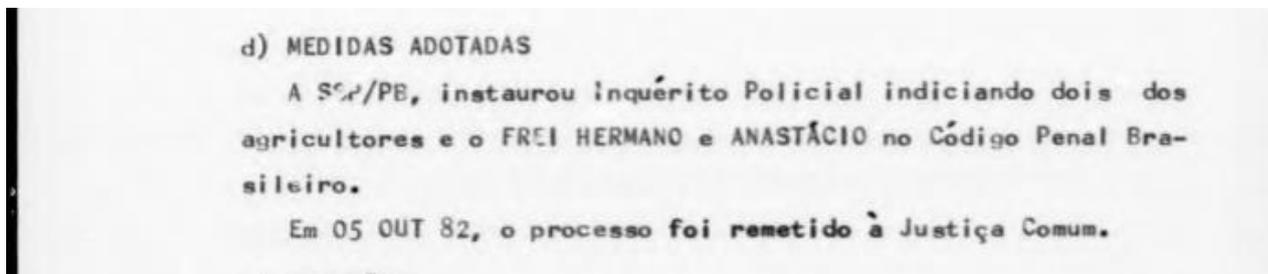


Figura 56 Instauração de Inquérito Policial contra Frei Anastácio e Hermano.

Fonte: **ARE-ACE-3939/82** Fundo SNI. Agência Recife

¹⁴⁶A prática dos movimentos sociais de ocupar o Incra em João Pessoa é histórica, até os dias atuais os movimentos rurais usam a tática para serem ouvidos pelo poder público.

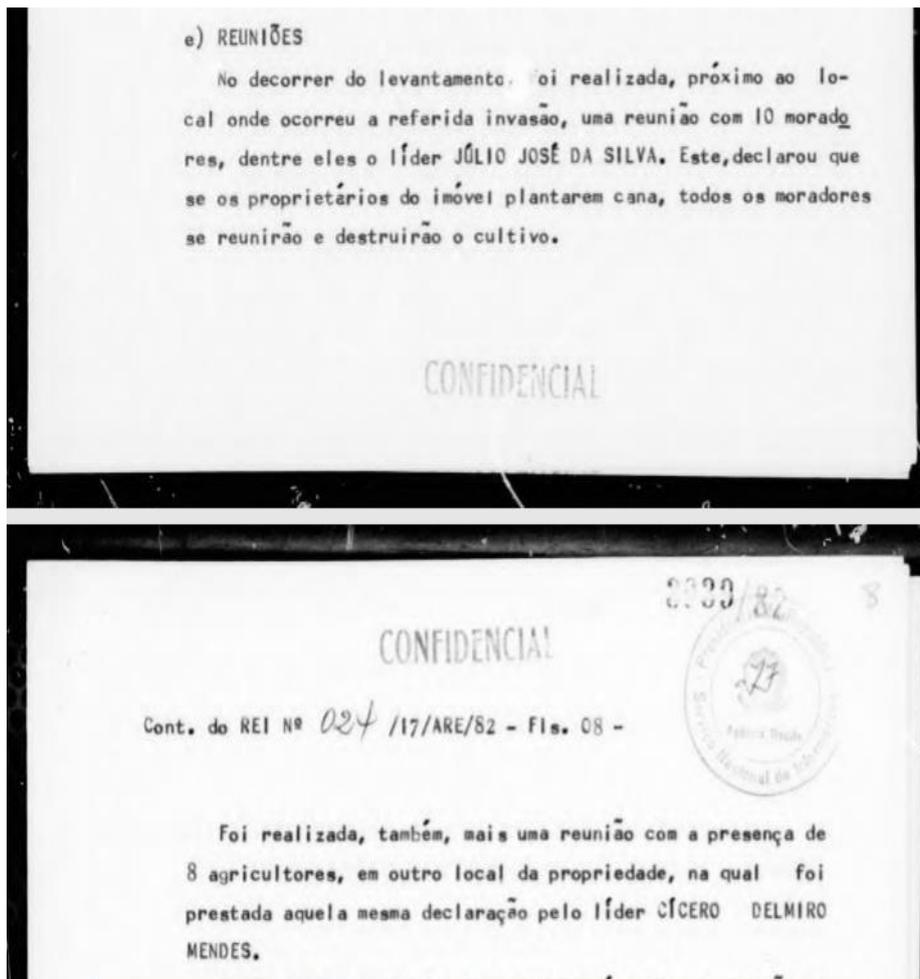


Figura 57 Vigilância acerca das reuniões em Subaúma.

Fonte: ARE-ACE-3939/82 Fundo SNI. Agência Recife

Só depois de sete anos de conflito, é que 1983 foi desapropriado um pedaço da terra total, em que 111 famílias foram beneficiadas com 623,0 hectares dos totais de 1.000,0. Todavia isso não era o suficiente para os camponeses que ali moravam a bastante tempo. Nos anos seguintes, o atrito entre camponeses e dono seguiu, em 1986, após plantar cana de açúcar em área dos trabalhadores, esses usando novamente do seu poder de mobilização e em mutirão, arrancam e plantam feijão no lugar, em um forte expressão de resistência e valorização de suas terras, prática que vai se repetir novamente em 1987. Nesse meio tempo a tensão seguia, enquanto o Incra demorava em resolver a questão dos camponeses, ocasionando outras tensões com os os mesmos, como em 1987, quando policiais munidos de ordem judicial vão até Subaúma e fazem terror com os camponeses, de revistar, e levar consigo seus materiais de trabalho como

foice, enxada e entre outros. Essa situação perdura por anos, mesmo com a conclusão do agentes do SNI na necessária desapropriação do local:

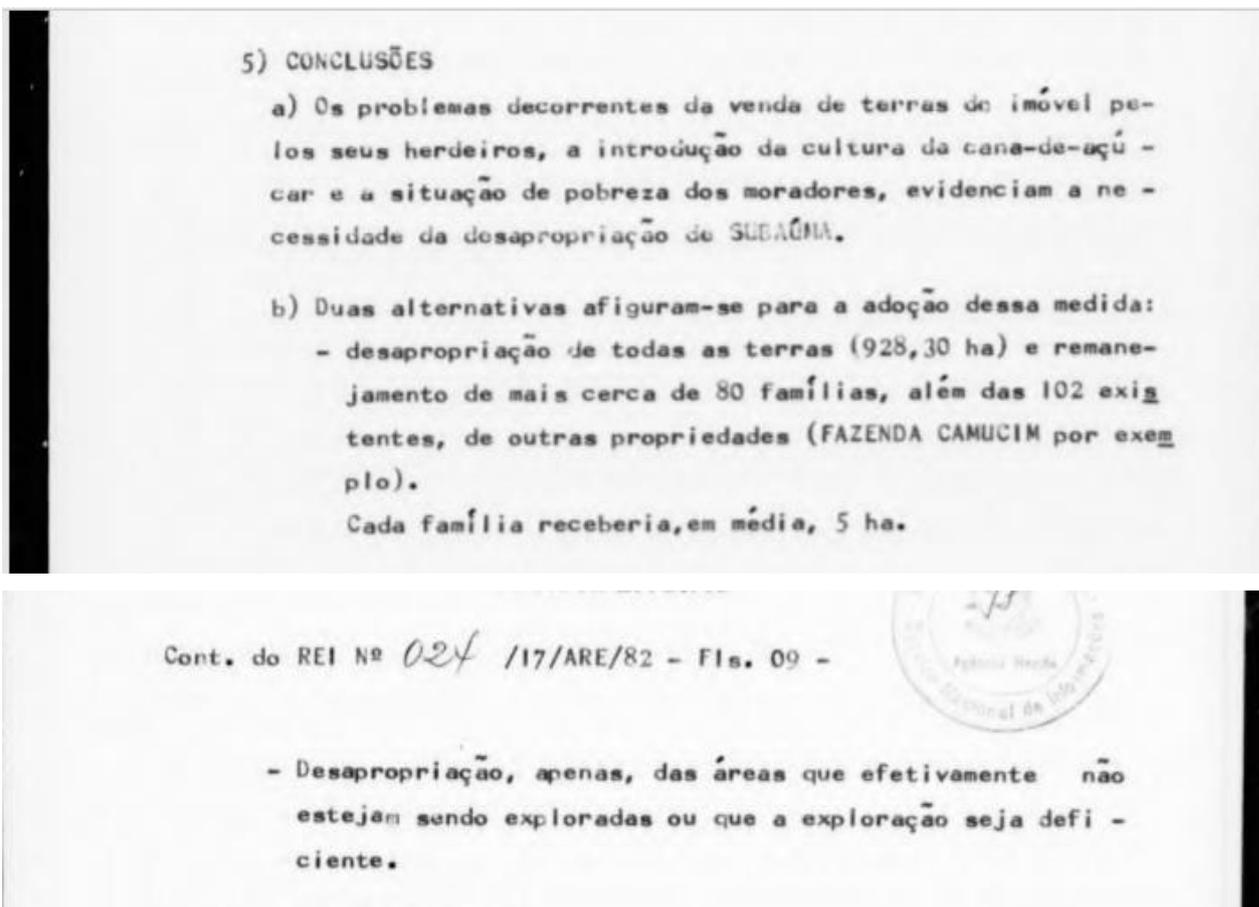


Figura 58 Conclusões dos agentes do SNI sobre Subaúma.

Fonte: ARE-ACE-3939/82 Fundo SNI. Agência Recife

Em 1987 acontece mais uma desapropriação, contudo essa não traz o clima de paz para Subaúma. Apenas em dezembro de 1992, após um acordo que agradou ambas as partes, onde “160,0 hectares permaneciam com o Sr. Edgar Cunha, ficando 217,0 com os agricultores, o Incra se omitiu na posse. Hoje o imóvel Subaúma constitui mais uma área de assentamento do Estado,¹⁴⁷ “(MOREIRA, 1997, p. 215). E assim mais uma luta camponesa lograva vitória após anos de desamparo governamental e resistência da classe trabalhadora.

O contexto de distensão política foi acompanhado de diversos conflitos em diferentes áreas da sociedade civil no Brasil, no meio camponês seguiu-se bem intenso,

¹⁴⁷ Devido aos dois momentos distintos de desapropriação passado pela fazenda é que ficou nomeada como Subaúma I e II.

como podemos observar até o momento com as fazendas escolhidas nessa pesquisa. Foram anos de forte luta pelo direito a terra e nela viver e plantar. Várias localidades no Estado da Paraíba viram seus horizontes conturbados por esses conflitos, aqui escolhemos as informações acima explanadas pelas fontes disponíveis e critérios pessoais de escolha. Ademais, para finalizar essa parte do capítulo, escolhemos as Fazendas Cachorrinho e Coqueirinho, que assim como as demais, atravessaram momentos de conflito e foi vigiada pelo Serviço Nacional de Informações.

Assim como as outras já citadas, o incessante crescimento da cana de açúcar veio como fator de tentativa de expulsão e desapropriação dos trabalhadores. Incentivado e financiado pelo Governo Federal, o Proalcool caminhava de mãos dadas com as tentativas de desapropriação dos trabalhadores, como podemos observar no trecho de relatório do SNI em que o governo construía propagandas para reforçar a importância do programa

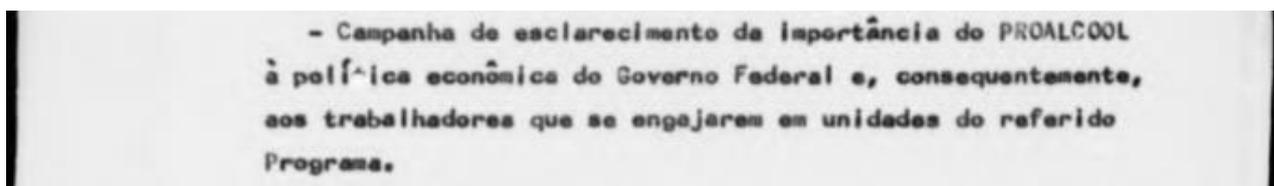


Figura 59 Propaganda do regime sobre o PROALCOOL.

Fonte: **ARE-ACE-1535/80**Fundo SNI. Agência Recife

Coqueirinho e Cachorrinho possuíam, respectivamente, 357,0 hectares e 214,6 hectares, assim como Subáuma, pertencia a microrregião do Litoral Sul do Estado da Paraíba no município de Pedras de Fogo. Os moradores viviam nas terras há de 30 anos, sendo 52 famílias de arrendatários, somando 284 pessoas entre as duas fazendas. Seu meio de lida com a terra eram de lavouras permanentes a temporárias, “a produção destinava-se ao consumo, sendo o excedente comercializado com intermediários, ou diretamente nas cidades vizinhas e em João Pessoa (Capital do Estado)” (MOREIRA, 1997, p. 254).

Os moradores viviam em certa tranquilidade em suas áreas, plantando e vivendo do sustento da terra, tinham casa de taipa com telhado de palha, um pouco melhor da situação de Subáuma, em que ao contrário da mencionada não viviam em situação de miserabilidade, todavia, tudo se transfigura, e instaure-se um clima de tensão que chegou a ter repercussão internacional, quando em 1975, as terras de Cachorrinho e

Coqueirinho foram compradas pela Usina Central Olho D'água, sendo o estopim do início de conflitos:

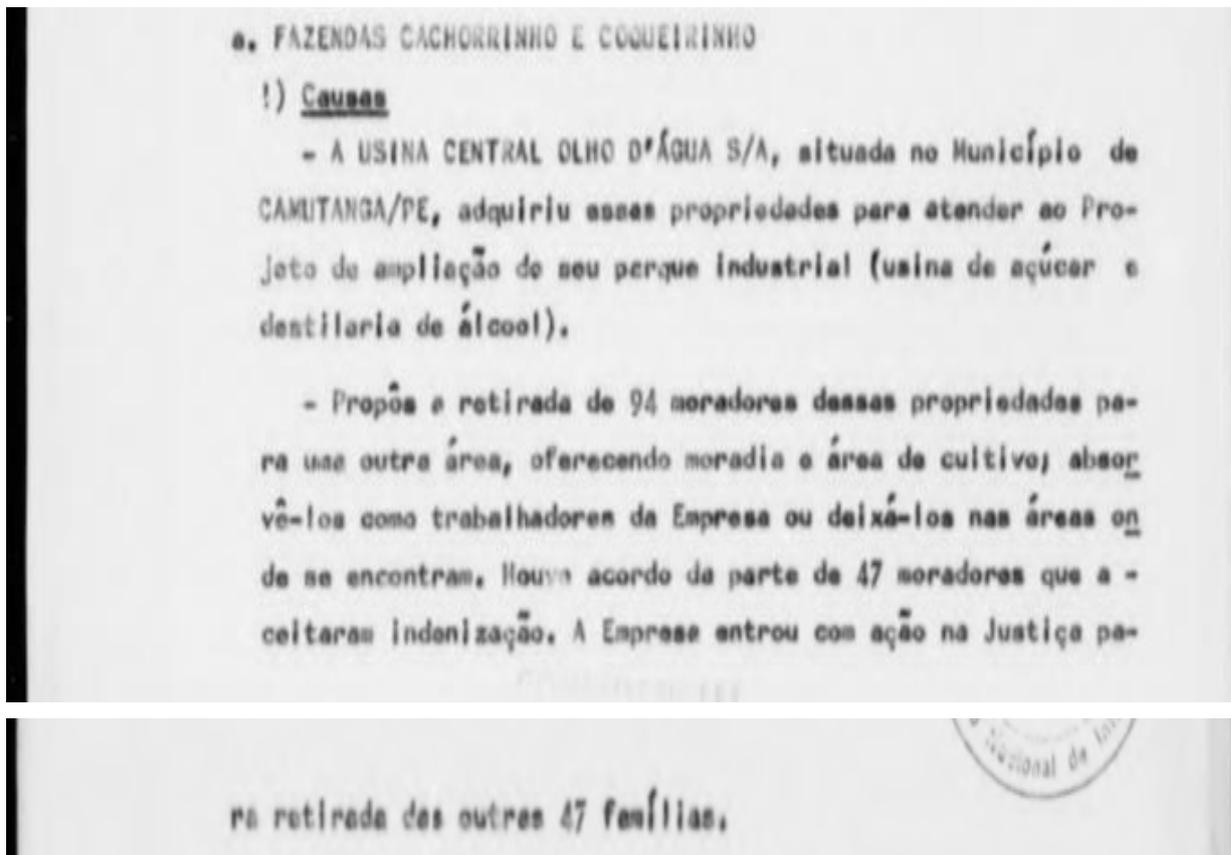


Figura 60 Fazendas Cachorrinho e Coqueirinho.

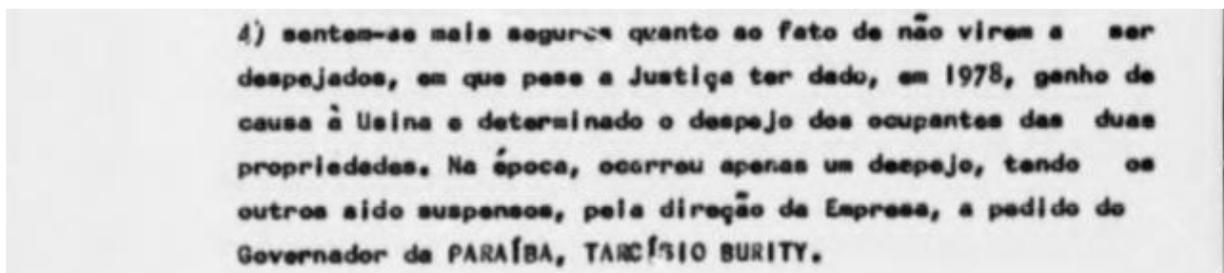
Fonte: **ARE-ACE-1535/80**Fundo SNI. Agência Recife

Seguindo a mesma premissa dos donos das fazendas aqui já apresentadas, os moradores de décadas não foram consultados sobre a venda, e nem sobre sua possível expulsão e mudança na sua vida cotidiana. Após ficarem cientes da nova transação, os moradores procuram os novos donos que se recusam a aceitar o foro, que era a prática costumeira de trabalho dos camponeses com o proprietário.

Sem saber o que seria feito com eles, os rendeiros e suas famílias viram entrar o ano de 1976. Porém, só em abril foram convocados para uma reunião com os representantes a empresa. Nessa ocasião, receberam um comunicado da Usina e que poderiam permanecer na terra por mais um ano. Durante esse período não lhes seria cobrada nenhuma renda. Depois de um ano, porém, seriam indenizados e deveriam deixar a propriedade. (MOREIRA, 1997, p. 254, 255)

Em busca de solução para essa violação de seus direitos os trabalhadores recorrem ao sindicato dos trabalhadores rurais, que através de advogado protocolam

liminar de proteção para posse dos camponeses, porém essa é negada pelo juiz do município de Pedras de Fogo. Nesse meio termo, também buscaram apoio junto ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos da arquidiocese da Paraíba (CDDH), juntamente com a Fetag e Pastoral Rural. E junto a esses é que o conflito pôde alastrar-se para além das fronteiras do litoral sul da Paraíba. Todavia, mesmo com o apoio dos setores da sociedade civil acima mencionados e sua força coletiva, os despejos não foram evitados, em 1979 “foi executado o primeiro despejo, de uma trabalhadora viúva de 68 anos” (MOREIRA, 1997, p. 256), demonstrando a violência dos proprietários. Apenas após esse fato conflituoso foi que o governo do estado da Paraíba conseguiu, em diálogo com os novos proprietários, que o despejo não acontecesse, como podemos observar abaixo em relatório do SNI:

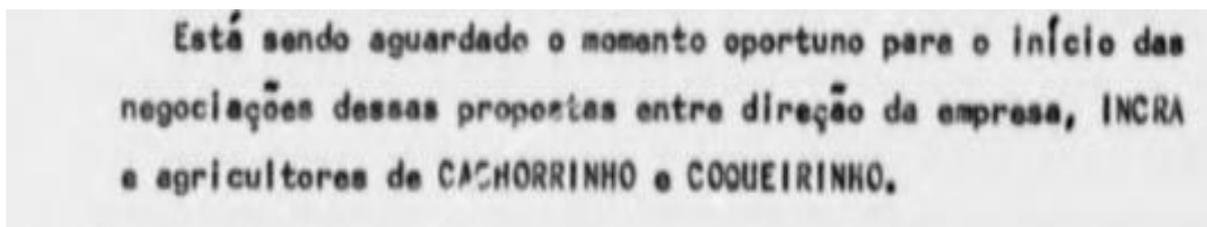


4) sentem-se mais seguros quanto ao fato de não virem a ser despejados, em que pese a Justiça ter dado, em 1978, ganho de causa à Usina e determinado o despejo dos ocupantes das duas propriedades. Na época, ocorreu apenas um despejo, tendo os outros sido suspensos, pela direção da Empresa, a pedido do Governador da PARAÍBA, TARCÍSIO BURITTY.

Figura 61 Situação dos conflitos nas fazendas.

Fonte: ARE-ACE-1535/80Fundo SNI. Agência Recife

A seguir, houve uma breve trégua, mas não havendo liberdade para os camponeses, em que seguiam sofrendo violências dos proprietários, sendo impedidos de produzirem nas terras, ocupando a terra apenas para moradia, mas sabemos que para um agricultor viver na terra significa produzir e se alimentar, e não apenas dormir. Apenas “cinco anos depois, mais precisamente em abril de 1980, o Incra realizou uma vistoria no imóvel. Nenhuma solução, porém, apontou para solucionar o conflito”(MOREIRA, 1997, p. 257), ou como podemos constatar, em busca de momento oportuno:

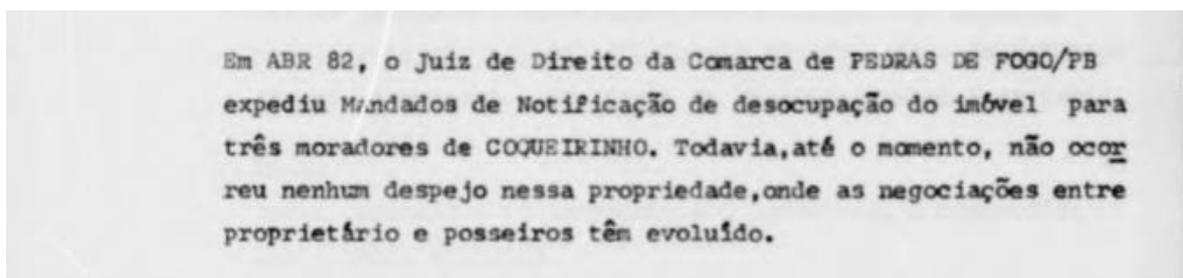


Está sendo aguardado o momento oportuno para o início das negociações dessas propostas entre direção da empresa, INCRA e agricultores de CACHORRINHO e COQUEIRINHO.

Figura 62 Negociações em Cachorrinho e Coqueirinho.

Fonte: **ARE-ACE-1535/80**Fundo SNI. Agência Recife

Em 1982, o clima de tensão mais forte volta às terras de Cachorrinho e Coqueirinho, ocasião em que mais três trabalhadores passariam pelo processo de despejo. “Manoel Ferreira Araújo, José Ferreira de Araújo Filho e José Alfredo da Silva, que deveriam deixar o imóvel em 24 de abril, quando receberiam uma indenização” (MOREIRA, 1997, p. 257). Esse fato, foi relatado também pelos agentes do SNI:

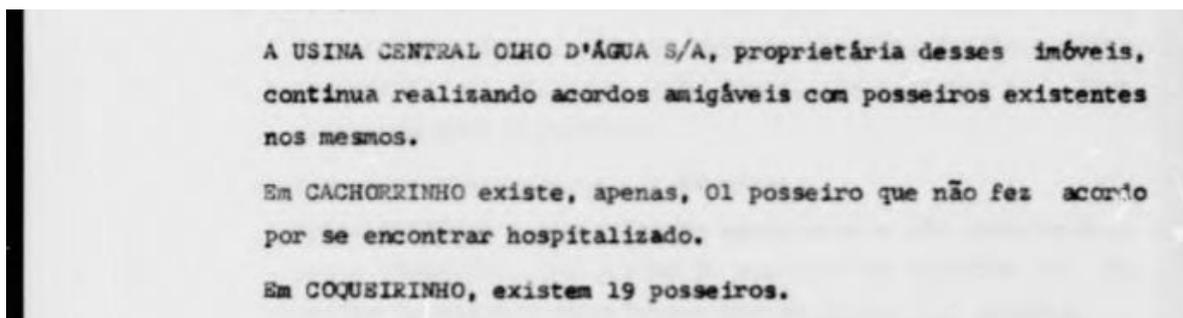


Em ABR 82, o Juiz de Direito da Comarca de PEDRAS DE FOGO/PB expediu Mandados de Notificação de desocupação do imóvel para três moradores de COQUEIRINHO. Todavia, até o momento, não ocorreu nenhum despejo nessa propriedade, onde as negociações entre proprietário e posseiros têm evoluído.

Figura 63 Processo de desocupação da terra de alguns moradores.

Fonte: **ARE-ACE-1535/80**Fundo SNI. Agência Recife.¹⁴⁸

E assim sucederam-se as relações em ambas as fazendas, não mais com despejos, mas com acordos com os usineiros, em vista de uma distante desapropriação e inanição do Inca. Todavia algumas famílias seguiram na luta em Coqueirinho como podemos ver na figura 63.



A USINA CENTRAL OLHO D'ÁGUA S/A, proprietária desses imóveis, continua realizando acordos amigáveis com posseiros existentes nos mesmos.

Em CACHORRINHO existe, apenas, 01 posseiro que não fez acordo por se encontrar hospitalizado.

Em COQUEIRINHO, existem 19 posseiros.

Figura 64 Usina Central Olho D'água.

Fonte: Fundo SNI – Agência Recife -- **ARE-ACE – 1535-80**. Fundo SNI. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

¹⁴⁸Em relação aos trabalhadores que receberam indenização e foram expulsos de suas terras: “em outubro do mesmo ano, um diagnóstico preliminar foi realizado pelo Inca em Coqueirinho. Ele dá conta de que os trabalhadores despejados estariam habitando a periferia urbana o município e trabalhando como assalariado da Usina”(MOREIRA, 1997, p. 258) As mudanças causadas com o avanço do capitalismo no campo e proeminente apoio do governo federal mudou de modo brutal a vida dos trabalhadores rurais que enfrentaram conflitos no Estado da Paraíba nesses anos.

A realidade desses moradores só mudariam em 1996, quando a fazenda Imbé sofreu desapropriação e os remanescentes de Coqueirinho puderam enfim, ter uma terra sua para plantar e viver. Já os moradores de Cachorrinho assinaram um acordo com a Usina e por meio de indenização saíram da fazenda.

Dando fim ao último conflito analisado nessa narrativa, em que após anos de espera e resistência, alguns escolherem acordo por perceber que seria o caminho mais certo, mudando seu modo de vida de agricultores foreiros a empregados da Usina de cana de açúcar e moradores de área rural, e outros seguiu na resistência na terra, logrando êxito demasiado tempo após início do conflito, contabilizando 17 anos de resistência. Na figura abaixo podemos observar como ficou o cenário final desse conflito, e o pagamento feito pela usina aos trabalhadores, dando fim ao conflito tido como “um dos mais antigos problemas de tensão social da Zona da Mata da Paraíba”.

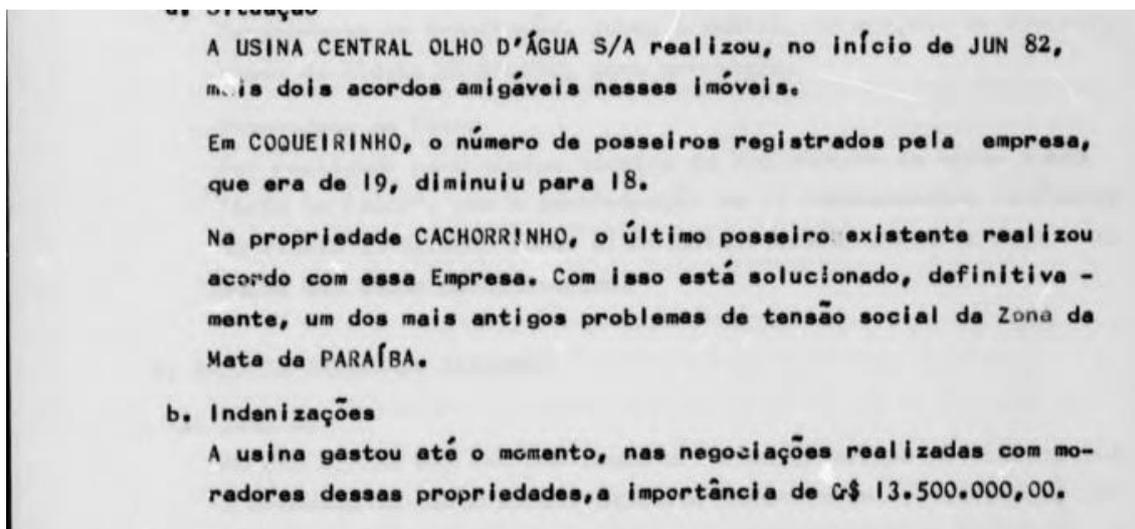


Figura 65 Conclusão das negociações das áreas rurais.

Fonte: ARE-ACE-1535/80 Fundo SNI. Agência Recife

3.2 Vigilância aos leigos e membros da Igreja Católica na Paraíba que participaram dos movimentos sociais no campo

Vigiados e nomeados com diversos jargões usados na época como subversivos, infiltradores da ideologia comunista, comunistas de batina, entre outros, os membros da Igreja Católica, da ala afinada à Teologia da Libertação figuravam em diversos relatórios do Serviço Nacional de Informações, ou mencionados em grande maioria nos relatórios sobre as situações em áreas de conflitos agrário. Freiras, Freis, Padres, e

leigos de pastorais que estivessem alinhados à ideia de ajuda e luta junto ao povo pobre e camponês eram considerados subversivos e sofriam uma vigilância intensa e bem programada. Nos relatórios por nós pesquisados é corriqueiro a menção de membros desse setor católico nos documentos referentes aos processos de resistência dos movimentos sociais no campo na Paraíba, neles, iremos ver que são mencionados como agitadores dos camponeses, e membros que impedem o desenvolvimento de negociações dos proprietários, Incra ou governo com os trabalhadores rurais, pois para o SNI, o Clero servia como influenciador dos trabalhadores rurais, assim os colocando em local de aríetes de ideias da Igreja subversiva, isso mostrando a visão política que os agentes dos serviços militares tinham da consciência dos trabalhadores da terra, não compreendendo eles enquanto sujeitos de suas próprias escolhas e consciência de classe, enquanto trabalhador.

Dito isso, iremos perceber, que ao analisarmos, trouxemos aqui documentos em que mencionam nomes de membros leigos e pessoas do clero, percebendo a ligação corriqueira às suas ações nos movimentos sociais no campo no Estado da Paraíba, pois o Centro de Defesa dos Direitos humanos da Arquidiocese da Paraíba (CDDH) teve um papel importante na luta pela desapropriação dos conflitos rurais, discutidos no tópico anterior, e sobre essa e seus membros, foram elaborados relatórios de suas ações e vidas, ocasionando em demissões¹⁴⁹ e perseguições. Mesmo que tentássemos focar em mostrar a vigilância às vidas dos padres, freiras e etc, iríamos esbarrar nas suas ações sociais, pois eram essas que os faziam alvo do Serviço. Por esse motivo, escolhemos nesse capítulo trazer a vigilância sofrida pela Igreja Católica tida como “progressista”, e os movimentos sociais no campo no Estado da Paraíba.

Nesse contexto de vigilância e repressão da Ditadura Militar brasileira, um nome se mostra corriqueiro nos documentos dos órgãos de vigilância da ditadura militar esse setor da sociedade civil o de Dom José Maria Pires. Arcebispo Emérito da Paraíba, figura proeminente e de forte atuação nesse período da história brasileira, tinha seu nome constante nos relatórios aqui apresentados. A menção a Dom Zumbi foi trazida, no capítulo anterior onde expomos aspectos de sua vida e de sua luta, todavia, aqui iremos nos deter em mostrar a vigilância a sua atuação nos anos de abertura política, lenta e gradual dos anos de 1975 a 1985. A maioria dos documentos referentes a Dom

¹⁴⁹ Como no caso do advogado popular Júlio Cesar e sua demissão, exposto na figura 44 e 45.

José e aos membros da Igreja Católica, se dão nos anos entre 1980 a 1984 que são os anos de maior conflito nas áreas rurais, como podemos observar no tópico anterior.

Assim como Dom José enquanto líder da Igreja Católica no Estado e, conseqüentemente, ocupando local de protagonismo nas ações desenvolvidas pela Igreja e seus movimentos de sociedade civil como as Pastorais, CDDH e entre outros; iremos compreender a vigilância do SNI para além dele, essa caindo em cima dos demais membros da Igreja e leigos. Um dos nomes que iremos desenvolver análise aqui foi do também Advogado Wanderley Caixe, que acusado de subversivo pelos militares, fora um grande apoiador das ações da Igreja e ajudante ferrenho na garantia dos direitos dos camponeses, também iremos observar a vigilância a Dom Marcelo Carvalheira, as Irmãs Tony e Marlene, aos Frei Anastácio e Hermann, aos Padres Cristiano, João Maria, Mauro Carli, Godofredo, Sacerdote Leonardus, entre outros; assim como também a vigilância e parecer de membros da Igreja Católica no Estado, que seguiam a linha política dos militares e que poderiam ajudar esses na vigilância aos membros da Igreja Católica. Um ponto importante de evidenciarmos é que corriqueiramente iremos mencionar a vigilância conjunta desses membros mencionados acima, haja vista que os relatórios do SNI os mencionam em conjunto, assim como devemos compreender que eles atuavam juntos na grande maioria dos casos. Assim, compreendendo que não dá para ficarmos separando por clérigo ou leigo, pois como poderemos observar, ao mencionar as ações junto aos movimentos sociais dos membros da Igreja, o SNI corriqueiramente mencionando Dom José Maria Pires, seja como membros da linha do Clero progressista desenvolvida por Dom José, ou por membros da Arquidiocese da Paraíba. Então, iremos primeiro desenvolver um pouco a vigilância sobre Dom José e seguir com os demais membros, mencionando seus nomes de maneira conjunta.

Por conseguinte, são inúmeros os documentos, em que as ações cristãs católicas junto aos movimentos sociais no campo sofrem violência, assim como são acometidos por uma tentativa de deslegitimação da atuação os membros da Igreja e conseqüentemente a sua organização popular, através de ações de contrapropaganda desenvolvida pelos militares nos jornais do Estado. E com elas hoje, podemos construir uma narrativa histórica em que mostre esse período da história de forte violação dos Direitos Humanos e tentativa de cerceamento das ações coletivas contra-hegemônicas com a violência institucionalizada com o golpe civil militar e sua permanência de 21 anos.

Desde que o governo incentivou o projeto denominado Pró-Alcool, os posseiros começaram a sofrer pressões para deixarem a terra. Não interessava mais ao proprietário ter um número elevado de moradores. Para ele era melhor a terra livre e desimpedida para os tratores prepararem o plantio da cana. Fruteiras foram derrubadas, sítios desapareceram. Foi quando muitos agricultores resolveram organizar-se para resistir à expulsão. A igreja da Paraíba, através da Pastoral Rural, colaborou com eles como pôde. As reuniões se faziam no antigo Seminário transformado em Centro de Treinamento (CENTREMAR). Uma comunidade religiosa das Missionárias de Jesus Crucificado cuidava da casa. Nesse tempo, eu também residia no Centremar. (PIRES, 1995, p. 17)

O trecho acima, retirado da carta de despedida de Dom José Maria Pires, escrita em 1995 como forma de deixar registrado seu amor e gratidão aos anos como arcebispo em “Amor e dedicação à Paraíba”, nos apresenta em prática qual era essa ação conjunta entre Clero, leigos da Igreja e trabalhadores da zona rural da Paraíba. E devido a tal postura em seus anos de episcopado é que seu nome rendeu páginas e páginas de relatório do SNI, como podemos observar abaixo em relatório “Identificação de religiosos e leigos atuantes no processo subversivo”, de 03 de janeiro de 1984, anos fins da Ditadura Militar, mas em que órgãos de informação ainda seguiam em forte atuação na busca de legitimação da sua funcionalidade e para provar a existência de um movimento “subversivo” em transcurso no país. Nele, observamos uma foto de Dom José e menção ao seu papel desenvolvido junto aos trabalhadores rurais como um incentivador de discordância entre os camponeses contra proprietários e governo.



Fonte: **ARE-ACE-60003/84** Fundo SNI. Agência Recife

Figura 66: Vigilância a Dom José Maria Pires.

Segundo a pesquisadora Janaína Gomes, “a trajetória pastoral de Dom José é marcada por atritos que estabeleceu, por um lado, com agentes do governo, e por outro, com setores da classe dominante local” (GOMES, 2019, p. 100). Mesmo o bispo seguindo uma linha quase sempre conciliatória com os poderes políticos em voga, sua postura era de uma constante denúncia às violações cometidas no meio rural do Estado da Paraíba e na defesa dos direitos humanos. Em entrevista concedida ao jornalista Francisco Maria Filho, no dia 5 de fevereiro de 1979, ao programa “Confidencial” transmitida pela TV Borborema, na cidade de Campina Grande, na Paraíba, transcrito em relatório do SNI de 11 de abril de 1979, com o título “Entrevista de Dom José Maria Pires”, podemos observar o peso que caía para ele em assumir tal postura. Dom José fala sobre suas experiências no Estado. Interpelado pelo entrevistador, sobre possíveis ameaças, Dom José diz:

- O Sr. já foi assim advertido ou ameaçado por algum Sr. de terra?
DJMP - Diretamente não. Eu tenho recebido algumas ameaças, não da Paraíba, são toda, elas anônimas e as cartas tem sido colocadas fora do Estado da Paraíba. Justamente por elas serem anônimas não merecem respostas e essas ameaças não podem nos intimidar de jeito nenhum.

[...] Fonte: Fundo SNI – Agência Recife - **ARE-ACE –221-79.84**

Em relatoria do SNI de 1979 de título “Infiltração comunista nos diversos setores de atividades”, em que de acordo com os agentes do SNI, Dom José seria um inflamador dos sujeitos do campo em conflito no Estado. e onde além disso, podemos perceber que ao ser mencionado em um documento com respectivo título, Dom José é colocado como comunista pelos agentes do SNI, seguindo uma ideia estereotipada e generalizada da época sobre as pessoas envolvidas nos movimentos sociais ou defensores dos Direitos Humanos, em que por se movimentarem em oposição a algumas ações do governo, ou até ele por si só já eram tidos como comunistas.

Bispo da chamada linha do “Clero Progressista”, desempenha constantes atividades na zona rural e em movimentos contestatórios efetuados nos principais centros urbanos da PARAÍBA. Procura sempre atacar o governo, inclusive procurando incitar os trabalhadores contra as autoridades. Fonte: Fundo SNI – Agência Recife - **ARE-ACE –539-79**. Fundo SNI. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

Dom JOSÉ MARIA PIRES afirmou para os camponeses presentes que "(DEUS disse que a terra é pare quem trabalha por isso voos trabalhadores devem continuar) a sua luta. A Igreja não é contra os ricos, mas contra aqueles capitalistas ' que, imbuídos de egoísmo, querem explorar os pobres. Fonte: Fundo SNI – Agência Recife - **ARE-ACE – 344-79** Fundo SNI. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba

Dom José recebia uma intensa vigilância, seja em suas pregações, cartas pastorais, mobilizações junto aos trabalhadores rurais, e suas participações em eventos eclesiais ou não, suas cartas e pronunciamentos iam parar em jornais com títulos sensacionalistas com o intuito de difamação de sua conduta para com a sociedade civil e assim perder legitimidade em suas ações pastorais. Em setembro de 1967 Dom José redigiu uma carta nomeada “Por um socialismo Brasileiro” em que diz:

Não poderia haver uma forma brasileira? Diferente da de Cuba e do Leste Europeu? Devemos questionar-nos sobre isto se não o estamos fazendo ainda. É muito pouco condenar o regime de Fidel Castro no que ele trouxe de arbitrariedades e de supressão de direitos individuais. É importante examinar com serenidade se a revolução cubana não está sendo, sob certos aspectos, uma resposta aos anseios

de libertação e desenvolvimento de um povo. Libertação e desenvolvimento impossíveis de serem atingidos dentro da estrutura econômica em que vivia aquele país irmão. Não temo afirmar que, aproveitando a lição e evitando os erros de Cuba, nossos governantes devem utilizar a soma de poderes a eles outorgados pela Revolução para intervir com mais coragem na economia privada. (PIRES, 1978, p.62, 63).

Nesse trecho da carta e pronunciamento do bispo podemos tirar algumas conclusões da compreensão política de Dom José, em que ainda esperava que os militares no governo usassem do seu local de poder para questões voltadas à propriedade privada, evidenciando o caráter conciliatório e de busca de diálogo dos membros da Igreja Católica que denunciavam a violação aos Direitos Humanos, porém havia membros da Teologia da Libertação que rechaçaram qualquer tipo de diálogo e nutriam uma forte oposição aos militares. No relatório “atividades de Dom José Maria Pires, Arcebispo da Paraíba” datado de 29 de setembro de 1981, os agentes do SNI vigiavam e analisam a carta pastoral acima escrita pelo Bispo, e sua repercussão, em que :

O "Diário de PERNAMBUCO" e o "Jornal do Comércio", ambos editados no RECIFE, respectivamente em edições de 26 e 28 Set 78, divulgaram que o Arcebispo da PARAÍBA, Dom JOSÉ MARIA PIRES, fez no dia 23 Set 78, em JOÃO PESSOA/PB, eloquente e violenta pregação contra o direito de propriedade, citando CUBA como exemplo de justiça social na AMÉRICA LATINA. À sua maneira de ver, o direito de propriedade existente no BRASIL "é uma violência contra a doutrina cristã" **ARE-ACE –1943-81**. Fundo SNI. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba).

Com uso de adjetivos como “violento”, para se referenciar a pregação do bispo, os agentes do SNI seguiam na construção sobre a compreensão de sujeitos subversivos vestidos de batina dentro da Igreja. Mencionando ainda que no mesmo sermão Dom José Maria Pires usou de sua fala enquanto Bispo para dar enfoque à situação fundiária no Estado da Paraíba, nas fazendas Alagamar e Piacas, que mencionamos no tópico anterior. sobre essa situação específica de fala de Dom José, os agentes concluem que o bispo, ao fazer esse tipo de prática no meio urbano, seria um: “que têm levado o clero a uma posição decidida e cada vez menos cautelosa, na tentativa de angariar a adesão da população da zona urbana.” Fonte: **ARE-ACE-1973/81** Fundo SNI. Agência Recife. No mesmo relatório, em anexo, podemos observar a matéria de jornal com a manchete

sensacionalista sobre a fala do bispo, nela podemos compreender como algumas mídias da época, utilizavam de falas para construir um fato político, logrando êxito, haja vista que foi mencionada no documento em questão:



Figura 67 Trecho do Diário de Pernambuco usado pelo SNI para ligar bispo ao socialismo. “Citando Cuba como um exemplo de justiça social na América Latina. O Arcebispo da Paraíba. D. José Maria Pires, fez sábado, na Igreja da Conceição nesta capital”

Fonte: **ARE-ACE-1943/81** Fundo SNI. Agência Recife

As ações dos membros da Igreja Católica seguiam em forte espionagem dos agentes do SNI, por meio de documentos como o relatório de 30 de outubro de 1980 “Atividades de grupo religiosos”, em que não só trazia minuciosamente as ações através de transcrições de falas dos membros, mas também recortes de jornais, e cartas produzidas por essas pessoas envolvidas junto ao movimento rural.

Dom José por usar de seu local enquanto intelectual orgânico, seja por meio de seus discursos, ações de organização juntos aos trabalhadores em geral, e aqui específico a ação desenvolvida no meio rural do Estado da Paraíba, também experimentou as práticas de contra propaganda das forças militares, no caso, aqui o SNI e seus meios de comunicação parceiros, utilizando-se como ferramenta de difamação para com a sociedade civil paraibana, para assim cair em descrédito suas ações sociais e quiçá mobilizar a população contra o Bispo. Podemos ruminar que tais procedimentos direcionado ao Bispo, era reflexos de seu papel enquanto intelectual orgânico em que

“nesse processo, (deve) ¹⁵⁰formular uma visão de mundo que seja condizente com as necessidades e os interesses históricos dos trabalhadores do campo e da cidade, disseminando-a na coletividade por diferentes meios, forjando outra cultura” (MARTIS, 2011, p. 140).

Dito isto, em alusão às ações desenvolvidas por Dom José Maria Pires e os membros da Igreja Católica alinhada à Teologia da Libertação no Estado da Paraíba, em conflitos agrários na Paraíba, o SNI desenvolvia ações para deslegitimar as práticas coletivas desenvolvidas junto aos movimentos sociais, como foi mencionada acima. No Relatório Especial de Informação, de 15 de dezembro de 1980, de título “Atuação nas áreas de tensão fundiária na Paraíba” que trazem abertamente suas ações de contrapropaganda as essas ações, como uma tática de mostrar a dita incoerência da Arquidiocese da Paraíba para com os trabalhadores rurais de fazenda pertencente a mesma.¹⁵¹

O documento faz referência a ação da Arquidiocese da Paraíba na fazenda Camucim, no qual discorrem que, por “influência permanente das Freiras Helena Wilhelmina Silvestre (MARLENE), Antônia Maria Van Han (TONI) e do Padre Maltês JOÃO MARIA CAUCHI e do terrorista WANDERLEY CAIXE.” (Fonte: **ARE-ACE-1532/80** Fundo SNI. Agência Recife), os camponeses dessa fazenda não aceitavam o acordo proposto pelo governo em que incentiva o desenvolvimento do PROALCOOL, como vimos no tópico anterior desse capítulo. Ademais, podemos perceber a corriqueira intenção de evidenciar a questão de alguns Padres e suas nacionalidades estrangeiras, pois havia na compreensão militar da época que, alguns membros da Igreja estrangeiros poderiam ser membros subversivos exteriores. Também é perceptível a ideia de associar o advogado Wanderley Caixe ao terrorismo “subversivo”. A seguir podemos verificar as ações tiradas pelos agentes do SNI em curso na Fazenda Camucim para desestabilizar a ação dos membros católicos e seus membros leigos.

¹⁵⁰ “Deve” acréscimo meu para melhor adequação gramatical, mas não perdendo o sentido teórico proposto pelo autor.

¹⁵¹ Referente a fazenda Gavião pertencente a Arquidiocese da Paraíba .

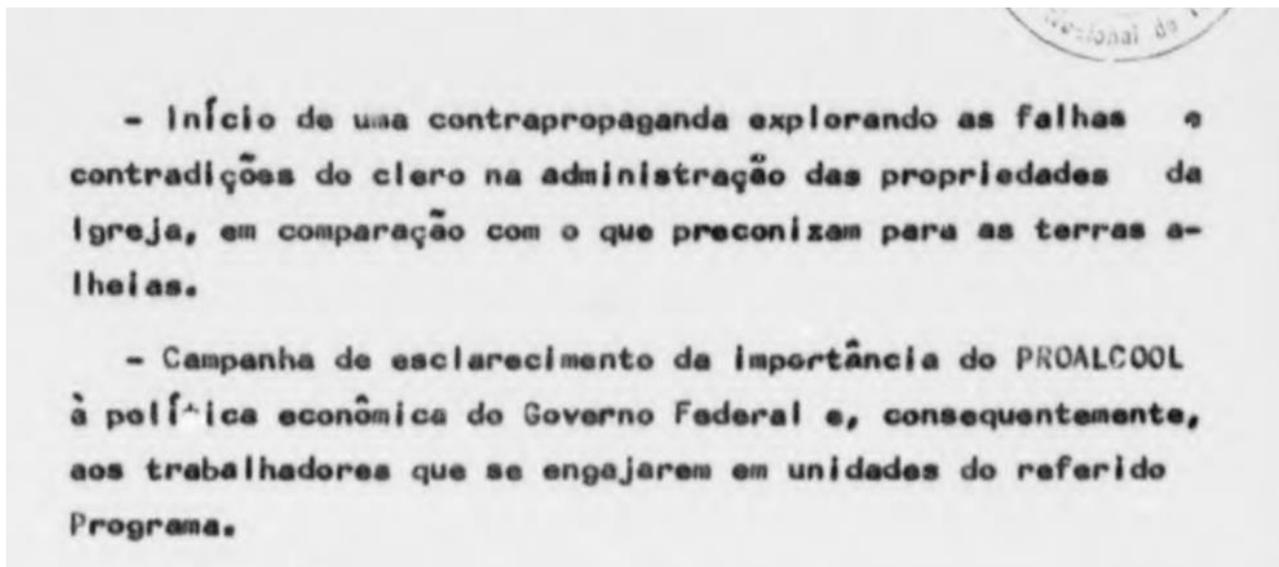


Figura 68 SNI e contrapropaganda as ações dos religiosos católicos no meio rural paraibano.

Fonte: ARE-ACE-1532/80 Fundo SNI. Agência Recife

De acordo com Moraes, (2010, p. 54) O filósofo italiano Antonio Gramsci, ao discorrer sobre hegemonia, compreende que, “os jogos de consenso e dissenso que atravessam e condicionam a produção simbólica nos meios de comunicação, interferindo na conformação do imaginário social e nas disputas de sentido e de poder na contemporaneidade.” os militares ao construírem narrativas com o intuito de serem publicadas nos jornais locais para assim trazer uma instabilidade na atuação da Arquidiocese da Paraíba, como podemos observar na figura acima, nos mostra que com essa ação podemos compreender enquanto uma manobra de disputa de hegemonia com o intuito de manter a legitimidade das forças armadas no poder, assim como mostrar a eficácia do SNI, dado que, nos anos finais da Ditadura Militar, os órgãos de informações no Brasil, ao invés de sofrer um recuo em suas ações, intensificam suas diligências para mostrar que ainda havia em curso a dita movimentação para tornar o Brasil comunista.

Outro exemplo do uso de construção de informações do SNI sobre atuação da Arquidiocese e tentativa de deslegitimar a ação do Clero junto aos movimentos sociais e sociedade civil no geral, é no documento “Situação do imóvel Gavião” de 20 de novembro de 1980. A fazenda em questão de nome Gavião, pertencente à Arquidiocese da Paraíba, foi visitada pelos agentes do SNI disfarçados como membros do INCRA, para colher informações sobre a localidade e observar a ausência ou permanência do

trabalho da Igreja nesse local. Na figura a seguir podemos observar a sinalização do SNI como agentes infiltrados de servidores do INCRA:

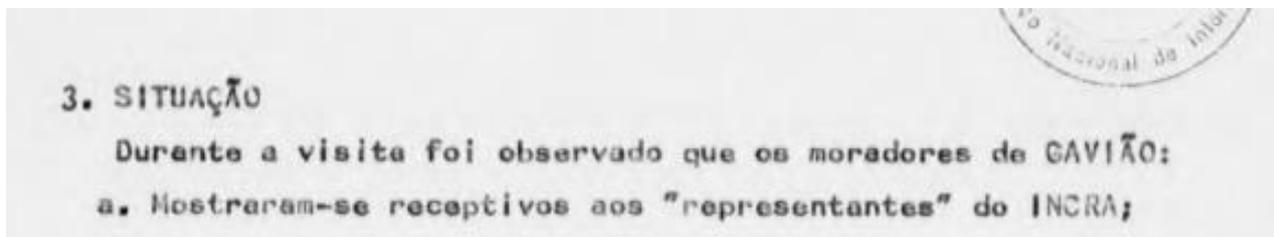


Figura 69 Áreas rurais da Arquidiocese usadas como contrapropaganda pelo Regime.

Fonte: ARE-ACE-1510/80 Fundo SNI. Agência Recife

Na ocasião em específico, o SNI constata que a população da área vivia em demasiada miséria, e que passaram a receber auxílio religioso a partir de 03 novembro de 1980, através do “uma precária assistência religiosa”. O Cónego CORNÉLIO FARIAS BELO, de dois em dois meses celebrará a missa na localidade. “(Fundo SNI – Agência Recife - ARE-ACE-1510-80. Fundo SNI. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.). No documento em questão os agentes concluem que haveriam mais 24 propriedades que possivelmente teriam essa mesma situação dita de miséria, como pode ver na figura abaixo. Mencionando que apenas em setembro de 1980 fora a última vez em que Dom José Maria Pires havia pisado nas terras da fazenda Gavião após três anos de ausência.

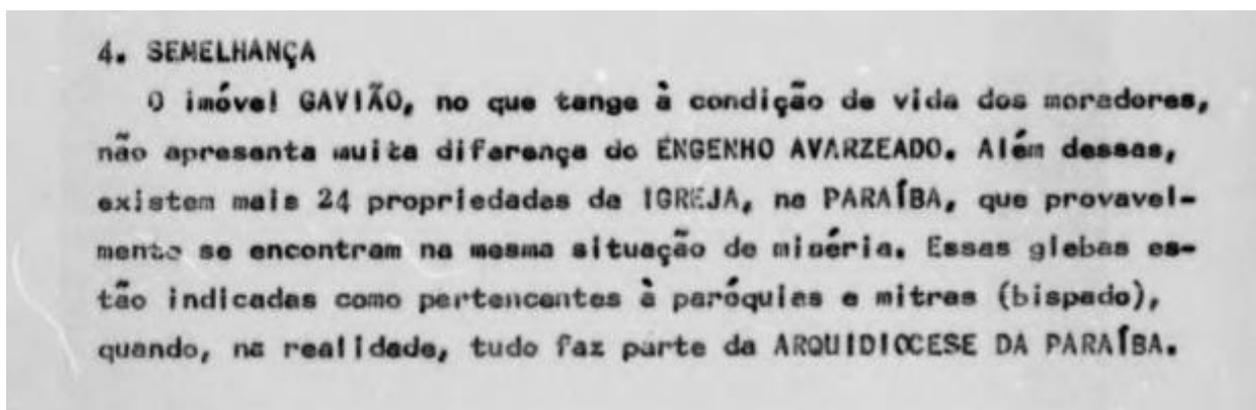


Figura 70 SNI e contrapropaganda.

Fonte: ARE-ACE-1510/80 Fundo SNI. Agência Recife

Dentro desses mecanismos de vigilância das atividades da Arquidiocese da Paraíba, um aspecto de relevante observação, foi a reportagem saída no jornal *O Norte*, de 25 de novembro de 1979, referente ao engenho Arvazeado mencionado no documento acima do SNI. Nele, segue-se a mesma linha de vigilância e descrédito da atuação do clero nas ações da reforma agrária. constatam no Engenho Arvazeado uma contradição no discurso do “clero progressista”, pois de acordo com o SNI “A citada reportagem destaca o caráter contraditório das pregações pró-reforma agrária do Arcebispo Dom JOSÉ MARIA PIRES e' de seus auxiliares, em relação aos latifúndios daquela arquidiocese.” Fundo SNI – Agência Recife - **ARE-ACE –734-80**. Fundo SNI. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba). Podemos compreender que, usando dos meios de comunicação parceiros, os agentes por meio de busca de consenso tentavam frear as ações pró reforma agrária nas áreas rurais, apontando ainda que com essa denúncia as bases menos manipuláveis da Igreja ficariam em alerta sobre tais práticas contraditórias da Arquidiocese:



Figura 71 Trecho do jornal Correio de 14 de dezembro de 1980, em que apresenta matéria referente a situação da fazenda Gavião pertencente a Arquidiocese da Paraíba.

Fonte: ARE-ACE-1532/80 Fundo SNI. Agência Recife

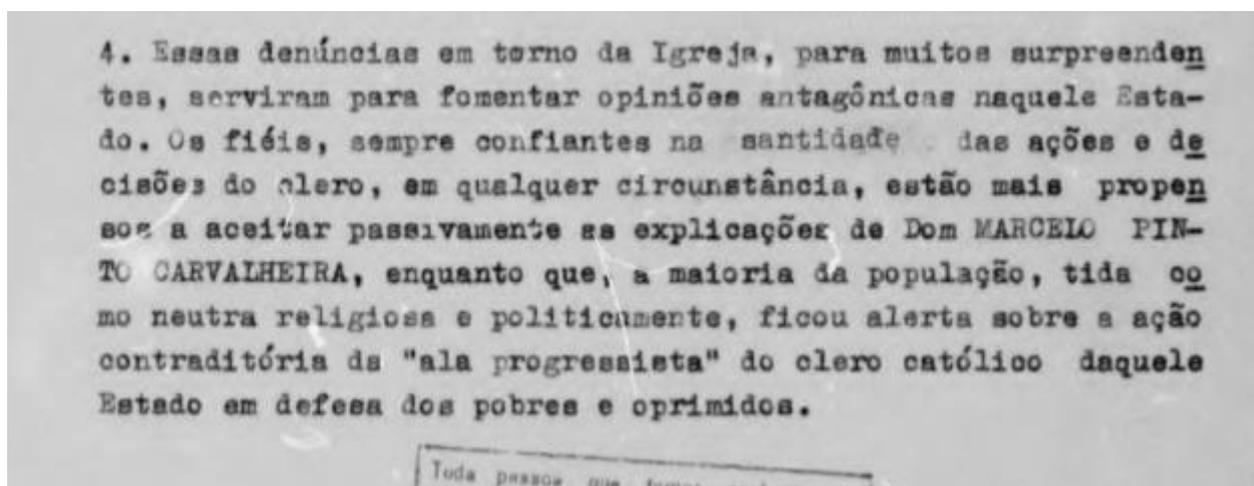


Figura 72: SNI e os resultados da sua contrapropaganda, segundo eles.

Fonte: **ARE-ACE-734/80** Fundo SNI. Agência Recife

O engenho Arvazeado mencionado um pouco acima como local de contradição do Clero Paraibano alinhado a Dom José servia como espaço de um Seminário Rural e local de organização em torno da pauta de melhores condições de vida para os camponeses envolvidos de conflitos de terra e formação de Padres. Deslegitimar a vida nesse engenho servia também como maneira de minar as ações desenvolvidas nele, no trecho a seguir podemos observar Dom José mencionando o seminário no Engenho e como local de estudo para ser a nova igreja, tal qual assustava e contrariava os anseios dos militares, além de deixar claro o problema de ausência de Padres nas áreas rurais pela pouca quantidade de ordenados:

o trabalho e estudo seriam os dois grandes eixos da formação e continuariam durante toda a missão. Aceito a proposta com entusiasmos, partimos logo à procura de local adequado. Em 25 de janeiro de 1981, quando eu completava 50 anos de entrada no seminário, foi instalado o SEMINÁRIO RURAL' no Engenho Arvazeado, de propriedade da Arquidiocese. Na época, sentíamos que faltavam às CEBs não só dirigentes capacitados mas também ministros ordenados que pudessem garantir-lhes a condição de novo modo de ser igreja' . [...] Não tínhamos e não temos até hoje padres suficientes no meio rural. Os nossos sacerdotes residem em cidades. Vão a zona rural para prestar os serviços religiosos e retornam à cidade. (PIRES, 1985, p. 33, 34)

A atuação dos demais membros da Igreja além do Dom José Maria Pires era bastante vigiada pelos órgãos de informações. Chamados de líderes radicais orientados pelo bispo, salvo também que em sua grande maioria eram eles que vivenciavam o cotidiano dos conflitos de terra e vida camponeses, mesmo que em sua maioria os documentos corriqueiramente mencionam o Bispo Dom Jose, devemos compreender que tal menção não é apenas por sua presença nos locais, mas sim por ser a figura líder da Igreja Católica no Estado, enquanto Arcebispo. Colocadas como radicais, podemos observar a vigilâncias às freiras, como as Irmãs Antonia Maria Van Ham (Irmã Tony) e Helena Wilhelmina Silvestre Burgers (Irmã Marlene), ao Padre José Diácono de Macedo e ao advogado Wanderley Caixe ,que constantemente é chamado de terrorista, como podemos ver na figura a seguir, em que são colocados enquanto membros que atrapalham o desenvolvimento da cooperativa de Alagamar desenvolvida pelos militares e membros do Incra.

2. FAZENDAS ALAGAMAR, MARIA DE MELO E PIACAS
 - S. TUAÇÃO ATUAL
 A COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS AGRICULTORES DE ALAGAMAR LTDA-
 (COOAGRAL) atualmente conta com o número, que tende a crescer, de
 143 sócios.
 Esse aumento vem preocupando os líderes radicais da área,
 cujos orientadores são DOM JOSÉ MARIA PIRES, as irmãs ANTONIA MARIA
 V. R. HAM (TONY) e HELENA WILHELMINA SILVESTRE BURGERS (MARLENE), o Pa-
 dre JOSÉ DIÁCONO DE MACEDO e o terrorista WANDERLEY CAIXE, que a to-
 do custo pretendem enfraquecer a Cooperativa.

Figura 73 Situação das fazendas, Alagamar, Maria de Melo e Piacas e atuação dos religiosos.

Fonte: ARE-ACE-1592/81 Fundo SNI. Agência Recife.

Atuantes na equipe de Promoção Humana da Arquidiocese da Paraíba, em conjunto com demais membros da Igreja, as irmãs católicas, Tony e Marlene ambas de origem holandesas tinham seus nomes mencionados como agitadoras dos camponeses frequentemente, como podemos ver acima. A irmã Tony, vivendo grande parte de sua vida no Brasil junto aos movimentos sociais no campo, assim como Irmã Marlene, que em depoimento relata “que veio da Holanda totalmente alheia à realidade brasileira. Mas em um curso para aprender a língua portuguesa foi ‘entendendo tanto a realidade real do povo como da política e toda a realidade da ditadura militar daquele tempo’”. (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 392). Ambas atuavam como membros da Igreja Católica nas áreas de conflito agrário por terra no Estado, irmã Marlene assim como Tony:

Acompanhava alguns conflitos de terra em apoio aos camponesas na luta pela desapropriação de terras improdutivas, por exemplo, a fazenda Alagamar, “naquele tempo, o exército ia nas áreas de conflitos. Havia muita opressão, muita destruição. Mas esse povo manteve sua organização e sua firmeza. Teve momento de prisão de agricultores. Alguns foram presos e levados para o 15º Regimento de Infantaria”. (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 393)

Em relatório do dia 03 de Janeiro de 1984, por título “Identificação de religiosos e leigos atuantes no processo subversivo” em que junto a Dom José Maria Pires e

demais membros associados a ideia da teologia da libertação têm seus nomes, rostos e intenções políticas expostos, Irmã Tony e Marlene aparecem enquanto atuantes nas áreas de conflito agrário em desenvolvimento no Estado, como podemos observar nas respectivas figuras de ambas as freiras.



NOME: HELENA WILHELMINA SILVESTRE BURGERS
(Irmã MARLENE)

FILIAÇÃO: WILHELM BURGERS e HELENA WINTJES
DLN: 11 SET 1943 - BERGHAREN - HOLANDA

ATIVIDADES: Freira católica da Arquidiocese da PARÁIBA;
Agente Pastoral na Arquidiocese de JOÃO PESSOA/PB da Ordem Irmãs Missionárias do Santo Antonio,

Sob a orientação da ARQUIDIOCESE DA PARÁIBA, atuou intensamente no interior daquele Estado. Tumultuou o processo fundiário na Fazenda CA MUCIM, localizada em PITIMBÚ/PB; nas propriedades de CACHORRINHO e CO QUEIRINHO, localizadas no Município de PEDRAS DE FOGO/PB; na Reserva Indígena Potyguara, localizada em BAÍA DA TRAIÇÃO/PB e nas Fazendas ALAGAMAR, PIACAS e MARIA DE MELO, localizadas em ITABAIANA/PB e SALGADO DE SÃO FÉLIX/PB.

Figura 74 Informações sobre Irmã Marlene.

Fonte: ARE-ACE-6003/84 Fundo SNI. Agência Recife.



NOME: ANTONIA MARIA VAN HAM (IRMÃ TONY)
 DLN: 12 JUN 1934 - VESSEM WEN KNEGSEL - HOLANDA
 FILIAÇÃO: CORNELIS VAN HAM e
 KAROLINA ANNA LIEBREGTS ou KOROLINE
 ANNA LIEBREGTS ou CORNELIUS VAN HAM ou
 KAROLINA ANNA ZIEBREGTS.
 ATIVIDADES: Agente Pastoral da Arquidiocese da
 PARAÍBA

Sob a orientação da ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA, atuou intensamente no interior daquele Estado. Tumultuou o processo fundiário na Fazenda CAMUCIM, localizada em PITIMBÚ/PB; nas propriedades de CACHORRINHO e COQUEIRINHO, localizadas no Município de PEDRAS DE FOGO/PB; na Reserva Indígena Potyguara, localizada em BAÍA DA TRAIÇÃO/PB e nas Fazendas ALAGAMAR, PIACAS e MARIA DE MELO, localizadas em ITABAIANA/PB e SALGADO DE SÃO FÉLIX/PB.

Figura 75 Informação sobre Irmã Tony.

Fonte: **ARE-ACE-6003/84** Fundo SNI. Agência Recife.

Acusadas de agitação e perturbação da ordem Irmã Marlene, junto a Irmã Tony, sendo a primeira citada no relatório referente à “Infiltração comunista nos diversos setores de atividade” de 30 de outubro de 1980, “juntamente com outras pessoas ligadas ao clero, promoveu agitação na região de Alagamar e Piacas/PB – Procura jogar os moradores contra os proprietários e o governo”. (Fonte: **ARE-ACE-1464/80** Fundo SNI. Agência Recife.) Corriqueiramente ambas eram mencionadas em ações conjuntas, vigiadas como podemos observar na figura a seguir, referente ao relatório de 1981, “Atuação nas áreas de tensão fundiária na Paraíba” em que podemos ver a Irmã Marlene, Irmã Tony, e o advogada Wanderley Caixe, aparecem enquanto possíveis réus, haja vista que de acordo com os agentes do SNI, terem incitados os camponeses a práticas tidas como ilegais a ordem:

A SSP/PB foi orientada no sentido de instaurar um Inquérito Policial, para verificação dos fatos, o que ocorreu após representação feita pelo Presidente da CODAGRAL contra os infratores.

Posteriormente, em 1^o FEV 81, esse Inquérito foi encaminhado à SR/DPF/PB, pela referida Secretaria, por motivo do encarregado de sua apuração ter considerado passíveis de punição pela legislação federal, uma vez que foram acusados por algumas testemunhas de ter incitado os agricultores à prática daquelas irregularidades, as freiras holandesas HELENA WILHELMINA SILVESTRE BURGERS (Irmã MARLENE) e ANTONIA MARIA VAN HAM (Irmã TONY) e o terrorista WANDERLEY CAIXE.

Figura 76 Menção de religiosos em áreas de tensão fundiária.

Fonte: ARE-ACE-1619/81 Fundo SNI. Agência Recife.

Em relatório de 1981, onde se aglutina informações dos anos que atravessaram o conflito nas áreas rurais, podemos observar uma vigilância à atuação dos membros da Igreja Católica, na fazenda Lameiro, Mata da Vara. Os agentes usam como meio de análise a Quarta carta pastoral de Dom José Maria Pires, em que o bispo relata o sofrimento vivenciado pelos camponeses no estado da Paraíba. Ao concluir a análise sobre a carta, em que se compreende que foi amplamente divulgados em diversos setores no Estado da Paraíba, os agentes mencionam os membros da Igreja que estão envolvidos em ações nas fazendas Mata da Vara e Lameiro, em que é mencionado o nome de sete camponeses que se recusaram a aceitar um acordo com o donoda fazenda Mata da Vara após terem sua lavoura destruída pelo gado do proprietário, prática comum nesse contexto, onde na ocasião os sete “rurícolas foram levados pela freira conhecida como Irmã Marlene Burgers, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel de Taipu/ PB, e através de advogado, foram relacionado os prejuízos” (Fonte: ARE-ACE-2425/81 Fundo SNI. Agência Recife.)

Outros, totalizando sete moradores, não aceitaram o acordo proposto. São eles: SEVERINO PEDRO DA SILVA, AMÍSIO PEDRO DA SILVA, JOSÉ PEDRO DA SILVA, FRANCISCO PEDRO DA SILVA, ANTONIO JORGE DA SILVA, JOSÉ BERNARDO DE SOUZA e JUIE SEVERINO DE SOUZA.

Figura 77 Menção de trabalhadores rurais envolvidos nos conflitos, sua negação aos acordo e seus respectivos.

Fonte: **ARE-ACE-2425/81** Fundo SNI. Agência Recife.

Podemos observar, em vários momentos, a menção ao advogado Wanderley Caixe, e como através desse apoio jurídico à Arquidiocese da Paraíba, encabeçada pelo Bispo Dom José Maria, exercia um importante papel na ajuda em busca da garantia do direito de propriedade aos camponeses. Não podemos deixar de citar a vigilância sofrida pelo Advogado Wanderley Caixe, figura sempre nomeada como subversiva nos documentos produzidos pelos agentes do SNI, como podemos observar na figura 73 em que é citado enquanto terrorista.

No que concerne à vigilância ainda nas áreas há pouco mencionadas, é importante evidenciar o entendimento em que o SNI tinha sobre o Padre que era pároco da área de Mata da Vara, Padre John Marie Gauchi, ou como era chamado de João Maria, que de acordo com eles, buscava uma simpatia da população. Podemos observar na figura a seguir que é mencionado as visitas de Dom José e Irmã Marlene:

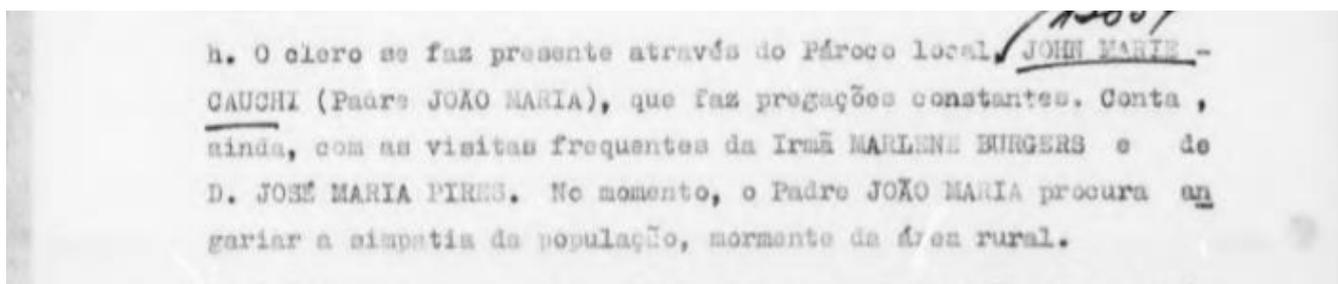


Figura 78 Vigilância a religiosos, John Marte Gauchi (Padre João Maria), Irmã Marlene Burgers e de D. José Maria Pires.

Fonte: **ARE-ACE-2425/81** Fundo SNI. Agência Recife.

Já na fazenda Lameiro é vigiada a atuação do clero através do Padre Cristiano Clift e sua paróquia de Pirpirituba/ PB, juntamente com apoio de Dom José Maria Pires e a Irmã Maria Izair de Albuquerque (irmã Zarita), concluindo que “a maior ação por parte do Padre Cristiano Clift, que visita aquela localidade com muita frequência e ali exerce grande liderança entre os trabalhadores rurais” (Fonte: **ARE-ACE-2425/81** Fundo SNI. Agência Recife.)

Também é válido perceber que no mesmo documento, há uma vigilância ao leigo rurícola de Lameiro, Cícero Batista, em que teve suas ações vigiadas. Ao se deslocar para o Centro de Treinamento de Miramar da Arquidiocese em João Pessoa. Trazer tal fragmento é necessário, haja vista que corriqueiramente o nome dos camponeses eram renegados, concluindo que:

1. O rurícola CÍCERO BATISTA, é pessoa ligada ao esquema do Arcebispo D. JOSÉ MARIA PIRES, e frequentador assíduo do Centro de Treinamento de MIRAMAR, da Arquidiocese de JOÃO PESSOA. A opinião dos habitantes locais quanto a sua pessoa, na região de LAMEIRO, é dividida. Alguns oferecem receptividade as suas atividades, e outros não.

Figura 79 Vigilância a Cícero Batista, rurícola de Lameiro.

Fonte: ARE-ACE-2425/81 Fundo SNI. Agência Recife.

Os agentes do SNI, através da vigilância, pretendiam garantir um controle das ações desenvolvidas no campo, seja através de mapear os camponeses que seguiam a linha do clero, assim como os próprios membros da Igreja, para assim monitorar suas ações nas áreas rurais, como podemos observar no depoimento à Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba da Irmã Marlene Burgers, sobre a situação em Alagamar com a chegada dos membros da Igreja, em que segundo ela, “nesse tempo a gente não podia chegar. Quando a gente entrava em Alagamar eles seguiam a gente. Não tinha mais condição de fazer a reunião, participar da organização do povo. O próprio major Curió¹⁵² teve presente em Alagamar também.” (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 394). É importante saber que alguns anos antes, período de intenso conflito na Grande Alagamar, a Irmã Marlene havia sido presa em ocasião que se encontrava junto ao advogado Júlio Cesar Ramalho como podemos ver no depoimento do referido advogado.

Quando a gente desceu uma ladeira, lá vem um carro de polícia militar a gente estava vendo eles de longe acampado, mas esse carro chegou de repente e trancou o fusca onde eu e a Irmã Marlene estávamos, aí eles deram voz de prisão a Irmã Marlene e não tinha outro jeito. Ele

¹⁵²(Major Curió), “*Sebastião Curió Rodrigues de Moura* nasceu em São Sebastião do Paraíso (MG) no dia 15 de dezembro de 1934, filho de Heitor Rodrigues Pimenta e Antônia Pimenta. Ingressou na carreira militar, tendo feito o curso de Formação de Oficiais do Exército na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende (RJ). Chegou ao Pará no início da década de 1970, participando como agente do Serviço Nacional de Informação (SNI) na repressão da guerrilha do Araguaia, promovida por militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).” In. Verbete CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sebastiao-curio-rodrigues-de-moura>. Acesso: novembro de 2020.

disse, se o senhor é o advogado então o senhor pode ir lá que tem uma pessoa ferida para ir pegar. Então eu disse: não, se ela está presa eu também me considero preso, eu não ia deixar uma freira, uma irmã no meio de cinco policiais. Não sei o que eles poderiam fazer com ela naquele meio do mundo. Eu não ia deixar nunca ela lá sozinha. Então voltamos para Itabaiana onde eu liguei para Dom José, e quando foi na minha volta, eles tinham tirado ela de Itabaiana para Pilar. Para concluir a história, ela ficou presa lá até meia noite e eu lá também quando Dom José chegou com Burity, era tanta gente eram três carros pretos só ouviu ta, ta, ta eram as portas batendo e aí, soltaram a freira. (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 533).

Podemos verificar uma questão interessante desse trecho do depoimento do advogado, tão importante para entender esse contexto, é o poder enquanto Bispo que Dom José Maria Pires possuía, haja visto que o nome “Burity”, mencionado por Júlio Cesar, era o governador do Estado da Paraíba, isso demonstrando o local de conciliação que se encontrava as ações do Clero e da figura de Dom José Maria Pires. Além desse aspecto junto aos poderes políticos, Dom José usava de sua posição também para desenvolver um certo ânimo às ações desenvolvidas junto aos movimentos sociais, como podemos ver no depoimento de Frei Anastácio, em que nos traz sobre as ações desenvolvidas juntos aos camponeses. E é exatamente por essa ação que Frei Anastácio também aparece corriqueiramente mencionado nos documentos do SNI:

a questão de Camucim, então João Lacerda morando, a esposa dele era professora da escola, ela recebia treinamento do método de Paulo Freire, ensinava as crianças e aí começa a luta de Camocim e lá foi uma luta tirana, aqui o companheiro Júlio César, foi o advogado, ele sabe quantas vezes nós enfrentamos a espingarda doze dos capangas, prisões como de Zé Galego e de tantos outros lá. [...] Então Dom José animava essas pessoas para ir tocando o trabalho e teve na época foi muito importante. (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 529).

Sobre o conflito de Camucim mencionado por Frei Anastácio no depoimento acima podemos observar que este teve bastante entraves em seu processo de luta pela terra, e, conseqüentemente, a participação dos membros da Igreja junto a esse conflito, foi alvo de vigilância e de sua máquina de tentativa de construir deslegitimação das ações civis organizadas em torno da defesa da terra. No relatório de 31 de julho de 1981, intitulado “Atuação de religiosos católicos na Fazenda Camucim, em Pitimbu/PB”, se percebe os agentes do SNI claramente colocando a culpa das novas tensões nos membros do clero.

1. Até o dia 26 JUL 81, a área dos posseiros da Fazenda CAMUCIM, em PITIMBU/PB, encontrava-se em clima de relativa tranquilidade, com os trabalhos de demarcação já concluídos, não havendo mais razão para se justificarem conflitos naquela região, embora a DESTILARIA TABU procurasse a Justiça para obter um Mandado de Manutenção de Posse, que lhe permitisse realizar o plantio da cana-de-açúcar nos locais próximos às áreas de litígio, respeitando as áreas medidas.

2. Todavia, naquela data, foi realizada uma reunião entre os posseiros, com a coordenação dos religiosos ANASTÁCIO RIBEIRO, MARIA WILHELMINA SILVESTRE BURGERS ("Irmã MARLENE") e ANTÔNIA MARIA VAN HAM ("Irmã TONY"), os quais incitaram os rurícolas residentes na Fazenda CAMUCIM, juntamente com a ajuda de camponeses de outras áreas, inclusive de ALAGAMAR, a invadirem o restante daquela propriedade, a fim de destruírem o plantio de cana e desfrutarem dos coqueiros pertencentes à DESTILARIA TABU.

Figura 80 Vigilância as ações desenvolvidas em Camucim e aos religiosos.

Fonte: ARE-ACE-1880/81 Fundo SNI. Agência Recife.

Podemos perceber que usamos dos conflitos existentes na área rural, desenvolvidos pela exploração e intensa violência psicológica e também física, sofrida pelos trabalhadores, e a contínua ameaça de desapropriação vivida pelos camponeses, e sua vontade de organizar-se para reaver a sua relativa paz na terra, antes da venda que desencadeou tais conflitos. O agente compreende que através da influência dos membros do Clero, em que incitaram esses a invadirem a propriedade em que já era sua por direito, como podemos observar sobre esse conflito no tópico acima. Esse entendimento sobre influência e ausência de autonomia dos trabalhadores rurais são usualmente evidenciadas pelos agentes do SNI, como podemos observar nessa dissertação.

Ademais, o relatório prossegue na sua função de criminalizar as ações desenvolvidas em Camucim, e fazendo *link* com demais conflitos existentes no Estado nesse período, como os da Grande Alagamar. E para retaliar tais ações desenvolvidas pelos membros do Clero, o dono da área referente à destilaria Tabu, pede, por meio de urgência, a presença de forças do poder político do Estado, tomando providências para frear tais intromissões nas suas áreas, como nos relata os agentes do SNI:

Nos dias 27 e 28 JUL, ANTONIA MARIA VAN HAM ("Irmã TONY") procurou arregimentar posseiros de ALAGAMAR, PITIMBU e CAAPORÁ/PB, para irem à Fazenda CAMUCIM executar as ações anteriormente combinadas. Em face do clima de

intranquilidade provocado pelos citados religiosos, na área, a direção da DESTILARIA TABU enviou Telex, no ' dia 27 JUL 81, ao Governador da PARA/BA, à SSP/PB e à SR/MT/PB, narrando o ocorrido e solicitando urgente providência. (Fonte: **ARE-ACE -1880-81** Fundo SNI. Agência Recife.)

Ainda sobre a vigilância em Camucim, os agentes complementam dizendo que a resposta do governador Burity ao caso fora que, apenas transmitiu o recado para a Coordenadoria geral do INCRA, e para Dom José Maria Pires. Mais uma vez, percebemos aí a ligação com os poderes constituídos e o Arcebispo da Paraíba, assim como a legitimidade que o Bispo possuía nos seios do Clero, em que caso houvesse alguma necessidade de direcionar as ações naquela região, o governador confiava que Dom José iria orientar os membros da Igreja junto do conflito. Ademais, o SNI prossegue, no que se refere as medidas tomadas pelo governador, “adotando nenhuma providência visando a assegurar a ordem na região” (Fundo SNI – Agência Recife - ARE-ACE -1880-81. Fundo SNI. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba).

Porém, o aspecto que nos chama mais atenção nesse documento específico é o desfecho dele, em que o SNI, colocando como de in veritate a declaração de Dom José Maria Pires enviada ao governador Tarcísio Burity, através da vigilância do telegrama mandado pelo Bispo ao Governador sobre essa questão. Podemos observar o telegrama e a conclusão do SNI a seguir:

8. Foram feitas gestões e a imprensa da PARAÍBA transcreveu o Telex enviado pela DESTILARIA TABU ao Secretário de Segurança/PB, o que provocou a remessa de um telegrama do Arcebispo Dom JOSÉ MARIA PIRES ao Governador do Estado, com os seguintes destaques:

"CABE-ME INFORMAR SEREM DESTITUÍDAS FUNDAMENTOS DENÚNCIAS VEICULADAS SENHOR FREDERICO AXEL LUNDGREN. NENHUM RELIGIOSO LIGADO ESTA ARQUIDIOCESE PARTICIPOU QUALQUER REUNIÃO CAMUCIM DATA INDICADA. ARQUIDIOCESE APÓIA LUTA DO POVO CAMUCIM PARA PERMANECER NA TERRA. DEVO AINDA ESCLARECER QUE, EM CASO DE CONFLITO, IGREJA SE POSICIONARÁ LADO AGRICULTORES CAMUCIM QUE DEFENDEM DIREITO POSSE ANTERIOR DIREITO PROPRIETÁRIOS".

9. Verifica-se, no texto do referido telegrama, o firme propósito externado por Dom JOSÉ MARIA PIRES, ao declarar que "se posicionará ao lado dos agricultores em caso de conflito", ao mesmo tempo

Cont. da INFORMAÇÃO nº 190 /119/ARE/81 - Fls. 03 -

em que falta à verdade, quando nega a participação de religiosos em reuniões de incitamento aos trabalhadores rurais daquela área.

Figura 81 Análise do SNI a Telegrama enviado por Dom José Maria Pires ao Governador do Estado.

Fonte: ARE-ACE-1880/81 Fundo SNI. Agência Recife.

Buscando reafirmar a postura desse setor da Igreja Católica e de Dom José em específico, o SNI ainda ressalta as palavras do Bispo, em que ficará ao lado dos camponeses, como uma maneira de deixar em evidência que o bispo seguirá suas ações nessas áreas e a partir da concepção dos agentes, do referido órgão seguirá influenciando e agitando os camponeses.

Assim como em Camucim, e a Grande Alagamar, outros conflitos de terra foram alvos dessa vigilância, e, consubstancialmente, também os membros da Igreja. Frei Anastácio e Frei Hermann, se configuravam em diversos documentos com seus nomes em conjunto em ações pastorais, haja vista que em algumas ações da Arquidiocese de promoção de Direitos Humanos, os Freis construíam juntos, e também, devido a documentação que habitualmente os coloca juntos, como no relatório de 20 de junho de 1979 com o título: "Frei Anastácio Ribeiro e Frei Hermann Joseph Curten (Frei Hermano)", ademais, também podemos observar na figura a seguir, a menção conjunta

dos Freis no relatório de 14 de setembro de 1982 referente a tensões em áreas de conflito no Estado:

3) AÇÃO DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA E DA FETAG/PB
 Aqueles agricultores foram orientados, a exemplo dos problemas ocorridos na FAZENDA CAMUCIM, pelos Frades HERMANN JOSEPH CURTEN ("FREI HERMANO") e ANASTÁCIO RIBEIRO, da ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA e pelo Advogado da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA DO ESTADO DA PARAÍBA (FETAG/PB) e militante do PCB, JÚLIO CÉSAR RAMALHO RAMOS, demitido, recentemente, da Secretaria de Planejamento da PARAÍBA, por agitação no meio rural.

Figura 82 Vigilância as ações da Arquidiocese da Paraíba.

Fonte: **ARE-ACE-3565/82** Fundo SNI. Agência Recife.

Uma questão que vale mencionarmos, é o transcurso dos anos e manutenção de uma vigilância aos membros católicos, haja vista que trouxemos documentos de 1979 a 1984 e a vigilância às suas ações seguiam com frequência. Dito isso, no documento acima podemos observar a constante necessidade de mencionar a ligação partidária de Júlio Cesar e sua exoneração, assim como a confirmação de sua demissão devido a sua ação política, demonstrando o caráter autoritário do regime. No tocante a vigilância às atividades de Frei Hermano, no trecho do relatório a seguir, podemos observar uma ficha de identificação de Frei Hermano enquanto parte do clero envolvido em atividades subversivas, nome o qual intitula o documento:

CONFIDENCIAL





NOME: HERMANN JOSEPH CURTEN

DLN: 28 JUL 1944 - REMOCHIED - ALEMANHA

FILIAÇÃO: FRANS CURTENS ou FRANZ CURTEN e
ELZA FRUISCHER CURTEN ou ELZE BRUSCHER
CURTEN ou ELZE BRUTSCHER CURTEN ou ELI
ZABETH CURTEN.

ATIVIDADES: Frei na Igreja Nossa Senhora do Rosá
rio.
Vigário na Paróquia de CONDE, ALHANDRA
e TAQUARA.

Atuou em diversas propriedades do interior do Estado da PARAÍBA, sem
pre orientando posseiros a invadirem glebas e destruírem as lavouras, fo
mentando, assim, um clima de tensão na região, com vistas à deflagração
de um conflito que propicie a desapropriação das áreas onde atua.

Figura 83 Informações sobre Frei Hermano.

Fonte: **ARE-ACE-6003/84** Fundo SNI. Agência Recife.

Frei Hermano, alemão, como podemos ver acima, residiu nos estados de Pernambuco e do Rio Grande do Sul antes de ser transferido para Paraíba em 1973. Em sua trajetória neste estado, sofreu várias acusações, dos poderes instituídos como destaca Dom José em Carta Pastoral de 1975:

Nosso irmão o Frei Hermano José foi também chamado de novo ao I Grupamento de Engenharia por autoridades da Segurança Nacional, acusaram-no 'de estar pregando a violência, levando o povo a fazer greve, de ser ele comunista e subversivo como o Arcebispo da Paraíba'. Advertiram-no de não continuar seu trabalho junto aos camponeses. E o ameaçaram de fazer um processo contra ele e expulsá-lo do país. (PIRES, 1978, p. 30)

Sua função estabelecida por Dom José, era acompanhar o trabalho desenvolvido pela Arquidiocese da Paraíba e suas comunidades. No trecho acima, escrito pelo Padre, fica a tentativa de afastar a imagem do Clero de Comunistas, haja vista que como já mencionamos no capítulo anterior, Dom José, assim como demais membros da Igreja,

renegavam tal nomeação para com eles. Pois “ninguém acredita que somos comunistas ou subversivos. Somos humildes servos de Jesus Cristo e, por amor dele, queremos estar cada vez mais perto de vocês participando de suas angustias e sofrimentos.” (PIRES, 1978, p. 31). Em relatório em que trazem as informações deste fato relatado sobre] o Frei Hermano, os agentes do SNI também mencionam a resposta do Bispo Dom José Maria Pires, como podemos ver a seguir. Assim como tentam construir uma narrativa de justificativa de suas ameaças e ações relativas ao referido Frei Hermano. Com o título “Ação sindical do Clero”.

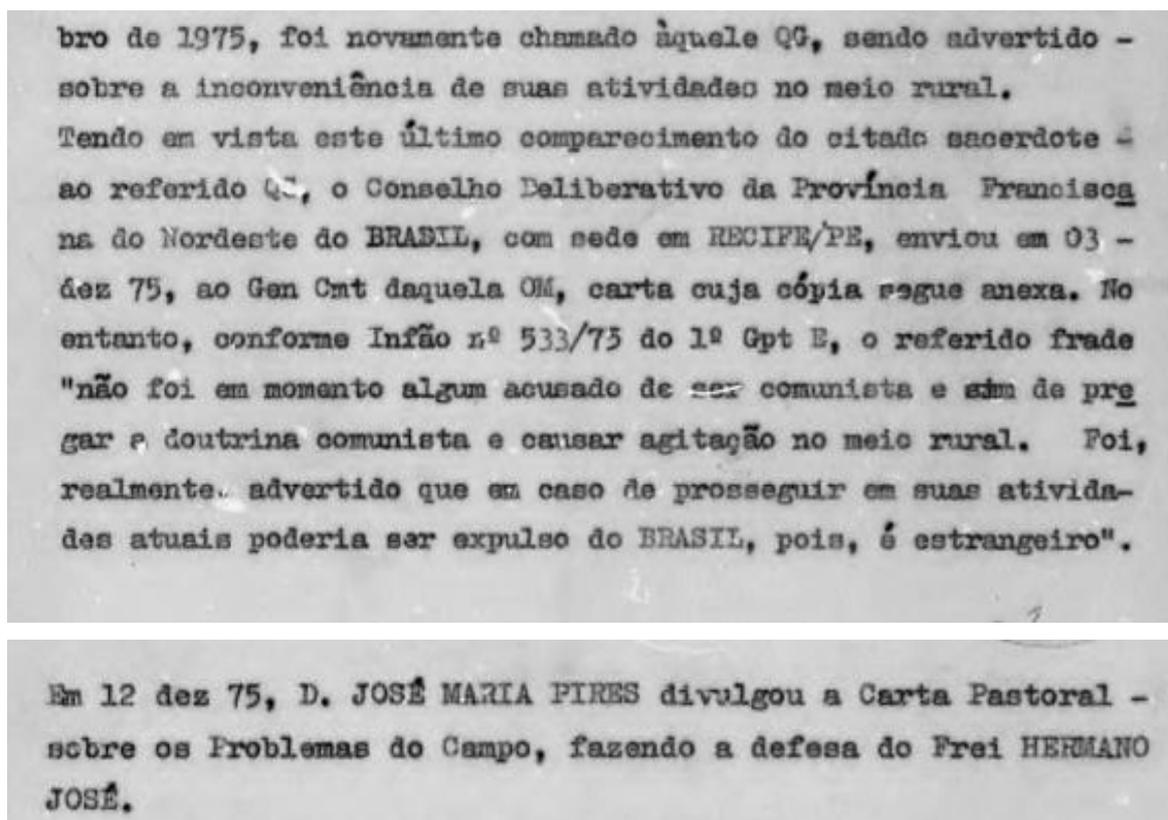


Figura 84 Relatório do SNI sobre movimentações sindicais dos religiosos.

Fonte: ARE-ACE-2435/81 Fundo SNI. Agência Recife.

Interessante os argumentos usados pelos agentes na defesa de suas ações, pois assumem que identificou e o acusou de estar desenvolvendo ações comunistas, todavia isso não implicaria que estaria o acusando de comunista, haja vista que devemos lembrar o contexto em que se enquadra essa conjuntura, cujo jargão de comunista carregava forte simbologia em contexto de Guerra Fria e de ditadura militar. Igualmente, assumem que fora advertido que era possível sua expulsão do país, uma clara ameaça e tentativa de controle das ações desenvolvidas por esse setor.

Em depoimento para a Comissão da Verdade do Estado da Paraíba, Frei Hermano lembra sobre suas atividades desenvolvidas em período de Ditadura, para que possamos ter compreensão a partir de sua concepção, em que:

D. José o convidou para fazer parte da Equipe de “Promoção Humana”, com várias pessoas ligadas a diversas áreas da Arquidiocese. Os membros da equipe faziam reuniões, trocavam informações sobre os acontecimentos do momento e se articulavam, entre eles, para dar os devidos apoios às comunidades. (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 392).

Alguns anos após esses acontecimentos e a produção desse documento, em 1982, Frei Hermano, junto a Wanderley Caixe, foram interpelados e basicamente presos, pelo proprietário da fazenda Capim-Açu no município do Conde, após uma reunião fechada com os camponeses, conforme relato dos agentes do SNI:

4) DETENÇÃO DO “FREI HERMANO”
 Em FEV 82, o proprietário deteve e interpelou, quando saíam de uma reunião à portas fechadas com os moradores, o “FREI HERMANO” e o Advogado do CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANA-
 CONFIDENCIAL

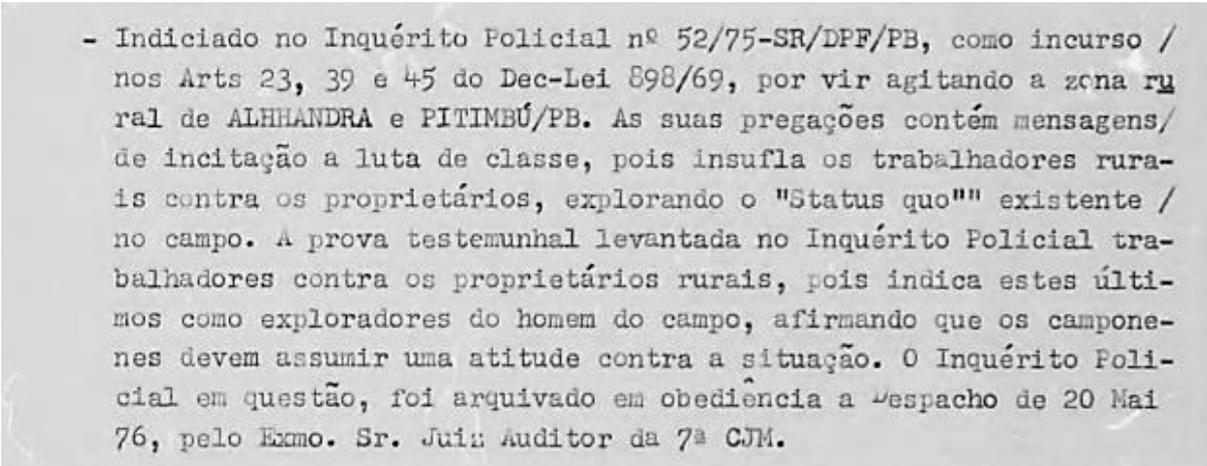
Cont. do REI Nº 015 /119/ARE/82 - fls 03 - 
NOS (CDDH), da ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA.
 No mesmo dia, o religioso prestou queixa e solicitou garantias às autoridades estaduais para os posseiros, ao mesmo tempo que uma comissão de agricultores concentrada na FETAG solicitava, também, garantias de vida, o que motivou o deslocamento de contingente policial para a área.
 b. EVOLUÇÃO

Figura 85 Informações sobre a detenção de Frei Hermano.

Fonte: ARE-ACE-3565/82 Fundo SNI. Agência Recife.

Colocado enquanto subversivo, fato esse acentuado também pela sua nacionalidade estrangeira e a comumente desconfiança dos militares para com estrangeiros atuando em ações pelos direitos humanos, segundo o relatório, o Frei Hermano desenvolveu ações de incitação dos camponeses como podemos ver a seguir no referenciado relatório, em que traça as atividades desenvolvidas pelo Pároco de Alagamar, Frei Hermano.

Nele, conseguimos observar um apanhando de informações anteriores à data de produção do relatório e, conseqüentemente, uma vigilância às ações desenvolvidas no contexto de desenvolvimento do documento, que traz como título de informação e contextualização sobre o Frei Hermano, em que “Em 06 Nov 69, foi preso pelo DOPS/RS, devido suas ligações com Frei CARLOS ALBERTO LIBANIO DE CRISTO ‘Frei BETO’ “(Fundo SNI – Agência Recife - ARE-ACE -785-80. Fundo SNI. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba). E traz também informações referentes às ações no campo e conseqüências sofridas pelo Frei.



- Indiciado no Inquérito Policial nº 52/75-SR/DPF/PB, como incurso / nos Arts 23, 39 e 45 do Dec-Lei 898/69, por vir agitando a zona ru- ral de ALHANDRA e PITIMBÚ/PB. As suas pregações contém mensagens / de incitação a luta de classe, pois insufla os trabalhadores rura- is contra os proprietários, explorando o "Status quo" existente / no campo. A prova testemunhal levantada no Inquérito Policial tra- balhadores contra os proprietários rurais, pois indica estes últi- mos como exploradores do homem do campo, afirmando que os campone- nes devem assumir uma atitude contra a situação. O Inquérito Poli- cial em questão, foi arquivado em obediência a Despacho de 20 Mai 76, pelo Exmo. Sr. Juiz Auditor da 7ª CJM.

Figura 86 Informações sobre o indiciamento do Frei Hermano.

Fonte: ARE-ACE-785/80 Fundo SNI. Agência Recife.

Os agentes do SNI tentam deixar em evidência que as ações promovidas pela Equipe de Promoção Humana da Arquidiocese eram, em síntese, uma insuflação da luta de classes através dos clérigos, em específico o Frei Hermano, Já nos anos iniciais da década de 80, em outro relatório “Antecedentes e atividades atuais do Frei Herman Joseph Curten” de janeiro de 1981, a vigilância sobre as atividades no meio rural seguem.

o. Atividades Atuais

1) Em 29 OUT 80, promoveu reunião no Município de ALHANDRA /PB da qual participaram cerca de 300 pessoas, para discutir sobre os problemas rundiários locais. Após o evento, os posseiros ali reunidos passaram a devastar cerca de 04 hectares das plantações de cana-de-açúcar pertencentes a Destilaria TABU, alegando a posse das terras. Tal fato motivou a instalação de um Posto Policial na Região.

2) Ultimamente, tem atuado em diversas propriedades no interior do Estado da PARAÍBA, sempre orientando os posseiros a invadirem as glebas e destruírem as suas lavouras, fomentando, assim, um clima de tensão na Região, com vistas à deflagração de um conflito que propicie a desapropriação das áreas onde atua.

3) Em missa celebrada no Dia de Pinados p.p., em CAAPORÁ/PB, o nominado fez distribuir panfleto (anexo A), conclamando a população a solidarizar-se com os trabalhadores da Fazenda CAMUCIM e que, segundo ele, estão sendo "ameaçados de expulsão pela Usina TABU".

Na mesma ocasião, circulou um outro panfleto (anexo B) dirigido às autoridades e ao povo em geral, no qual denuncia a situação existente naquela Fazenda e faz várias exigências, dentre as quais:

Figura 87 Vigilância as ações de Frei Hermano.

Fonte: ARE-ACE-156/81 Fundo SNI. Agência Recife.

Como fica evidente acima, a intensa vigilância e capilaridade do SNI em estar a par das ações do Clero, e no caso aqui, de Frei Hermano, em que traçam um relato de que o mesmo usava de seu local na hierarquia católica para desenvolver uma ideia inflamatória no meio rural em que atuava no Estado da Paraíba. Tal vigilância constante dessas pessoas e suas ações, era uma maneira de controlar e assim adiantar-se em quaisquer ações em que entendessem enquanto perigo para a Segurança Nacional, assim como também usar de seu local para deslegitimar as ações do clero junto aos camponeses. Podemos perceber com a vigilância sofrida por Frei Hermano a força de aglutinação de informações que o SNI possuía.

Assim como Frei Hermano, Frei Anastácio sofria vigilância em suas ações no meio rural. Hoje está com mandato enquanto Deputado Federal do Estado da Paraíba,

pelo Partido dos Trabalhadores (PT), no período aqui pesquisado, um jovem Frei junto a Arquidiocese da Paraíba, em que “Frei Anastácio, Antônio Ribeiro, paraibano, nascido em Esperança-PB, padre da ordem franciscana, também participou da Equipe Promoção Humana criada por D. José Maria Pires.”(Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 395). Assim como os já mencionados, Hermano, Tony e Marlene. No documento a seguir podemos observar a vigilância do SNI às direções dadas por Dom José Maria Pires às ações dos seus “subordinados” no conflito de Camucim.

-D. JOSÉ MARIA PIRES se encarregaria junto aos seus subordinados Frei HERMANO, Frei ANASTÁCIO, irmã TONY e irmã MARLENE de evitar incidentes na área;

- as partes não dariam prosseguimento as ações judiciais em tramitação;

- D. JOSÉ MARIA PIRES se comprometeu, ainda, a trabalhar com os seus subordinados que atuam nas áreas, sindicatos e advogados, para resolver o impasse criado na área de CAMUCIM.

Às 17:30 hs, do mesmo dia, na mesma igreja, D. JOSÉ MARIA PIRES celebrou uma missa e na sua pregação se reportou à reunião que teve com o proprietário de CAMUCIM, criticando-o pela aquisição e exploração daquelas terras.

Figura 88 Vigilância a atuação dos religiosos na Fazenda Camucim.

Fonte: ARE-ACE-1532/80 Fundo SNI. Agência Recife.

No trecho acima percebemos a vigilância contínua às ações e missas feitas por Dom José e sua equipe, na qual registram fala de Dom José de crítica ao proprietário de Camucim, que vinha violando os direitos humanos dos camponeses que ali moravam, como podemos ver no tópico anterior. Nos seus anos na Equipe de promoção humana da Arquidiocese, Frei Anastácio, e outros membros da Igreja construíam essas ações, trabalhando junto aos movimentos sociais, para assim garantir o direito à terra que vinha sendo negado pelos proprietários tinham seus nomes presentes nos relatórios, como o a acima citado. E por estas ações iam sendo colocados sob vigilância, assim como sofrendo perigos nas visitas, devido a crescente violência nas áreas rurais, como as travadas em Alagamar, Camucim e demais já supracitadas no tópico anterior. Sobre as ações que eram desenvolvidas e o cuidado com a população camponesa que ali

morava e resistia. Frei Anastácio, em depoimento, nos traz como era desenvolvido o processo de trabalho de base¹⁵³ no local:

Então ele foi pedi para Frei Hermano, celebrar lá e nós dissemos: olha Antônio, celebrar sem conhecer o povo, primeiro vamos sentar para conversar para conhecer o pessoal depois a gente começa a celebração. E assim a gente começou um trabalho na região da grande Mucatú, no município de Caaporã, Pitimbu, Alhandra e Conde. E nós saíamos cedo depois do almoço duas horas ficava até a noite visitando as famílias na região conhecendo e fazendo um trabalho muito mais de ouvir. (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DA PARAÍBA-Audiência Pública conflitos no campo. João Pessoa, 2015. CEVPM-PB)

No trecho acima, Frei Anastácio nos situa como tratar com os camponeses, onde haveria uma escuta antes de atuar e a necessidade de compreender o local que iriam desenvolver as ações de Direitos Humanos. Indo em contramão da conclusão habitual dos relatórios do SNI onde podemos observar que colocam os camponeses como apenas influenciados pela Igreja Católica e ausentes de autonomia. Referente às ações em que o Frei Anastácio atuou, o SNI produz um relatório de 20 de junho de 1980, em que traça algumas ações feita pelo Frei, nela podemos perceber a busca de associar as falas do Frei a concepções dos agentes e o regime ao que era entendido como subversivo.

1976 - Promoveu agitação no meio rural juntamente com o Frei HERMANO JOSÉ e o Advogado VANDERLEY CAIXE, Coordenador do Centro de defesa dos Direitos humanos da Arquidiocese da PARAÍBA no caso da desapropriação das propriedades MUCATU, GARAPU e ANDREZA.

1978 - Liderou reuniões na Igreja de ALHANDRA/PB, de cunho ideológico, nas quais tomaram parte agricultores dos Municípios / de ITABAIANA, SALGADO DE SÃO FELIX, PEDRAS DE FOGO, CAAPORA, PITIMBÚ, PILAR, CONDE, MOGEIRO e SÃO MIGUEL DE ITAIPÚ, durante essas reuniões foram lidos artigos da Constituição / Cubana.

- Orientou e incitou moradores contra proprietários de terras no Município de CAAPORÃ

- Participou do III ENCONTRO NACIONAL DAS COMUNIDADES ECLESIAIS, realizado no período de 19 a 23 Jul 78, em JOÃO PESSOA/PB, coordenado pela Arquidiocese da

¹⁵³ “O trabalho de base: é a ação transformadora de militantes da organização popular que atuam sobre um território. Sua missão é despertar, estimular, organizar, acompanhar e promover ações que resolvam os problemas do cotidiano da classe trabalhadora e fazer a ligação dessa luta com a luta geral contra a opressão”(PELOSO, 2012, p. 39) Mesmo que alguns pontos não entrem em confluências com a ação dos membros da Arquidiocese junto aos movimentos sociais no campo, acreditamos que o termo se adeque a realidade de trabalho junto aos camponeses. Pois mesmo sabendo que os Padres, Freis, Irmãos e Leigos nem sempre eram militantes políticos, eles carregavam em suas ações aspectos de transformação da vida desses trabalhadores rurais.

PARAÍBA e com o apoio da CNBB, sob o tema 'IGREJA, POVO QUE SE LIBERTA'.

- É tido como ativista da esquerda clerical e seguidor fiel da orientação do D. JOSÉ MARIA PIRES. - Não foi possível obter os dados qualificativos do nominado. (Fonte: ARE-ACE-785/80 Fundo SNI. Agência Recife.)

Nesse trecho acima podemos observar o alcance da vigilância do SNI, ao passo que traça atividades de Frei Anastácio de 1976 até 1978, além da constante vigilância e consequente controle das ações desenvolvidas por Frei Anastácio, configurando uma violação do direito humano de ir e vir. No relatório especial de informação de dezembro de 1980, mas que trazem informações dos meses anteriores, os agentes narram uma infiltração de Frei Anastácio à área de tensão fundiária, a Fazenda Camucim, em que, de acordo com os agentes, Frei Anastácio teria se passado enquanto motorista da médica Gláucia Maria de Luna e teria assim rompido a barreira, pois para entrar na área que passava por sanções devido ao conflito, só pessoas autorizadas poderiam ter acesso.

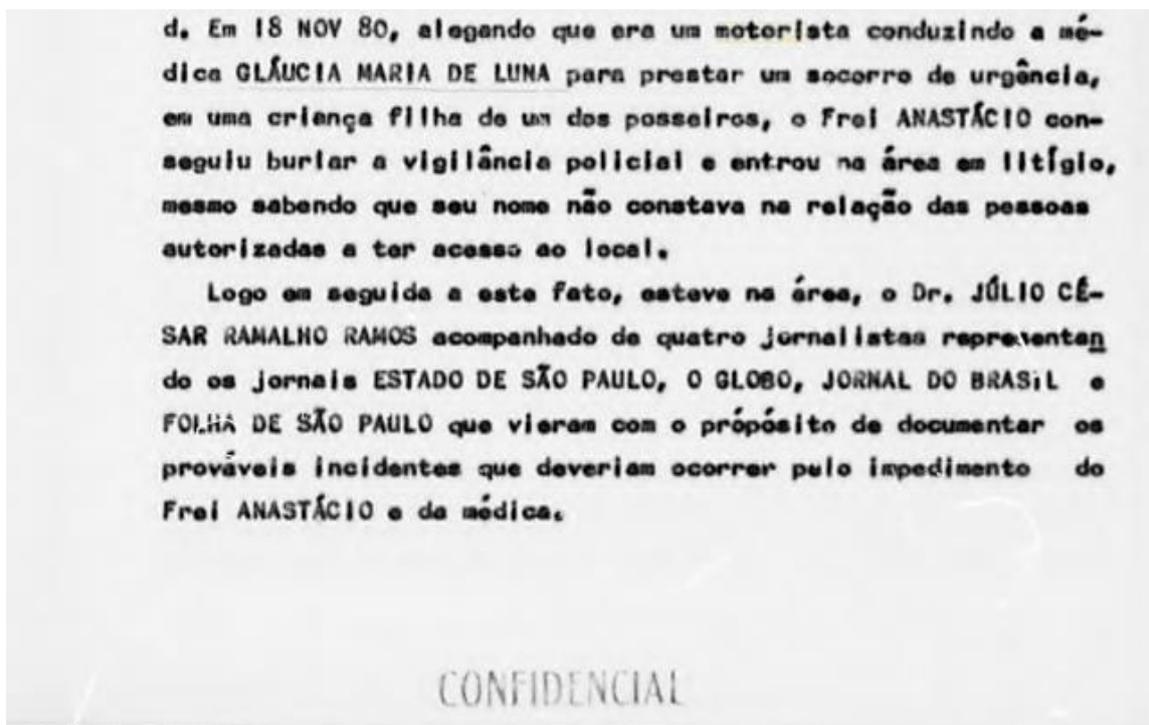


Figura 89 Ações de Frei Anastácio em vigilância do SNI.

Fonte: ARE-ACE-1532/80 Fundo SNI. Agência Recife.

Mencionado também em diversos documentos, é a figura do Advogado Wanderley Caixe, mesmo não sendo membro da Igreja, seu nome se mostra nos documentos sempre junto as ações desenvolvidas pelo Clero, assim como os do já mencionado Júlio Cesar Ramalho, pois como vimos Wanderley foi um braço direito de Dom José Maria Pires no processo de desenvolvimento do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba

Tido como subversivo e terrorista pelos militares, sua chegada a João Pessoa e junção ao grupo ligado a Dom José Maria Pires gerou burburinho, pois, outrora Wanderley Caixe¹⁵⁴ havia sido preso, primeiro “em 1969, passando por vários presídios – Tiradentes, Wenceslau e Hipódromo. Foi solto em 1974 e, nesse mesmo ano, retomou o curso de Direito.” (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 397).

Vanderley Caixe, natural de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, advogado militante e jornalista. Na década de 1960 participou da Juventude Comunista. Após o golpe civil-militar, decidiu, em 1966, participar da fundação da “Forças Armadas de Libertação Nacional. (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 397).

Após convite do próprio Dom José Maria Pires, Vanderley Caixe torna-se o advogado do recém criado Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, em 1976, onde desempenha importante papel na defesa dos direitos dos camponeses dos conflitos aqui já supracitados como o da Grande Alagamar, Camucim e entre outros, e por esta ação junto aos movimentos do campo, seu nome seguia sendo mencionado nos relatórios do Serviço Nacional de Informações.

¹⁵⁴ Nos relatórios do SNI aqui apresentados o nome do Advogado é escrito com W e não com V como apresentaremos a seguir do material extraído do Relatório Final da Comissão Estadual da verdade e da preservação da memória do Estado da Paraíba.

CONFIDENCIAL





NOME: WANDERLEY CAIXE
ATIVIDADES ATUAIS: Presidente do CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - ASSESSORIA E EDUCAÇÃO POPULAR (CDDH/AEP), em JOÃO PESSOA/PB.

Em 1969 foi preso e condenado pela Justiça Militar por estar envolvido em subversão e terrorismo.
 Em 1974 obteve o livramento condicional.
 Em 1976 iniciou suas atividades junto a Arquidiocese da PARÁIBA.

Figura 90 Informações sobre Wanderley Caixe.

Fonte: **ARE-ACE-6003/80** Fundo SNI. Agência Recife.

Vigiado, e tido como subversivo, pelos agentes dos serviços de informação e segurança, suas atividades no Estado eram constantemente observadas seu nome aparecendo frequentemente ao lado de Dom José Maria Pires, haja vista que nos anos do CDDH eles trabalhavam juntos em assessorar os camponeses envolvidos nos conflitos de terra que transcorreram o Estado nesse período. A seguir podemos observar no documento anexado pelo SNI, mas produzido pelo II Comando Aéreo Regional da Aeronáutica, em que o mesmo é o assunto principal do relatório. No referido documento até menção a possível prisão por suas ações é como podemos observar abaixo:

=

RETEX 167/19/AC/79, DE 02 AGO, E
 ECOTEX 1309/119/ARE/79, DE 19 JUL

DIA 17 OUT 79, UM GRUPO DE CERCA DE 200 TRABALHADORES RURAIS INVADIU PARTES DA PROPRIEDADE "ALAGAMAR", LOCALIZADA NOS MUNICÍPIOS DE ITABATANA E SALGADO DE SÃO FÉLIX/PB, DERRUBANDO E DESTRUINDO CERCAS, OBEDECENDO À ORIENTAÇÃO DO ADVOGADO WANDERLEY CAIXE, COORDENADOR DO CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA. SECRETÁRIO SEGURANÇA PÚBLICA DETERMINOU PRISÃO CITADO ADVOGADO, CASO O MESMO CONTINUE ESTIMULANDO ATOS QUE PERTURBEM A ORDEM PÚBLICA E A PAZ SOCIAL DA REGIÃO. AÇÃO POLICIAL EVITOU CONFRONTO ENTRE TRABALHADORES E PROPRIETÁRIOS (INPE A-1).

Figura 91 Tensão em Alagamar, e pedido de prisão do advogado Wanderley Caixe.

Fonte: **ARE-ACE-777/80** Fundo SNI. Agência Recife.

O Advogado WANDERLEY CAIXE, está juntamente com o Clero "Progressista" da Paraíba, liderado por Dom JOSE MARIA PURES, "Dom Pelé", orientando os trabalhadores da zona canavieira daquele Estado, para exigirem melhores salários dos patrões. Ele argumenta em suas reuniões com os rurícolas que, "se ponderável fator na economia nacional são os metalúrgicos e eles conseguiram bons salários atualmente; que se a mesma regalia foi dada aos motoristas, porque nós trabalhadores da cana de açúcar, não vamos exigir o mesmo tratamento, se a Nação vai depender do álcool para contrabalançar o petróleo?"

Figura 712 Vigilância a Wanderley Caixe.

Fonte: **ARE-ACE-777/80** Fundo SNI. Agência Recife.

Podemos perceber que a narrativa direcionada às ações do advogado e de Dom José, são semelhantes às produzidas sobre as demais pessoas que aqui, relatam como Frei Hermano, Irmã Tony, Marlene, Frei Anastácio e os demais. Esses de acordo com os agentes, sempre estão orientando os trabalhadores para divergir, ou nesse caso acima explanado, em que estavam organizando os trabalhadores a tomarem de inspiração dos metalúrgicos de São Paulo e lutarem pelos seus direitos, assim como a ameaça de prisão, caso sigam com suas ações. Sobre estas ameaças podemos observar também no

caso de Frei Hermano que rotineiramente se via uma sugestão de enquadrá-lo na lei de segurança nacional. Com relação a possível incitação dos camponeses a greve, um relatório do SNI, informa:

Estão mentalizando os trabalhadores para que entrem em greve no próximo mês de setembro do corrente ano¹⁵⁵, pois segundo VANDERLEI, é neste mês que o governo vai “atacar” o PROALCOOL.

Argumenta também, que esta época, será um bom momento para a greve ser deflagrada, visto que, neste período também estão previstas greve dos bancários da Paraíba e greve dos trabalhadores da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba (SAELPA), ambas com início marcado para o dia 1º de setembro. Segundo, ainda, o mesmo VANDERLEI CAIXE.

É de se prever que este mesmo aliciamento está sendo feito na zona canavieira de Pernambuco e Alagoas, pelo pessoal da Pastoral, visto que suas linhas de ação são, em quase sua totalidade, tomadas em conjunto. Fonte: Fundo SNI – Agência Recife - **ARE-ACE -777-80** Fundo SNI. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

Aqui podemos perceber a compreensão dos agentes das estratégias tomadas pelos movimentos sociais no campo como no caso das Pastorais Rurais que exerciam suas ações em outros estados dopaís, como os citados pelos militares, ademais, podemos perceber como os agentes tinham acesso às informações das reuniões e organizações do meio rural, isso mostrando sua capilaridade em diversos setores da sociedade civil e evidenciando a contínua vigilância a esses setores da sociedade civil. Na ocasião referente à posse de Vanderley Caixe enquanto assistente jurídico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabaiana no dia 28 de agosto de 1980, os agentes do SNI em vigilância no evento escrevem:

No evento houve o comparecimento de cerca de mil (1.000) pessoas, advindas das cidades de (...) ¹⁵⁶ São Miguel de Itaipu, Salgado de São Felix, entra outras.

Um das primeiras providências levadas à efeito por WANDERLEY CAIXE, foi reunir um grupo de moradores da Fazenda Riacho dos Currais com o intuito de entregarem uma carta ao Presidente da federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), Sr. ÁLVARO DINIZ, denunciando os fatos, de modo distorcido, ao mesmo tempo em que procuraram os jornais de JOÃO PESSOA/PB, a fim de publicarem aquela carta-denúncia.

¹⁵⁵ 1979

¹⁵⁶ Não deu para identificar no documento.

Quando na visita aos jornais, foram identificados WANDERLEY CAIXE, MANOEL FRANCISCO (Principal mentor do movimento na Fazenda Riacho dos Currais), (...) ¹⁵⁷, ANTONIO ‘TERRRÃO’, JOSÉ RAIMUNDO, JOSÉ BENTO DA SILVA, GEOVÁ CAETANO BARBOSA BARBOSA, FRANCISCO DA SILVA E JOÃO DE GREGÓRIO.

[...]

CONCLUSÕES

- A posse de WANDERLEY CAIXE, no cargo de Assistente Jurídico do Sindicato dos Trabalhadores rurais de ITABAIANANA, da margem a uma reativação do problema social existente na região de ALAGAMAR, e Fazendas circunvizinhança.

Por outro lado, as atitudes enérgicas levadas a efeito pela Associação dos Produtores Rurais, em defesa dos interesses de seus associados, fazem com que haja um recuo acentuado do movimento liderado por WANDERLEY CAIXE e a Arquidiocese, em virtude de colocá-los em posição defensiva.

Existe, perfeitamente delineados, na Fazenda Riacho dos Currais, dois Grupos em posições diametralmente opostas.

-O cumprimento do MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO caracterizou, perante a comunidade daquela área, a vigilância das autoridades no sentido de fazer cumprir a lei, em toda a sua plenitude.

-Os efeitos arregimentados para a formação de comitativas lideradas por WANDERLEY CAIXE, com a presença, nas mesmas, de pessoas da região de ALAGAMAR, configuram a utilização daquele povo como "massa de manobra".

- O engajamento do Sr. ÁLVARO DINIZ, presidente da FETAG, no movimento gerador do conflito, acentua-se a cada dia, criando condições para o agravamento da tensão social.

Fonte: Fundo SNI – Agência Recife - **ARE-ACE -1383- 80** Fundo SNI. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

Neste rico trecho do documento acima, podemos concluir primeiramente, que, a vigilância sobre Vanderley era forte, pois o mesmo seria um agitador das massas ademais, também percebemos o uso constante dos militares na deslegitimação das denúncias feitas de violações que ocorriam no campo, em que aparece como uma distorção da realidade. Igualmente constatamos que era sabido pelos agentes que a aproximação de Wanderley como parte da Arquidiocese da Paraíba aos movimentos no campo, poderia trazer “reativação do problema social”, pois como vimos no discorrer

¹⁵⁷ De difícil entendimento devido as condições do documento.

dessa pesquisa, a ajuda da Igreja Católica e seus parceiros ao meio rural era uma tentativa de buscar os direitos básicos que haviam sido negados aos camponeses, isso indo ao contrário dos anseios de ordem e hierarquia dos militares no poder do país.

Por suas ações conjuntas com os camponeses Vanderley era alvo de vigilância e tentativas de neutralização de suas atividades, como podemos perceber acima na sinalização que vinha sofrendo uma retração da sua força no meio rural. Além do uso de força simbólica ao cumprirem mandato de busca no local, isso criando uma área de terror na localidade, que ajudava a uma refração do movimento. Outro ponto importante de ressaltar no trecho do documento, é o papel de subserviência tido pelos militares dos camponeses, em que seriam “massa de manobra” dos anseios de Vanderley e não conscientes de suas ações através de suas experiências coletivas. Sobre atuação de Vanderley nesse período o Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, informa que:

Chegou ao estado da Paraíba, em 1976, a convite de D. José Maria Pires para ser o advogado do primeiro “Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH)” do Brasil, organismo ligado a Arquidiocese da Paraíba. Naquela instituição, Vanderley Caixe defendeu vários camponeses envolvidos nos conflitos agrários, como por exemplo, os conflitos de Alagamar e Camucim. Ao sair do CDDH, Vanderley criou e passou a ser o coordenador do Centro de Defesa dos Direitos Humanos/Assessoria e Educação Popular, em 1980, entidade voltada para a assessoria jurídica aos sindicatos dos trabalhadores rurais e elaboração de material didático (cartilhas) para o meio rural. Em 1983, foi convidado a proferir palestra na Organização dos Estados Americanos (OEA), em Nova York, Estados Unidos, sobre as ameaças sofridas pelos advogados que defendiam as causas dos camponeses em litígio com os latifundiários. (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, 2017, p. 397).

A saída de Wanderley do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese, também sofreu vigilância do SNI, em que sinalizam a mesma aconteceu por desavenças intelectuais com Dom José Maria Pires:

Foi confirmada a saída de do advogado Wanderley Caixe, da coordenação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba. Tendo D. José Maria Pires admitido que ocorrendo divergências em relação ao trabalho daquele órgão. Sobretudo quanto a formas de encaminhamento de luta. Fonte: Fundo SNI – Agência Recife - **ARE-ACE -963- 80** Fundo SNI. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

Já nos anos de abertura política a vigilância aos membros da Igreja Católica não se refreava, o trabalho de informação seguia suas cartilhas de atuação. Em documento de 06 de outubro de 1982, em que tinha como assunto: “Sacerdote Leonardus Theodorus Vissers – Clero Esquerdista”. Os agentes do SNI trazem em descrição as atividades do Sacerdote em que:

O Padre LEONARDUS é o responsável pela carpintaria existente na CASA DE CARIDADE SANTA FÉ, entidade que possui uma área de 105 hectares e está localizada inteiramente no município de SOLANEA/PB, fronteira com ARARA/PB. Nessa carpintaria, equipada com moderno maquinário, são administrados cursos de marcenaria e de artesanato para jovens estudantes. Atualmente dirige um Seminário Rural localizado no Sítio VARZEADO, propriedade da Igreja paraibana, situada no município de PILÕES /PB. Fonte: Fundo SNI – Agência Recife - **ARE-ACE -3728- 88** Fundo SNI. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

No trecho se evidencia as ações desenvolvidas pelo Sacerdote, prática corriqueira de vigilância do SNI, para assim terem mais controle das ações dos membros da Igreja. Nos documentos encontramos também a menção que o Sacerdote recebe visita habitual no seminário em Varzeado do Bispo Dom José Maria Pires e o do Bispo Marcelo Carvalheira.

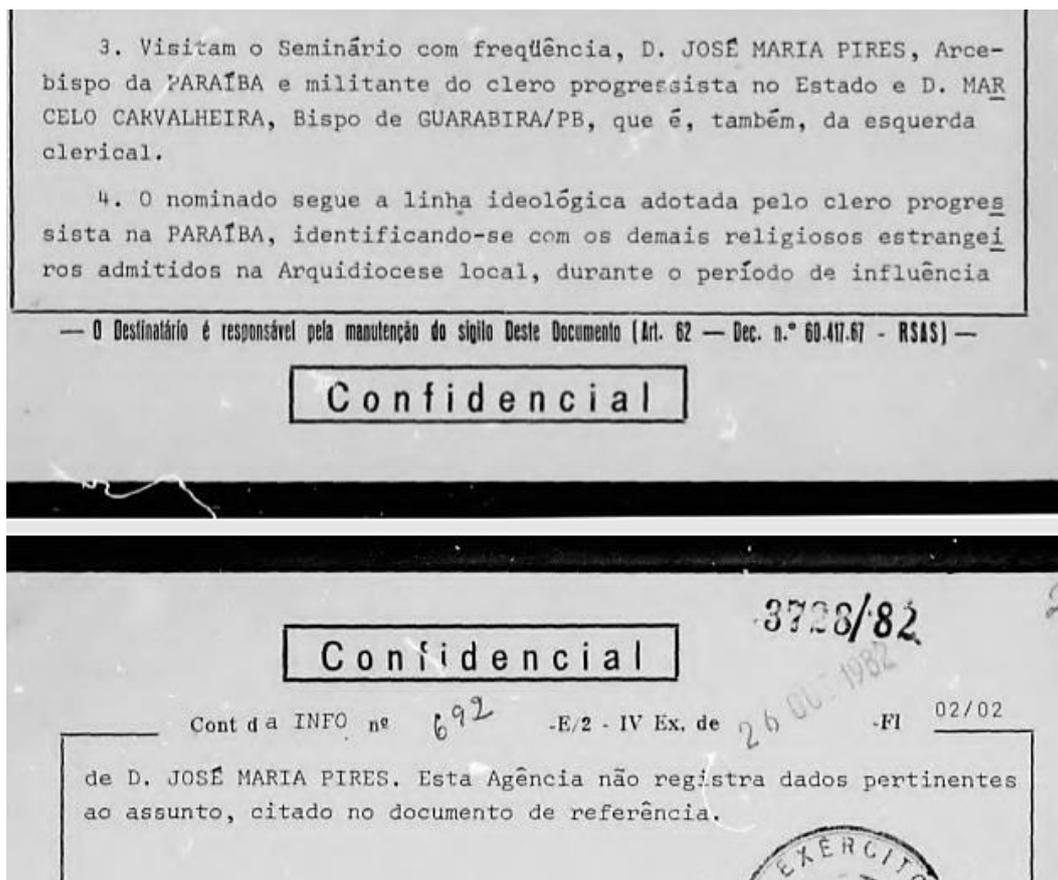


Figura 723 Vigilância a Dom Marcelo Carvalheira e Dom José Maria Pires.

Fonte: **ARE-ACE-3728/82** Fundo SNI. Agência Recife.

Intitulados de esquerda clerical, como já vimos no capítulo anterior, mesmo estes não aceitando tal nomeação, pois acreditavam que estavam seguindo o evangelho e não a ideologia concebida como de “esquerda” pelos militares, as que associavam ao Comunismo, esse muito criticado pela Igreja. Assim, os bispos, Padres e freiras eram nomeados constantemente, isso levando a discussões amplas, como Dom José Maria Pires diz em discurso preparado para seção na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, com o título “A teoria da esquerda corre paralela com as ânsias da Igreja: a promoção do homem, mas de todos os homens”:

Em teoria a esquerda se apresenta como aquela tendência de pensar não apenas em alguns, mas no Homem. Não deseja a promoção de alguns, mas de todos. Mas há preço a banir da terra os privilégios vigentes. Nestes termos a ideologia de esquerda – que não é necessariamente comunista, - é e corre paralela com as ânsias da Igreja que deixaria de ser Igreja se deixasse de ser universal. Que trairia a mensagem do Cristo se pensasse de preferência se afirma pelos pobres, - é esta uma nota do Evangelho, - não é por desejar aos ricos uma condição infra-humana. É por desejar a todos os bens que ainda falta a tantos. (PIRES, 2012, p. 226)

No trecho acima podemos perceber como Dom José Maria Pires compreendia as ações desenvolvidas por eles no Estado da Paraíba, como não comunista, mas sim um trabalho do evangelho de Cristo, esse sendo associado pelos militares como o Clero Progressista, ou comunista, pelos agentes de informações. Tal entendimento se apresenta também na vigilância ao Bispo, Dom Marcelo Pinto Carvalheira, falecido em 25 de março de 2017, este foi Bispo Auxiliar da Arquidiocese da Paraíba de 1975-1981 e posteriormente Bispo da cidade de Guarabira no Estado da Paraíba nos anos de 1987-1995. Assim como Dom José Maria Pires também se tornou um Bispo Emérito do Estado. Na figura 93 um pouco acima, o referido Bispo é mencionado enquanto esquerda clerical e do clero progressista. Em relatório de 30 de outubro de 1979, com o título “Infiltração comunista nos diversos setores de atividades”, mencionam o nome do então Bispo, auxiliar da Paraíba, enquanto praticante de atividades subversivas.

(2) = Dom MARCELO PINTO CARVALHEIRA
 -Filiação: ÁLVARO PINTO CARVALHEIRA e
MARIA TEREZA MENDONÇA CARVALHEIRA
 -DLN: 01 MAI 28 -RECIFE/PE
-Atividades subversivas
 -Segue a mesma linha de Dom JOSÉ MARIA PIRES
-Cargo ou Função que exerce
 -Arcebispo-Auxiliar da PARAÍBA
-Ligações com grupos e/ou elementos subversivos
 -Desconhecidas.

Figura 73 Informações Dom Marcelo Pinto Carvalheira.

Fonte: ARE-ACE-539/79 Fundo SNI. Agência Recife.

Na figura acima os agentes apresentam Dom Marcelo Pinto Cavalheira enquanto subversivo, mas ao mesmo tempo não apresenta ligações do bispo a elementos ditos subversivos. Isso denotando uma prática constante do serviço em produzir informação sobre sujeitos envolvidos em ações dos Direitos humanos, ou com aproximação a pessoas tidas como subversivos como Dom José Maria Pires. Porém a vigilância a Dom Marcelo Cavalheira seguiu-se intensa, como podemos ver no trecho de documento a

seguir em que os agentes trazem uma ficha corrida de atividades do bispo de 04 de setembro de 1968 a 31 de março de 1978 com o título “Atividades subversivas- D. Marcelo Cavalheira – Paraíba” de 20 de abril de 1981, onde iremos nos deter às informações do período pós 1977 no referido documento os agentes vigiam as ações do Bispo e, conseqüentemente, às suas falas nos sermões.

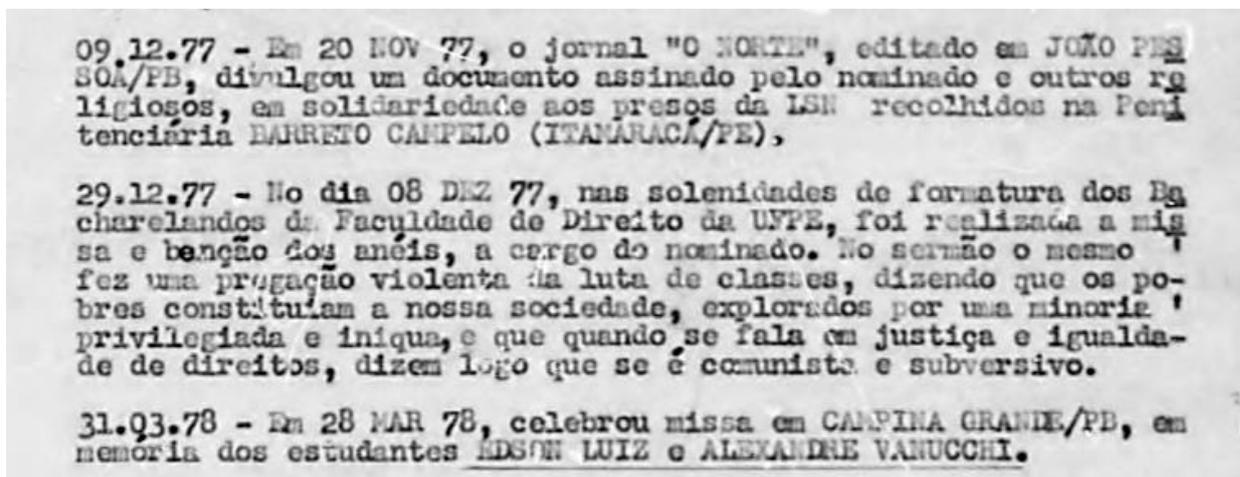


Figura 745 Vigilância ao Dom Marcelo Carvalheira, acusando-o de encantar luta de classes.

Fonte: ARE-ACE-1941/81 Fundo SNI. Agência Recife.

09.12.77 – Em 20 nov 77, o jornal ‘O norte’, editado em João Pessoa/PB, divulgou um documento assinado pelo nominado e outros religiosos, em solidariedade aos presos da LSE recolhidos na Penitenciária Barreto Campelo (Itamaraca/PE).

29.12.77 – No dia 08 dez 77, nas solenidades de formatura dos Bacharelados da Faculdade de Direito da UFPE, foi realizada a missa e benção dos anéis, a cargo do nominado. No sermão o mesmo fez uma pregação violenta da luta de classes, dizendo que os pobres constituam a nossa sociedade, explorados por uma minoria privilegiada e iníqua, e que quando se fala em justiça e igualdade de direitos, dizem logo que se é comunista e subversivo.

31.03.78 – Em 28 mar 78, celebrou missa em Campina Grande / PB, em memória dos estudantes Edson Luiz e Alexandre Vanuchi. (Fonte: ARE-ACE-1941/81 Fundo SNI Agência Recife.)

Aqui vemos que os agentes trazem que em solenidade de formatura, Dom Marcelo teria falado palavras insuflando à luta de classes, mas um ponto nos chama atenção seria a fala do bispo denunciado à ação dos agentes acima mencionada em chamar de comunistas e subversivos todos que ousem falar da desigualdade vigente

Por essa razão diversos padres, freiras e leigos sofriam vigilância, como podemos ver no decorrer deste capítulo, em decorrência dessas ações dos membros da Igreja Católica e leigos a ela próximos, os agentes do SNI também desenvolviam ações para neutralizar essas ações da sociedade civil desenvolvidas por eles. No caso que iremos observar é uma tentativa via ação judicial para tentar por um fim à participação dos membros da Igreja na Grande Alagamar e demais fazendas em que o clero se apresentava enquanto ajuda aos camponeses. Com o título “Neutralização da ação do Clero na Paraíba”, de 29 de agosto de 1980, os agentes do SNI traçam em tópicos os meios usados para tal ação. Primeiro ponto do documento eles trazem um relato de uma reunião feita no Engenho Arvazeado, que fazia parte das terras da Arquidiocese em que um “representante” do Incra visita um camponês da área para mostrar como eles fizeram melhorias em Alagamar e de como a Igreja os deixava desassistidos na fazenda:

Em AVARZEADO, visitaram a casa de JOSÉ HORÁCIO DELMIRO, quando na ocasião foi realizada, pelos "representantes" do INCRA, com a participação dos presentes, uma comparação do trabalho realizado pelo Governo em ALAGAMAR, com o da ARQUIDIOCESE no Engenho. Dentre os assuntos abordados destacam-se os seguintes:

a. falta de assistência jurídica e social no ENGENHO AVARZEADO:

b. condições precárias de vida dos seus moradores, o que não ocorre em ALAGAMAR,

c. o fato da ARQUIDIOCESE plantar cana-de-açúcar nas melhores áreas das terras enquanto os moradores utilizam as partes restantes;

d. Irregularidades existentes, no que concerne a utilização de mão-de-obra dos moradores (que agora foram aumentados na diária de Cr\$. 120,00 para Cr\$ 150,00), sem a Carteira do Trabalho assinada e sem direito a férias, FGTS e outros encargos sociais)

[...]

Ao chegar em ALAGAMAR, os 17 lavradores foram orientados pelos "representantes" do INCRA, para que difundissem, com os moradores de ALAGAMAR, o que fora visto em AVARZEADO.

Fonte: Fundo SNI – Agência Recife - **ARE-ACE -1256-81** Fundo SNI. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

Usando de sua força enquanto sociedade política os agentes do SNI por meios de “representantes” do INCRA usam das fragilidades encontradas no Engenho Arvazeado para trazer uma contradição das ações da Arquidiocese da Paraíba, em que orientam os camponeses do engenho a levarem essas informações para Alagamar, local onde havia uma luta imensa pela desapropriação e local em que a Igreja Católica tinha bastante influência social junto aos trabalhadores rurais a partir da legitimidade construída nos anos de resistência daquela localidade. Nesse caso, podemos ver os agentes do SNI desenvolvendo uma ação não só apenas através da busca de legitimidade junto aos camponeses, mas também numa busca de hegemonia com os demais setores da sociedade civil através da imprensa da época, pois junto a eles na visita mencionada, acompanharam as ações membros do jornal *Diário de Pernambuco*, que produziram notícias sobre o que fora ali desenvolvido. Por fim, os militares concluem que as ações desenvolvidas por eles surtiram efeito, haja vista que de acordo com eles, os moradores de Alagamar ficaram decepcionados com os membros da Igreja:

a. os trabalhadores ligados aos padres e freiras que atuam em ALAGAMAR, demonstraram estar decepcionados com D. JOSÉ MARIA PIRES e sua equipe constituída por ANTONIA VAN HÁ (Irmã TONY), MELENA WILHEMILNA SILVESTRE BURGERS ("IRMÃ MARLENE") e Padre JOSÉ DIÁCONO DE MACEDO, porque não executam em suas propriedades o que pregam nas propriedades alheias.

Destacou-se entre a comitiva de ALAGAMAR a professora IRACEMA CAAL DE VASCONCELOS que liderou campanha contra a criação da COOPERATIVA DE ALAGAMAR, em MAR 80. Este fato demonstra que é possível desmoralizar o trabalho do clero dito progressista, que reduziu a sua atuação em ALACAMAR, MARIA DE MELO e PIACAS), está agindo em outras áreas da PARAÍBA. Fonte: Fundo SNI – Agência Recife - **ARE-ACE -1256-81** Fundo SNI. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

No trecho do documento acima fica em evidência as ações dos Agentes do SNI na busca de deslegitimar as ações do Clero, pois como eles próprios falam os membros da Igreja e os leigos estavam agindo em demais áreas rurais da Paraíba, então era necessário que eles enquanto sociedade política que estavam no poder manter sua legitimidade e projeto para o Brasil, em que a participação da Igreja através de suas ações de direitos humanos e assessoria jurídica ajudavam a barrar ações autoritários nas áreas rurais aqui já apresentadas, então era fundamental neutralizar.

E para conseguir tal neutralização desse setor da Igreja Católica, os agentes do SNI também buscavam apoio em membros da Igreja Católica que não seguiam a linha ideológica do Arcebispo Dom José Maria Pires. No documento de 27 de julho de 1982 intitulado “Religiosos que possam colaborar com o governo federal”, os agentes trazem nomes de Bispos, Padres, Cônegos, monsenhor e um leigo, que são contrários às ações de Dom José e suas compreensões sobre as ações desses sujeitos, como no caso do Bispo de Cajazeiras, cidade do sertão da Paraíba, em que, “a. D. ZACARIAS ROLIM DE MOURA, Bispo de CAJAZEIRAS/PB, possuidor de um comportamento conservador, não se alinhando às facções radicais do clero paraibano”. Admite a Igreja nas condições sociais modernas, sem tendências para o "progressismo". (Fonte: **ARE-ACE-3484/82** Fundo SNI. Agência Recife.)

É nesse contexto que expomos, que se desenvolveu diversos conflitos agrários e muita resistência dos camponeses pela permanência em suas terras; suas, pois eram décadas morando e trabalhando nas mesmas que, rapidamente, como vimos, foram atropeladas pelo avanço do capitalismo no campo, com o PROALCOOL no Estado da Paraíba. Em frente a tal situação as ações desenvolvidas pelos membros da Igreja Católica foram de forte importância, pois, junto aos camponeses, conseguiram lograr êxito em diversos conflitos que estavam sendo atropelados pelas mãos dos proprietários e poder do Estado, mas com a ajuda jurídica e com sua legitimidade frente à sociedade civil em geral, a Igreja Católica, através de Dom José Maria Pires, e seus auxiliares conseguiu ajudar fortemente os trabalhadores rurais pela garantia de seus direitos, mesmo com toda a vigilância e contexto ditatorial que os atravessavam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a construção dessa pesquisa tivemos o ensejo de pensar os anos da Ditadura Militar Brasileira, e um dos seus braços mais importantes para a sua continuidade que foi o Serviço Nacional de Informações. Podemos perceber que nos anos da transição “lenta, gradual e segura” sinalizada por Geisel, o SNI segue seu processo de agigantamento iniciado nos anos de Costa e Silva e Médici, todavia a partir do governo Geisel, a Comunidade de informação ganha uma maior autonomia, e assim ramifica-se, mais ainda, no seio da sociedade civil brasileira, alastrando mais seu caráter vigilante, usando da justificativa que os membros da Igreja estariam em processo de reorganização de Ligas Camponesas e demais movimentos sociais tidos como subversivos e isso seria um motivo para não prosseguir na abertura política.

Obstante, após a virada da Igreja Católica enquanto local de denúncia da violação dos Direitos Humanos e o papel da Conferência Nacional dos Bips (CNBB) foram de suma importância na visibilização e combate dos processos autoritários que vigoravam no país no contexto aqui pesquisado. Onde após esfacelamentos dos movimentos de caráter armado no país, a CNBB mostrou-se enquanto um local de abertura para o diálogo com os militares, e, também, de combate as violências cometidas nos anos de Ditadura Militar, principalmente nos aqui da distensão, lenta e gradual, em que aqui pesquisamos.

A Igreja católica enquanto instituição com legitimidade histórica no seio militar e na sociedade civil, conseguiu de modo mais “livre” denunciar e ajudar as organizações sociais, como aqui podemos perceber aos trabalhadores do campo no Estado da Paraíba, após crescimento do capitalismo no meio rural, com o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), em 1975. No qual, acompanhando os camponeses, seja com ajuda jurídica e demais apoios, conseguiram alcançar algumas vitórias no campo junto aos movimentos sociais dos camponeses.

Por esses motivos, conseguimos com esse trabalho, construir uma narrativa histórica em que respeitasse o processo científico de cuidado e pesquisa empírica nas fontes documentais. Assim como a constante pesquisa em diversas fontes bibliográficas para ancorar nossa escrita, também usamos de uma base teórica e metodologia para logramos êxito em nossa pesquisa no que se refere à vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI) aos movimentos sociais no campo e Igreja Católica “progressista” nos anos de transição “lenta, gradual e segura”.

Dito isso, através de um trabalho empírico nos documentos da Agência Recife – Fundo SNI, locados originalmente no Arquivo nacional, mas disponibilizados para pesquisa no arquivo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, localizado na Fundação Casa de José Américo, podemos perceber que o SNI enquanto órgão de vigilância seguia seu trabalho de modo coerente no que concernia em lei, vigiar, coletar informações e difundi-las em nome da permanência da Ditadura Militar e a Segurança Nacional. Pois agia com forte vigilância e perseguição, como podemos observar no Capítulo III deste trabalho, em suas ações de molestamento de membros da Igreja Católica. Comprovando através da pesquisa empírica a constante vigilância as ações de conflito agrário no Estado da Paraíba.

Neles podemos perceber uma busca de garantir à hegemonia do regime e neutralizar aqueles que não seguiam a ordem estabelecida, e como mecanismo de controle a vigilância era um grande aliado no processo de disputa hegemônica. A comunidade de informação se mostrou como um braço forte para garantir esses anseios, de modo contínuo e conjunto. Também podemos visualizar a ramificação desses serviços em diversos setores da sociedade civil. Compreendemos que a vigilância sobre as pessoas da igreja era mais forte que a dos próprios camponeses, esses são mencionados em caráter genérico, sem nome, ou mencionam apenas líderes sindicais. Todavia vigora em plano prioritário de vigilância os membros católicos. Concluímos que a ideia era fiscalizar os sujeitos do Clero, pois eles seriam aqueles que produziam essa ideia de agitação nos camponeses de acordo com os agentes do SNI, pois como analisamos, os trabalhadores camponeses aparecem enquanto local de disputa pelos agentes do SNI, como trouxemos nas tentativas de contra propaganda as ações desenvolvidas pelo Clero Paraibano, para assim deslegitimar as ações das pastorais e Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba (CDDH).

Desta forma, o SNI, mesmo em fins da Ditadura, seguiu com sua estrutura vigilante, tendo fim apenas em 1990, mas que deixou na vida dos vigiados eternas presenças. Haja vista que os documentos aqui usados não entraram em silêncio e tampouco se deve, pois nós como historiadores temos como uma espécie de obrigação, escutar os arquivos, sejam eles figurativos ou concretos, e assim construirmos uma narrativa histórica em que seja crítica aos processos históricos. Pois, enquanto uma mulher ou um homem sofrer violações dos Direitos Humanos a história não cerceará sem que suas dores sejam denunciadas. Haja vista que os documentos do SNI não são apenas relatórios e afins, são processos pessoais e coletivos expostos como forma de

controlar ações da sociedade civil, são pessoas, vidas e memórias que foram paulatinamente vigiadas e feridas em nome de uma Segurança Nacional.

REFERÊNCIAS

Fontes:

- Fundo SNI- Agência Recife. Disponível em acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB)
- Depoimentos concedidos à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB).
- Documentos da Comissão Nacional de Anistia. Disponível em acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB).

Bibliografia:

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: EDUSC, 2005.

ANTUNES, Priscila C. B.. **SNI e ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2001.

ARNS, Dom Paulo Evaristo (org), **Brasil: nunca mais**. 25ª ed., Petrópolis: Vozes, 1990.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. **Arquivos policiais de extintos regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, v. 1, p. 173-194, 2009.

BRIGHENTI, Agenor. **Medelín e Teologia da Libertação: Muito mais que uma relação Histórica**. Revista Horizonte, Belo Horizonte, v. 16, n 50, p. 544 -575, maio/ago, 2018.

BARROS, José d'Assunção. "História social e retorno do político". In SCHURSTER, Karl. ; Giselda Brito, SILVA.; Júlia Silveira, MATOS. **Campos da Política – Discursos e Práticas**. São Paulo: LP-Books, 2012, p. 10-46.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia**. Tradução: Nilo Odalia. 2.ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010..

CAVA, Ralp Della. A igreja e a Abertura (1974-1985). In: STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.231-273.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares.” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. (O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003: 167-205

BRAUDEL, Fernand. **Écritsurl’histoire**. Paris : Flammarion, 1969.

BURAWOY, Michael (2010), *O marxismo encontra Bourdieu*, São Paulo: Editora da Unicamp. COUTINHO, Carlos Nelson (1999), **Gramsci**: Um estudo sobre o seu pensamento político, Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

CANTALICE, Dulce Maria Barbosa, **Capital, Estado e conflito** – Questionando Alagamar.. João Pessoa: Monografias Iplan 2, 1985.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014, V. 1, 976p. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php> Acesso: novembro de 2017.

DANTAS, Éder, NUNES, Paulo Giovanni Antonino, SILVA, Rodrigo FReite de Carvalho (Orgs.).**Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba** – História, memória e construção da Cidadania. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucia Ary Dillon; CASTRO. Celso. *Os Anos de Chumbo – A Memória Militar Sobre a Repressão*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994.

_____. 1994. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

DEL ROIO, M. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. Rev. de Sociol. e Polít., Curitiba, n.29, 2007, p.63-78.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a Conquista do Estado**. Petrópolis, Vozes, 1981.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Documentação e acesso aos arquivos da repressão na Paraíba**. In: Org(s) PESSOA, Ângelo Emílio, BEZERRA, Josineide da Silva. **História e sociedade: saberes em diálogo**. João Pessoa: A União, 2014. 149-165.

FERREIRA, O. L. V.; NUNES, Paulo Giovani Antonino. **O Serviço Nacional de informação (SNI) e a vigilância à igreja católica e aos movimentos sociais no campo no período da transição “lenta, gradual e segura” (1975-1985)** In: *Encontro Nacional de História Política*, João Pessoa – PB, 2017.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____ “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão.” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. (O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003: 167-205

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927-2005**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2005.

FONTES, Virginia Maria. **Reflexões Im-pertinenes: História e capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Bom texto, 2005.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). **Verbete**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conferencia-nacional-dos-bispos-do-brasil-cnbb>> Acesso em: 17 de jan. 2020.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GRAMSCI, Antonio, *Misteridella cultura e della poesia in Scrittigiovani*. 1914-1918. Torino, Einaudi, 1958, p.327-8

_____ **Escritos Políticos**, Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____ **Cadernos do Cárcere**, Vol. 3: Maquiavel, Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 b.

_____ . *Quadernidel cárcere*. Edizione critica Dell'Istituto Gramsci di Roma (a cura de V. Gerratana. Einaudi, Torino, 1977

_____ **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____ **Cadernos do Cárcere**, volume 5edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira – 3. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

JULLIARD, Jacques. “ A política” . In Jacques Le Goff e Pierre Nora. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995 pp 180-196.

KRAMER, Paulo. **Dante de Oliveira** [recurso eletrônico] / ensaio biográfico e seleção de discursos. – 2ª edição – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

Ver mais em:QUADRAT, Samantha Viz. **A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)**. In: Varia História – Dossiê: História e Inteligência. Vol . 28, N. 47, jan. jun, 2012. Belo horizonte.

LAGÔA, A. **SNI: como nasceu como funciona**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LE GOFF, Jacques. “A política será ainda a ossatura da história?”. In LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983. PP.221-242.

_____ **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

LIMA, Alceu Amoroso. **Comentários à PopulorumProgressio**. Petrópolis RJ: Vozes, 1969.

LUNA, Guanambi Tavares de. **O crime político e a criação do DOPS: legislação repressiva e atuação da Polícia Política Brasileira nas primeiras décadas do século XX (1900 – 1983)**. In: XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.

LUGUORI, Guido, VOZA, Pasquale (org's). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo .2017

MARTINS, Marcos Francisco. **Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativa- cultural e política**. Revista Pró-posições, Campinas, V. 22, n. 3, 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.) **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MENDONÇA, Sonia Regina. Estado e Sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **História: pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História – UFF, 1998, p. 13-32

_____ Estado, **Violência simbólica e metaforização da cidadania**. *Tempo*, Rio de Janeiro, v.1, p.94-125, 1996.

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: UFPB – Universitária, 1997, v. I e II.

MOREIRA, Emilia, TARGINO, Ivan (Orgs). **Capítulos de Geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

NADINE, Habert. **A década de 70** – Apogeu e crise da ditadura militar brasileira, Editora Ática. São Paulo. 1992.

NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Org.) **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. E. P. Thompson. Campinas (SP): Ed. da Unicamp, 2001.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Estado versus Sociedade Civil: o processo de transição para a democracia na Paraíba (1975-1979). **Publicado pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas**, UFPB, 2009: 57-84.

_____ A atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB): Vigilância sobre os dirigentes universitários (1976-1985). In: **Saeculum**: Revista de História. N. 39, jul.dez..2018, João Pessoa: Universitária, 2018 p. 19.

_____ “Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação de parte da sociedade civil no imediato pós-golpe”. **Revista Perspectiva Histórica**, vol.2, no 2, janeiro-junho de 2012: 37-62.

_____ “**Tensionando a Transição “Lenta, Gradual e Segura”**: A igreja e os Conflitos Agrários no Estado da Paraíba.”. In MUNIZ, Altemar da Costa; MARTINS, Luis Carlos dos Passos. *História Política Interfaces e Diálogos*. Ceará; Porto Alegre:EdUECE; EdiPUCRS, 2016, p.231, 257.

_____ **Estado e Sociedade Civil na Paraíba na época da transição para democracia (1974-1985)**. In: XXIV Simpósio Nacional da ANPUH, 2007, São Leopoldo(RS). **História e multidisciplinaridades: territórios e deslocamentos**, 2007.

_____ **Golpe civil militar e implantação da ditadura militar na Paraíba: adesão, repressão e resistência**. In: xxv simpósio nacional de história, 2009, fortaleza. *Xxv simpósio nacional de história - história e ética*. Fortaleza: editora, 2009. P. 406-405.

_____ **O ressurgimento da luta dos trabalhadores rurais da Paraíba e a participação da Igreja Católica no contexto da transição para democracia (1975-1984): um movimento sob vigilância**. In: XVII Encontro Estadual de História da Anpuh, 2016, Guarabira. *História: conhecimento e profissão*. João Pessoa: CCTA; Mídia Gráfica e Editora, 2016. v. 1. p. 137-137.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon; AIRES, José Luciano de Queiroz, SILVA, Vânia Cristina (Orgs.) **Poder, Memória e Resistência: os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora do CCTA/Mídia editora, 2016

PAULO VI, Papa. **Carta Encíclica *Populorumprogressio*** (sobre o desenvolvimento dos povos). São Paulo: Paulinas, 1967.

PARAÍBA. COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA. **Relatório final/** Paraíba. Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do estado da Paraíba; Paulo Giovanni Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017, 748p.

PELOSO, Ranulfo (ORG) . **Trabalho de base** (seleção de roteiros organizados pelo Cepis). São Paulo, Expressão Popular, 2012

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus dos pobres e da libertação**: Ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 e 1980. João Pessoa, 2012. Dissertação (Mestrado História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, 2012.

PIRES, D. José Maria. **Do centro a Margem**. João Pessoa: acauã ltda, 1978.

PIRES, Dom José Maria. In: RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes. **Dom José Maria Pires fiel a mudança social**. Campina Grande – PB: eduepb, 2012.

_____**Amor e dedicação à Paraíba** – Carta Pastoral de Despedida. João Pessoa: Unipê editora, 1995.

PIRES, Dom José Maria. Texto de 1981 contido no encarte do disco **Missa dos Quilombos**. Diadema: Ariola, 1982.

RAMOS, Luiz Fernando Figueiredo. “**Nossa vigilância é sua segurança**”: a coopera CENIMAR e DOPS/MG. XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, Julho 2011.

RÉMOND, René. “Uma história presente”. In RÉMOND, Renré. (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, PP. 13-36.

SERBIN, Kenneth P. – **Diálogos na sombra**: Bispos e militares, tortura e justiça sociais na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Janaína Gomes da Silva. **A Igreja Católica e a Ditadura Militar na Paraíba**: uma história de luta pela defesa dos direitos humanos nos anos da distensão política (1974-1979). João Pessoa, 2019. Dissertação (Mestrado História) _ Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, 2019.

_____. **A Igreja Católica e a Ditadura Militar na Paraíba**: “Os anos de Chumbo” (1969-1974)

SILVA, Luiz Fernando Mangea da. **A Ditadura Civil Militar e a Igreja Católica no Brasil**: Uma abordagem do pensamento social católico. In: Anais do XVII Encontro de História da Anpuh- Rio., 2016.

SILVA, WaniéryLoyvia de Almeida. **O anti comunismo como prioridade da interventoria paraibana (1935-1940)** In: XXIX Simpósio de História Nacional: Contra os preconceitos: História e democracia, 2017.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves(Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4), p. 245-282.

SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. **Políticos na Paraíba sob a vigilância do SNI (1979-1985)**. Monografia em História – Universidade Federal da Paraíba, Graduação em História, João Pessoa, 2017, 70p.

_____ **A política paraibana vigiada: políticos e militantes sob os olhos do SNI (1964-1985)** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFPB). João Pessoa, 2020.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo. 1964-1985**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____ A lenta via brasileira para a democratização: 1974 - 1985. In: **Democratizando o Brasil**. Alfred Stepan (Org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988: 27-81.

TAVARES, Ana Helena. **Um bispo contra todas as cercas**. A vida e as causas de Pedro Casaldáliga. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2019.

THOMPSON, Edwar Palmer. **A formação da Classe Operária Inglesa, voll** - A Ávore da Liberdade: Paz e Terra, 1987.

_____. **A formação da Classe Operária Inglesa, vol II** – a maldição de Adão : Paz e Terra, 2001

_____ **Senhores e Caçadores**. Trad. Denise Bottmann, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

_____ E. P. **A Miséria da Teoria** ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.